



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Francisca Mariana Abreu Mayerhoffer

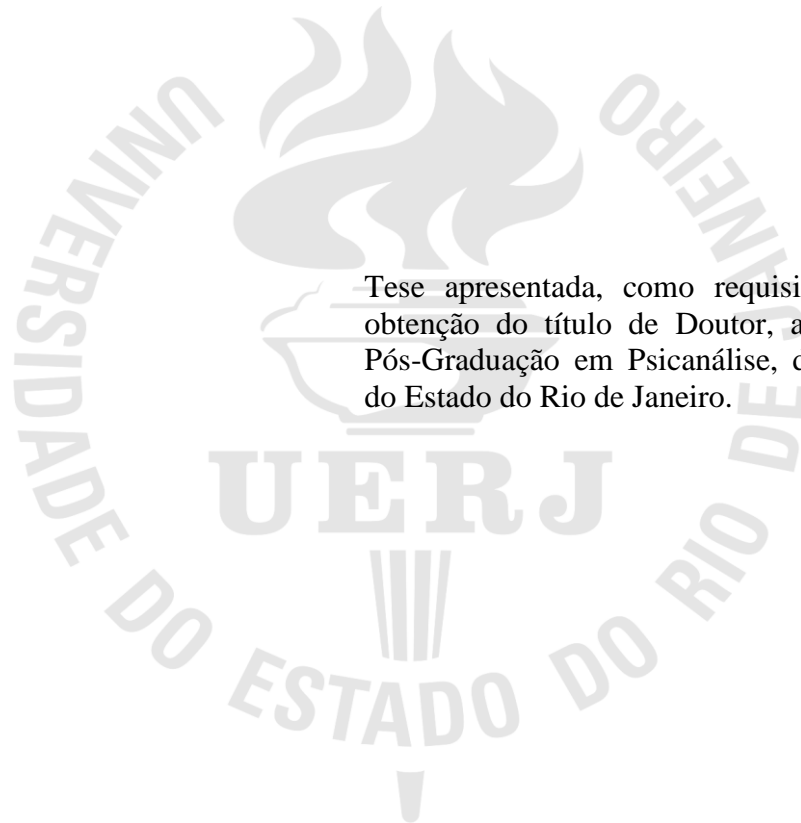
**A função psicanalisante como condição da singularidade em uma
experiência política de desinstitucionalização**

Rio de Janeiro

2015

Francisca Mariana Abreu Mayerhoffer

**A função psicalisante como condição de singularidade em uma experiência política de
desinstitucionalização**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Luciano da Fonseca Elia

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/A

M468	<p>Mayerhoffer, Francisca Mariana Abreu A função psicanalisante como condição de singularidade em uma experiência política de desinstitucionalização / Francisca Mariana Abreu Mayerhoffer . – 2015. 204 f.</p> <p>Orientador: Luciano da Fonseca Elia. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.</p> <p>1. Psicanálise. 2. Saúde mental. 3. Programas de saúde mental. 4. Reforma psiquiátrica (Brasil). I. Elia, Luciano da Fonseca. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.</p>
al	CDU 616.89-008.1

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Francisca Mariana Abreu Mayerhoffer

**A função psicalisante como condição de singularidade em uma experiência política de
desistitucionalização**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de
Pós-Graduação em Psicanálise, da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 26 de maio de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luciano da Fonseca Elia (Orientador)
Instituto de Psicologia da UERJ

Prof.^a Dr.^a. Ana Cristina Costa de Figueiredo
Instituto de Psicologia da UERJ

Prof.^a Dr.^a. Sonia Alberti
Instituto de Psicologia da UERJ

Prof.^a Dr.^a. Andréa Maris Campos Guerra
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Giuseppe Cocco
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

À Laura Mayerhoffer Peralva, que precocemente nos deixou, para virar a estrelinha mais iluminada.

AGRADECIMENTOS

Eita... que essa é a parte mais difícil de transmitir. Todo o trabalho que gerou esse produto não teria sentido algum se as ausências que fiz para possibilitá-lo não tivessem sido precedidas e seguidas do convívio das pessoas que amo. E são muitas. O advento do nome-do-meu-pai, Nilo Mayerhoffer, foi a marca indelével desse período de doutorado, mas me foi transmitido pela minha mãe, que esteve sempre no incentivo e sustentação cotidiana para que eu chegasse aqui. Todo meu amor, aos dois. Elisa, a irmã através de quem a parecência deu as pistas (pelo que agradeço à minha madrinha Nair) do caminho que me levou à minha origem, é a quem dedico essa tese, ela divide comigo o amor à singularidade proporcionada por nosso ofício. Ela me deu também, no mesmo dia que saía o resultado do exame de dna, uma sobrinha, Loloca, que em sua partida revelou o maior real que já me devastou, deixando o aprendizado de um saber-viver com a morte que ainda dá seus passos de restauração, ressaltando na dor o valor da vida. Eu serei muito mais fiel ao meu desejo daqui pra frente, porque a vida vai acabar pra todos nós. Mariana, sua outra filha, tem em mais essa coincidência, dessa vez no nome, um amor que brotou instantaneamente, na beleza de um lamento pelo que não vivemos juntas, sintetizando um sentimento ambivalente, de perda, mas que é recoberto pelo entusiasmo da conquista de uma luta que foi sustentada, levando à vitória mais inesperada e muito superiormente feliz do que em qualquer sonho eu tivesse imaginado. Natie, minha caçulinha, aquela que hoje mais me proporciona aprender a ser a primogênita, tem de mim toda a devoção que ela precisar. Sem minha madrastra Cristina toda essa descoberta teria sido muito difícil, meu amor a ela.

E também ao Ivo, que foi meu companheiro na vida e nessa busca. Meu irmão, Hugo, aquele com quem cresci, é a quem agradeço por ter aprendido a dividir os espaços na vida. Bi Vivarelli, minha irmã escolhida, me deu o maior presente da vida para batizar, Anita, minha fofoletinha, a criança que me ensinou o que é um amor incondicional que só aumenta. Pedro, seu irmão, é outra das razões da minha existência. Ao compadre Jaime, minha gratidão. Aos velhos amigos mas novos compadres Mauro Aguiar e Mariana Oliveira, também gratidão por esse outro amadrinhamento que tive a sorte de ganhar, da Lelê. A convivência com as outras crianças que me rodeiam, Artur, Heitor, Iara, Benjamin, Maria Rosa, representam o fruto de amizades profundas, pelas quais gastaria uma vida transmitindo a dádiva que sinto, à Débora Rezende e Fernando Braga, Kelly de Campos e Pedro Paes e Cristiane Celano, meu amor

sempre. À minha analista Lucy Averbach eu agradeço por existir na minha vida, sendo grande parte desse trabalho. Luciano Elia, orientador, amigo, parceiro de tantas empreitadas, obrigada por tudo! Aos amigos que estão longe e que me incentivam, eles nem sabem o quanto, Pierre Carrié, Fabio Malaguti, Albina Pereira, meu amor a vocês, meu amor mais carinhoso.

Minha prima, amiga, companheira de todas as lembranças na casa da vovó nos fins de semana intermitentes, durante 30 anos, sinto saudade, dividíamos na família a dedicação também ao mundo acadêmico, e hoje você me faz muita falta, obrigada Fafá, por ter vivido um dia, e tão perto de mim – pelo que também agradeço à nossa avó amada Maria da Penha. Marias, Maria Kemper, Maria Antunes, amigas do meu coração, felicidade dividir com vocês a vida. Joseane Garcia, amiga e incentivadora de sempre, obrigada. Bianca Bruno e Rodrigo, amo vocês. A todos os amigos que não nomeei, o que seria minha vontade, escrever sobre todos que acompanham e dão sentido à minha trajetória.

À minha Escola de Psicanálise Laço Analítico e meus colegas membros agradeço a formação constante. À Rose Fiães e Daniela Bezerra agradeço a parceria íntima da amizade. À banca sou grata pela escuta e elaboração sobre a minha produção, Sonia Alberti, Andréa Guerra, Giuseppe Cocco, Ana Figueiredo, vocês fazem parte desse momento que é dos mais especiais na minha vida. À Pilar Belmonte e Luiza Silveira, e a todos com quem trabalhei durante o tempo que ocupei a assessoria de desinstitucionalização, à rede de saúde mental pública, é inenarrável o aprendizado e construção que vocês proporcionaram à minha vida. Essa tese é uma tentativa de elaboração desse trabalho, e de todos os afetos que o cercaram. Catarina Dahl, pelo momento de trabalho recente dividido, tão amoroso, toda minha admiração.

Ao Edilson da Silva, de quem acompanhei a desinstitucionalização, produção de vida, e morte, todo agradecimento que eu possa fazer, por ter dado um novo sentido à minha vida. “Na modernidade, o amor se tornou uma questão privada. Precisamos de uma concepção mais generosa e irrestrita do amor. Precisamos recuperar hoje esse sentido material e político do amor, um amor forte como a morte. Isto não significa que não possamos amar nossa mulher, nossa mãe e nosso filho. Significa apenas que nosso amor não termina aí, que o amor serve de base para nossos projetos políticos em comum e para a construção de uma nova sociedade. Sem esse amor, não somos nada”, ensinam Toni Negri e Michael Hardt. Casa Nuvem, Roosivelt, Mário Miranda, Lu Ornellas e Celio Gari, Paulo Telles, Eloisa Samy, André Miguéis e Paula Kossatz (representando os midiativistas e ativistas independentes), todos os

coletivos, Bruno Cava, e tantos que não conseguirei nomear e que dedicam muito da vida ao projeto de uma cidade e um mundo inclusivos, obrigada pelas parcerias e incentivos nas lutas políticas que enriqueceram de fundo essa tese, contra as opressões das singularidades. Círculos de Cidadania, projeto de construção política pelas bases, endereçamento do meu afeto e de um futuro melhor sempre, no coletivo. Thais Rangel, mestra da arte de bailar, sem suas aulas meu corpo não teria se entregado com a mesma qualidade a essa escrita. Marcelo Castañeda e Renata Estrella, meus amigos, obrigada pelo carinho! E todos das ruas, das praças e dos espaços públicos de produção de afeto, da luta, saibam que um trabalho acadêmico só tem valor quando compartilhado, e de compartilhamento vocês entendem: meu amor, meu amor, meu todo amor... nesse momento que encerra um ciclo, abre outro, imprevisível, mas certamente de muito luto (verbo) e alegrias. Obrigada ao futuro que já chega.

O seu ofício de psicanalista merece que vocês se detenham um momento sobre o que significa falar. É um exercício vizinho, ainda que de natureza um pouco diferente, ao das recreações matemáticas – aos quais nunca se dá bastante atenção – pois isso sempre serviu para formar o espírito.

Aqui, isso vai além da esquisiticezinha. Não é algo que possa inteiramente ser objetivado, formalizado, é no nível do que se oculta, é ali que vocês detém com menos boa vontade, e no entanto é ali que jaz o essencial do que se passa quando vocês estão em relação com o discurso de um outro.

Jacques Lacan

RESUMO

MAYERHOFFER, F. M. A. *A função psicalisante como condição de singularidade em uma experiência política de desinstitucionalização*. 2015. 204 f. Tese (Doutorado em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Essa tese apresenta alguns momentos de uma experiência na operação da função política de assessoria de desinstitucionalização na gestão pública da saúde mental da cidade do Rio de Janeiro. Essa função teve como tarefa o planejamento e execução do fechamento de algumas instituições psiquiátricas de modelo manicomial, assim como o ordenamento da rede de saúde mental municipal no que tange à desinstitucionalização. Esta é entendida como a construção do projeto clínico de saída dos pacientes de iatrogênicas internações, mas também a desinstitucionalização representava nesse contexto a qualificação da direção ética e clínico-metodológica do saber e da prática na gestão da clínica da saúde mental pública. O lugar do operador da gestão foi o foco desta tese, que encontrou na posição do psicanalisante a incidência de uma direção e prática de gestão clínica mais afeitas à ética, no que diz respeito ao exercício de uma função política. A posição do psicanalisante é definida pela ocupação do sujeito do inconsciente no lugar do Outro, do trabalho, no discurso do analista, como Lacan o define. Esse é o lugar que o sujeito ocupa em trabalho, causado pela incidência do objeto *a* e sua propriedade de hiância, de fazer furo e singularizar um sujeito e sua prática. No discurso do analista e em sua incidência sobre o lugar ocupado pelo sujeito em trabalho o saber está barrado na ocupação do lugar da verdade, o que produz como resto um significante-mestre desbastado de seus efeitos totalitários. Demonstra-se em que momentos tal incidência ocorreu ou não. A tese que se apresenta aqui é baseada nos efeitos do objeto *a*, de singularização e invenção num sujeito ocupando um lugar político, portanto atravessado por essa posição do psicanalisante.

Palavras-chave: Psicanálise. Saúde mental. Desinstitucionalização. Política pública de saúde mental. Singularidade.

ABSTRACT

MAYERHOFFER, F. M. A. *The psychoanalyt position as uniqueness condition in a political experience of deinstitutionalization*. 2015. 204 f. Tese (Doutorado em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

This thesis presents some moments of an experience in the operation of the deinstitutionalization consultancy political function in the mental health public administration of the city of Rio de Janeiro. This function had as task the shutdown planning and execution of certain asylum model psychiatric institutions, as well as organizing the municipal mental health network in regards to deinstitutionalization. This is understood as the clinical project build-up of iatrogenic admissions patients' departures, but also the deinstitutionalization represented, in this context, the qualification of the ethical, clinic and methodological direction of knowledge and practice in public mental health management. The role of the management operator was the focus of this thesis, which has found in the psychoanalyt position the incidence of a management practice and direction more related to ethics, with regards to the exercise of a political function. The psychoanalyt position is defined by the occupation of the subject of the unconscious in the place of the Other, in the work, in the discourse of the analyst, as defined by Lacan. This is the place that the subject occupies at work, caused by the incidence of the object *a* and its characteristic of *hiance*, of making holes and singularizing a subject and their practice. In the discourse of the analyst and its incidence over the place occupied by the subject at work, knowledge is blocked in the occupation of the place of truth, which produces as leftover a master-signifier, thinned out of its totalitarian and imaginary effects. It is shown in which moments this incidence has occurred or not. The thesis presented here is based on the effects of the object *a*, of singularization and invention in a subject occupying a political place, therefore penetrated by this psychoanalyt position.

Keywords: Psychoanalysis. Mental health. Desinstitutionalization. Mental health public policy. Singularity.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	POLÍTICA E ÉTICA	23
1.1	A política	28
1.2	A ética e a política	34
1.3	A castração, o impossível do “bem” e a função psicanalisante	42
1.4	O empuxo da totalização do discurso <i>versus</i> a ética da incidência dos efeitos de hiância do objeto <i>a</i>	47
1.5	A realidade da singularidade como política/ética	68
2	ALGUNS RECORTES DE UMA EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL	83
2.1	As proposições legislativas e o saber	86
2.2	Algumas de nossas experiências no processo de fechamento da Casa de Saúde Dr. Eiras de Paracambi (CSDE-P)	92
2.2.1	<u>Uma experiência de apoio da saúde: invenção do recurso das clínicas de apoio como aporte para a desinstitucionalização</u>	101
2.2.2	<u>Uma experiência de mediação <i>da e com</i> a Justiça</u>	107
2.2.3	<u>A lógica da co-responsabilização da Assistência Social na desinstitucionalização, com o caso Dilson</u>	108
2.3	Notas sobre a desinstitucionalização	111

2.4	A política e os discursos	120
2.5	Impossíveis do psicanalisar e do governar	138
3	O ATO POLÍTICO NA EXPERIÊNCIA DE FECHAMENTO DA CLÍNICA DAS AMENDOEIRAS E SUA RELAÇÃO COM O DISCURSO DO CAPITALISTA	141
3.1	O processo de fechamento da Clínica das Amendoeiras e a balança entre os lugares de sujeito e objeto	141
3.2	Ato político e ato analítico	149
3.3	O empuxo do discurso do capitalista, na saúde mental	158
	CONCLUSÃO	187
	REFERÊNCIAS	191

INTRODUÇÃO

Essa tese faz a abordagem de um processo de trabalho político/clínico na saúde mental, nosso objeto de pesquisa pela via singular de como nos foi possível, ou não, a transmissão do que há de radical na singularidade da clínica de pacientes graves, institucionalizados, no contexto da política. Isto na perspectiva de refletir sobre como se verificar quando, pontualmente, a política, em fragmentos de nossa experiência, foi e não foi atravessada pela função do psicanalisante, um lugar de desejo causado no discurso do analista pelos efeitos de hiância do objeto *a*. Utilizamos fragmentos da experiência para refletir sobre o atravessamento da clínica, da singularidade, na operação da política. Partimos da função psicanalisante como uma referência teórica para pensar o exercício de um operador de gestão em saúde mental quando atravessado pela ética. Essa função é definida segundo o discurso do analista como o lugar de trabalho ocupado pelo sujeito, causado pelo objeto *a*, o que coloca o sujeito como assumindo seus efeitos de hiância, portanto os efeitos de um “não-todo” do qual é objeto em sua posição discursiva, delimitada pela forma como aquiesce ao desejo, da forma como Lacan (1967-1968) nos situa, especialmente no *Seminário 15 – o ato psicanalítico*.

Fomos trazidos a essa pesquisa por nossa dissertação de mestrado, intitulada *O lugar ético dos sons musicais quando significantes na clínica e na política de saúde mental infanto-juvenil* (ABREU, 2008), na qual refletimos sobre a clínica psicanalítica atravessada pelo recurso aos sons musicais, exercida num CAPSi¹ da rede pública de saúde mental infanto-juvenil, dispositivo que acolhe crianças e adolescentes com grave sofrimento psíquico em regime de hospital-dia. O uso dos sons musicais, matéria de trabalho por vezes extremamente rica, como demonstrado na dissertação, é oriundo de nossa formação de origem, a musicoterapia. O último capítulo da dissertação, *A relação ética da clínica dos sons musicais com a política de saúde mental*, deixou-nos questionamentos sobre as relações da clínica com seus vieses políticos. Como a ética se apresenta na política? Como o discurso do analista se faria norteador da leitura de uma experiência relacionada às políticas públicas de saúde mental?

Tal pesquisa, levada adiante na presente tese, foi motivada por outras duas práticas de nosso exercício no campo público da saúde mental, a experiência como supervisora de

¹ Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil, dispositivo de saúde mental, como os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), mas de referência para crianças e adolescentes, previsto na *Portaria 336*, que regula o funcionamento deste tipo de instituição pública. Em nosso caso, trata-se do CAPSi Maria Clara Machado, situado no município do Rio de Janeiro. Cf. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002.

desinstitucionalização de duas instituições, ambas por dois anos cada. Uma instituição refere-se ao outrora maior hospício privado da América Latina, a Casa de Saúde Dr. Eiras (CSDE-P), situada num município próximo ao do Rio de Janeiro, Paracambi, sob intervenção para fechamento entre os anos de 2000 e 2012, devido às suas miseráveis condições de funcionamento e atendimento à população. E a outra instituição onde fomos supervisora foi o primeiro manicômio judiciário do país (PEREIRA, 2006, p.264), criado em 1921, o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho (HCTP-HH), na então capital federal, o Rio de Janeiro. A outra e principal prática que motivou essa tese foi a passagem da supervisão para um cargo na gestão de saúde mental, referente à gestão da desinstitucionalização municipal no Rio de Janeiro. Essa pesquisa será centrada em alguns recortes dessas nossas experiências, especialmente de fragmentos do processo de intervenção da CSDE-P, com sua referente Ação Civil Pública, mas também em recortes do processo de mudança do HCTP-HH, um dispositivo pautado pela lógica de prisão e depósito de loucos infratores transformado num lugar de passagem regido pelos princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira, e por fim em recortes do processo de fechamento da Clínica das Amendoeiras. Na Dr. Eiras fomos supervisora e posteriormente gestora, sendo que houve um tempo, até conseguirmos contratar outro profissional para a supervisão, em que essas funções se sobrepuseram. No Heitor Carrilho mantivemo-nos durante os dois anos de supervisão também na função de gestão². Já do processo de fechamento da Clínica das Amendoeiras apenas participamos pela via da função de gestão. Em relação a essas três instituições houve portanto um período inicial em que exercemos as duas funções, de supervisão e de gestão, atuando de acordo com as urgências dos casos na articulação da reinserção destes no município do Rio de

² Em relação ao Heitor Carrilho, instituição na qual houve por um tempo prolongado a ocupação de duas funções, onde tanto éramos a supervisora de desinstitucionalização para a equipe no que tangia os casos do município, quanto estávamos simultaneamente na função de gestão da desinstitucionalização na Prefeitura, explicitava-se uma dificuldade a mais no manejo do trabalho, a de separar as duas funções em seus respectivos espaços de atuação e intervenção. Muitas vezes foi necessário o reenvio de questões para os seus devidos lugares, tanto da supervisão para os espaços de gestão, quanto destes para o de supervisão. Podemos testemunhar na rede de saúde mental essa ocorrência como frequente: que se demande que dos lugares político/institucionais se resolvam impasses nos casos clínicos que só podem ser dirimidos pela mudança de posição e manejo dos profissionais que os atendem. Uma outra questão é a especificidade de cada função, supervisão e gestão. Pensamos que, na função de gestão, o supervisor deve não ceder da clínica ser construída interrogando os profissionais sob supervisão quanto a suas posições. O gestor pode apenas interrogar quando se dá conta que se cedeu da clínica. Se o gestor está na posição de fazer essa interrogação, fica implícito que ele também está em posição de não ceder do desejo quanto ao singular da clínica, conseqüentemente da política. Mas adiante ele só pode ir sob o risco de passar a ser invasivo e prevalecer-se da posição de poder. O supervisor, ao contrário, pode ir adiante, fora da posição de poder, pois que esta é sua função, sendo quem vai sustentar o caso e interrogar os profissionais, inclusive, por que não, as posições subjetivas quando estas têm como efeito a queda de um caso. O que não impede, pelo contrário, visto que isso é comumente necessário, que o supervisor possa ter a ajuda do gestor e vice-versa nos manejos de suas funções.

Janeiro, período em que não sabíamos exatamente em que momento respondíamos de que função, o que somente pôde ser delineado posteriormente.

À nossa função como supervisora cabia a nomeada desinstitucionalização³: reinserção na rede de saúde mental dos pacientes internados iatrogenicamente por décadas, práxis que visa a construção de um projeto clínico de laços no território, para a efetivação ética de uma saída da hospitalização. A desinstitucionalização pressupõe a ruptura com o discurso historicamente datado do isolamento em grandes asilos de tratamentos massificados como direção de trabalho para com a loucura e todo tipo dos ditos desvios sociais. Como consequência deste trabalho de supervisão institucional, que já nos embasaria clinicamente na pesquisa sobre os atravessamentos da política na gestão da clínica, pois a referida função engajava-se como exercício de uma determinada direção clínico/política da gestão municipal das políticas públicas de saúde mental, adveio – simultaneamente ao nosso ingresso no Programa de Doutorado em Pesquisa e Clínica em Psicanálise – a passagem para o cargo de assessoria na Área Técnica de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, levando-nos mais diretamente para o exercício de operadores da gestão da clínica e suas implicações ético-metodológicas. Essa função, chamada de Assessoria de Desinstitucionalização⁴, aproximou-nos do centro do funcionamento da gestão pública da

³ A supervisão dos casos de longa permanência teve como cargo dois nomes diferentes durante nossa experiência, desde supervisora até gestora. Enquanto éramos apenas supervisora da Dr. Eiras o nome era supervisão de saúde mental, primeiro modelo de supervisão especificamente para os casos de longa permanência de internação psiquiátrica proposto pela então Gerência de Saúde Mental, no ano de 2003. Quando passamos para a segunda função, na gestão, o nome passou a ser supervisão de desinstitucionalização. No entanto, o nome supervisão era utilizado com uma questão, pois apesar da função *stricto sensu* de supervisão ser a direção do trabalho de todos os supervisores, na CSDE-P, por exemplo, era necessário entrar diretamente nos casos devido à configuração do trabalho, que tinha como objetivo tirar os pacientes da instituição, mas na qual muitas vezes encontrávamos os casos ainda por serem construídos e uma ausência de possibilidade de que a equipe que ali trabalhava o fizesse apenas com uma orientação. Portanto não somente dávamos supervisão para a equipe, no sentido rigoroso do termo, mas fazíamos um trabalho de mediação para que os casos retornassem ao nosso município, o que englobava desde um ponto mais próximo à supervisão, como sentar sistematicamente com a equipe e trabalhar as direções dos casos apenas com orientação, até quando não havia caso algum, entrevistarmos o paciente e construir um vínculo que possibilitasse nossa entrada no caso e no atendimento de sua família, quando havia. A supervisão do Heitor Carrilho não apresentou essa necessidade, trabalhamos somente via as equipes, em reuniões previamente agendadas para a supervisão dos casos referentes ao município. Desse modo, tínhamos desde o exercício mais próximo à função de supervisão, como nos hospitais de custódia, até um manejo muito dilatado desta função, como na CSDE-P.

⁴ A gestão da saúde mental no município do Rio de Janeiro da qual fizemos parte e é objeto aqui de nossa pesquisa corresponde ao período 2009-2012, coincidente com a primeira gestão do atual prefeito, que está em seu segundo mandato. A configuração feita na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para a Área Técnica de Saúde Mental era a de uma divisão numa parte responsável pela atenção terciária e outra pela atenção primária, então Superintendência dos Institutos Municipais e Coordenação de Saúde Mental, respectivamente, que trabalhavam conjuntamente. A Superintendência tinha uma assessoria direta e a Coordenação uma Gerência de Saúde Mental. Nesta segunda efetivou-se o trabalho a partir de Assessorias técnicas de gestão, que além da de desinstitucionalização, que era transversal às duas instâncias, englobava outras sete: Bolsas e Convênios, Formação e Pesquisa, Geração de trabalho, renda e cultura, Álcool e Drogas, Infância e Adolescência, Matriciamento, CAPS e Residências Terapêuticas, estas duas últimas foram com as quais trabalhamos mais

clínica de saúde mental e da desinstitucionalização, colocando-nos no cerne da questão sobre a criação de possibilidades e conseqüentemente o enfrentamento com as impossibilidades – tal qual Lacan (1992b, p. 43) as toma, como fato de estrutura – nesse encontro entre política e clínica.

Essas são as experiências sobre as quais refletiremos quanto aos princípios que a nortearam, tanto os princípios das políticas públicas quanto, como bússola clínica e política, a direção do discurso do analista, direção através da qual o desejo implica para o sujeito sua posição frente aos efeitos de hiância e *destotalização*. Nomearemos esse desejo como a sustentação da posição de considerar a singularidade de cada caso, também no exercício de um cargo de gestão, além de pensarmos especificamente a clínica através de alguns casos que acompanhamos na função de supervisão. As experiências políticas nos subsidiarão como uma espécie de casos clínicos, em relação aos quais perguntaremos quais foram os efeitos que dela advieram quando de sua encarnação pela via da lógica da singularidade ou da lógica que a exclui. Este caminho é o que inclui a lógica segundo a qual uma direção, mesmo que norteadora de uma prática deve ser verificada a cada vez.

Pela lógica da psicanálise, tudo o que é da ordem do totalitário, no sentido do que se dita e estabelece como verdade antes de ser verificado, merece questionamento. Por exemplo, indo a um outro contexto, o de um paciente quando chega com uma demanda de análise, em nosso consultório. O que é impossível para ele? Muitas coisas. É no manejo entre trabalhar o que poderia ser e o que se torna possível que *a posteriori* o impossível se delinea. O impossível é o real, que, no entanto, somente pode ser cernido, bordejado, pelo simbólico, a partir do que é possível, do que se tange. O impossível é o que fica de fora, mas é ao que se chega, não aquilo de onde se deve partir, pois assim presunçosamente tentaríamos saber o que é o real. O que se deve fazer é apostar no advento de possibilidades para que o sujeito saia da absorção sintomática que o paralisa e o impede de estar mais conforme ao seu desejo. Essa aposta vem do desejo, pelo qual não se espera nada do sujeito, mas lhe tributa todas as fichas. É a aposta que tentamos fazer valer também como atravessamento da singularidade, da clínica, na política, nos recortes de nossa experiência que apresentaremos na tese. Cerniremos algumas possibilidades de trabalho que fizeram furo na lógica que teria o totalitário, isto é, trataremos aqui de alguns possíveis, dentre tantos impossíveis que se verificam, especialmente no campo das políticas públicas. Como os poderes públicos responderam ao longo desse

processo, que efeitos da posição dessas respostas se apresentaram na condução dos casos e em seus desfechos, é o que pretendemos analisar, com a intenção de demonstrar clinicamente de que forma a apreensão do que era considerado um impossível – fechar um manicômio com quase duas mil pessoas tratadas como dejetos, transformar um manicômio judiciário num lugar de acolhimento, fechar de forma ética um outro onde os pacientes foram institucionalizados ainda crianças, fazer falar alguns casos tão graves, com apostas no desejo – pôde ser trabalhada com o atravessamento do impossível a ser dialetizado na submissão com que o sujeito se coloca no sintoma. Assim, chegaríamos à direção do que seria o impossível de simbolizar, ao *sinthoma*.

Entenderemos como clínica nessa tese, no que disser respeito a esta dimensão atravessando a política, uma posição discursiva de transmissão do que há de radical na singularidade, radicalidade que se apresenta na clínica *stricto sensu* dos pacientes a desinstitucionalizar, mas que se não transmitida e sustentada em sua correspondente política é fadada a limitar-se a uma “adaptação ortopédica” acachapadora do sujeito do inconsciente. Trata-se aqui então de clínica não em relação a um lugar de tratamento, mas do registro da singularidade, da tentativa de inscrição do reconhecimento da singularidade no “discurso” político.

Com Freud, qual é o mal-estar da articulação dessas duas “civilizações”, a psicanálise e a política – donde temos que a psicanálise é um ponto de contra-engrenagem em toda e qualquer civilização, aí compreendida a política? Tratar-se-ia de política apenas quando nos referíssemos ao nível coletivo? A psicanálise diria respeito apenas ao que é singular? Se assim fosse, e a transmissão, como a faríamos? Se desde o início de sua descoberta a psicanálise vem nos fazer ver a constituição humana tributária do desejo do Outro, como Lacan lê em Freud, o sujeito não é nunca *individual*. No sentido de que se sua singularidade é sempre ao que se visa, ela não se constitui sem o Outro, nem se endereça senão ao Outro. É uma interpretação do discurso clínico o que se intenciona aqui, na ideia de que este, resguardando a especificidade do discurso político, não deixe de interpretá-lo. A se considerar o sujeito como sujeito *do* inconsciente, pensemo-lo quando inserido no contexto da política. São questões de diferentes níveis que nos atravessam. Com a psicanálise, sabemos que o *savoir y faire* que advém no fim de análise trata a ordem corrente de normas sociais com uma subversão operada pelo *sinthoma*, portanto a psicanálise nos subsidia como teoria de referência para a leitura de uma experiência política na perspectiva de colocar numa relação de amarração borromeana as dimensões do singular e do coletivo.

A posição do psicanalisante é a posição agenciada pelo discurso do analista e pode se fazer norte de uma experiência política, de um operador de gestão em saúde mental, quando aquela se coloca sob os efeitos do sujeito, como Lacan (1967-1968) define no *Seminário 15* a posição contrária à de totalização. Sendo impossível que o discurso do analista opere *stricto sensu* em qualquer experiência fora do campo da análise propriamente dita, a forma como ele opera a função do psicanalisante que pode atravessar uma posição política possibilita a transmissão da singularidade inerente à direção deste “discurso”. Lacan (1986, p. 21) disse em seu *Seminário I – Os escritos técnicos de Freud*, que “o progresso de Freud, sua descoberta, está na maneira de tomar um caso na sua singularidade”. Perguntando, “*Tomá-lo em sua singularidade*, o que quer dizer isto?”, responde:

Quer dizer essencialmente que, para ele, o interesse, a essência, o fundamento, a dimensão própria da análise, é a reintegração, pelo sujeito, da sua história até os seus últimos limites sensíveis, isto é, até uma dimensão que ultrapassa de muito os limites individuais.

É o que nos autoriza tomar no lugar da análise e mesmo da clínica *stricto sensu* a dimensão clínica que atravessa a política. Transmissão a partir de um lugar de trabalho, de forma análoga à ocupação que o sujeito faz na posição de psicanalisante do discurso do analista, causado pela dimensão de hiância do objeto *a*. Este é definido no *Seminário 20* (LACAN, 1985, p. 186) como “causa pela qual o sujeito se identifica com seu desejo”. Sustentar clinicamente a cada discussão de caso o mínimo traço restante de ligação de um sujeito institucionalizado com um profissional, com um território, uma rua que seja, uma mínima lembrança falada, ou mesmo escrita em prontuário, isso é sustentar na política a transmissão do registro da singularidade, que *ultrapassa de muito o individual*.

A política, prática para todos, exercida para legislar maciçamente sobre os mortais circunscritos num determinado território geográfico, também deve ser tomada como aposta no desejo, onde este valha num “para todos” lógico, somente verificável no um a um. A um político não se deve furtar o direito de desejar o *bem* de *todos*. Na política esse bem é via de regra desejado a partir do que seria o próprio bem para o político mesmo, sabemos. Mas isso não impede que haja políticos que atravessem suas práticas pelo que escutam que *seria* o desejo do outro, como de uma forma bela nos diz Lacan:

Seria um erro acreditar que em algum lugar há políticos sábios que calculam exatamente tudo o que se deve fazer. Seria igualmente um erro acreditar que não os há – eles existem. Não é seguro que estejam sempre no lugar de onde se pode agir congruentemente. Mas, no fundo, talvez não seja isso o que tem tanta importância. É suficiente que eles existam, mesmo em outro lugar, para que aquilo que é da ordem do deslocamento do discurso apesar de tudo se transmita. (LACAN, 1992b, p.160).

É esse nosso intento, pensar se e quando houve ou não efeitos de deslocamentos de discurso em nossa experiência. Dos discursos, trata-se de verificar como compareceram representando posições de sujeito, a partir de que consideramos que a política é texto que carece de interpretação, texto que pode ser lido segundo quaisquer dos discursos, isto é, interpretável. Nessa tese, interpretaremos os textos que descrevem algumas experiências de nossa prática a partir das incidências dos discursos universitário e do mestre e, como contraponto a estes, a função do psicanalista definida a partir do lugar que o sujeito ocupa no discurso do analista. Na prática política, interrogaremos o empuxo⁵ da regência do discurso universitário, versão pervertida do discurso do mestre, verificando como foi exercida mais, ou menos, a partir da sustentação ou não de um lugar causado pelos efeitos de hiância do objeto *a* que a interveniência do discurso do analista faz a partir da posição do psicanalista, pensando nisso a incidência da castração como norteador ético. Teremos como esteio uma reflexão sobre a política da psicanálise, dialogando com o que seja a política na sua acepção geral, a partir de suas referências histórico-filosóficas. Definiremos o que pode vir a ser uma direção política atravessada então não pela política da psicanálise, mas pelo que nela representa o discurso do analista em seus efeitos de singularização, uma política em sua sustentação do singular como tendo sido uma direção ética possível de nossa experiência de gestão da clínica exercida sob a perspectiva das políticas públicas de saúde mental. Quanto à política, sendo notória sua habitual distância do que quer que diga respeito ao que é de cada um, de cada vez, enfim, singular, que rege o discurso analítico, a nomearemos também com seu tradicional empuxo do que é da ordem do Um, do Um total. Não sendo a política um discurso, não deve ser apreendida como totalitária *a priori*, pois isso contrariaria a lógica dos discursos que Lacan (1992b) desenha a partir do *Seminário 17*.

Freud, que ao criar a psicanálise imprime como consequência desta um posicionamento político, centrado no sujeito do inconsciente, será então nosso guia teórico, à luz da leitura que dele fez Jacques Lacan. Pensar a causa que nos engaja nesse campo e os atravessamentos do ideal e da ideologia como consequência do imaginário inexoravelmente presente no funcionamento humano é um dos aspectos que abordaremos, com o esteio do

⁵Empuxo é um conceito da física que se refere a uma força quando esta atua num corpo imerso em algum fluido na direção de empurrá-lo para cima, tal qual descreveremos no quarto capítulo. Desse modo, nessa tese usaremos tal conceito pela forma como ele se define em seu rigor, como uma força que *empuxa* alguma coisa. Por isso mudamos sua preposição: ao contrário do que se usa no senso comum, quando se diz comumente que “tal coisa tem o empuxo *a* alguma outra coisa”, quando assim as frases forem aqui construídas terão a preposição *de*: empuxo *do* total, empuxo *do* capitalismo, etc.

Freud de principalmente *O Mal-estar na civilização* (FREUD, 2010f) e *Psicologia das massas e análise do eu* (FREUD, 2011a) e do Lacan dos Seminários *A lógica do fantasma* (LACAN, 2008) e *O avesso da psicanálise* (LACAN, 1992b). O que nos interessa é nossa experiência segundo a qual verificamos ser possível problematizar o que *seria* o bem para o outro, trabalhando na direção de que é o desejo no lugar do bem o que deve ser visado. O desejo não está dado, deve ser formulado pelo sujeito, e por isso, agora entrando na linguagem das políticas públicas de saúde mental, é por esse viés que conseguimos em alguns momentos trabalhar na lógica da construção do projeto terapêutico, como se diz, pautado no que chamamos de desinstitucionalização, e esta não apenas da cronificação na qual se chafurda o sujeito frágil perante o Outro, mas desinstitucionalização de todo saber que faz obstáculo à emergência do sujeito do desejo – questionando assim o que vem enunciado pela via do discurso do mestre. Tratamos, portanto, em relação ao encontro com as diversas posições subjetivas presentes nos profissionais e serviços a serem acolhidos pelo lugar de gestão, da “desinstitucionalização” de apreensões totalitárias da *práxis* neste campo, do chamado saber prévio que faz resistência às possibilidades de construção e invenção.

No primeiro capítulo pretendemos apresentar as principais balizas políticas da psicanálise a serem extraídas das obras de Freud e Lacan, para dialogar com as concepções de política fornecidas pelos vieses filosófico e histórico, posicionando-nos preferencialmente na via arendtiana do pensamento socrático, na medida em que para Arendt Sócrates é a origem do pensamento crítico⁶. É o que objetivamos destrinchar para cernir o lugar da política através do pensamento clínico: uma relação que tomaremos como *moebiana* no lugar político. O que Lacan (2008a) quer dizer ao enunciar que “o inconsciente é a política”⁷, no *Seminário 14*? Tal qual no campo da clínica, é a castração que se faz norteadora de uma experiência ética no campo da política, delimitando os lugares de uma e outra para que uma certa *fantasmaticização* não seja sua pauta. Por *fantasmaticização* leia-se aqui um excesso de gozo que se extrai de atuações políticas que não respeitam a especificidade deste lugar no que ele impede que se o exerça livremente pela regência inadvertida do inconsciente, lugar do discurso do mestre, que quando não interrogado pode levar a certas práticas de atuação – por exemplo, quando confrontam o sujeito com seu próprio fantasma, em vez de se manter numa lógica discursiva

⁶ “Sócrates é, no entanto, um referencial permanente no pensamento arendtiano, enquanto ‘tipo ideal de cidadão-filósofo’”, apesar, como diz essa autora que é uma das principais comentadoras de Hannah Arendt, dela não ter se preocupado em enfatizar a importância dessa referência em sua obra. Cf. WAGNER, 2006, p. 27-28.

⁷ “Eu não digo a política é o inconsciente, mas simplesmente, o inconsciente é a política”. (LACAN, 2008a, p.350).

de questionamento sobre a direção de trabalho. Falamos aqui de situações tantas vezes testemunhadas quando, em reuniões de trabalho, intervém-se com falas pessoais sobre o “jeito” daquele que defende sua posição. Tais abusos colocam aqueles que o fazem numa posição que pode vir a ser perversa, desestabilizando o sujeito ao qual é endereçada. Política que nomearemos como política da identificação, imaginarizada, diferentemente de uma política ética, efeito do atravessamento do reconhecimento das diferenças.

No segundo capítulo, partiremos de nossa experiência no cargo de assessoria técnica da gestão de saúde mental no âmbito municipal, com nosso acompanhamento da construção de uma metodologia para a desinstitucionalização, construção que se deu principalmente através da ação de fechamento da CSDE-P. O processo de desinstitucionalização se deu pela chamada rede de saúde mental, notadamente dos CAPS. É este o dispositivo *princeps* sobre o qual se sustentou a Reforma Psiquiátrica Brasileira, nascida do questionamento dos saberes vigentes, com as péssimas condições de institucionalização da clientela psiquiátrica. De que saber se fazem as leis que norteiam as práticas é uma das questões nas quais nos debruçaremos. Através deste caminho descreveremos algumas das políticas públicas de saúde mental, assim como parte de suas diretrizes e de seus matizes teóricos. Analisaremos mais especificamente o que sejam as políticas para a desinstitucionalização, tomando este conceito como alvo de nossa reflexão, isto é, pensando de que lugar, na clínica e na política, se institucionalizam e/ou desinstitucionalizam diretrizes, e de que lugar o processo de desconstrução do que está instituído é fundamental como prática cotidiana para aí sim, chegarmos a uma desinstitucionalização que se deseja. Pois é preciso não perder de vista que o sujeito objeto dessas práticas de segregação são psicóticos ou neuróticos graves, os quais padecem justamente do laço com o outro, conseqüentemente de não poderem ter lugar em canto algum, em instituição alguma. Carecem na verdade de institucionalizações favorecedores do laço, do gozijo de um pertencimento que para eles é tão sofrido. Teremos como reflexão em nossa pesquisa os efeitos de deslocamento encontrados nos CAPS no que se refere a essa tarefa quando do início de nosso trabalho como supervisora, em 2007, em relação ao que verificamos ter acontecido pelo acompanhamento desde o nosso lugar posterior, junto à gestão, que se deu entre 2009 e 2013.

Vemos o operador da gestão na política atravessado pela singularidade confrontar-se em alto grau com a importância de uma transmissão ética, pois é aí mesmo que, como diz Freud (2011a) com a *Psicologia das massas e análise do eu*, o fenômeno imaginário de grupo traz seus mais nefastos efeitos. Essas duas dimensões, do singular e do coletivo no exercício de um cargo político na saúde mental se apresentam por meio do atravessamento ou não da

função do psicanalisante com a interveniência que nela faz o discurso do analista. Nosso percurso foi feito com a construção de uma direção clínico/política que teve a intenção de ter os princípios éticos do desejo singular, contrapondo-se ao empuxo do totalitarismo comum à política, que colocaremos nesse capítulo à luz da experiência. Isto com a referência da interveniência do discurso do analista como o que faz girar os discursos, sendo o avesso do discurso dominante, no sentido de que o discurso dominante, o do mestre, é que é “o lugar em que se demonstra a torção própria do discurso da psicanálise” (LACAN, 2009, p. 9). O discurso do analista assim sendo oposição a que um significante faça o que pode se chamar dominância, como agente dos discursos. Três experiências, com a saúde em geral, com a justiça e com a assistência social, nos servirão de material para interrogar os giros discursivos ocorridos ou não nos fragmentos que traremos dessas situações, levando-nos à questão de que a sustentação do atravessamento da função psicanalisante possibilitou uma construção coletiva de acompanhamento dos casos graves com os quais tínhamos a responsabilidade de desinstitucionalizar. Essa reflexão será feita a partir do significante, tendo a palavra que circula nas situações políticas como eixo de teorização. Uma breve reflexão sobre os dois impossíveis em questão no *analisar* (clínico) e no *governar* (fazer a operação de gestão da desinstitucionalização) fechará esse capítulo.

No terceiro capítulo pensaremos essas questões articulando-as com o que teria sido uma passagem ao ato no que se propôs político/clinicamente em relação ao fechamento de uma outra instituição psiquiátrica, a Clínica das Amendoeiras. Tomaremos em análise nosso encontro, como gestores técnicos, com as posições diferentes do secretário de saúde e da promotora pública quanto ao caso em questão. Nesse “caso político” analisaremos a insistência que foi necessária para que houvesse a sustentação de uma transmissão da singularidade radical com a qual se posicionavam pacientes internados desde a infância nessa clínica que precisava ser fechada, mas que não poderia sê-lo desconsiderando, como demandado, o vínculo primordial, um jeito de continuar existindo que, mesmo na miséria mais abjeta, foi construído. Se os pacientes fossem retirados da clínica de forma imediata, sem um mínimo trabalho clínico singularizado, estar-se-ia cometendo uma passagem ao ato, o que aliaremos a mesma direção que toma o empuxo do discurso do capitalista e então da não submissão aos efeitos da castração, direção contrária a do ato, definido pelos efeitos de singularização que verificam mudanças no real institucional. É um lugar que, supomos, pode ser encarnado pelo político atravessado numa ocupação em balança entre a incidência da posição de objeto e a de sujeito, uma vez que o lugar de objeto, estritamente, somente o analista pode ocupar. Na política então se apresenta essa dimensão da singularidade radical

própria ao discurso do analista e seus efeitos a partir de um exercício político mais afeito ao lugar da verdade, da verdade semi-dita. Desta radicalidade, própria ao sujeito do inconsciente, surge-nos a hipótese de que *fazer análise é um posicionamento político do sujeito* que, em sua constituição, já nos esclareceu Freud, repete o ato civilizatório do, agora com Lacan, *savoir y faire* com o real – ao ceder de suas paixões imediatas em nome da constituição dos laços. Tomamos esse *fazer análise* num sentido amplo, de fazer pensar e construir caminhos de reflexão para uma prática na política que seja orientada eticamente a partir da direção da encarnação deste lugar por uma balança entre as posições de sujeito e objeto, a segunda legitimando a primeira. Como pode ser pensada a direção do desejo a partir de seus efeitos na idiossincrática Coisa Pública⁸, onde vemos amiúde desânimo e até desistência, nos lembra que o objeto *a*, em sua face de objeto causa de toda prática, nos interroga sobre como nos ocupamos de nosso desejo, de nossa causa. Quando Lacan (2011b, p.15) diz, em *A Terceira*, que se ficamos com a *pata* metida nisso [em obter o desejo do sujeito] deve-se advertir que é às custas de nós mesmos, de nosso ser, que deve se dar a causação pelo desejo.

Ampliando esse espectro temos o contexto no qual nos inserimos, o atual governo municipal, numa linha contínua com os governos estadual e federal, que situamos a partir do sistema capitalista de forças em jogo de empuxos de retorno às políticas higienistas. As políticas de higienismo foram as adotadas historicamente para a população fragilizada, aquela que foi alvo das equivocadas interações de décadas, quiçá perpétuas. Este é o nicho que poderíamos intitular como resto dentro da perspectiva da saúde mental pública. A experiência do fechamento da Clínica das Amendoeiras se deu diferentemente a partir da inflexão da direção do empuxo do discurso do capitalista pelo discurso do analista, singularizando uma mudança na resposta ocorrida para a gestão daqueles casos clínicos. Tomaremos isso como exemplo de uma política que se fez oposta ao empuxo do higienismo, por uma política da singularidade. Nesse cenário, colocaremos em foco o papel da área técnica de um governo como podendo resistir pontualmente ao empuxo de totalização que a política efetiva, situando nele as possibilidades de estratégia de resistência para a manutenção de políticas afins ao sujeito. A política implica a instituição de algo para alguma coletividade, de uma direção

⁸ Ou *res publica*, coisa política, ou república, conceito para o qual o espaço de liberdade é fundamental, segundo Arendt (1997, p. 113). Para a autora, a *res publica*, a questão pública que surgiu a partir desse contrato, que ligava entre si patrícios e plebeus, se tornou a república romana, estando localizada no espaço intermediário entre os parceiros e os inimigos. (ARENDR, 1997, p.121).

clínica, de uma prática, de diretrizes, instituir⁹ na política sendo estabelecer retificação na pólis, segundo entendemos.

Sendo o ato clínico aquele que faz inscrever alguma mudança singular, o ato político pode implicar também o atravessamento pelo ato clínico. O que queria dizer Lacan (1967-1968, p. 87) ao afirmar no *Seminário 15* que o ato psicanalítico reinterroga “esse ponto de equilíbrio, em torno do qual se coloca a questão do que é o ato” e em texto contemporâneo (LACAN, 2003d, p. 269) que “está claro que, se todo ato é apenas uma figura mais ou menos completa do ato psicanalítico, não há quem domine este último”? Lacan (2003e, p. 407) explicita em *Radiofonia* que somente o ato analítico pode esclarecer qualquer outro ato – mesmo como dito não sendo dominado, uma vez que algo da dimensão do ato analítico está mais ou menos presente em qualquer ato que assim possa ser nomeado, o que está muito longe do que comumente chamamos de ato no senso comum. Resta nomear o que é um ato e no que ele comporta a dimensão de consequência de um dizer por um efeito de divisão, que define o ato analítico. Um ato político, poderemos também defini-lo como o ato que instaura tais efeitos de consequência de divisão? Ao que pretende a regulamentação do sujeito e da singularidade, senão à encarnação por políticos de um discurso onde um saber seria verificado previamente, conferindo-lhe então características capitalistas, na medida em que é nesse “discurso” que o saber se apropria espuriamente do singular e do lugar da verdade? O caso de Emerson que trataremos nesse capítulo perpassa tanto um momento de êxito de uma parceria entre a saúde mental e a atenção primária quanto o completo fracasso do caso: quando assassinado pela polícia “pacificadora” de nosso Estado. Estado brasileiro cada vez mais dominado pelo empuxo do discurso capitalista em sua vertente higienista.

Em nossa tese assim pensamos por um lado as consequências das ações de uma gestão quando atravessada pela ética da singularidade, o que impedia pontualmente que o discurso do sujeito não fosse o norte da direção de trabalho, e por outro lado como a totalização da política responde comumente com uma equivocada interpretação de que a coisa pública não merece a singularização de sua gestão. Em outra dimensão, isso corresponde ao que testemunhamos atualmente, a apreensão de que os cidadãos fragilizados não merecem a mesma justiça que os que podem pagar por ela, em termos financeiros – empuxo do capital se espraiando cada vez mais em nossa sociedade.

⁹ “Dar início a; estabelecer, fundar. Marcar, fixar. Atribuir (-se) missão, tarefa, etc.” (HOUAISS e VILLAR, 2004, p. 420).

1. POLÍTICA E ÉTICA

Abrimos essa tese com a citação de Jacques Lacan (1992b, p. 74), em seu *Seminário 17*, no qual diz: “Do avesso da psicanálise, coloca-se a questão do lugar da psicanálise na política”. De um lugar onde a princípio a psicanálise teria seu avesso, Lacan interroga sua incidência. Este é o esteio no qual nos firmaremos para percorrer deste discurso algumas definições de política que nos situarão na interrogação da definição da política mais geral, pensada de um lugar político quando encarnado ou não pelo atravessamento da função psicanalisante, portanto sob a incidência do objeto *a*. A função psicanalisante é o lugar do trabalho, no alto e à direita no discurso do analista, ocupado pelo sujeito, um lugar que pode ser definido como afetado pelos efeitos de hiância do objeto *a*, que se configura nesse discurso como agente. Lacan (1992b, p. 31) fala em *discurso psicanalisante* no *Seminário 17*, onde desvela a estrutura de seus quatro discursos – o do mestre, o da histérica, o do universitário e o do analista –, mas como o discurso psicanalisante não é um discurso propriamente, além de Lacan¹⁰ referir-se nesse caso ao “discurso proferido efetivamente na experiência analítica”, usaremos a expressão *função psicanalisante* nesta tese, onde pensaremos a incidência desta função fora do campo *stricto sensu* de uma análise. Esta é uma função que tomamos como possível de fazer incidência sobre a experiência de operação da política, uma função causada pelos efeitos de hiância do objeto *a*, tendo o saber barrado ocupando o lugar da verdade, e produzindo como resto um significante-mestre desbastado de seus efeitos totalitários. Trataremos teoricamente nesse capítulo do sujeito numa função política estar em maior ou menor dimensão atravessado pela função psicanalisante, pelo objeto *a* em seus efeitos de destotalização, considerando o diálogo da posição política da psicanálise com alguns pilares do pensamento filosófico. Ateremo-nos mais pormenorizadamente na função psicanalisante no segundo capítulo, no qual a pensaremos a partir de nossa experiência numa função de operação da gestão da política de saúde mental, num âmbito político, portanto, o do município do Rio de Janeiro, com o caso do fechamento da Casa de Saúde Dr. Eiras de Paracambi. No terceiro capítulo avançaremos na reflexão sobre as relações da incidência do objeto *a* no discurso do analista com o dito discurso do capitalista, com a experiência política do fechamento de outra instituição psiquiátrica, a Clínica das Amendoeiras.

¹⁰ Lacan refere-se à posição de analisando que ele ocupa quando se trata de sua transmissão, como fala por exemplo em *Estou falando com as paredes* (LACAN, 2011a, p. 41). É a posição que Pinto (2008, p. 77) utiliza quando diz ser a que o pesquisador também deve ocupar, se localizando como um analisante.

Interessa-nos nesse capítulo refletir sobre a apreensão que se faz do que seja a política num pensamento que talvez possamos momentaneamente nomear de pensamento da massa, ou pensamento do senso comum. Essa reflexão, que deve se fazer perene, é o pensamento crítico, que tomaremos como próximo do pensamento analítico. É o caminho fundamental para separarmos-nos do que vige comumente no mundo das relações prático-políticas por uma tomada de posição ética.

Para Hannah Arendt o pensamento crítico nasce com Sócrates, que por representar o pensamento crítico pela sustentação de uma certa causa ao trabalho do pensamento, serve à autora como exemplo de um homem, “[...] que realmente tenha pensado sem se tornar filósofo, um cidadão entre os cidadãos, alguém que não tenha feito ou reivindicado nada além daquilo que, na sua opinião, todo cidadão devesse fazer e tivesse direito a reivindicar” (ARENDR, 2004, p. 236). É o cidadão que “nunca tenha experimentado formular uma doutrina que pudesse ser ensinada e aprendida”, e que por essas e outras características que descreveremos:

foi escolhido dentre a multidão de seres vivos, no passado ou no presente, porque possuía uma significação representativa na realidade, que apenas necessitava de alguma purificação para revelar o seu pleno significado.(ARENDR, 2004, p. 237).

Arendt (2004, p. 166) em *Algumas questões de filosofia moral* define então socraticamente o pensamento crítico: “Sócrates acreditava que ensinando as pessoas *como* pensar, como falar consigo mesmas, uma ação distinta da arte oratória de como persuadir e da ambição do sábio de ensinar *o que* pensar e como aprender, ele melhoraria seus concidadãos.” (grifos do autor). A atividade do pensamento é definida na sua forma geral, não especializada, como “o diálogo silencioso entre mim e mim mesma”, diz Arendt (2004, p. 224) em *Responsabilidade Coletiva*. Em nota a esse texto, Arendt (2004, p. 355) descreve como o que importa é a *atividade* do pensar por si mesmo, o que pressupõe “dois-em-um”, e não o “eu-sou (que, em primeiro lugar, é um e não dois-em-um – ao agir somos *um*, no mundo aparecemos como sendo *um*) nem os resultados possíveis” (grifos do autor). Arendt (2004, p. 355) diz que Sócrates não ensinava ou tinha conhecimento, mas estava imbuído de um processo perene “com os outros, um processo que dependia de qualquer coisa que lhe fosse proposta para fazê-lo começar a pensar”, assim ele colocava ênfase na atividade do pensar, sobre a qual girou seu julgamento:

Sócrates não ensinava novos deuses, mas ensinava como questionar tudo, e é óbvio que esse empreendimento de abalar os ídolos podia ser muito perigoso. Aqueles que tomam os não-resultados desse questionamento por resultados podem muito bem se tornar perigosos. Ninguém que saiba como pensar vai ser novamente capaz de

apenas obedecer e conformar-se, não por causa de um espírito rebelde, mas por causa do hábito de examinar tudo.

Se fosse possível ao homem ser levado a pensar e a julgar por si próprio, diz Arendt (2004, p. 169), seria possível também abrir mão dos padrões e regras estabelecidos, como isso não é possível, e tem sido negado “por quase todo mundo depois de Sócrates, compreende-se facilmente por que a pólis o considerava um homem perigoso”. Esse ponto do dois-em-um do pensamento crítico supõe a divisão, o que é interessante do ponto de vista de como o pensamento crítico, analítico no sentido amplo, se afina com o próprio pressuposto psicanalítico da divisão do sujeito e de como se propõe tirá-la do escamoteamento comumente testemunhado. Em *Pensamentos e considerações morais*, outro texto do livro *Responsabilidade e Julgamento*, de Arendt (2004, p. 236), ela relata o pensamento crítico como aquele do pensador que descreve o que o “fez pensar”, se encontrando assim fundado na experiência e sendo não-dogmático, “ao contrário dos pensadores ‘profissionais’”. No final deste texto, Arendt fala sobre o pensar ser marginal na sociedade por não criar valores e não descobrir finalmente o que é o “bem”, dissolvendo “regras de condutas aceitas”, aparecendo sua importância somente nos momentos da história onde se esboroam as coisas:

Nesses momentos, o pensar deixa de ser uma questão marginal nas questões políticas. Quando todo mundo é arrebatado sem pensar por aquilo que todos os demais fazem e acreditam, aqueles que pensam são puxados para fora de seus esconderijos porque a sua recusa a se juntar ao grupo é visível e, com isso, se torna uma espécie de ação. O elemento purificador do pensar, a maiêutica socrática, que traz à luz as implicações das opiniões não examinadas e com isso as destrói – valores, doutrinas, teorias e até convicções –, é político por implicação. (ARENDR, 2004, p.256).

Por isso Arendt (1993, p.91) enfatizou tanto em *Filosofia e Política* o abandono da pólis pelo filósofo: “O abismo entre filosofia e política abriu-se historicamente com o julgamento e a condenação de Sócrates, que constituem um momento decisivo na história do pensamento político [...]”. Cisão que se operou motivada pelo trauma da morte de Sócrates, então atribuída à imiscuição entre o pensar e o agir livremente na pólis: marca socrática – como reposta defensiva a esse assassinato, os filósofos se retiraram da intervenção na realidade, esclarece Wagner¹¹ (2006), que sustenta a direção arendtiana de que foi Platão

¹¹ A autora cita também a interpretação de André Duarte, na qual “desde o trauma originário da morte de Sócrates, o filósofo passou a desconfiar e a hostilizar a política”. Cf. DUARTE, 2000, p.164 apud WAGNER, 2006, p. 32. O que Wagner diz que gerou também o abandono do “anseio socrático de instauração da compreensão entre os cidadãos atenienses”, notadamente a partir da filosofia política de Platão, ilustrada pelo *mito da caverna*.

quem se desencantou com a vida da pólis e simultaneamente duvidou de alguns dos princípios socráticos. Diz Arendt (1993, p. 91):

O fato de que Sócrates não tivesse sido capaz de persuadir os juízes de sua inocência e de seu valor, tão óbvios para os melhores e mais jovens cidadãos de Atenas, fez com que Platão duvidasse da validade da *persuasão*. Para nós, é difícil captar a importância dessa dúvida, porque “persuasão” é uma tradução muito fraca e inadequada para a velha *pathein*, cuja importância política evidencia-se no fato de Peithô, a deusa da persuasão, ter tido um templo em Atenas. Persuadir, *peithein*, era a forma especificamente política de falar, e como os atenienses orgulhavam-se de conduzir seus assuntos políticos pela fala e sem uso de violência, distinguindo-se dos bárbaros, eles acreditavam que a arte mais alta e verdadeiramente política era a retórica, a arte da persuasão. (grifo do autor).

Essa cisão inaugura toda uma tradição que alija pensamento de ação, separação que problematiza a relação do sujeito com a palavra e o compromisso com sua dimensão de verdade, no sentido da qual se tira as consequências em ato. A reflexão ética e teórico/prática é exercício ao qual raramente nos dedicamos em funções políticas, exercício necessário para quebrarmos a aparente divisão estanque entre a política e a técnica – divisão que sabemos não ser superável em termos macro no contexto em que vivemos, no entanto podemos nos manter advertidos, com a que a esta divisão supere pontualmente no micro, na aposta de que este faça efeitos no macro.

Essa é a via com a qual nos afinamos na medida em que nos colocamos na perspectiva de que cada cidadão, tenha que função tiver na sociedade, faz política pelo ato de questionar sua comunidade, seja mais, seja menos integrado à mesma. É esse o caminho no qual se reconhece a imperatividade dos impossíveis, mas a partir das criações de possibilidades que somente verificadas os cernem. Arendt (2004, p. 237) diz que o “tipo ideal”, de cidadão-filósofo “representativo de nosso ‘todo mundo’” (ARENDR, 2004, p. 236), aquele que “não se conte nem entre os muitos nem entre os poucos [...]”, seria “alguém que não tenha feito ou reivindicado nada além daquilo que, na sua opinião, todo cidadão devesse fazer e tivesse direito a reivindicar”, o que entendemos como aquele que pensa, que não se faz igualar à massa em nome da tentativa de um reconhecimento narcísico ou de um não querer saber, mas ao mesmo tempo não se coloca como exceção nesse mundo que afinal é o do funcionamento humano. É do que se trata, na atestação da injunção do impossível, de fazer o possível. É um posicionamento clínico, político. É um posicionamento ético. É posicionamento que possibilita o ato.

“O que é exatamente a política lacaniana”, pergunta Sandra Grostein (apud BROUSSE, 2003, p.52) no debate da segunda conferência de Marie-Hélène Brousse no Brasil sobre o inconsciente e a política, ao que esta responderá que a política lacaniana é a própria

“política da psicanálise” (BROUSSE, 2003, p.55), para dizer mais à frente que “há provavelmente duas definições de política: a política do nosso campo e a política mais global” (BROUSSE, 2003, p.56). Partindo desta distinção, pensemos qual seja o contexto onde a política mais global se inscreve.

Fenômeno mais ou menos presente nos mais diversos cantos do mundo com as mais variadas nuances, é senso comum testemunharmos a política ser achincalhada como práxis em oposição à técnica, para não dizer dos piores cenários, como em nosso país, onde aquela é em linha reta associada ao terreno da bandalheira e da impunidade. É o que via de regra se chama o *maquiavelismo* da política. É preciso então interrogar Maquiavel – que não era *maquiavélico*. Raymond Aron, um dos principais comentadores desse que é um dos maiores textos da literatura política, *O Príncipe*, em seu Prefácio coloca em palavras a misteriosa capacidade que essa obra possui de nos inquietar: “Que queria dizer Maquiavel? A quem queria dar aulas, aos reis ou aos povos? De que lado ele se colocava?” (ARON, 2004, p.ix). São perguntas que não nos deixam indiferentes ao situá-las como perfeitamente cabíveis, ao transportá-las para o nosso contexto político atual, do micro ao macro. No Apêndice do clássico *O Príncipe* Aron diz que não nos cansamos de interrogá-lo, porque Maquiavel foi:

até o fim, de uma insolúvel contradição: proibir aos políticos os instrumentos do êxito é impossível sem uma espécie, não de hipocrisia, mas de absurdo, e permitir-lhes o uso de meios em si execráveis não é mais satisfatório. (ARON, apud MAQUIAVEL, 2004, p.154).

É o que o comentador chama de *Il faut ce qu'il faut*¹², (ARON, apud MAQUIAVEL, 2004, p.154) e segue assim:

Como impedir que o homem de ação empregue meios eficazes? E como negar que em certas ocasiões a eficácia exige meios moralmente detestáveis? Não há saída e a política deve aceitar o lado trágico da sua condição. Ainda resta tudo a fazer para evitar as situações extremas que não deixam outra escolha a não ser entre dois tipos de insucesso: vencer perdendo as razões para vencer, ou renunciar à vitória, esperando salvar a alma. Ora, Maquiavel, enquanto doutrinário da política desejável, senão enquanto teórico da política real, quer reduzir a frequência das situações que só admitem saída no maquiavelismo, no sentido vulgar e pejorativo do termo.

Há direção mais analítica? Não ceder aos extremos do *sim ou não* contrários à lógica do inconsciente (que comporta o *sim* e o *não* simultaneamente) e do funcionamento humano? Como poderia ser diferente na política? É essa a posição da qual desejamos partir, uma posição que nos faz reconhecer os paradoxos do exercício da política em sua realidade,

¹² O trecho correspondente na tradução seria algo como “É preciso o que é preciso”. (tradução nossa).

lançando luz sobre as condições de possibilidade que se apresentam, frente a tantos impossíveis.

No *Seminário 17*, Lacan (1992b, p. 74-83) esclareceu que “o significante-mestre, ao ser emitido na direção dos meios de gozo que são aquilo que se chama o saber, não só induz, mas determina a castração”. Da castração advém as condições de possibilidade quanto ao impossível a partir deste trabalho com o gozo e sua relação com o saber, na emissão do significante-mestre nesta direção. O que no *Seminário 19* (LACAN, 2012, p. 201) será assim dito: “[...] todos os homens estão em poder da castração. Isso chega ao possível, porque o universal nunca é outra coisa”. O intento é cernir uma política com parâmetros éticos, que situaremos como o sujeito no lugar de trabalho, causado pela hiância própria ao objeto *a*, como este se apresenta no discurso do analista, isto é, na função psicanalisante. Para isso pensaremos algumas referências gerais do que seja a ética, com o intuito de visualizarmos os parâmetros éticos da psicanálise, o que nos subsidiará em relação à política mais geral, e finalmente em uma política de gestão de saúde mental numa esfera municipal. É na vida como ela é que nos situamos, não cedendo no entanto à direção na qual consideramos ética encaminhá-la.

1.1 A política

O conceito de política como práxis que tradicionalmente se ocupa da organização dos seres humanos em sociedade é distinguida entre os seguintes aspectos, segundo o *Diccionario de Filosofía* de Ferrater Mora (2004b, p. 2833): a política como atividade que comporta uma atitude reflexiva, do político e de todo membro de uma sociedade, a ciência política ou politologia, que estuda os fatos políticos e em terceiro lugar a filosofia política propriamente dita, que se dedica aos métodos e conceitos usados na ciência política e em suas conexões. Gostaríamos de ressaltar em relação ao primeiro dos aspectos citados por Ferrater Mora não podermos senão nos posicionar na perspectiva de que a vida mesma implicaria a política, donde tratar-se de suposta desimplicação neurótica a atitude de parte da sociedade quando comumente relata não se envolver com política por não querer “juntar-se aos porcos”, como se diz.

A política como conceito nasceu na Antiguidade, a partir do início do que viria a ser uma permanente reflexão filosófico-conceitual sobre a vida em sociedade. Política vem de *pólis*, que em Aristóteles, notadamente na *Política*, é o termo grego que designa Cidade, mas

no sentido em que hoje concebemos “Estado”¹³, como um conjunto sócio-geográfico cujos cidadãos estão sob as mesmas égides políticas e institucionais, em suas mais variadas dimensões. É também essa a origem da concepção de política de Hanna Arendt, com a referência de Sócrates, pautada na experiência greco-romana de então, modificada pelo que se estabeleceu posteriormente como tradição do pensamento político com a cisão entre os filósofos e o pensar político da vida na pólis. A formulação arendtiana encontra caminho justamente no resgate dessa noção original na qual cada cidadão deve ser levado a pensar e a operar politicamente *de seu lugar*. Para Arendt (1997, p. 46) inclusive, em *O que é a política?* o homem não tem uma essência política, mas nela se envolve no surgimento do “entre-os-homens”, a política surgindo “no intra-espaço” e se estabelecendo como relação. Nessa referência, Arendt (1950, p. 57) nos esclarece o quanto o ponto central da política está na preocupação não com o homem, mas com o mundo, sua organização e qualidade: “Que esto sea así tiene relación con el hecho de que siempre que se juntan hombres – sea privada, social o público políticamente – surge entre ellos un espacio que los reúne y a la vez los separa”¹⁴. E assim a autora diz que quando se juntam os homens o mundo se move entre eles, e é nesse interrespaço que os assuntos humanos ocorrem. Portanto o que conta é o lugar na pólis, essa pólis grega:

Usar a palavra “político” no sentido da *polis* grega não é arbitrário nem artificial. [...] De fato, é difícil e mesmo enganoso falar sobre política e seus princípios sem recorrer em alguma medida às experiências da Antiguidade grega e romana e isso, pela única razão de que os homens, antes ou depois, nunca tiveram em tão elevada consideração a atividade política e conferiram tanta dignidade ao seu âmbito. (WAGNER, 2006, p.34).

Esponaneamente ajuntando-se em progressão, os homens foram cada vez mais percebendo, de forma involuntária pelos efeitos daí advindos, que viver uns com os outros é a única possibilidade de sobrevivência – guardando, obviamente, todas as proporções existentes nesse viver junto. Freud (2011a, p. 79) lembra Aristóteles, no célebre texto *Psicologia das massas e análise do eu* para reiterar que o homem é um “animal político”. O próprio filósofo

¹³ “Aristóteles só fala da “cidade”, *pólis*, e não do “Estado”, termo que nos veio, sem dúvida, através do italiano e particularmente de Maquiavel. Na *Política*, porém, a *pólis* (*Cité*) corresponde com mais exatidão à noção que hoje é a do Estado do que à idéia [sic] de “cidade” (*ville*). [...]. Na língua grega, *pólis* é ao mesmo tempo uma expressão geográfica e uma expressão política: a palavra designa indiferentemente tanto o lugar onde bate o coração da Cidade (*Cité*), como a população submetida à mesma soberania absoluta.” Cf. DEFOURNY, APUD ARISTÓTELES, 2006, p. 308.

¹⁴ O trecho correspondente na tradução seria algo como: Que isso seja assim tem relação com o fato de que sempre que os homens se agrupam – seja na vida privada, na social ou na público-política –, surge um espaço que os reúne e ao mesmo tempo os separa. (tradução nossa).

diz: o homem “é naturalmente feito para a sociedade política” (ARISTÓTELES, 2006, p.4)¹⁵, o que nos faz lembrar que é mesmo dessa relação com o outro que ele padece em seus transtornos. *O inferno são os outros*¹⁶, como enunciou Sartre. E Freud (2010f, p.31), sobre isso: “O sofrimento que se origina desta fonte [das relações com os outros seres humanos] nós experimentamos talvez mais dolorosamente do que qualquer outro”. Também em *O Mal-estar na civilização*, classicamente, temos a seguinte citação:

O quê de realidade por trás disso, que as pessoas gostam de negar, é que o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade. (FREUD, 2010f, p.76).

“*Homo homini lupus*” [famosa máxima de Thomas Hobbes, pensador da política no alvorecer da modernidade: *o homem é o lobo do homem*], cita Freud (2010f, p.77). E mais à frente, ainda no mesmo texto:

[...] adoto, portanto, o ponto de vista de que a inclinação para a agressão constitui, no homem, uma disposição instintiva original e auto-subsistente, e retorno à minha opinião de que ela é o maior impedimento à civilização.” (FREUD, 2010f, p. 144).

Essa é a bússola que não nos deixa iludir quanto à disposição do ser humano para ceder às tentações que colocam de escanteio a ética, a da singularidade. Aqui se introduz a questão do que seria o regulador de tal disposição, capaz de manter a todos em respeito, no que nos deteremos à frente para analisar a Lei como o lugar de onde se interroga o gozo, lugar somente a partir do qual é possível *conviver*, mas também a partir do qual temos a

¹⁵ Cabe, no entanto, ressaltar que em *O que é a política?* Arendt (1997) esclarece que a recorrência comum da definição aristotélica do homem enquanto ser político é utilizada para justificar uma suposta existência natural da política, do que a autora discorda, pois como dissemos o exercício político é que faz do homem um ser político, não qualquer essência nele pré-concebida. Arendt elucida o *politikon* aristotélico como designação da organização da pólis e não do convívio humano. Para Arendt (1997, p. 68), Aristóteles julgava ser apenas uma característica do homem o fato de poder viver numa pólis e que essa organização representava a forma mais elevada do convívio humano.

¹⁶ “Vocês lembram o enxofre, a fogueira, as grelhas... do inferno? Ah! Que brincadeira. Não há necessidade de grelhas, o inferno são os outros!” Fala da personagem Garcin, da peça *Entre quatro paredes*, de Jean-Paul Sartre (tradução nossa). “Vous vous rappelez: le soufre, le buchêr, le gril... Ah! Quelle plaisanterie. Pas besoin de gril: l’enfer, c’est les Autres.” (SARTRE, p.92). E em comentário do próprio Sartre sobre a citação: “[...] ‘l’enfers, c’est les autres’ a été toujours mal compris. On a cru que je voulais dire par là que nos rapport avec les autres étaient toujours empoisonnés, que c’étaient toujours des rapports infernaux. Or, c’est tout autre chose que je veux dire. Je veux dire que si les rapports avec autrui sont tordus, vicies, alors l’autre ne peut être que l’enfer. Por quoi? Parce que les autres sont au fond ce qu’il y a de plus important em nous-même pour notre propre connaissance de nous-mêmes.” (NOUDELMAANN, 1993). O trecho correspondente na tradução seria algo como “O inferno, são os outros, foi sempre mal compreendido. Tem-se acreditado que eu queria dizer com isso que nossa relação com os outros é sempre envenenada, que são sempre relações infernais. Ora, é bem de outra coisa que se trata, que eu quero dizer. Eu quero dizer que se as relações com os outros são torcidas, viciadas, então o outro não pode ser senão o inferno. Por quê? Porque os outros são no fundo o que há de mais importante em nós mesmos para nosso auto-conhecimento. (tradução nossa).

transgressão como inerente às normas. Trazendo novamente a letra freudiana, escrita em *O Mal-estar na civilização*, onde Freud diz haver três fontes de sofrimento para o ser humano, “a prepotência da natureza, a fragilidade de nosso corpo e a insuficiência das normas que regulam os vínculos humanos na família, no Estado e na sociedade” (FREUD, 2010f, p.43), ele diz logo em seguida que o conhecimento da indomesticabilidade referente às duas primeiras não produz efeito paralisador, “pelo contrário, ele mostra à nossa atividade a direção que deve tomar. Se não podemos abolir todo o sofrer, podemos abolir parte dele, e mitigar outra parte.” Para a terceira fonte de sofrimento, “a social”, Freud faz-nos clarear a habitual incompreensão quanto às instituições por nós criadas em nome da civilização darem tão pouco conta de nosso bem-estar e proteção:

Contudo, se lembrarmos como fracassamos justamente nessa parte da prevenção do sofrimento, nasce a suspeita de que aí se esconderia um quê da natureza indomável, desta vez da nossa própria constituição psíquica. (FREUD, 2010f, p.44).

Com essa afirmação Freud se detém na indomesticabilidade também do psíquico, o que nos leva ao paradoxo de nossa existência: tirarmos nossa miséria exatamente da civilização, processo sustentado supostamente somente no abrandamento de todo sofrer humano. E assim define no mesmo texto a civilização, como:

a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais, e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si. (FREUD, 2010f, p.49).

A partir de desdobramentos dessa definição, Freud (2010f, p.56) delinea que o elemento cultural se apresenta como “a primeira tentativa de regulamentar essas relações”, o que nos remete à Lei e no que ele diz no seguimento do texto:

A vida humana em comum se torna possível apenas quando há uma maioria que é mais forte que qualquer indivíduo e se conserva [...]. Então o poder dessa comunidade se estabelece como “Direito”, em oposição ao poder do indivíduo, condenado como “força-bruta”. Tal substituição do poder do indivíduo pelo da comunidade é o passo cultural decisivo. [...] Portanto, a exigência cultural seguinte é a da justiça, isto é, a garantia de que a ordem legal que uma vez se colocou não será violada em prol de um indivíduo.¹⁷

¹⁷ Cabe nesse momento apenas citarmos, a título de uma comparação que nos situa para a construção que será feita nessa tese, a crítica que no *Seminário 19* Lacan (2012, p. 160-161), faz sobre a evidência do “caráter-chave” do *todos* no pensamento de Freud, enfatizada em sua teoria a partir da ideia de multidão, de *Le Bon*, como descreve em sua *Psicologia das massas*. Ali, Lacan diz que há um ponto de partida equivocado a partir da noção de que a repetição fundamentaria o *todos* pelo traço unário, quando Lacan aí situa que o que o funda é o *não-todos*, “natureza que é justamente a d’*a mulher*”, pois o traço unário apenas “marca a repetição como tal”.

Esta relação é um dos cerne dessa tese, na medida em que o exercício de gestão, do governar, que nos interessa como gestão num “para todos”, dentro da Lei e da castração, gestão de uma clínica do “um a um”¹⁸, como veremos, encontra na justiça, *stricto sensu*, seu correspondente na letra da lei: o que se advoga para todos não elimina o caso a caso pois que garantido o que vale para todos, o percurso de cada sujeito é o guia particular no seguir de uma direção ética. Lacan (1985, p. 87) nos diz no *Seminário 20* que uma outra satisfação da fala, em relação ao gozo de falar, “é aquela que corresponde ao gozo que seria justo”, isto é, “aquela que corresponde ao gozo fálico”, complementando que a palavra *justo* introduz a modificação de “justiça como justo meio”, citando tal noção de justiça em Aristóteles. Dessa noção Lacan desliza para a “justeza, a justeza da realização” atravessada pela castração, portanto por uma posição particular em relação ao próprio desejo que pode o sujeito assumir *falicitadamente* quando há condições, chamemos assim, clínico/políticas. Arendt (2004, p. 256-257) diz, continuando a reflexão citada acima sobre o abalo dos valores vigentes em dados momentos históricos, onde o pensar deixa de ser marginal, que:

[...] essa destruição tem um efeito libertador sobre uma outra faculdade humana, a faculdade do julgamento, que podemos chamar, com alguma justificação, a mais política das capacidades espirituais do homem. É a faculdade de julgar os *particulares* sem subsumi-los naquelas regras gerais que podem ser ensinadas e aprendidas até se tornarem hábitos que podem ser substituídos por outros hábitos e regras. (grifo do autor).

Esse citado paradoxal conviver, que acirra a luta entre as pulsões de vida e morte, é um conviver na pólis, conceito hoje estendido para designar todo tipo de convivência na cidade e que dá origem ao termo política como a arte de *governar* essa mesma convivência. Ele é comumente definido como *cidade-estado*, isto é, “uma comunidade política típica da Grécia antiga, formada por um núcleo urbano e um entorno rural habitados por cidadãos que compartilhavam um conjunto de direitos e deveres comuns” (LOGEAY, 2011, p. 40). Moraes (apud Wagner, 2006, p. 33), um dos autores estudiosos de Arendt, diz que esta, a partir da leitura do mito da caverna¹⁹, concebe tal mito como marco da divisão entre as ideias de

¹⁸ Essa gestão da clínica do “um a um” será relida à frente na tese a partir da teoria lacaniana sobre o Um, com o *Seminário 19* (LACAN, 2012), que é descrito em dois níveis, o da repetição e o da produção significativa a partir do gozo.

¹⁹ Alegoria através da qual Platão descreve uma situação na qual seres humanos estariam no interior de uma caverna com uma entrada em cima aberta para a claridade, agrilhoados sem quaisquer movimentos desde a infância, apenas podendo ver o que lhes está à frente, que se resume às sombras de marionetes de todo o tipo de coisas, animais e pessoas, projetadas de trás de uma mureta, com uma fogueira ao fundo, dando o efeito ilusório de que seriam de fato a movimentação de uma vida. Platão supõe que um dos homens sairia à luz e, voltando à caverna com a descoberta de que tudo ali em seu interior não passa de uma ilusão, instala a cisão de dois

Sócrates e Platão, tendo havido por este último uma “urgência política de fundar a autoridade para organizar a vida no interior da caverna”, mito que expressa “o temor diante dos perigos representados pela vida na *polis*”. A morte de Sócrates como marco da separação entre filosofia e política, da forma como apresenta Arendt, é o que a autora pensa ter levado Platão à elaboração de uma teoria que cindiu a realidade em dois planos, o das sombras, o mundo sensível e de outro lado o plano das ideias ou da luz, momento estabelecido na volta à caverna do filósofo. Segundo Moraes (apud WAGNER, 2006, p. 32) esse seria o momento em que Platão faz desaparecer do mito a expressão *alétheia*, (“conceito descoberto por Heidegger e que tem o sentido de verdade como revelação”²⁰), colocando em seu lugar *órtetes*. Essa expressão se refere muito mais à praticidade das regras, onde o filósofo, “diante dos hostis habitantes da caverna”, (WAGNER, 2006, p. 33), torna-se uma autoridade, a qual regraria a vida no interior da caverna, o que gerou uma teoria pela qual “definindo padrões e regras para a conduta humana, fosse capaz de contribuir para a ordenação do âmbito político” (WAGNER, 2006, p. 33). Segundo Ricouer (1995, p.19), “a *polis* grega não se construiu sobre os fundamentos da autoridade que Platão lhe atribui” (apud WAGNER, 2006, p. 34), aqueles subsumidos da *alétheia*. Assim Arendt sustenta o resgate da noção de política a partir do sentido atribuído à pólis pelos cidadãos gregos na antiguidade. Diz Wagner (2006, p. 34), seguindo as ideias de Arendt, que “a palavra *polis* guarda o segredo da política como um aprendizado espontâneo no espaço público-político”. Ela não tinha a intenção, como ressalta Wagner (2006, p. 35), de fazer caber nos dias atuais a pólis grega, mas de tomá-la como referência para a recuperação do sentido que sua comentadora chama de **política arendtiana**, que tem o objetivo de resgatar a razão de ser da política na Antiguidade: sua liberdade. A liberdade, que também foi perdida a partir do trauma da morte de Sócrates, que isolou o pensamento da ação política, tornou-se apreendida nos dias de hoje tal como se apresenta, descreve Arendt, inclusive sobre como pode o poder atuar sobre a liberdade, poder que tem a característica de fazer uma certa chamada à perversão, da forma da liberdade:

mundos, o sensível, representando a ilusão dos sentidos, e o cognoscível, da Ideia, inclusive do bem, último a ser reconhecido pois exige uma virada sobre a origem do que é sensível. Entendemos assim que se instala igualmente a diferença, pelos conflitos do que seria o “bem”, como descreve Platão, para cada um, a partir do que é necessário então uma regência de ordem. Cf. *Livro Sétimo de A República*. (PLATÃO, 2006).

²⁰ WAGNER, 2006, p.32. Cf também verbete Alétheia, in *Vocabulário grego de filosofia*, onde este é definido como verdade, no latim *veritas*, entendida como “o que é incontestável, seja nos fatos (*real, verdadeiro*), seja nas palavras (*evidente* do ponto de vista da lógica, *verídico* do ponto de vista do sujeito que afirma. (GOBRY, 2007, p. 16). (grifos do autor)

O poder pode, de fato, aniquilar todo o vigor, e sabemos que onde o principal domínio público é a sociedade, há sempre o perigo de que, mediante uma forma perversa de “agir em conjunto” – por impulso, pressão e truques de pequenos grupos – subam ao primeiro plano os que nada sabem e nada podem fazer. (ARENDRT, 2010, p.254).

Diferentemente dessa “perversão” do poder que atua pelos interesses de pequenos grupos, a política no sentido arendtiano depende “do acordo frágil e temporário de muitas vontades e intenções” (ARENDRT, 2010, p. 251), onde, pela aproximação dos seres humanos,

[...] a palavra e o ato não se divorciam, onde as palavras não são vazias e os atos não são brutais, onde as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para desvelar realidades, e os atos não são usados para violar e destruir, mas para estabelecer relações e criar novas realidades. (ARENDRT, 2010, p. 249-250).

O que faz a autora reconhecer que, apesar da força da origem do pensamento político, o que se fez impregnar de credibilidade secularmente como tradição do pensamento político foram essas concepções, advindas do platonismo, a partir das quais as experiências políticas foram se configurando respostas defensivas ao assassinato socrático, o que Wagner (2006, p. 36) nomeia de “noções políticas totalmente apartadas das experiências vivenciadas pelos antigos.”

1.2 A ética e a política

Na relação entre a ética e a política, encontramos uma definição de ética feita por Ferrater Mora que relacionaremos com o ponto de vista aristotélico:

En nuestra opinión, [...], solamente hay historia de la ética dentro del marco de la historia de la filosofía. Aun así, la historia de la ética resulta a veces de una amplitud considerable, pues se hace difícil con frecuencia establecer una separación estricta entre los sistemas morales – objeto próprio de la ética – y el conjunto de normas y actitudes de carácter moral predominantes en una sociedad o en una fase histórica dadas. Con el fin de solucionar este problema, los historiadores de la ética han limitado su estudio a una base filosófica, es decir, que, en vez de darse simplemente por supuestas, son examinadas en sus fundamentos; en otros términos, son filosóficamente justificadas. (MORA, 2004a, p.1142).

Na clássica definição de política delineada por Aristóteles, onde concebe a consecução dos bens para todos, para o coletivo, como o princípio de uma sociedade política, temos a distribuição dos *bens* como tarefa do governante, o que traz uma questão em seu fundamento, a questão do bem, do que é o bem para o outro, portanto do que seria ético. Citemos Aristóteles em duas obras, *A Política*, e *Ética a Nicômaco*, respectivamente:

Como sabemos, todo Estado é uma sociedade, a esperança de um bem, seu princípio, assim como de toda associação, pois todas as ações dos homens têm por

fim aquilo que consideram um bem. [...] Chamamo-la Estado ou sociedade política. (ARISTÓTELES, 2006, p. 1).

Considera-se que toda arte, toda investigação e igualmente todo empreendimento e projeto previamente deliberado colimam algum bem, pelo que se tem dito, com razão, ser o bem a finalidade de todas as coisas. (ARISTÓTELES, 2007, p. 37).

Aristóteles prossegue sua reflexão sobre o bem em *Ética a Nicômaco* para dizer que a ciência que deve ter o bem como objeto é a ciência política, à qual considera que todas as outras devem submeter-se “na medida em que, portanto, as ciências restantes se prestam ao uso desta” (2007, p.38) e que ela, “ademais, estabelece leis quanto ao que as pessoas deverão fazer e quais coisas deverão se abster de fazer”. Isto é o que Ferrater Mora diz ser a ética, examinar em seus fundamentos o conjunto de normas e atitudes de caráter moral, objeto da ética, predominantes em uma sociedade. O tradutor de Aristóteles faz um importante esclarecimento sobre não devermos estranhar:

Que Aristóteles diga *política* e não *ética*. Para o Estagirita, a ética, tratando da ação e do bem no âmbito do indivíduo, é apenas uma ciência prática e assessoria e subordinada à política, a ciência prática maior; na medida em que o ser humano é um animal *político*, isto é, tem sua essência e se *atualiza* (realiza-se em ato), exclusiva e necessariamente na vida em sociedade no Estado, o bem mais excelente, o nobre e o justo acabam por ser objetos da política e não da ética. Como diz muito expressivamente o eminente helenista H. Rackham, para Aristóteles a ética é um *departamento da política*, o que vale dizer que não lhe é, a rigor, funcionalmente, distinta, mas está nela contida.

A inserção do conceito de ética²¹ ao da política liga-se então em escala lógica. Ética, em Aristóteles, trata *da ação e do bem no âmbito do indivíduo* e para o filósofo a ética está subordinada à política na medida em que o homem é um *animal político e realiza-se em ato*²² necessariamente *na vida em sociedade*, esclarecendo que não se refere a uma diferença meramente quantitativa ao dizer que a ética está contida na política, mas que a primeira deve

²¹ Diz Ferrater Mora: “El término ‘ética’ deriva de *noos* que significa ‘costumbre’ y, por ello, se ha definido con frecuencia la ética como la doctrina de las costumbres, sobre todo en las direcciones empiristas. La distinción aristotélica entre las virtudes éticas, indica que el término ‘ético’ es tomado primitivamente solo en un sentido “adjetivo”: se trata de saber si una acción, una calidad, una “virtud” o un modo de ser son o no “éticos”. Las virtudes éticas son para Aristóteles aquellas que se desenvuelven en la práctica y que van encaminadas a la consecución de un fin, en tanto que las dianoéticas son las virtudes propiamente intelectuales. A las primeras pertenecen las virtudes que sirven para la realización del orden de la vida del Estado – la justicia, la amistad, el valor, etc. – y tienen su origen directo en las costumbres y en el hábito, por lo cual pueden llamarse virtudes de hábito o tendencia. A las segundas, en cambio, pertenecen las virtudes fundamentales, las que son como los principios de las éticas, las virtudes de la inteligencia o de la razón: sabiduría, *sofia*, y prudencia. En la evolución posterior del sentido del vocablo, lo ético se ha identificado cada vez más con lo moral, y la ética ha llegado a significar propiamente la ciencia que se ocupa de los objetos morales en todas sus formas, la filosofía moral.” (MORA, 2004a, p. 1141-1142).

²² A definição aristotélica de que o homem realiza-se em ato faz-nos lembrar que é assim também que Lacan (1967-1968, p.11) conceitualizará o sujeito, como “colocado em ato”.

subordinar-se à segunda, na medida em que todo o ato humano visa a consecução dos bens, seja para si, seja para um coletivo, ambas as ações intervindo na relação com os demais membros da sociedade, e é nisso que consiste o político para Aristóteles²³. Tanto que em *A Política*, o Livro I é intitulado “Do governo doméstico”, que lemos como a inextrincável dimensão *moebiana*²⁴ entre vida e política. Citemos Aristóteles:

Quanto ao homem e à mulher, ao pai e aos filhos, quais são as virtudes próprias a cada um deles? Qual deve ser a maneira de viverem juntos? O que devem buscar ou evitar? Como devem praticar tal coisa e abster-se de outra? É o que é indispensável examinar quando tratamos de política. Todos eles fazem parte da família, e a família faz parte do Estado. (2006, p.37).

Dáí o autor posicionar-se no questionamento aos vários poderes em suas diversas dimensões – o poder despótico, ou despotismo, ao qual opõe o poder político e os poderes que chama de marital e parental – assim como faz com as diversas formas de poder existentes nos governos: o deliberativo, o executivo e o judiciário. Aristóteles (2006, p. 41) inclusive definirá um pouco depois Estado como “o sujeito constante da política e do governo”, das mais diferentes dimensões de governo, a constituição política não sendo para ele “senão a ordem dos habitantes que o compõe”, nos trazendo de novo a indissociabilidade entre Estado e Lei. Então, como se articulam Estado e Lei? Esta última, como faz com tudo na vida, rege o Estado, o que, obviamente, não quer dizer que a todo momento este àquela se submeta. Mas, sim, que é da Lei a interrogação sobre se o Estado a ela está se submetendo ou não.

E em outro nível, como sustentar governos atravessados pela ética, na concepção aristotélica, que trata da ação e do bem no âmbito do indivíduo? Ou, como fazer subordinar a ética à política no sentido de subordinar o nobre e o justo também à política, como define Aristóteles? Se essas perguntas não devem ser apressadamente respondidas, tamanha sua complexidade, decomporemo-las na seguinte: como sustentar um lugar de gestão, a partir da reflexão sobre o lugar da autoridade, e não a partir da imposição autoritária de um comando? A autoridade é uma função supostamente investida a alguém, que teria como tarefa enunciar, de seu lugar, a Lei. Segundo Wagner, Arendt sustenta a discussão do conceito de autoridade, remontando-o à ideia romana deste, diferente do platonismo. Essa noção romana de autoridade, diferentemente até do que era para os gregos – onde os deuses não habitavam a pólis, apenas a protegiam – era carregada de religiosidade, no sentido de que atividade

²³ Aristóteles (2006, p.22) diz: “(...) é evidente que o governo, tanto o das famílias particulares como o dos Estados, contém como parte integrante todas as maneiras naturais de adquirir as coisas necessárias ou úteis à vida [...]”.

²⁴ Dimensão topológica de junção e disjunção da Banda de Moebius, em relação ao dentro/fora (cf. p.ex., LACAN, 2008, p. 17).

religiosa e atividade política quase coincidiam. Era a tradição o que determinava a autoridade: o Senado ou *patres* “detinham a autoridade que, uma vez transmitida pelos antepassados, por meio da tradição, recebia da religião sua força coerciva.” (WAGNER, 2006, p.41). Portanto, a autoridade era de origem sagrada, com o intuito de, juntas, religião, autoridade e tradição, outorgarem a preservação da cidade romana:

Arendt ressalta, porém – e isso é importante para explicar como liberdade e autoridade podiam coexistir na ação – que, embora a autoridade dos anciãos tivesse o sentido de obediência e de limitação à liberdade, esta não guiava diretamente as ações dos cidadãos, pois tinha a natureza de um mero conselho e não de uma ordem. (WAGNER, 2006, p. 41).

No entanto, as ideias platônicas tornaram-se resistentes ao tempo quando incorporadas à leitura do pensamento romano, que se passou a perpetuar a partir da crise do Império Romano, chegando aos dias de hoje, e escondendo a origem da tradição do pensamento político da liberdade coexistindo com autoridade no que tange os conselhos aos cidadãos, como comenta Wagner (2006, p. 36). O autoritarismo, por sua vez, é o exercício desse lugar a partir de uma ordem, do que chamaremos de um despotismo, guardando todas as suas possíveis proporções a serem analisadas em cada ato, claro. É o que coloca em xeque a liberdade, causa da política na experiência greco-romana, manifestada através de uma imbricação entre a palavra e a ação no espaço público-político, pois este é o lugar da proximidade dos seres, no sentido inclusive que se encarna somente na convivência humana, e não sendo da seara do indivíduo isolado, como diz Wagner sobre a concepção de Arendt (2006, p. 37). Despotismo, para Aristóteles (2006, p.9), é o “poder do senhor sobre o escravo”, e difere enormemente, como diz o filósofo, “apesar da opinião de alguns”, do que chama de “governo político” (2006, p. 17). Ele faz perguntas instigantes:

Em geral, são necessárias as mesmas virtudes nos que comandam e nos que obedecem, ou então outras? Se as mesmas qualidades lhes são necessárias, por que então o mando cabe a um e a obediência a outro? A diferença entre os dois não é do mais para o menos, mas sim específica e produz efeitos essencialmente diversos. (ARISTÓTELES, 2006, p. 35).

Se traduzimos a linguagem usada por Aristóteles, despindo-a de juízos valorativos, entendemos que ele nos propõe a pensar no que especifica cada lugar, o de um gestor, o de um trabalhador da rede, por exemplo, remontando-nos ao nosso contexto na saúde mental, do que podemos extrair uma reflexão sobre a Lei. Em primeiro lugar, Aristóteles nos diz que se trata de uma especificidade, o exercício de cada função em cada lugar. Mas a levamos ao rigor a interpretação, seremos obrigados a acrescentar que não podemos nos referir a lugares estanques, de uma vez por todas encarnados por quem os recebe de investidura. São lugares

que são encarnados ora sim, ora não, por quem detém a autoridade, isto é, alguém numa posição de autoridade *pode*, e não *necessariamente* ocupa a função relativa a seu lugar. A seguirmos os parâmetros psicanalíticos de pensamento, nada é dado a ninguém *aprioristicamente* – na verdade essa concepção do *a posteriori* é própria a qualquer pensamento que não seja essencialista, não apenas ao psicanalítico. Podemos dizer que o que autorizaria uma autoridade é *o que se fala*. E que ética no exercício da gestão é reconhecer a Lei, venha de onde vier. É de sua condição que ela seja encarnada ou não por quem está no lugar da autoridade, assim como, explicitemos, pode ser encarnada por quem não está a princípio com a especificidade dessa função – inclusive e comumente diante da não encarnação da Lei por quem deveria encarná-la. Quando numa função de autoridade se suprime a fala do outro com agressividade em nome de uma ordem, resvala-se no autoritarismo. É preciso que a cada vez, em cada situação, em cada reunião, em cada coordenação de planejamento e execução de uma determinada direção clínico/política, seja verificado que houve encarnação da Lei no ato de alguém, como tentaremos cernir a partir de fragmentos de nossa experiência.

Autoridade e Lei são coisas diferentes, a partir da enunciação da Lei simbólica através da autoridade do significante se está no lugar da Lei, portanto, com mais rigor, não é isso próprio de quem está ou não num cargo de autoridade, mas próprio ao significante. Não há equivalência dos lugares de Lei e autoridade em todos os momentos, por isso o que deve ser garantido é a Lei simbólica. Possibilidade a ser verificada, a cada vez, inclusive quem quer ser reconhecido sempre nesse lugar é que geralmente fica no lugar do autoritarismo, pois a demanda *apriorística* de se estar “certo”, “com a razão”, confunde-se com o lugar da Lei, lhe sendo, no entanto, estranha.

Isso nos faz lembrar que sem Lei os homens não se suportam, é o que diz o constante mal-estar que vivem entre si, principalmente quando desconhecem sua parte de responsabilidade no de que se queixam, em todos os âmbitos. Amiúde testemunhamos muito mal-estar quando o desfile de queixumes não tem resposta numa palavra de Lei, o que impossibilita até o diálogo entre pares num campo, ou entre atores de diferentes campos que precisam articular-se em nome de suas tarefas. Podemos pensar que tanto autoridade quanto autoritarismo são então respostas, diferentes, ao mal-estar. Uma resposta é simbólica, outra menos. Em relação à responsabilidade, quando essa comparece, no sentido de que cada um se implica no que se queixa, verifica-se a presença do simbólico, portanto da Lei. O que aqui interpretaremos, quando proliferam as queixas e não há responsabilização, como uma das consequências possíveis da falta de Lei, possível origem por exemplo da total transferência de

responsabilidade dos cidadãos para os políticos, que testemunhamos nos dias atuais (pensada nesta tese a partir da relação dos profissionais e gestores na saúde mental, nos fragmentos a serem postos sob reflexão, o que de forma alguma atribuiria aos cidadãos ou mesmo aos profissionais de saúde mental a responsabilidade que tão sabidamente é dos políticos e tão comumente não assumida por estes).

Freud (2010a, p. 336), em *A predisposição à neurose obsessiva*, dissertando sobre a constituição do eu, diz que “a aptidão para a gênese da moral baseia-se na circunstância de no desenvolvimento o ódio ser precursor do amor”, ao que em seguida cita Stekel: “o ódio, e não o amor, é a relação emocional primária entre os seres humanos”. O que será desenvolvido em *Os instintos e seus destinos*, no qual fala sobre os protótipos da relação de ódio se originarem da luta do eu “por sua confirmação e afirmação” (FREUD, 2010c, p. 78), por isso sendo o ódio, “enquanto relação com o objeto”, mais antigo que o amor, porque “surge da primordial rejeição do mundo externo dispensador de estímulos, por parte do Eu narcísico” (FREUD, 2010c, p.79). Retomamos o mal radical, o ódio primeiro como precursor do amor, a fim de que possamos nos advertir quanto à estrutura humana e tratar disso que é gozo na tentativa de fazer criar laços. É o que conclui Freud nesse artigo:

[...] o ódio motivado de maneira real é fortalecido pela regressão do amor ao estágio sádico preliminar, e portanto odiar assume um caráter erótico e a continuidade de uma relação amorosa é garantida. (FREUD, 2010c, p.80).

Em *O Mal-estar na civilização* temos a interrogação de Freud sobre o que faria o sujeito abdicar de estabelecer o ódio na proa de suas relações, em suas palavras, o que sucede que torna inofensivo “seu gosto em agredir” (FREUD, 2010f, p.92). Responde então que é a introjeção da agressividade, que é, em contrapartida, “propriamente mandada de volta para o lugar de onde veio, ou seja, é dirigida contra o próprio Eu”, onde a parte deste que a acolhe “se contrapõe ao resto como Super-eu [...]”. O supereu, sabemos, a partir daí dirige-se agressivamente da forma que outrora faria dirigir-se contra o outro, em circuito, contra o eu. É nesse lapidar trecho que Freud nos lega a transformação pela qual passa a pulsão agressiva, completada com o sentimento de culpa, tributário da briga de foice entre o super-eu e o eu, cuja manifestação aparece como necessidade de punição. Citemos literalmente, pois vale a pena transcrevermos o requinte freudiano:

A civilização controla então o perigoso prazer em agredir que tem o indivíduo, ao enfraquecê-lo, desarmá-lo e fazer com que seja vigiado por uma instância no seu interior, como por uma guarnição numa cidade conquistada. (FREUD, 2010f, p.92).

Eros, que faz unir os homens entre si, alcança seu fim com o sentimento de culpa como consequência, é o que Freud (2010f, p.105) descreve como o “que teve início com o pai se completa na massa”, falando da semelhança entre os dois processos, o filogenético e o ontogenético – em nome do laço que Eros propicia o sujeito abre mão de seus impulsos disruptivos, permanecendo nele o sentimento de culpa pelo desejo do qual não se abdicaria facilmente. Freud (2010f, p.106) define o sentimento de culpa como “o problema mais importante da evolução cultural”, dizendo que “o preço do progresso cultural é a perda da felicidade”. A partir do que Freud fala do desamparo, pelo qual, em nome do laço com o outro o sujeito se submete a esse mecanismo. O ideal do eu intervém nessa relação, como condição estrutural do funcionamento psíquico, contrariando uma visão desenvolvimentista, pois Lacan o coloca como condição lógica da qual se origina o eu ideal, ao mesmo tempo que, logicamente, num tempo posterior será o herdeiro do Complexo de Édipo. Cabe frisar que em Lacan a função do ideal do eu vai além de ser herdeiro do Édipo, fundando-se e enraizando-se na identificação primordial com o traço unário²⁵, co-determinante das saídas do Édipo. Como na constituição do sujeito, a massa também se utiliza desse mecanismo na identificação com o líder, fazendo concessões aos laços de amor em nome dos benefícios que o sujeito pode obter abdicando do ódio “verdadeiro” (que seria fratricida) em nome de um “falso” amor, *grosso modo*. O ideal do eu terá então relação com o supereu²⁶ pelo advento do Pai simbólico que institui a ética na interdição do gozo. Assim o autoritarismo do pai imaginário se transmuta. Desse mecanismo sai também, segundo Freud (2010b, p.50) no final de *Introdução ao Narcisismo*, “um importante caminho para o entendimento da psicologia da massa”, ressaltando o lado, além do individual, social do ideal do eu, que nos traz os ideais de “uma família, uma classe, uma nação”.

²⁵ O conceito de *traço*, segundo Freud o que se extrai como vetor da identificação em sua segunda espécie, sendo traço *unário*, como Lacan traduz o *Einzigster Zug* de Freud, nos aponta para o recurso à dimensão política do sujeito na suposição de que, como na identificação, trata-se nessa dimensão também de algum abandono ou perda de objeto do qual o sujeito subtrai um traço. Quer dizer, o *savoir-faire* do sujeito na política fundamenta-se em sua constituição psíquica pelos traços que pôde subjetivar. Identificação esta que, sabemos, inscreve-se como primeiro momento lógico, do qual advirá o sujeito tanto em sua constituição quanto em seu posicionamento político. Cf. FREUD, 2011a, p. 63-64 e LACAN, 2003a. Para a tradução do termo freudiano feita por Lacan Cf. LACAN, 1998o, p. 14.

²⁶ Que em sua apresentação como supereu arcaico é do Pai gozador, Pai da horda, donde “O superego é o imperativo do gozo – *Goza!*”. (LACAN, 1985, p. 11).

Freud (2010f) nos lega em *O Mal-estar na civilização*²⁷ o conflito estruturante do ser humano, que se vê num incessante manejo entre a realização de sua própria satisfação a partir de seu desejo e sua manutenção nos laços sociais que preza.

é simplesmente o programa do princípio do prazer que estabelece a finalidade da vida. [...] mas seu programa está em desacordo com o mundo inteiro, tanto o macrocosmo como o microcosmo. (FREUD, 2010f, p.30).

Aqui lemos o estrutural não encaixe entre a aspiração do homem ao princípio do prazer e suas possibilidades de saciar-se. Freud (2010f, p.30-31) constitui a felicidade como o que vem da “satisfação repentina de necessidades altamente represadas”, o que, “por sua natureza é possível apenas como fenômeno episódico”, complementando que ao ter continuidade alguma situação ansiada pelo princípio do prazer é apenas um “morno bem-estar” que então advém, “nossas possibilidades de felicidade são restringidas por nossa constituição”. Há um inexorável mal-estar na existência humana, do qual só nos livramos sem vida. A vida, e tudo o que é de movimento e a ela associa-se, carrega-se igualmente do mal-estar como inerente em maior ou menor grau a tudo o que se liga às nossas, então, parciais satisfações:

Se a cultura impõe tais sacrifícios não apenas à sexualidade, mas também ao pendor agressivo do homem, compreendemos melhor por que para ele é difícil ser feliz nela. De fato, o homem primitivo estava em situação melhor, pois não conhecia restrições ao instinto. Em compensação, era mínima a segurança de desfrutar essa felicidade por muito tempo. O homem civilizado trocou um tanto de felicidade por um tanto de segurança. Mas não esqueçamos que na família primitiva somente o chefe gozava dessa liberdade instintual; os outros viviam em submissão escrava. Logo, a oposição entre uma minoria gozando as vantagens foi levada ao extremo naquela época primeira da civilização. (FREUD, 2010f, p.82).²⁸

Freud segue, pelo menos no que tange à relação entre vida “individual” e fenômenos de massa, que consideraremos gêneses da política, a definição aristotélica para a ética, mas apenas no aspecto de que o supereu cultural desenvolve “seus ideais e suas exigências”, como diz em *O Mal-estar na civilização*, concernentemente à ética como designação das “relações dos seres humanos entre si” (FREUD, 2010f, p.117). É a mesma leitura que podemos encontrar no Freud (2011a, p.14) de *Psicologia das massas e análise do eu*, onde já o título

²⁷ Freud (2011d, p. 261) também diz, em *As resistências à psicanálise*, que “A civilização humana repousa sobre dois pilares: um é o domínio das forças da natureza; o outro, a restrição de nossos instintos”. E com o mesmo raciocínio em *O interesse da psicanálise*: “Toda a história da civilização é um relato dos caminhos que os seres humanos tomaram para “vincular” seus desejos não satisfeitos, sob as condições cambiantes – e modificadas pelo avanço técnico – de concessão e frustração deles por parte da realidade.” (idem, 2012, p. 357).

²⁸ Daí Lacan (1992b, p. 69) explicitar, com Aristóteles, que a felicidade tornou-se fator da política.

diz neste outro texto pilar, que estão em relação uma com a outra: “a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado.”²⁹ Pensamento que, segundo Arendt (2004, p. 152), está na origem do nascimento da filosofia política, já com Sócrates. Este não “conseguindo convencer os seus próprios discípulos” fica sem saber o que fazer, passando de uma busca moral, individual,

para a questão política de qual é a melhor forma de governo, apresentando como desculpa o fato de ser mais fácil ler as letras grandes do que as pequenas, e supondo que descobrirá, num exame do Estado, as mesmas características que queria analisar nas pessoas – uma vez que o Estado é apenas o homem escrito em tamanho grande. (ARENDR, 2004, p. 152).

1.3 A castração, o impossível do “bem” e a função psicanalisante

A visão socrática com a qual Freud faz consonância, ele aborda também em *O Mal-estar na civilização*, quando fala sobre o caráter anal absorvido como traço de caráter a partir das pulsões não satisfeitas que se deslocam do proibido para a exacerbação de seu oposto, nesse caso o brincar com as fezes que se transmuda em obediência às regras da ordem e da higiene. Regras que, sendo da civilização tanto quanto do indivíduo apresentam-se com suas especificidades nos dois processos. Freud traz-nos um importante alerta ao questionar se é somente a civilização que prescreve ao sujeito abrir mão do gozo, e acrescenta que igualmente os processos internos o prescrevem (FREUD, 2010f, p. 70), na medida em que, como estabeleceu com rigor Lacan em vindouras épocas, é a isso que o gozo apela, ao que se nomeia castração.

Situaremo-nos em relação à assimilação entre ética e ética dos bens em Aristóteles, como podemos chamar historicamente, inclusive em relação a muitas outras escolas filosóficas³⁰, de um outro modo junto a Freud (2010e), que a partir do divisor de águas *Além*

²⁹ Em *O interesse da psicanálise*, Freud (2012b, p.357-358) diz a mesma coisa em outros termos: “A psicanálise estabelece uma íntima relação entre todas essas realizações psíquicas dos indivíduos e das comunidades, ao postular a mesma fonte dinâmica para ambos. [...] O conhecimento das enfermidades neuróticas dos indivíduos favoreceu nossa compreensão das grandes instituições sociais, pois as neuroses mesmas se revelaram tentativas de solucionar individualmente os problemas da compensação dos desejos, que devem ser resolvidos socialmente pelas instituições”.

³⁰ Cf Ferrater Mora (2004a, p. 1143): “[...] fue común a la mayor parte de tales escuelas [pós-aristotélicas] [...] considerar la ética como ética de los bienes, es decir, establecer una jerarquía de bienes concretos hacia los cuales aspira el hombre y por los cuales se mide la moralidad de sus actos.” Para fazer um breve resumo histórico, seguindo Mora, cabe ressaltar, que: “El auge del neoplatonismo y la aparición del cristianismo modificaron sustancialmente muchas de las anteriores ideas éticas. [...] La historia de la ética se complica a partir del Renacimiento.” Com muitas mudanças historicamente, cabe-nos apenas aqui salientarmos que Kant

do princípio do prazer introduz a pulsão de morte, conceito que nos traz o impossível do alcance da harmonia completa na existência, portanto do “bem”. Lacan (1997) então, à luz de Freud e da leitura que de Aristóteles faz principalmente no *Seminário 7 – A Ética da Psicanálise*, transmite o impossível da distribuição do bem ao outro. Neste seminário Lacan nos descreve a ética dos bens como contrária à ética da psicanálise, que é “sem fim”, quer dizer, nos termos de Freud (1976d, p. 148-149), sem objeto – como descreve o objeto como *meramente soldado à pulsão*, nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, e não inerente a ela.

Sobre a ética, Elia (2011), em *O Sintoma era a lei* nos traz uma questão sobre a utilização desse conceito. O autor, ao falar de “um Pai” como o que une desejo e lei – citando o Lacan (1998j, p. 839) de *Subversão do sujeito* – nas máscaras que o sintoma é, diz que pela Lei não ser anterior ao desejo, por ter o desejo sua Lei, este não deve ser tomado eticamente, no sentido de que seria comumente usado como ideal:

Há desejo no mais nefasto ato do sujeito, no ato mais neurótico, mais covarde, mais mesquinho, mais vil. Essa me parece a mais valiosa contribuição de Freud à ciência e à humanidade, a queda absoluta de todo e qualquer ideal, todo e qualquer preconceito, toda e qualquer valoração que pretenda hierarquizar o desejo, indestrutível para Freud, dotado de pouca realidade, como assinala Lacan [...] (observando inclusive que foi àquilo que é dotado da mais inconsistente das realidades que Freud conferiu o atributo da indestrutibilidade), e que é qualquer um, nobre, vulgar ou medíocre. A ética freudiana seria não se pautar por ética alguma na apreciação do desejo, vale dizer, na análise do desejo. Não haveria, a rigor, ética e sim análise do desejo.

O sintoma é, assim, o desejo cifrado, ruim, maléfico, e portanto verdadeiro. O desejo doente, da doença, na doença. O desejo na dor – dor de existir que é a dor de desejar. (ELIA, 2011, p.5).

É o que Ferrater Mora nos faz pensar ser equivalente, na filosofia, à ética existencialista:

La llamada, más o menos justificadamente, “ética existencialista” es, en muchos casos, una negación de que pueda haber una ética; en todo caso, no parece haber posibilidad de formular normas morales “objetivas” fundadas en Dios, la sociedad, la Naturaleza, un supuesto reino objetivo de valores o normas, etc., de modo que el único “imperativo” ético posible parece ser el de que cada cual tiene que decidir por sí mismo, en vista de su propia, intransferible, situación concreta, lo que va a hacer y lo que va a ser. (2004, p.1146).³¹

realiza uma mudança radical na ética, que “[...] rechazó toda ética de los bienes” – para introduzir outra referência para as normas absolutas, a chamada boa vontade – ver a esse respeito MORA, 2004a, p. 1144.

³¹ O trecho correspondente na tradução seria algo como: A chamada, mais ou menos justificadamente, ética existencialista, é, em muitos casos, uma negação de que possa haver uma ética; em todo caso, não parece haver possibilidade de formular, normas morais “objetivas” fundadas em Deus, na sociedade, na natureza, num suposto reino objetivo de valores ou normas, etc., de modo que o único “imperativo” ético possível parece ser o de que

Vemos essa referência filosófica afinar-se com o estatuto lacaniano do desejo, de forma que para ambos o reconhecimento ao desejo é de cada um, o que não compreendemos como uma negação da ética, mas da ética tomada como qualquer prescrição moral ou idealizada. É o que a singularidade da assunção decidida ao desejo pode barrar. Essa é uma leitura que deixa em suspenso a questão que poderíamos colocar no que aparece nessa situação como uma usual exclusão do Outro feita pela filosofia, apoiada numa suposta autonomia do sujeito, contrariando a concepção psicanalítica de que o Outro está no desejo do sujeito.

Fica-nos ainda a questão da anterioridade causal do desejo que Lacan naquele trecho colocou, em relação à Lei, o que podemos entender a partir do objeto *a* que é causa do desejo, que esburaca, fura, e isso abre caminho para a Lei. Lei e desejo são, então, logicamente sincrônicos. O desejo nasce com a Lei, é logicamente que devemos compreender o que Lacan (1998j, p. 828) diz, pois em *Subversão do sujeito e dialética do desejo* fala do “status do desejo que se apresenta como autônomo em relação a essa mediação da Lei”, para dizer, em termos lógicos, que a Lei nasce do desejo, mas é com ela que ele *é nascido*, digamos assim. É o que depreendemos da forma como prossegue a frase, “por ser no desejo que ela se origina”, e então:

no fato de que, através de uma simetria singular, ele inverte o incondicional da demanda de amor pela qual o sujeito permanece na sujeição ao Outro, para elevá-lo à potência da condição absoluta (onde o absoluto quer dizer desprendimento).

É o que Lacan (1998l, p. 866) diz também quatro anos depois de *Subversão do sujeito*, em *Do “Trieb” de Freud e do desejo do psicanalista*, que “a Lei está a serviço do desejo que institui pela proibição do incesto”. É de desprendimento do desejo em relação ao Outro e à demanda que Lacan está falando nessa citação, já que para aceder a *uma* condição absoluta do desejo o sujeito precisa se desprender do incondicional da demanda – *sem condição nenhuma quero meu desejo satisfeito*. Se o desejo nasce com a Lei, não se teria que situar em que condições o faz, na medida em que um desejo mais nefasto traz consequências fora da Lei? É do desprendimento próprio ao absoluto do desejo em relação à demanda que nasce então Outro desejo, que não pode ser um “desejo” nefasto, porque o Outro desejo é vontade de nada, não é um desejo com objeto definido, por exemplo, como se poderia apreender um suposto “desejo” de matar. Isto porque é exatamente do assassinato do Pai da horda, de um gozo pleno, que surge a Lei, estando então o desejo regulado pela Lei. Antes, Elia (2011),

cada um tem que decidir por si mesmo, em razão de sua própria, intransferível, situação concreta, o que vai fazer e o que vai ser. (tradução nossa).

definindo castração na relação do gozo com o desejo e a Lei, cita a seguinte passagem de Lacan (1998j, p. 841), de novo do texto *Subversão do sujeito*: “A castração quer dizer que o gozo deve ser recusado, para ser atingido na escala invertida da Lei do desejo”. Entende daí que “Lei do desejo” deve ser lida como “lei que o desejo é”, e responde sobre que estatuto do gozo implica que ele seja recusado:

o gozo enquanto tal, o gozo como grandeza incomensurável, ilimitada ou mesmo infinita. Recusado este gozo, ele se parcializa, se faliciza, se articula ao falo, se submete à lógica da parte, do recorte, que é a lógica do desejo, desde sempre determinada pelas bordas de um objeto faltoso [...]. (ELIA, 2011, p. 2-3).

Freud não dispunha dessa categoria de gozo³², dizendo em sua linguagem que o programa do princípio do prazer, a considerá-lo como o que faz antítese à castração, encontra-se *em desacordo com o mundo inteiro*, como citado. Mesmo não conceituando o gozo, o que Lacan veio a poder fazer posteriormente, Freud o cerne:

A satisfação irrestrita de todas as necessidades se apresenta como a maneira mais tentadora de conduzir a vida, mas significa pôr o gozo à frente da cautela, trazendo logo o seu próprio castigo. (FREUD, 2010f, p.32).

Por isso que, mesmo não havendo ética freudiana no sentido do ideal há sim, uma ética do desejo, já que este é intrínseco à Lei – esse sentido ideal seria um preceito moral, o de abrir mão do gozo, mas o que o desejo impõe é que não devemos restringir as nossas satisfações, apesar da restrição se impor. O impossível da determinação *apriorística* do fim, ou do bem, é colocado pela castração. Freud precisou formular em seu mito um pai que a tudo se permitiu e gozava de uma satisfação desmedida, mas reservou o assassinato a este pai da horda, donde ao desmedido da satisfação só pode advir a morte. A castração, imposta pela sobrevivência, faz do humano ser submetido à parcialidade do sexo. No *Seminário 17* Lacan (1992b, p. 121) assim conceituará a castração: “A castração é a operação real introduzida pela incidência do significante, seja ele qual for, na relação do sexo”. É o que nas palavras de Freud (2010f, p. 70) desse modo se iniciou:

A sexualidade é um fato biológico que, embora de significação extraordinária para a vida psíquica, é psicologicamente difícil de apreender. [...] a natureza do masculino ou feminino, porém, pode ser indicada pela anatomia, mas não pela psicologia. Para esta, a oposição dos sexos empalidece ante aquela entre atividade e passividade, na qual identificamos precipitadamente a atividade com a masculinidade e a passividade com a feminilidade [...].

³² Porém o termo por Freud usado, *Lust*, em alemão, não se esgota no prazer, e, se associado à dor, *die Schmerz*, como faz Freud quando teoriza sobre o masoquismo, torna-se o equivalente do gozo em Lacan: *prazer na dor, die Lust am Schmerz*.

Ao perguntar-se por que existe uma antinomia na assunção do sexo pelo homem, Lacan o faz seguindo com esta indagação “por que deve ele assumir-lhe os atributos apenas através de uma ameaça, ou até mesmo sob o aspecto de uma privação?”. Para responder Lacan (1998h, p. 692) evoca o Freud de *O Mal-estar na civilização*, quando este diz haver “um desconcerto não contingente, porém essencial, na sexualidade humana”, referindo-se à irredutibilidade das consequências do complexo de castração no inconsciente masculino e do *Penisneid* no inconsciente da mulher. Quanto mais se deu a ameaça (ou a assunção da castração no caso da mulher), mais ao sujeito é conferida a função fálica.

Essa parcialização é o que no discurso do analista age sobre o sujeito que ocupa o lugar do outro, do trabalho, a partir do objeto *a*. Daí pensarmos a função política como possivelmente experienciada como advinda da castração, do outro e de si próprio, conseqüentemente, uma função parcializável. Isto é, fazemos aqui a hipótese de que a função de operar um cargo na gestão de saúde mental é tanto mais possível quanto mais acomete essa função a incidência da função do psicanalisante, tal como está o sujeito no discurso do analista. Isso no sentido mesmo de que essa função exige tanto parcializar-se, fazer o que é possível a cada caso, a cada situação, como também exige a transmissão dessa parcialização como direção clínico/política – nossa analogia com o dizer freudiano torna importante esclarecer que seu dito, sobre a ameaça ter o efeito de tornar o homem fálico, parcializado então, refere-se apenas à função da Lei, e não a uma ameaça no sentido da autoridade, muito menos do autoritarismo, como distinguidos acima. Desse lugar, de quem opera uma função de gestão, pensaremos em alguns momentos onde foi ou não possível a transmissão dessa função de Lei, a partir da qual advém o efeito de falicização do discurso e assim a incidência da função psicanalisante.

Podemos ler também em Platão (2006, p. 65), em *A República*, a castração advinda da função política na qual não se “visa ou ordena o que é vantajoso a si mesmo, mas o que é vantajoso aos seus governados”. Assim como Lacan (1998e, p. 593) diz em relação ao lugar do analista que ele *paga com a própria pessoa* a função de escuta, consideramos pertinente pensar que um sujeito numa função política, atravessado por uma ética, que é a do desejo causado pelo objeto *a*, também deveria pagar, numa dimensão diferente, com a própria pessoa, por ocupar um lugar político, no ponto onde se abstém de agir pelos próprios preceitos pessoais. Posteriormente a Platão, Aristóteles (2006, p. 6) diz, na mesma linha, que o “discernimento e o respeito ao direito formam a base da vida social e os juízes são seus primeiros órgãos”. A que isso nos leva, senão à castração inerente não somente a toda prática, mas a toda *ex-sistência*?

1.4 O empuxo da totalização do discurso *versus* a ética da incidência dos efeitos de hiância do objeto *a*

A elaboração teórica feita acima não nos impede de manter no cerne da dimensão política e, principalmente, nos políticos, o empuxo do “total” verificável na prática política. É o que depreendemos de uma das definições de política de Lacan, na segunda lição do *Seminário 17*, onde indica a identificação da filosofia com o discurso do mestre e questiona o *saber absoluto* de Hegel, dizendo que a noção de que o saber pudesse se constituir numa totalidade fechada não esperou a psicanálise para ser interrogado, pois o foi pelos cétricos, por exemplo. Mas afirma, independente de escolas, que:

[...] a idéia [sic] de que o saber possa constituir uma totalidade é, por assim dizer, imanente ao político como tal. Sabe-se disso há muito tempo. A idéia [sic] imaginária do todo tal como é dada pelo corpo – como baseada na boa forma da satisfação, naquilo que, indo aos extremos, faz esfera – foi sempre utilizada na política, pelo partido da pregação política. O que há de mais belo, mas também de menos aberto? E o que se parece mais com o fechamento da satisfação? A colusão dessa imagem com a idéia [sic] da satisfação, eis contra o quê temos que lutar cada vez que encontramos alguma coisa que faz nó no trabalho de que se trata, o do descobrimento pelas vias do inconsciente. (LACAN, 1992b, p. 29).

Podemos ver Lacan remeter-se aqui ao colabamento do saber com a totalidade como uma definição de política. É o que leva à ausência de disjunção entre saber e poder, que no limite desemboca nos totalitarismos³³. Seguindo sua construção diz que atualmente se apresenta a manutenção do discurso do mestre, aquele que coloca no lugar de agente o S_1 , significante-mestre que extrai do lugar do trabalho do escravo seu saber, S_2 , de uma outra forma.³⁴ Diz que hoje, ao contrário do antigo discurso do mestre, tem-se o S_2 como agente do

³³ Isso nos leva à questão de haver nas democracias e não nos totalitarismos, uma mudança na reocupação dos cargos de gestão. Todo governante está fadado a ser deposto, se democrático? Somos levados aqui a Freud (2012a, p. 88), que em *Totem e Tabu* analisa a ambivalência dos governados em relação aos governantes, quando os primeiros, além de adorar, reduzem os segundos “a uma servidão muito pior que a de seus súditos. Parecem-nos, assim, a exata contrapartida aos atos obsessivos da neurose, nos quais o instinto suprimido e aquele que o suprime acham satisfação comum e simultânea”. Freud nos diz tratar-se da ambivalência como inerente à função de governar por conta da identificação presente maciçamente na estrutura humana. Freud cita ainda Sancho Pança quando governador de sua ilha, ratificando essa percepção da atitude ambivalente com relação ao governo e conclui: “É bem possível que escutássemos outras confirmações, se pudéssemos fazer com que reis e governantes atuais se manifestassem a propósito disso”. (FREUD, 2012a, p. 88).

³⁴ No *Seminário 19* Lacan (2012, p. 162) diz que é apenas a castração simbólica o que advém como produto de “um discurso absoluto”, o discurso do mestre. No *Seminário 20*, ele designa “o que constitui a originalidade desse discurso que não é homogêneo a um certo número de outros que oficiam e que, só por este fato, distinguimos como discursos oficiais. Trata-se de distinguir qual é o ofício do discurso analítico e torná-lo, se não oficial, pelo menos oficiante.” (idem, 1985, p. 40).

discurso, sinalizando um “U” como o que vai nomear logo à frente como Discurso Universitário. A definição de política acima exposta que Lacan (1992b, p. 29) toma como exemplo entendemos como a equivalência desta ao discurso universitário, que ele diz ter a intenção do “tudo-saber”, saber da burocracia: “o que ocupa ali o lugar que provisoriamente chamaremos de dominante é isto, S_2 , que especifica por ser, não saber-de-tudo, [...], mas tudo-saber”. Lacan assinala que é contra isso que devemos lutar, *cada vez que encontramos alguma coisa que faz nó no trabalho de que se trata, o do descobrimento pelas vias do inconsciente*. Referência à clínica que pode ser usada para pensarmos na verificação do exercício político não para desvendar o inconsciente, mas para dele fazer uma leitura da participação da política.

Na primeira lição do referido Seminário Lacan (1992b, p. 21), discorrendo sobre as diferenças entre o desejo de saber e o saber, dizendo que o primeiro “não tem qualquer relação” com o segundo, aponta que “o que conduz ao saber não é o desejo de saber”, é o “discurso da histérica”, colocando o discurso histérico como aquele que vem proliferar a produção de significantes mestres no intuito de que estes lhe digam qual é seu insabido valor, como clareará a lição *O Mestre e a Histérica*. O que faz Lacan (1992b, p. 21) deixar, voltando à primeira lição, a questão de se em seu discurso o mestre teria algum desejo de saber, posto que o que o caracteriza é justamente não desejar “saber absolutamente nada – ele deseja que as coisas andem”, o que novamente na lição seguinte diferencia do saber do discurso do analista, dizendo que o motivador da função de saber neste é “sua dialética com o gozo” (LACAN, 1992b, p.33). Caldas (2008, p.88), em seu texto *O discurso da histérica in Scilicet: Os objetos a na experiência psicanalítica*, diz que a tentativa pelo discurso histérico de proliferação da produção de significantes com o intuito de saber, no entanto, o evita, uma vez que “o objeto se aloja na fratura do discurso”.

Pela via do discurso universitário poderíamos entender o gozo no “tudo-saber” do empuxo da totalidade como objeto da demanda do “texto” político, ao que, prosseguindo, perguntaríamos: considerariamos a histerização deste como passo desejável, como caminho para lhe inculcar giros discursivos explicitadores da impossibilidade da totalidade? (Pois somente essa explicitação possibilita as invenções). Em caso afirmativo, esse objeto que continuaria a obturar as possibilidades de emergência do saber do sujeito, que convoca o intervalo da cadeia para se fazer representar, que discurso o faria *dessincopar-se*³⁵ que não a

³⁵ No *Seminário 10* Lacan (2005) equivale o lugar do objeto *a* na fantasia a uma síncope, lugar necessariamente *surdo e cego* àquilo que o causa, como diz, operando como causa precisamente por seus deslocamentos, impulsos, advindos do lugar afanizado do *a*. Trabalhamos em artigo oriundo de nossa dissertação de mestrado a construção de que a operação da psicanálise consiste na direção de uma *desimaginarização* do *a*, o que entendemos naquele contexto como correlativo a um *dessincopamento*, como nesse trecho: “Se o lugar de

incidência do discurso do analista? “É justamente isso que dificulta a posição do psicanalista. É que a função do objeto *a* é o deslocamento”, diz Lacan (2012, p. 175) no *Seminário 19*³⁶. No *Seminário 9* (LACAN, 2003a), o objeto “cai” a partir dos efeitos do significante, o que avançará na obra lacaniana para o limite da representabilidade deste. Quanto ao objeto *a* no *Seminário 10*, onde é conceituado como objeto causa de desejo, ele é referido ao resto da operação de incidência da barra sobre o Outro, (LACAN, 2005) automutilação feita do campo do ser. Já no *Seminário 11* (LACAN, 1998m) ele se define como em relação à perda, como excesso, mas também como perda de objeto separado do campo do Outro, na relação feita a partir dos Círculos de Euler com o campo do Ser – onde ele é objeto da lúnula comum aos dois conjuntos. A partir do *Seminário 17* (LACAN, 1992b) o objeto se faz objeto mais-de-gozar³⁷, perda de gozo como necessária, como entropia, como nos diz Miller (2005). No *Seminário 20* Lacan (1985, p. 27) assim nos precisará:

Mudamos de razão, quer dizer – mudamos de discurso. [...] desse discurso psicanalítico há sempre alguma emergência a cada passagem de um discurso a outro. Ao aplicar essas categorias que em si mesmas só se estruturam pela existência do discurso psicanalítico, é preciso prestar atenção à colocação em prova dessa verdade de que há emergência do discurso analítico a cada travessia de um discurso a outro. Não é outra coisa que eu digo quando digo que o amor é o signo de que trocamos de discurso.

Encontramos nessa citação uma fundamental justificativa para o caminho de nossas reflexões, através do discurso do analista, sobre a política: nos deslocamentos de qualquer discurso para outro, há sempre a emergência do discurso do analista, é esta emergência que opera os deslocamentos. Quanto à função política nos interessa verificar quando esta é ocupada pela incidência deste discurso, no agenciamento que o objeto *a* opera sustentando a função do psicanalisante, do sujeito político em trabalho.

Na citação de Lacan sobre a ligação da política com a ideia imaginária do todo *como é dada pelo corpo* pensamos que o termo imaginário visa aliar a política à satisfação presente

origem não é jamais representável, [...], a análise, ao apontar-lhe o vazio opera na direção de radicalização desse impulso na construção da borda, no sentido de dar movimento ao desejo do sujeito uma vez que desbasta os preenchimentos paralizadores e imaginários.” (ABREU, 2012, p. 330).

³⁶ Já no *Seminário 20* Lacan (1985, p. 18-19) dirá quanto à relação sexual que ela é “Apenas suposta, pois que eu enuncio que o discurso analítico só se sustenta pelo enunciado de que não há, de que é impossível colocar-se a relação sexual. É nisto que se escoram os avanços do discurso analítico, e *é por isso at que ele determina o que é realmente do estatuto de todos os outros discursos*. Este é, nomeado, o ponto que cobre a impossibilidade da relação sexual como tal. O gozo, enquanto sexual, é fático, quer dizer, ele não se relaciona ao Outro como tal.” (grifo nosso).

³⁷ Ver também, p.ex, *Seminário 23*, (LACAN, 2007, p. 120).

na bela imagem esférica do todo, no sentido do fechamento da satisfação pretendida pelo que há de imaginário no sintoma, mas o imaginário sempre fracassa nessa tentativa. Desse modo, algo da satisfação somente se produz via esse furo, inerente à satisfação no sintoma? O que nos leva a pensar que Lacan faz equivaler a política ao sintoma, conceito no qual nos detemos por originar uma definição de política, dessa vez da psicanálise, que passamos a abordar, com o intuito de extrair dela algumas balizas teóricas para a análise de nossas experiências políticas. Isso não para considerar que a política da psicanálise se “encaixaria” na política mais geral, pois assim estaríamos cometendo o erro de tomar a política como clínica, em linha direta e sem diferenciação, além de igualmente de forma errônea tomar a experiência institucional política no âmbito de uma gestão municipal de saúde mental como se pudesse assemelhar-se à prática institucional de uma Escola, à qual estritamente a política da psicanálise se refere. Seria um equívoco pensar que a política da psicanálise pode ser referência fora de seu campo, no caso aqui para a política.

Freud (2010f, p.70) nos fala, em *O Mal-estar na civilização*, que os sintomas se constituem da insuportabilidade das “frustrações da vida sexual”, sendo essas gratificações substitutivas mas que, no entanto, “causam sofrimento ou tornam-se fonte de sofrimento, ao lhes criar dificuldades com o ambiente e a sociedade”. Em *Lituraterra*, Lacan diz: “O fato de o sintoma instituir a ordem pela qual se revela nossa política implica, por outro lado, que tudo o que se articula dessa ordem seja passível de interpretação”³⁸. Lacan está dizendo que a política da psicanálise é o sintoma? Se assim entendermos, a que política estaria se referindo, e a que estatuto do sintoma? A interpretação, a serviço do que ela se coloca na política? Refletindo sobre a famosa frase de Lacan, *o desejo é articulado, mas não é articulável*, Elia (2011, p. 4) diz que o desejo:

tem um lógica, uma gramática, que lhe é impressa pelo significante no inconsciente, mas o sujeito não pode fazer uso do significante, da linguagem, em sua fala, para dizer o seu desejo com palavras. O desejo só pode ser lido, e a escrita em que ele é legível é a do sintoma.

Gostaríamos de articular a cogitação sobre a política da psicanálise ser o sintoma com sua relação com a lógica do fantasma, anunciada explicitamente no *Seminário 14*. Já no *Seminário 9* Lacan (2003a, p. 70) fala em lógica, das “funções exercidas pela linguagem num certo campo do real, aquele do qual nós outros, seres falantes, somos os condutores”, sendo a

³⁸ Tradução de Luciano Elia. “Que le symptôme institue l'ordre dont s'avère notre politique, implique d'autre part que tout ce qui s'articule de cet ordre soit passible d'interprétation.” (LACAN, 2001a, p. 18).

partir deste axioma que nos alerta a desconfiar de toda *koinonia*³⁹, de toda classe e gênero. No *Seminário 14*, Lacan (2008, p. 357), desenvolvendo o esquema que caracteriza como suporte real do que “relaciona o sexo com tudo o que é do sintoma”, diz: “[...] todo sintoma, é nesse lugar do Um furado que ele se liga. E é nisso que ele comporta sempre, por mais espantoso que nos pareça, sua face de satisfação” (LACAN, 2008, p. 360). É aqui que Lacan ressalta que é no furo que está comportada a face de satisfação do sintoma, respondendo nossa pergunta. Lacan deixa assim uma brecha para, mesmo com o empuxo do universitário inerente *ao partido da pregação política*, como diz, tomar como possível momentos pontuais de uma prática política que, como no sintoma, avance na direção de um deslocamento através da interveniência do discurso do analista na posição do sujeito como se configura a do analisante, em trabalho, com a limitação que o próprio campo da política lhe confere. O Um furado é o Um da sexualidade, da “pretendida união sexual”, diz esse trecho. Cabe ao discurso do analista ir contra o gozo do Um, o gozo autista, promover o fortalecimento do laço e o tratamento desse gozo. É, então, desse lugar que vem a política, do lugar do sintoma, sendo este a forma da verdade⁴⁰ (LACAN, 2008, p. 357), tal como pronunciado por Marx. Encontramo- nos com uma definição de política dada por Gauchet, ela é “o lugar de uma fratura da verdade”⁴¹ (tradução nossa). Eis psicanálise e política nascendo de uma mesma origem, apesar de suas direções não convergentes.

³⁹ *Koinonia*, diz Lacan (2003a, p.70), “para empregar um termo platônico, de tudo o que é a figura da comunidade em qualquer gênero [...]”. Segundo o *Vocabulário grego da filosofia*: “comunidade, sociedade. Platão associa esse termo ao termo *Pólis* (*Rep.* II, 371b). Aristóteles distingue duas: a família e *Pólis*, ambas organizadas para o bem comum (*Pol.* I, I, 1).” Cf. GOBRY, 2007, p. 88.

⁴⁰ Lembrando que no *Seminário 9* Lacan (2003a, p.21-22) dirá ainda que é “sobre o sentido da verdadeira verdade que está edificado todo o crédito da psicanálise”. Fala nesse trecho do que seria um erro de Aristóteles, isto é, tentar – em relação à escolha de Sócrates de não se exilar porque considerava mais importante transmitir seu saber pelo seu desejo sustentado a preservar sua vida – “exorcizar uma transferência que ele considerava um obstáculo para o desenvolvimento do saber”. Em relação a isso Lacan diz ainda: “como analistas, justamente sabemos que o original, o vivo e o apaixonante de nossa intervenção é isso, que poderemos dizer que somos feitos para dizer, para nos deslocarmos na direção exatamente oposta, mas estritamente correlativa, que é dizer: ‘Mas não, você não sabe que diz a verdade’. [...] Mais que isso: ‘Tu não a dizes tão bem senão na medida em que acreditas mentir, e quando não queres mentir, é para melhor te resguardares dessa verdade’. Essa verdade, parece que não se pode apreendê-la senão por seus reflexos”. Adiante Lacan falará ainda, referindo-se à procura do “verdadeiro de verdade” e à colocação em causa do estatuto do sujeito como “encarregado de levar esse verdadeiro ao real, [...] desembocando no [...] *einzigster Zug*” da indicação do lugar onde está o que concerne ao significante no advento da verdade (ibidem, p. 39). O que nos transmite a retirada psicanalítica da consistência do verdadeiro, importante esteio para a construção que tentaremos fazer sobre a citação de Lacan, acima, que abre sustentação para pensarmos a “verdade” da política também como interpretável, através de seu semi-dizer, como será explicitado no décimo sétimo seminário lacaniano.

⁴¹ “C’est en cela que consiste spécifiquement la politique: elle est le lieu d’une fracture de la vérité” (GAUCHET, apud MILLER, 2002a, p. 241).

No ponto do *Seminário 14* ao qual nos ativemos Lacan (2008) define sintoma como a significância das discordâncias entre o real e tudo o que por ele se dá como ideologia. O sintoma é essa tentativa de suplência entre o real e o que fazemos dele, comumente como ideologia, como tentativa de apreensão num plano imaginário⁴² daquilo que escapa. Até aqui, estamos *pari passu* com o que se pode conceber via de regra como política: nada estaria mais consonante com a ideologia. No *Seminário 17* e em *Radiofonia* Lacan (1992b, p. 178 e 2003e, p. 442) falará inclusive de real como dique para o idealismo, em relação a tratar-se de saber “apenas um bocado” da verdade por não ser o real “antes de mais nada para ser sabido” (LACAN, 2003e, p. 442). Lacan (2008, p. 27) também diz no *Seminário 14* que “no universo do discurso não há nada que contenha tudo”, isso pelo efeito que o significante faz a partir do recalque. Ou, como diz Lacan (2003g, p. 475), em *O aturdido*, valoriza-se a “asfera do *nãotodo*: é isso que sustenta o impossível do universo, ou seja, usando nossa formulação, o que ali encontra o real”. O *Seminário 19* nos ajuda, pois neste texto contemporâneo Lacan (2012, p. 158-159) esclarece esse ponto distinguindo dois níveis do Um, um como *Um* propriamente, que “é o Um que se repete”, que está “na base de uma incidência suprema no falar do analisando, que ele denuncia por uma certa repetição, em relação a uma estrutura significante”⁴³, e outro como *Outro nível do Um*, produzido “no chamado estágio do mais-degozar” como produção significante, S_1 , “a partir da instauração do sujeito no nível do gozo de falar” considerando o discurso analítico:

O Um de que se trata no S_1 , aquele que o sujeito produz, ponto ideal, digamos, na análise, é, ao contrário do que se trata na repetição, o Um como Um só [*Un seul*]. É o Um na medida em que, seja qual for a diferença existente, sejam quais forem todas as diferenças que existem e todas as quais se equivalem, existe apenas uma: é a diferença. (LACAN, 2012, p. 159).

Esse outro nível do Um é o Um sozinho, *inteiramente só, onde se diria estar a relação* (LACAN, 2012, p. 234). Em seguida Lacan nos traz que:

A menos que tenha apenas zero de sentido o significante pelo qual o Outro se inscreve no sujeito por ser barrado, $S(A)$, escrevo isto.
É por isso que chamo de nadas os Uns de uma das séries laterais do triângulo de Pascal. Esse um se repete, mas não se totaliza por essa repetição, o que se apreende

⁴²No *Seminário 9* Lacan (2003a, p. 27) nos define belamente imagem como “arranjo físico que tem por resultado constituir uma concordância biunívoca entre dois sistemas, em qualquer nível que seja”.

⁴³“Em suma, convém percebermos que, na teoria dos conjuntos, todos os elementos são equivalentes. E é exatamente assim que se pode gerar a unidade. *Distinto* significa apenas *diferença radical*, já que nada pode se assemelhar. Não existe espécie. Tudo aquilo que se distingue da mesma maneira é o mesmo elemento. Tomando o elemento apenas como pura diferença, também podemos vê-lo como a mesmidade dessa diferença.” (grifo do autor). (LACAN, 2012, p. 158). Essa é a repetição do Um.

dos nada de sentido, feitos de contrassensos, a serem reconhecidos nos sonhos, nos lapsos ou até nas “palavras” do sujeito, para que ele se dê conta de que esse inconsciente é o seu.

Lacan (1976-1977, p. 102) sobre isso dirá, no *Seminário 24* que há uma distinção do Um da particularidade em relação ao Um universal, o da tentativa do humano de homogeneização: “Qu’il en existe Un, implique-t-il à soi tout seul l’universel? Ceci comporte qu’on dise que, tout exclu que soit l’universel, la forclusion de cet universel implique le maintien de la particularité”⁴⁴. Quinet (2009, p. 190) nos diz que aí Lacan “radicaliza e afirma que o Um do universal não é o Um, porque o universo não existe, mas o Um não deixa de existir. Pois há Um”.

No *Seminário 19* Lacan (2012, p.235) subsidia essa construção dizendo que esse Um sozinho não deve mais ser chamado de mônada, mas de Um-dizer, já que é dele que os *Uns* da repetição vêm, esses que se referenciam ao gozo, a partir do qual se refere, curiosamente, à ética: “Donde se evidencia que pensamento só procede pelo caminho da ética. Mas é preciso alinhar a ética com a psicanálise.” O que Lacan quer dizer aqui, que a ética depende dessa extração do Um sozinho que advém da clínica? É o que pensamos ser dito com o prosseguimento do texto:

Será que o Um-dizer, por se saber Um-sozinho, fala sozinho? Não há diálogo, disse eu, mas esse não diálogo tem seu limite na interpretação – por onde se assegura, como, quanto ao número, o real.

Daí resulta que a análise inverte o preceito “fazer o bem e deixar falar”, a ponto de o bem-dizer satis-fazer, já que somente ao mais-dizer [*plus-en-dire*] corresponde o não bastante.

[...] Digamos que a interpretação do signo dá sentido aos efeitos de significação com que a bateria significativa da linguagem substitui a relação que não se pode cifrar. (grifos do autor). (LACAN, 2012, p.235).

É nesse sentido que a “gestão da clínica do *um a um*” pode ser relida como a que, partindo da consideração da repetição significativa, leve em conta a direção de uma produção significativa a partir de uma oferta clínica aos pacientes da saúde mental nesse lugar do gozo da fala num trabalho transferencial que a isso possibilite. Direção ao mais-de-gozar da clínica, que nortearia como direção ética também a saúde mental em nossa experiência de operação de gestão da clínica. Outra forma de falarmos de apreensão da política mais afeita à ética da castração. Para isso, é preciso o objeto *a*, operado via lugar do psicanalisante sobre o qual incide o discurso do analista.

⁴⁴O trecho correspondente na tradução seria algo como: Que exista o Um, implica que ele seja por si só o universal? Isto comporta o que dissemos que, excluído que seja universal, a forclusão deste universal implica a manutenção do particular. (tradução nossa).

A afirmação sobre não haver nada no universo do discurso que contenha tudo deveria nos levar, segue Lacan, a ter prudência com o manejo do que se chama de *todo e parte*, a fim de se distinguir com rigor o que seria o *Um da totalidade*, que ele assim acabara de refutar, do *Um contável*, que:

por sua natureza, ele se oculta e desliza, para não poder ser o Um senão ao se repetir pelo menos uma vez e, fechando-se novamente sobre ele mesmo, instaurar, na origem, a falta de que se trata; que se trata de instituir o sujeito. (LACAN, 2008, p.27).

Vemos aqui o *Um contável* guardando alguma semelhança com o lugar descrito por Lacan no *Seminário 10* em relação ao lugar que o objeto *a* ocupa na fantasia, como citado na nota de rodapé de número 35, semelhança que se reduz a esse apontamento para o vazio do lugar de causa constituinte do sujeito – mesmo em sua tentativa imaginária de satisfação fechada, *fechando-se novamente sobre ele mesmo*, o que só faz *instaurar, na origem, a falta de que se trata* na instituição do sujeito. Indo nesse caminho de que não existe o Um, como “total”, poderíamos dizer que também *uma política* como total não existe, mesmo que faça, na direção de sua prática como testemunhamos na experiência, empuxo da totalidade. É de *uma política* que se trata de tomar como baliza na verificação ou não da ocorrência ou furo nesse empuxo, uma política que se dirija ao *Um contável*, pela assunção da singularidade, uma *política contável*. As *políticas totalizantes*, seguindo as coordenadas aqui expostas, vão na contramão da incidência dos efeitos de hiância que o objeto *a* como causa fazem, e se dirigem a uma suposta totalidade, àquilo que tem pretensão de união sexual fazendo conjunto e deixando de escanteio o singular. Diremos que não, não somos assim, assim são os outros, as mal afamadas políticas sociais, as políticas de outra parte do mundo, os outros, os outros...? Como bem lê Elia (2004), na letra lacaniana ao dizer que somos responsáveis inclusive e principalmente pelo que não fizemos, não soubemos, não participamos, a sermos rigorosos, precisamos nos implicar nas políticas que adotamos – diz o autor que isso pode ser entendido no mesmo contexto em que Arendt (2004)⁴⁵ entende o sentido de responsabilidade, em *Responsabilidade e Julgamento*.

⁴⁵ Por exemplo, em *Responsabilidade pessoal sob a ditadura*, texto de Arendt que se encontra no citado livro, podemos destacar sua definição de responsabilidade política como a “que todo governo assume pelas proezas e malfeitorias de seu predecessor, e toda nação pelas proezas e malfeitorias do passado”, em contraste com a responsabilidade pessoal (ARENDRT, 2004, p. 89). Já em *Responsabilidade coletiva*, Arendt (2004, p. 216), diz que duas condições devem se fazer presentes para a responsabilidade coletiva ser definida: “devo ser considerado responsável por algo que não fiz, e a razão para a minha responsabilidade deve ser o fato de eu pertencer a um grupo (um coletivo), o que nenhum ato voluntário meu pode dissolver, isto é, o meu pertencer ao grupo é completamente diferente de uma parceria de negócios que posso dissolver quando quiser”. Diz então que esse tipo de responsabilidade “é sempre política”.

Retomando a segunda parte da citação feita acima, de *Lituraterra*, onde Lacan fala do sintoma constituir a ordem pela qual se revela a política, temos:

Por isso é que tem toda razão quem põe a psicanálise à testa da política. E isso poderia não ser nada fácil para aquilo que da política fez boa figura até aqui, se a psicanálise se mostrasse *advertida* quanto a isso.⁴⁶ (grifo nosso).

Se a psicanálise se mostrasse *advertida*, o que está Lacan querendo dizer? Poderíamos ler que, mesmo possuindo os instrumentos para interrogar a política, como fazem, ao tomá-la como sintomática, os psicanalistas, ao se haverem com a política, não tiram daí as consequências possíveis. Seria desse modo que encontraríamos o que Lacan chama de psicanálise *não-advertida* quanto à política. A política, em seu conhecido *status* de empuxo do “total” que estruturalmente carregaria em seu bojo o desconhecimento da singularidade, do sujeito, é possível exercê-la em conformidade com a ética da incidência do objeto *a*, ética do desejo, coisa que só verificaríamos em cada experiência e portanto nos traria a *advertência* quanto à política?

Freud, no mesmo ato de criação da psicanálise, imprimiu a ela uma orientação política, que se inscreve como a primazia do reconhecimento do inconsciente. Na lição do *Seminário 14* em que aparece a famosa frase de Lacan (2008, p. 350), “o inconsciente é a política”, ele diz que quando o masoquismo é nomeado como tal apressadamente “pode deixar a neurose no masoquismo perverso, sem passagem para a prática enquanto discursiva”, como lê Considera (2010, p. 1) desse trecho. Lacan explica que, ao contrário de circunstâncias onde o sujeito não tem melhor a fazer que não assumir o penoso, a castração de certas situações, o masoquismo é o gozo retirado do ser rejeitado, para o que o sujeito se oferece. Define masoquismo aqui como elemento mantido ativo na manutenção da defesa, pelo superego. Por outro lado a pressa, diz Lacan, traz a inexistência de se tomar como masoquismo a assunção do penoso em uma situação, o que nos fornece uma pista para a questão de quando se trata em cada situação de uma resistência estrutural, que aponta para a necessidade do

⁴⁶ Tradução de Luciano Elia. “C'est pourquoi on a bien raison de mettre la psychanalyse au chef de la politique. Et ceci pourrait n'être pas de tout repos pour ce qui de la politique a fait figure jusqu'ici, si la psychanalyse s'en avérait avertie.” (LACAN, 2001a, p.18). Cabe chamar atenção para um equívoco na tradução da edição brasileira, onde se lê nesse trecho: “Por isso é que tem toda razão quem põe a psicanálise à testa da política. E isso poderia não ser nada fácil para aquilo que da política fez boa figura até aqui, se a psicanálise fosse *esperta*.” (grifo nosso) (2003f, p. 23). No *Seminário 18* a fala de Lacan (2009, p. 115) quanto a este ponto é similarmente traduzida: “E poderia não ser nada fácil, para o que da política fez boa figura até aqui, se a psicanálise se revelasse mais *esperta*. (grifo nosso). Certamente não é disso que se trata naquilo ao qual Lacan refere-se, não se trata de uma suposta *esperteza* que faltaria à psicanálise, mas talvez possamos supor, que Lacan se refere, como faz com frequência, a uma falta de *advertência*, não exatamente por parte “d’ A Psicanálise”, porque esta “não existe”, mas dos psicanalistas.

trabalho, mesmo que “penoso”, ou quando se testemunha a resistência produzida pelo mau uso da linguagem lacaniana na prática, quando esta causa o afastamento do outro. Isso nos interessa na medida em que, em relação à política adotada, trata-se de desvendar sua lógica, que não é sem relação com a lógica do fantasma.

De estrutura, temos então também o resto que representa a anteriormente referida não harmonia humana, o que Lacan referirá posteriormente como não existência da relação sexual (cf. p.ex., LACAN, 2007, p. 120). A inclusão do resto como fato de estrutura traz-nos a boa medida da castração, e é igualmente a isso que Lacan se dedica em todo o *Seminário 14*, onde, como dito, enuncia que não é “a política, o inconsciente”, mas “o inconsciente é a política”. É nesse ponto que Lacan interroga sobre o de que se trata na Guerra do Vietnã, inclusive respondendo à questão sobre não ser sempre o melhor negócio escapar de ser rejeitado, dizendo que os vietnamitas preferem ser rejeitados, a serem admitidos nas benfeitorias do capitalismo:

Em certos casos ser rejeitado é mais interessante de tempos em tempos que ser aceito de pronto! O encontro que se pode fazer com tal ou qual pessoa que não demanda a não ser adotar vocês, não é sempre... a melhor solução não é sempre não escapar a isso.

Por que essa parcialidade? Quem, de alguma maneira, implica que estaria na ordem, na natureza das coisas, em sua boa inclinação, fazer sempre tudo que é necessário para ser admitido. Isso supondo ser admitido em uma mesa caridosa. (2008, p. 349-350).

Diz então tratar-se no caso do Vietnã de convencê-los de que fariam melhor negócio sendo admitidos no capitalismo, e é contrapondo-se a isso que eles escolhem a rejeição:

Pois é por falta dessa articulação lógica que esses deslizamentos podem se produzir, que fazem com que antes de perceber que para ‘ser rejeitado’ seja essencial como dimensão para o neurótico é necessário em todo caso, que ele se ofereça. (LACAN, 2008, p. 350).

Considera (2010, p. 1) diz, seguindo a lógica lacaniana, que é porque esta articulação lógica nos falta que “se produzem tantos deslizamentos ideológicos nesse lugar”⁴⁷. Isto é, se não fazemos a passagem da lógica do fantasma para a lógica enquanto discursiva⁴⁸ não nos advertimos para a *falta dessa articulação lógica* que omite o oferecimento do sujeito para sua

⁴⁷ Diz ainda a autora: “Os deslizamentos aos quais Lacan se refere estão em relação a distinguir uma questão que só se distingue em termos de estrutura, à qual só se tem acesso pela lógica discursiva, essa que ele diz que nos falta. Portanto, precisa-se de acesso, e esse acesso precisa ser conquistado, porque, senão, se fica dominado pela ideologia.” (CONSIDERA, 2010, p. 1).

⁴⁸ Entendemos aqui que a lógica do fantasma é não-discursiva na medida em que *discursivo* designar tomar em conta determinados aspectos do discurso que de outro modo permaneceriam de fora.

rejeição, o que faz cair nos mais nefastos riscos e efeitos de se deixar aos neuróticos apenas a neurose, e assim por diante, poderíamos também dizer, aos momentos perversos de empuxo do total deixando somente a perversão⁴⁹. É o de que falamos ao referirmo-nos à imprescindibilidade de imputar ao sujeito sua responsabilidade em seu próprio sofrimento.

Lacan diz que é nesse ponto que se devem colocar questões sobre significações como a de que *anatomia é destino*, paráfrase que Freud (2011c, p. 211) faz de Napoleão, que teria dito “a geografia é o destino”, ao reconhecer a importância da topografia nas batalhas. Lacan então faz um deslizamento, para dizer “o inconsciente é a política”, e completa à frente: “Quero dizer que o que liga os homens entre eles, o que lhes opõe, é precisamente a motivação do que tentamos nesse instante articular na lógica” (2008, p. 350). O que liga os homens entre eles, e o que lhes opõe, é precisamente a causa do que Lacan tenta articular na lógica da fantasia. A motivação, da qual vimos falando, Lacan destrincha na página seguinte:

Mas, o que *motiva* essas necessidades que se exprime nos vieses paradoxais e sempre tão mal definidos se os relacionamos pura e simplesmente aos benefícios recolhidos ou não em seu seguimento da realidade; se omitimos essa primeira etapa essencial e a luz unicamente de qual (digo, etapa) o que ressalta desses resultados no real, pode se julgar? É a *articulação lógica* da posição – neurótica no presente caso – e também em todos os outros. Sem uma articulação lógica que não faz intervir nenhum preconceito do que estar a desejar para o sujeito... que sabem disso vocês? (2008, p. 351). (grifo nosso).

Donde podemos entender que a ligação e o desligamento dos homens entre si é a motivação de se viver na pólis, que Lacan articula logicamente na fantasia: fantasia de ser rejeitado, ou não, pouco importa, mas fantasia que articula a posição do sujeito ao Outro⁵⁰. Lacan posteriormente (1980, p. 61) dirá ainda que “Não há outro trauma do nascimento senão o de nascer como desejado. Desejado ou não – é a mesma coisa, já que é pelo ser-falante”. Não nos constituímos senão pelo Outro, pelo recorte que o sujeito, após o primeiro

⁴⁹ Perversão será usada nessa tese na aliança com o empuxo da totalização no caso da política, no sentido do velamento pelo objeto, pelo poder que pretende obliterar a falta, como sintoma que faz do sujeito o parceiro de seu gozo: retirando-lhe a barra para fazer um Outro sem barra gozar. Trata-se da colocação do sujeito totalizado na posição de objeto do Outro. Em relação às estruturas clínicas há as três formas de posicionamento do sujeito em relação à negação da castração, das quais o desmentido, *Verleugnung*, caracteriza a perversão. O objeto encontra-se em *rigidez*, diz Lacan (1998k, p. 785), o que complementa ao dizer que a fórmula da fantasia, $\$ \diamond a$, articula no caso da perversão, “de fato, o prazer a que veio substituir-se um instrumento (o objeto *a* na fórmula) na espécie de divisão contínua do sujeito que é ordenada pela experiência”: isso só se obtém se o agente aparente da fantasia se “cristaliza na rigidez do objeto, no intuito de que sua divisão de sujeito lhe seja totalmente remetida pelo Outro”. O perverso se encontra então em rigidez, como objeto, do constante reenvio que lhe é apresentado da fenda, a qual é obliterada rigidamente pelo mecanismo de negação da castração, negação que é simultaneamente negada pela substituição via objeto fetiche.

⁵⁰ No *Seminário 19* Lacan (2012, p. 167) dirá a seguinte frase: “O que temos de suspeitar em toda realidade é que ela seja fantasística”.

movimento de sua constituição onde aparece como efeito de linguagem nascido da fenda original, no segundo movimento “retorna à espécie de fixidez que Freud atribui ao voto inconsciente” (LACAN, 1998i, p. 835), como diz o texto *Posição do Inconsciente*. Destaca Luciano Elia (2008), que a isso Lacan chama nesse texto de suborno, *suborno secundário*, nas palavras de Lacan (1998i, p. 850), “recusando ao sujeito do desejo que ele se saiba efeito de fala, [...] desejo do Outro”, como diz Elia (2008, p. 4): o sujeito “paga para não saber que é, como desejo”, desejo do Outro, “o desejo indestrutível nos aparece para nos fazer desconhecer que é desejo do Outro, e o faz graças ao fantasma”⁵¹. Apresenta-se a ambiguidade desse suborno para o advento do sujeito, que suborna, quer dizer, perde sentido para ganhar em troca sua *ex-sistência* como esvanecido. Assim, é à castração, à perda como inerente à lógica de constituição do sujeito, que tributamos nossas condições de possibilidade como sujeitos, em relação ao que advém o sintoma. No *Seminário 17* Lacan (1992b, p. 74-83) esclareceu que “o significante-mestre, ao ser emitido na direção dos meios de gozo que são aquilo que se chama o saber, não só induz, mas determina a castração”, e daí igualmente advém as condições de possibilidade frente ao impossível.

Lacan (2008, p. 13), no *Seminário 14*, diz que não é possível uma interpretação satisfatória “tanto da subjetividade quanto da história”, inclusive dos totalitarismos, “sem esse *objeto a*”. Observação que nos faz retomar a citação feita algumas páginas acima, de Elia, sobre a necessidade da separação, distância significante, para que haja recusa do gozo ilimitado e advenha um gozo afeito ao desejo como recorte na via da Lei. Somente a leitura do gozo que advém da incidência do objeto *a* em sua propriedade de parcialização permite uma interpretação satisfatória, como diz Lacan, da história, seja da subjetividade seja do coletivo.

Se há um para todos ao qual a política deve se alinhar é o da Lei, esta sim é para todos, cada um com o seu sintoma.

⁵¹ Elia (2008, p.4) relembra também que é apenas nesse segundo movimento que o desejo entra em cena, porque “o sujeito só pode ser sujeito para um desejo se algo nele já se tiver constituído, e, diante do desejo, do objeto, [...] o sujeito se esvanece.” E é nessa diacronia que entra em ação com a entrada do desejo que este “assume a fixidez, a indestrutibilidade de que fala Freud” na *Interpretação dos sonhos*. O que nos faz voltar à questão trabalhada no início desse capítulo sobre a relação de desejo e Lei, para pensar com esse outro texto de Elia, que essa construção da entrada em cena do fantasma que sustenta o desejo indestrutível tem no atravessamento de uma análise a possibilidade, como diz o autor, do sujeito não mais crer que o desejo do Outro é “seu patrimônio mais valioso” (ELIA, 2008, p. 4), mas que deseja *a partir* do Outro. Isto nos reitera a leitura de que, como dissemos com Elia e Lacan, o desprendimento em relação ao absoluto do desejo e à demanda do Outro não se dá senão *a partir* do Outro, mantendo, mesmo no fim de análise, a relação do desejo com a Lei num hipotético novo desejo criado sob o desligamento de tais amarras.

Citemos uma outra referência à lógica, dessa vez de um dos *Escritos* de Lacan:

Nada do desejo, que é falta, pode ser pesado nem posto nos pratos da balança, a não ser nos da lógica. [...] nos homens cujo destino na vida é fazer desaparecer o sulco de uma falta, isto é, todos os homens... (LACAN, 1998g, p. 770).

Destaquemos dessa citação a referência à estrutura do humano que faz empuxo do escamoteamento da falta, para fazer pensar o que se exige entender numa ocupação de um lugar de operação da gestão na saúde mental.

Quanto à definição de inconsciente como política, o mesmo nos ratifica Miller (2002b, p. 253), ao dizer, em seu curso conhecido como *O Desencanto da Psicanálise*, no qual faz dez reflexões sobre esse anúncio lacaniano, que o inconsciente dá valor ao laço social porque não existe relação sexual. Na primeira das reflexões Miller apresenta a tese na qual diz ser esta uma denegação de Lacan, a partir de que esta seria, se houvesse um pai para ela, uma tese freudiana, defendida, por exemplo, em *Psicologia das Massas e análise do eu*, onde Freud analisa formações coletivas como formações do inconsciente. Essa seria uma leitura de Freud, diz Miller, porque depreende “alguma coisa como isto: que a política, ao menos quando sobre ela Freud escreve, leva ao inconsciente”⁵² (tradução nossa). Diz com isso que Freud considera que as formações coletivas que examina colocam num denominador comum um mesmo significante identificatório e a mesma causa do desejo. No entanto, Miller lê isso como uma redução da política ao inconsciente, redução que se prestaria a objeções já que há mais na política do que o inconsciente. Miller (2002a) diz ainda que poderíamos recusar essa tese, entendendo que não é da política que fala Freud, mas do inconsciente emprestando seus modelos ao campo da política. Acreditamos tratar-se dessa segunda hipótese, guardando para *o inconsciente emprestando seus modelos* todas as reservas, no sentido de que ele se impõe, mas o que dele será lido e o que disso será feito em cada situação política, que exige inexoravelmente a escuta do outro para a tomada de decisões, tal qual vimos com Arendt, não pode ser generalizável *a priori*. Como colocamos com a questão que levantamos antes, com essa construção podemos dizer que não tomamos o exercício de um lugar de gestão na saúde mental como possivelmente analisável tendo como referência uma política de psicanálise, política de Escola. *Há mais na política do que no inconsciente*, há real na política, parece querer dizer Miller, o que nos faz entender porque a política não é o inconsciente.

⁵² “[...] quelque chose comme ceci que la politique, au moins quand il en écrit, se ramène à l’inconscient”. (MILLER, 2002a, p. 240).

Sobre o valor da castração, real presente, reger a sustentação de uma direção política, teríamos que dizer de que posição em relação ao inconsciente se trataria nessa participação. O que Miller nos traz é a possibilidade da afirmação de Freud ser relançada pela denegação de Lacan através do dito “não é a política o inconsciente”, concordando que isso aponta apenas para dizer que *não é*, mas que o inconsciente *participa* da política, como não poderia deixar de ser, já que esta é feita por seres humanos, sujeitos do inconsciente que são.

Sustentar um pensar, não desarticulado da prática, um pensar reflexivo, analítico, no sentido de Arendt, da não separação entre o pensamento crítico e a ação, é também o que traria alguma possibilidade da ética atravessar a política. O que equivaleria, na psicanálise, ao pensamento crítico de Arendt, é o ato de analisar. Indo na direção da psicanálise *stricto sensu*, poderíamos com isso sustentar a hipótese de que fazer análise é um posicionamento ético com relação ao Outro, da mesma maneira que em sentido geral poderíamos fazer equivaler a isso o pensar crítico que retifica a posição do sujeito. É o que pensamos encontrar em Freud, por exemplo, em *O Mal-estar na civilização*:

De fato, a ética se dedica ao ponto facilmente reconhecido como o mais frágil de toda a cultura. Ela há de ser vista, então, como tentativa terapêutica, como esforço de atingir, por um mandamento do Super-eu, o que antes não se atingiu com outro labor cultural. Já sabemos que aqui se coloca o problema de como afastar o maior obstáculo à cultura, o pendor constitucional dos homens para a agressão mútua [...]. (FREUD, 2010f, p.117-118).

Uma outra leitura da frase lacaniana é a de Isabel Considera (2010, p.2), sobre a inconsciente ser a política e o inverso não ser verdadeiro, lendo no lembrete de tomar a política como o inconsciente o que seria uma perversão, usar a lógica do fantasma ao atribuir sentido sintomático a qualquer ato político. O que então é uma abordagem perversa, que acarreta o risco do ato perverso. É o que ocorre quando alguém, ocupando uma função clínica ou institucional por exemplo na saúde mental, usa de sua possibilidade de escuta para confrontar o outro via o fantasma na cena política. Quando há uma interpretação do sujeito que está encarnando a função, faz-se uma destituição da função. Diferentemente de dizer que a política é o inconsciente, o que podemos pensar é que o inconsciente determina a política, apesar desta não ser por ele totalmente determinada. Quando se considera a cena política como totalmente determinada pelo inconsciente produz-se uma leitura perversa, desfazendo os limites entre o público e o privado.

O inconsciente é a política é artifício que Lacan utiliza para dizer que da política participa o inconsciente, podemos entender, porque se constitui na relação ao Outro. Em

suma, há inconsciente na política. Considera (2010, p. 2) diz ainda que o nível “o inconsciente é a política” depende de não se fazer valer o valor significante como imagem da relação entre saber e poder, para que a perversão não advenha com a não-separação entre saber e poder, o que se produziria no nível *a política é o inconsciente*. Quanto à destituição da função a partir de confrontação do sujeito com seu fantasma, usa-se de um saber pela via do poder, perversão, como diz Considera referindo-se à política da psicanálise, mas que podemos fazer valer também para a política da saúde mental, assim como da política em geral, lendo Lacan:

Para a perversão, certamente “a política é o inconsciente” e, nesse caso, o que faz é instrumentar o fantasma – aqui, a política entra como ideologia, trata-se do fazer política na psicanálise através da perversão, através dos benefícios do masoquismo, o que leva a atuar sobre o fantasma dos sujeitos. (CONSIDERA, 2010, p.3).

Na prática política não é raro testemunhar-se atos perversos de manipulação do fantasma do outro, geralmente atolado na neurose, que se presta então à perversão. A diferença que se coloca então é: por um lado, servir-se dos benefícios do masoquismo, pela perversão que incute a ideologia, através do que se apela ao fantasma do outro, no lugar do que, por outro lado, eticamente, podemos dizer que seria servir-se dos benefícios estruturais do ser rechaçado, coisa inerente à condição humana, o que faz apelar ao sujeito, em sua relação com a verdade, não mais somente com o fantasma. O benefício de ser rechaçado, estrutural, Lacan interpreta como sendo não ser incluído em qualquer *mesa caridosa* – supondo que ela assim o seja.

O ponto sobre a verdade é o que concerne ao real via a colocação em questão do ato sexual. É sua não existência⁵³ que institui no inconsciente os laços. Por isso a política proposta por Lacan não se propõe a fazer grupo, é tentativa de laço sem a regência da identificação. Miller (2002c), em seu *Política Lacaniana*, diz que a política institucional proposta por Lacan para a Escola Freudiana de Paris (EFP) era a de apostar na sustentação do mal-estar sem nele intervir, esperando que assim adviessem as retificações. “Fomentar una comunidad con malestar era tal vez la forma más justa de hacer vivir un grupo analítico. La incomodidad tiene algunas virtudes”⁵⁴, assim descreve o autor (MILLER, 2002c, p. 90), que diz que levar às últimas consequências a prática institucional de Lacan é considerar isto, os resultados positivos de se deixar imperar o mal-estar, por exemplo, por daí desejar que se faça

⁵³ No *Seminário 14* Lacan começa a debruçar-se sobre a não-existência da relação sexual considerando nesse momento de sua obra a não existência do ato sexual primeiramente. Cf. p.ex., LACAN, 2008, p. 358.

⁵⁴ O trecho correspondente na tradução seria algo como: Fomentar uma comunidade com mal-estar era talvez a forma mais justa de fazer viver um grupo analítico. O incômodo tem algumas virtudes. (tradução nossa).

cada um esperar mais da análise do que do que chama de “blá-blá-blá comunitário”. Diz-nos em seguida que o mal-estar imperou de 1974 até a dissolução da EFP em 5 de janeiro de 1980, a qual Miller sustenta ter sido propiciada por tal prática institucional de Lacan e que por isso não se coloca em acordo com Lacan até as últimas consequências de sua prática institucional. Sobre esta Lacan disse, no mesmo Seminário em que anunciou a dissolução, que se atrapalhou com o ser social do grupo analítico (cf. MILLER, 2002c, p. 91). O que adveio daí, diz-nos ele remontando à história, é o que ficou conhecido como contra-experiência da prática institucional de Lacan, com a Escola da Causa Freudiana (ECF).

Mesmo não sendo a Escola nosso foco, a partir dessa questão somos levados a pensar que manejo adotar diante dos mal-estares, aproveitando essa construção para pensar o mal-estar na política, sem a pretensão de que seja “encaixável” na prática institucional da saúde mental, mas que nos forneça algumas pistas. Com “mal-estar na política” referimo-nos aos inúmeros conflitos inerentes à prática política, que, exercida por seres humanos, é inevitavelmente atravessada por seus fantasmas, isso sem contar o principal, que é o mal-estar estrutural de qualquer convivência. Se com Lacan somos impelidos a constatar que não se trata de escutá-los, os mal-estares, indefinidamente, pois isso leva à reprodução sem fim das queixas e assim à vitimização, ficamos com a questão de também não podermos não escutar, para nessa escuta fazer ato – que, claro, só pode se instituir *a posteriori*.

Quinet nos diz que presente no *Ato de fundação*, está também a concepção de que a Escola tem como característica “ser um refúgio contra o mal-estar da civilização. Sendo a civilização fundada no discurso do mestre, a Escola como refúgio deve estar sustentada no avesso desse discurso, que é o discurso do analista” (QUINET, 2009, p. 12). O tema da contagem que o sujeito opera para se constituir a partir do *Um contável* que instaura na origem a falta coloca-nos o que se espera como sendo uma verdade advinda da experiência de Escola, na via discurso do analista, como discurso não exclusivamente próprio da análise em si, discurso que faz a verificação da incidência do objeto *a* nesse outro contexto, o da política. Liguemos o raciocínio do *Um contável* ao que dissemos sobre a ética depender do furo, de incompletude, ao que Lacan (1998j, p. 821-822) diz sobre o circuito da submissão do sujeito ao significante que por ser circular não levaria a nada senão à escansão infinita dos sentidos, a não ser pelo fato de que em relação a essa conjectura “[...] o sujeito só se constitui ao se subtrair dela e ao descompletá-la essencialmente, por ter, ao mesmo tempo, que se contar ali e desempenhar uma função apenas de falta”. Apenas tomando a psicanálise como tendo furada sua prática institucional – e qualquer ato que em sua via se opere *a posteriori* – estará na

contramão da psicologia das massas em seus efeitos de grupo. Nesse mesmo livro citado acima, Miller nos fala da tese de Lacan de que Freud interessou-se pelos fenômenos de massa e pela identificação neles envolvida não somente por razões históricas como a do fascismo, mas exatamente pelo que constatava em sua própria instituição analítica como sendo dessa ordem (cf. MILLER, 2002c, p. 39). Miller conclui a diferença entre psicanálise e Escola dizendo que a última é só um meio para a primeira, após uma elaboração sobre a instituição do analista ser interna ao ato analítico, que segundo o autor é o que se contrapõe à rotina da experiência, *sua instituição pertencendo então à sua análise* (cf. MILLER, 2002c, p. 70) (grifo nosso). A instituição na verdade é a análise, o que em contextos de política de saúde mental ou política em geral podemos considerar ser equivalente ao pensamento crítico, assim nomeado por Arendt. Esse é o viés ético da instituição, assim tomada, instituição da análise, instituição da crítica – desde que em contextos diferentes, o psicanalítico e o arendtiano, pois no mesmo contexto, o da psicanálise por exemplo, análise jamais é crítica.

Pensar a Escola somente como meio para a psicanálise não lhe tira o lugar *princeps* de formação do analista, apesar de não ser o único lugar institucional em que é exercida. Num deslizamento, temos aqui o exemplo da saúde mental como um meio, não para a formação, mas para a prática da psicanálise. A saúde mental é inclusive um espaço privilegiado para o encontro com a psicose.⁵⁵ É o que, em termos de prática, temos visto acontecer pelo menos em alguns lugares de nosso país, o que nos faz ter que situar em que medida a saúde mental é um meio para o exercício da psicanálise. O que podemos por ora refletir é que é um lugar para o exercício daquela, não idealizado, como diremos abaixo com Quinet em relação à escolha pela psicanálise, que nos diz ainda, seguindo Lacan, que “não há saber prévio em psicanálise, nem no campo teórico-clínico da análise, nem sobre a questão de como se faz um analista. Trata-se sempre de um saber a ser produzido” (QUINET, 2009, p. 18). O fato de o saber somente ser produzido no depois aproveitamos para pensar o campo da saúde mental como possível meio para a incidência do discurso da psicanálise, em especial no que tange à psicose e às neuroses graves – que muitas vezes se fazem confundir em seu diagnóstico estrutural com a psicose.

⁵⁵ Discussão que nos fará abordar no capítulo 3 a tentativa do que chamaremos de *desespecificação* do saber da saúde mental o que lemos nas atuais diretrizes de implantação da rede de atenção primária em saúde no Rio de Janeiro, uma vez que, entendemos, esta pretende poder dar conta igualmente do louco como de toda a saúde primária da população do município.

Quinet nos escreve que a decisão pela psicanálise implica “um ato que decide de uma prática”, que:

Não precisa ser necessariamente o momento de começar a receber pacientes, mas uma decisão, uma escolha pela psicanálise diferente do desejo de ser analista, o qual se verifica, por exemplo, como desejo de cuidar de doentes, desejo de tratar, desejo de curar, que são da ordem da demanda. Trata-se de uma escolha diferente dessas que são sustentadas pelo ideal. É uma escolha que vai contra o ideal, rumo, quiçá, ao pior. (QUINET, 2009, p. 20).

Ele está desfazendo a idealização dos *momentos*, o que não o faz dizer que existe analista sem clínica. O raciocínio do autor ratifica por outro lado nossa linha de pesquisa, pela qual visamos ler um exercício político através do atravessamento deste por um lugar de trabalho no qual o desejo tem espaço, o lugar do psicanalisante. Essa construção nos leva ao lugar causado pelo objeto *a* que pode atravessar também a política, na causa pelo trabalho. É a hipótese a ser verificada com a experiência que descreveremos, se a causa analítica que incide sobre o discurso do psicanalisante, pela hiância, pôde atravessar o exercício de um lugar de operação da gestão. Em toda política, nos diz Quinet (2009, p. 27), “há uma causa a ser sustentada”, colocando no que “concerne ao ofício do analista, o que é a causa analítica que se encontra no fundamento da política da psicanálise?”, indagando se, caso essa causa seja solitária, será “possível fazer dessa causa uma causa comum, causa a ser partilhada”. Ao dizer que a causa analítica é fundamentada no objeto como perdido, causa do sujeito, pode-se perguntar em que medida as experiências são afetadas pelo reconhecimento de que há a falta, de que não é possível, em nosso caso, o ideal da desinstitucionalização, de uma adaptação do sujeito ou de um reencontro deste com o que venha a ter perdido – pois nossa prática na política foi a de uma gestão de uma clínica que pretende recolocar o sujeito em sociedade, como se diz. “A causa analítica não é a causa impossível do obsessivo nem a causa perdida da histórica, mas a essência do desejo cuja verdade é o Inconsciente”, diz o autor (QUINET, 2009, p. 38), complementando que a causa analítica faz permissão para que o objeto seja ativo, o objeto agalmático do desejo “que vem subverter os ideais da civilização”. E ainda:

À utopia totalizante e unificante do Outro se opõe a atopia da causa analítica, que, por não ser sitiada no Outro, *pode surgir e operar em qualquer lugar produzindo surpresa, espanto, indiferença ou nojo e até mesmo horror*, mas sempre fazendo valer o particular do desejo e o saber do Inconsciente lá onde há analista para introduzir a função da causa. (QUINET, 2009, p. 38). (grifo nosso).

Há a impossibilidade de que plenamente pela causa analítica se possa consentir o objeto como ativo em outro campo que não o da análise, mas o reconhecimento de que há a

falta, a incidência desse consentimento num lugar próximo do que ocupa não o analista, mas o analisante, pode qualificar um exercício político. Essa seria uma direção de um atravessamento pontual da subversão nos ideais que rondam a experiência da desinstitucionalização.

Encontramos em Miller (2002c, p. 71), em relação à Escola, uma referência à conclusão do próprio Lacan que vinha desde 1969, por conta de tudo o que gerou a recepção da Proposição do passe, procedendo “a uma certa degradação do lugar da Escola”, o que vemos como degradação provavelmente de seu lugar ideal. Esse ponto de impossibilidade também numa instituição psicanalítica se faz presente.

La Escuela, como cualquier otro cuerpo social, es una persona moral, está hecha por personas físicas y hay que negociar con esas personas y respetar su situación adquirida. (MILLER, 2002c, p.71).⁵⁶

O lugar idealizado do psicanalista também cai por terra, na medida em que não é possível fazer ato analítico nem mesmo na Escola, fora do dispositivo analítico. Até Lacan, quando dissolve a Escola, não está fazendo exatamente um ato analítico, mas um ato institucional, ainda que para tentar preservar o espaço do dispositivo, do ato analítico. O psicanalista, numa Escola, não opera como analista, tampouco na saúde mental, mesmo que saibamos que somente da primeira espera-se o progresso da psicanálise. Quanto ao campo da saúde mental, faz-se aqui uma salutar decupagem desse lugar de analistas, que aparece, como não poderia deixar de ser, também com suas “impurezas”, dando relevo ao saber sempre no depois de um ato, de uma experiência, nunca antes – esvaziando a questão imaginária de que o psicanalista, por seu saber “todo poderoso”, como se diz, dominaria o campo da saúde mental – como dizem alguns, impropriamente.

Miller (2002c) nos diz que não há comunidade sem norma e que o intento da comunidade analítica é ser uma comunidade de quem não tem comunidade, com o que estamos de acordo a guardar essa interpretação como pertencente ao plano da direção ética, o que em termos da prática não pode ser garantido *a priori* aos membros desta comunidade. O que nos leva por outro lado a afinarmo-nos sem reservas com Miller (2002c, p. 57) quando deduz daí que a comunidade analítica está constituída por *descontados*, porque é somente no um a um contável que se verifica, a cada vez, se um ato é ético ou não, se é ato. Isto recoloca

⁵⁶ O trecho correspondente na tradução seria algo como: A Escola, como qualquer outro corpo social, é uma pessoa moral, é feita por pessoas físicas e tem que negociar com essas pessoas e respeitar sua situação adquirida. (tradução nossa).

o analista na mesma via humana das quais tantas vezes se o retira, pela apreensão imaginária de algum ideal de ser impoluto. Em *A terceira*, Lacan diz que não há sociedade de discurso analítico, e sim Escola, assim apreendida:

A psicanálise, socialmente, tem uma consistência diferente dos outros discursos. Ela é um laço a dois. É nisto que ela se encontra no lugar da falta da relação sexual. Isto não basta de modo algum para fazer dela um sintoma social, pois uma relação sexual falta em todas as formas de sociedades. Está ligado à verdade que faz a estrutura de todo discurso. É por isso, inclusive, que não há uma verdadeira sociedade fundada no discurso analítico. (LACAN, 2011b, p. 19)

Trata-se de uma comunidade com um Eros de um tipo especial, nos fala Miller (2002c, p. 57), no qual o mal-estar é coisa natural. É o que se pode depreender, vivemos em comunidade, e em relação aos analistas a Escola se coloca como uma espécie de mal necessário. Em comum com esse contexto então, buscamos o manejo no qual a fala esteja acolhida, tenha que lugar tiver, e ao mesmo tempo restituída de um estatuto ético – o que guardará o acolhimento que lhe responda à altura do que apela. É o que Miller nomeia ética das consequências, a que inclui o Outro, o que lhe permite passar à política, a ética que contrasta com a que se refere como ética da intenção, que ele diz ser inoperante na política. Considera (2004) fala sobre o que Lacan disse em relação à psicanálise não precisar de analistas, pois deles está cheia, mas de éticos⁵⁷.

É a ética narcisística, “la dela alma bella, que mira sus buenas intenciones sin tomar en cuenta la complejidad de lo que se trata”⁵⁸. (MILLER, 2002c, p.97). De outra maneira, diz-nos em seguida Miller que a política lacaniana consiste em fazer insistir, numa certa política da insistência, “la insistência de hacer salir al deseo oculto tras las buenas razones y la buena intención.”⁵⁹ Em mais uma visada opõe assim à política lacaniana a ética da boa intenção, incompatível com o campo freudiano, que equivale a uma ética da boa fé, à ética das consequências, que chama de ética consecualista, “la ética de los resultados, que juzga al acto,

⁵⁷ “É muito difícil encontrar um ético que queira pagar pelo mais gozar dirigido ao analista. Lacan chegou a dizer que a psicanálise não precisava de psicanalistas, mas, sim, de éticos. Ética aqui quer dizer dirigir o mais gozar ao analista, inventar o analista, estar em relação aos pagamentos que isto implica, em termos do saber em relação à verdade da castração.” (CONSIDERA, 2004).

⁵⁸ O trecho correspondente na tradução seria algo como: ... a da bela alma, que visa suas boas intenções sem levar em conta a complexidade do que se trata. (tradução nossa).

⁵⁹ O trecho correspondente na tradução seria algo como: [...] a insistência de fazer sair o desejo oculto de trás das boas razões e da boa intenção. (tradução nossa).

e incluso al estatuto del acto y su valor, a través de sus consecuencias”⁶⁰ (MILLER, 2002c, p.97). Miller nos lembra que a ética existe porque não se sabe tudo e perguntando o que se sabe simplesmente, responde que se deve viver ajustando-se com as consequências. Em Lacan a ética das consequências remete-se ao Juízo Final e a da intenção ao Juízo Primeiro, diz Miller (2002c, p.105), e prosseguindo:

Como dice Lacan, se valoriza de manera completamente errônea el momento de la reciprocidad en las relaciones subjetivas. La reciprocidad es la caída de la relación subjetiva en el estadio do espejo. (MILLER, 2002c, p. 105).⁶¹

Essa reciprocidade da identificação é a que tem a ver com o “Juízo Primeiro”, que exclui as consequências dos atos nas relações, o que seria ético ser contabilizado, a partir da mediação (que tem a ver com o “Juízo Final”). Miller faz então aqui uma bela leitura sobre a civilização, explicando-nos que abdicar de atacar o outro, no plano imaginário, especular, refere-se apenas a uma medida protetiva de caráter narcísico, uma vez que golpear o outro, nesse plano, é golpear-se a si mesmo, oferecermo-nos para sermos também golpeados – o mesmo valendo para as mil delicadezas provenientes desse registro. O que, em outro campo, permite a tão saudável resposta ao outro, o que Miller chama de “golpear al otro de buena manera”⁶² (2002c, p. 105), fora da reciprocidade. Dessa outra forma, no registro simbólico, da alteridade:

El respecto se puede restablecer en su valor kantiano. Uno de los nombres de la relación con el Otro es respetar en el Otro otra cosa que su imagen, respetar su diferencia, su incomparabilidad. (MILLER, 2002c, p. 105).⁶³

Miller diz aqui que as consequências que não se conhecem se deve assumir, já que o que se sabe é dar conta destas. O princípio da política lacaniana é assim descrito: julgar o ato por suas consequências, inclusive porque, sabe-se, o ato é somente definido no só depois, abarcando, por ser transindividual, como Lacan disse primeiro a respeito do chiste, o fato de

⁶⁰ O trecho correspondente na tradução seria algo como: [...] a ética dos resultados, que julga o ato, e inclusive o estatuto do ato e seu valor, através de suas consequências. (tradução nossa).

⁶¹ O trecho correspondente na tradução seria algo como: Como disse Lacan, se valoriza de maneira completamente errônea o momento da reciprocidade nas relações subjetivas. A reciprocidade é a queda da relação subjetiva no estágio do espelho.

⁶² O trecho correspondente na tradução seria algo como: golpear o outro de uma boa maneira. (tradução nossa).

⁶³ O trecho correspondente na tradução seria algo como: O respeito se pode restabelecer em seu valor kantiano. Um dos nomes da relação com o Outro é respeitar no Outro outra coisa que sua imagem, respeitar sua diferença, sua incomparabilidade. (tradução nossa).

que é impensável no nível do sujeito sozinho, sem o Outro.⁶⁴ Este é o combinado pelo que se compõe o ato. (MILLER, 2002c, p. 94-95). É na tentativa de se endereçar ao Outro como inexorabilidade da constituição e de sobrevivência do humano que não devemos esquecer que a lógica é regida por uma anterioridade da oferta em relação à demanda. Isto é a lógica do fantasma, sendo assim que o inconsciente é a política, o que nos leva ao conhecido estado de calamidade das políticas públicas de saúde. Para não ficarmos na lógica do fantasma, sejamos população reclamando melhores serviços, sejamos gestores a sustentar as políticas, deixemos de apenas reclamar do estado ou das coisas para *fazer coisas* – as possíveis, não as ideais. Estarmos na via do discurso analítico, aquele que opera os efeitos de hiância do objeto *a*, nos fornece a posição pela qual devemos nos incluir nas políticas públicas. É de uma distinção entre as lógicas do fantasma e discursiva que se pode fazer chão seguro para a verificação de uma prática clínico/política. Fazendo uma analogia com a lógica do fantasma presente na neurose, o que comumente se apresenta é o ser rechaçado do qual Lacan nos adverte estar na raiz estrutural do funcionamento do sujeito. No campo da política, entendendo o ser rechaçado como estrutural ao sujeito, é preciso advertir-se para o fato e não tamponá-lo, o que se faria por exemplo quando um político deixa de imputar ao sujeito a responsabilidade pelo que reclama, pelo seu ato. Miller (2002c, p. 92) ratifica ser a questão do ato, que abordaremos no terceiro capítulo, uma grande pergunta filosófica, ética e igualmente política.

1.5 A realidade da singularidade como política/ética

Desde sempre Lacan martelou sobre a inexorabilidade da transindividualidade do desejo, do sujeito, da realidade, como em *Função e campo da fala e da linguagem*, referindo-se inclusive à realidade, ao dizer que o campo do sujeito é o do “discurso *concreto*, como campo da realidade transindividual; suas operações são as da história, no que ela constitui a emergência da verdade no real” (grifo nosso) (LACAN, 1998b, p. 259). Isso conduz a uma questão que consideramos importante abordar, por tratar de como a psicanálise é apreendida socialmente, como se a toma frequentemente como “desligada” da realidade. Essa reflexão nos interessa por preparar um posicionamento teórico que serve de esteio para a análise de nossa experiência no campo da política da saúde mental, o qual também é comumente referido como contrário do campo da psicanálise, no sentido de que o primeiro trataria de fazer agir sobre a realidade e o segundo de fazer pensar, “não necessariamente intervindo na

⁶⁴ Diz Lacan que “[...] o inconsciente do sujeito é o discurso do outro” (LACAN, 1998b, p. 266).

realidade concreta”, como se ouve. É a conhecida acusação segundo a qual a psicanálise seria abstrata, do que decorrem os maiores impropérios nessa linha: ela é “demorada”, “egoísta”, “racional”, e por aí vai. Consideramos tais discursos como apeladores de uma resposta que leve em conta a referência à política do discurso analítico, em sua acepção ética que apreendemos nesta tese como uma política/ética da singularidade.

Como Lacan diz, trata-se de um discurso concreto, operado concretamente, nas vias do inconsciente, do que não se sabe o que será, mas que faz ato a partir das consequências da fala, que é o que se leva em conta, antes da pessoa do interlocutor: “O inconsciente é a parte do discurso concreto, como transindividual, que falta à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade de seu discurso consciente” (LACAN, 1998b, p. 260). Precisa definição, dos tempos primeiros do autor, que nos reconduz à lógica da fantasia como contrária à do discurso, como ele diz no *Seminário 14*. O erro de se ficar na boa fé, íntima da ética da intenção, “é dentre todos o mais imperdoável” (LACAN, 1998n, p. 873), porque, a se tomar como referência uma ética atravessada pelos efeitos do discurso do analista, tomar os desejos por realidade é ser servo do fantasma, atrás do que há o sentido gozado do fantasma, quando não escutado. O discurso do inconsciente, quando não “analisado”, faz dele o mestre do sujeito, no sentido do discurso do mestre, o que o domina sem ser interrogado. É o que nos dizem Generoso e Guerra (2010, p.2):

Ora, se o desejo do mestre, da civilização, é o de que tudo funcione por homogeneização, sem falhas, a psicanálise sabe que a falha é irredutível, que o gozo não se erradica e que a singularidade não faz norma.

Isso se relaciona com o erro de quem detesta a política, que interpretamos aqui estar nesse discurso da homogeneização, o que ocorre quando se permanece no caminho de dizer que “*as coisas não poderiam ser do jeito que são!*”: “Mais uma vez, o sentimento em vez do argumento! Fatos dessa espécie são de ocorrência cotidiana em entidades políticas”, diz Freud (1976d, p. 239). Por que nos atemos tanto em criticar a realidade e tão pouco em fazê-la menos longe do que consideramos melhor? É um ponto de vista que consideramos, para além de qualquer romantismo, inocência, ou satisfação com pouco, o olhar sobre a realidade, olhar que, ao contrário do que muito se diz, é o da psicanálise, no sentido de que a fala do outro precisa estar reconhecida num lugar de realidade. Quanto à nossa experiência na saúde mental, em cada reunião, cada ponto em que se precisa transmitir uma certa direção para fazê-la ser negociada, para isso, o gestor precisa abrir mão da demanda, que convoca o outro do lugar idealizado. Diz Lacan em *Radiofonia* (2003e, p. 408):

É assim que um discurso molda a realidade, sem supor nenhum consenso do sujeito, dividindo-o, de qualquer modo, entre o que ele enuncia e o fato de ele se colocar como aquele que o enuncia.

Somente o discurso que se define pela *feição* [tour] que lhe dá o analista manifesta o sujeito como outra coisa, ou seja, entrega-lhe a chave de sua divisão – ao passo que a ciência, por fazer do sujeito mestre, o subtrai, na medida exata em que o desejo que dá lugar a ele, como a Sócrates, passa a barrá-lo a mim irremediavelmente”. (grifo do autor).

Citação que se elucida com o que é dito no *Seminário 20*: “No entanto, é pelas consequências do dito que se julga o dizer.” (LACAN, 1985, p. 26). A escuta da opinião, da posição, da resistência ou do que quer que diga respeito ao outro entra no cálculo do que permanece e do que deixa de ser negociável nos elementos em jogo de cada articulação. Realidade é o que é reconhecido pelo sujeito pela via da castração, dizemos agora do sujeito que encarna o lugar de operador da gestão. No texto *Da psicanálise e suas relações com a realidade* Lacan (2003b, p. 350) diz que:

Por mais espantoso que possa parecer, direi que a psicanálise, ou seja, aquilo que um procedimento inaugura como campo para a experiência, é a realidade. A realidade coloca-se aí como absolutamente unívoca, o que é singular hoje em dia – em relação à maneira como a entram os outros discursos.

Impressionante ler Lacan fazer-nos entender o quanto o inconsciente, em consequência a lógica do seu funcionamento, vai na via contrária da realidade em sua apreensão imaginária. São os discursos, supostamente objetivantes, e objetivando serem apreensores da realidade, que justamente a distorcem. A pensarmos clinicamente, se trata de fato de uma imposição da realidade, da realidade dos sujeitos: a ouvirmos, a colocarmos em pauta seus discursos, não há tantas coisas a fazer assim. Não há tantos atos possíveis. Há sim, mil maneiras de fazê-los, mas não tanta liberdade no que tange sua singularidade. Lembremos da descrição feita em *A direção do tratamento*, quando Lacan (1998e, p. 596) fala sobre o analista ser menos livre em sua estratégia, que é a transferência, do que em sua tática, a interpretação, e menos ainda em sua política, que nesse momento de sua obra é a da falta-de-ser. Quinet (2009, p. 35) nos esclarece que na realidade Lacan assim a denominou para se contrapor à política de então dos psicanalistas pós-freudianos, os quais tomavam seu eu como ideal a ser atingido por cada analisante outorgando-se a tarefa de fazerem de seus próprios inconscientes parâmetro para as intervenções, a partir de uma assim atribuída contra-transferência. O autor afirma então que *a política que se estabelecerá para Lacan é a da causa analítica* (QUINET, 2009, p. 35) (grifo nosso). Assim Lacan (1998e, p. 596) descreve os equívocos dos analistas em autorizarem-se uma liberdade muito grande, aliás nos três dos terrenos citados:

Dizendo as coisas de outra maneira: sua ação sobre o paciente lhe escapa, juntamente com a idéia [sic] que possa fazer dela, quando ele não retoma seu começo naquilo pelo qual ela é possível, quando não retém o paradoxo do que ela tem de retalhada, para revisar no princípio a estrutura por onde qualquer ação intervém na realidade.

Por que nos debatemos em demasia nas discussões sobre o manejo da gestão da clínica, brigando com o que estamos escutando, colocando na via de algum pressuposto “bem” mais adequado à realidade para os pacientes – para *os pacientes?* – algo melhor do que o que se nos impõe pela escuta da singularidade dos casos, da situação? Mais à frente no mesmo texto Lacan (1998e, p. 602) escreve:

Há muito tempo tenho enfatizado o processo hegeliano dessa inversão das posições da bela alma quanto à realidade que ela denuncia. Não se trata de adaptá-la a esta, mas de lhe mostrar que ela está mais do que adaptada nela, uma vez que concorre para sua fabricação.

Seguir as pistas do desejo do sujeito. Simples, e difícil. Essa apreensão clínica nos auxilia na política, onde se é menos livre ainda. Quando se está imbuído de uma direção ética, é demasiado angustiante pensar excessivamente, no sentido do pensamento obsessivo, que não quereria nada perder, pensar demais o que fazer quando se trata de escutar a situação política e fazer apenas o que é possível. O avesso desse discurso é o totalizante, que serve para gerar angústias, nos melhores casos, pois de abarcar tudo e fazer o melhor para todos, trata-se-ia sempre de um impossível: o que poderia se fazer comparar à posição histórica, de não satisfação com os possíveis avanços advindos do investimento libidinal.

Miller (2002c, p. 102), no livro que vimos trabalhando, no tópico denominado *El realismo de Lacan*, concorda com Lacan, dizendo ser o realismo obrigatório na política lacaniana: “Quiere decir, simplemente, que se debe hacer entrar al Otro en el cálculo”⁶⁵. Dizendo que realismo consiste exatamente nisso, em levar em conta o Outro. Entendemos que para a psicanálise não se trata senão de tomá-lo como único meio. A política, como a apreendemos aqui, tem como tarefa uma certa interdição do gozo desenfreado, aquela pela qual sua função ética consiste em barrá-lo, barrar o empuxo do gozo incomensurável e tratar de dele fazer parte, dessa forma, falicizá-lo, como citamos nas palavras de Elia (2011), para o que todo político deveria advertir-se, fazendo-se atravessar pela Lei.

Em Freud, Lei e supereu foram apenas conceitualizados, mas não distinguidos um do outro. Em *Totem e Tabu* (FREUD, 2012a) o pai real, o pai gozador e tirano que aspira ao “total”, ao gerar na horda uma passagem ao ato instaura a Lei, a partir da redistribuição do

⁶⁵ O trecho correspondente na tradução seria algo como: Quer dizer, simplesmente, que se deve fazer entrar o Outro no cálculo. (tradução nossa).

gozo advinda do assassinato do Um da exceção, contrário ao Um contável. Esse pai, se assim pudéssemos chamá-lo, operava do lugar do supereu: gozava e proibia o gozo, a sexualidade, que é parcial, aos filhos. Existem níveis de ação do supereu, mas sua vertente primitiva é a de gozo. A ética nasce com a Lei, esta sim herdeira contumaz do Édipo: a Lei, esse acordo que institui o que pode, parcialmente, para todos. A ética nasce então do supereu, mas para romper com este, fazer-lhe frente, tendo como filiação a Lei, que quando falha faz agir sobre o sujeito o supereu.⁶⁶

Diz-nos Lacan já no *Seminário I* que a linguagem é ordem e amor (1986, p. 11), o que quer dizer que a tentativa de comunicação é amor, é ato de amor a instituição arbitrária de regras às quais todos devem se submeter: proibido virar à esquerda no próximo sinal, se você vira, coloca em risco à sua vida e à do outro, que a uma regra afinada com esta deve se submeter. O imperativo superegóico, que poderíamos apressadamente tomar como tentativa de comunicação, no entanto faz-lhe um contraponto, sendo pouco amoroso, tendo pouco de amor, exigindo apenas obediência imediata, *sem mediação*, portanto, “sem o Outro”. Mesmo sabendo com Lacan que a comunicação não existe, a fala amorosa, reconhecendo o Outro tem essa intenção de reconhecimento do desejo – que pode ser formulado como desejo “de comunicar” – pelo qual o sujeito mais se funda do que efetivamente se comunica. Isto é suficiente para que vivamos em sociedade.

O que estamos tentando articular com essa construção é uma aliança dessa dimensão dita como portadora de um “empuxo do total” com essa instância, a superegóica. O amor entra aí como condição fundamental para o deslocamento desse discurso, o amor no sentido da tentativa de comunicação, que leva em conta o Outro, efeito da Lei. Mas ele é apenas ponto de partida, pois tem muitos vieses, inclusive nefastos, como encontramos na radicalização dos amores narcísicos, nos quais a alteridade é foracluída, sendo procurado no outro somente algo de si mesmo para amar. Apenas o amor não tão afeito ao narcisismo⁶⁷ é efeito das relações simbólicas, do reconhecimento da diferença, mas a sermos rigorosos daqui pra frente não falaremos em amor, mas de desejo em seu lugar – pois se trata de fazer uma leitura das experiências a partir das possibilidades de atravessamento da castração nestas. Do

⁶⁶ “É por isso que o superego [por conta do gozo fálico ser o obstáculo que faz com que o homem não chegue a gozar do corpo da mulher, porque goza do órgão, dizia Lacan antes], tal como apontei há pouco com o *Goza!*, é correlato da castração, que é o signo com que se paramenta a confissão de que o gozo do Outro, do corpo do Outro, só se promove pela infinitude.” (LACAN, 1985, p. 16).

⁶⁷ No entanto cabe ressaltar que Lacan chega ao final de seu ensino questionando “como é que pode haver um amor por um outro” (LACAN, 1985, p. 65), um amor não-narcísico, trazendo a abordagem do ser pelo amor.

que entendemos que o sintoma deve ser... acolhido, porque, sabemos bem, ele é formação substitutiva do desejo – fazê-lo valer é acolher o sintoma. Para que o desejo advenha, a escuta na via da singularidade faz-se instrumento. Essa seria a que consiste em tentar fazer valer para a análise de nossas experiências esse reconhecimento da realidade como política/ética da singularidade intervindo em algumas situações nesse campo da política: sem o amor, na verdade desejo de saber, desejo de se ocupar esse lugar a partir da singularidade, não é possível fazer vigorar algumas inflexões simbólicas. Elia (2011, p. 3) diz, seguindo as indicações de Lacan citadas, em *Subversão do sujeito e dialética do desejo*:

No incondicional da demanda de amor, que se aproximaria da infinitude do gozo que deve ser recusado para ser finalmente atingido na escala invertida da Lei do desejo, o desejo introduz a condição absoluta, que quer dizer destacamento, ou seja, recorte, delimitação, separação.

Contrapondo-se ao enunciado superegóico, “lei desprovida de sentido” (1986, p. 11), lei do gozo, lei fora da lei, que tem pretensão de fato de ser comunicação, no sentido agora que Lacan nos reitera de que não existe, uma comunicação não-interpretável, privilegiando a falta de sentido, vem a ética, esta que nos orienta na direção do recorte e da construção de sentido, mesmo que dotado de pouco dele, como o sabemos quando sob castração.

Em *A significação do falo* Lacan afirma em sua primeira frase que o complexo de castração tem função de nó, primeiro na estrutura dos sintomas, depois na instalação no sujeito de uma posição inconsciente (sexual) (cf. LACAN, 1998h, p. 692). A clássica definição de ética de Lacan (1997, p. 384), que pressupõe ao sujeito não *ceder de seu desejo*, como diz em *O Seminário livro 7 - A ética da Psicanálise*, é acompanhada pela questão “Agiste conforme o desejo que te habita?” (LACAN, 1997, p. 376), a qual Rosa, Carignato e Berta (2006, p. 46) também lêem como “questão que se opõe à ética tradicional construída sobre a Moral. Destacamos que está aí uma dimensão de ato e não apenas de uma intenção. A ética é ato que dá destino ao excesso”. Complementando que o ato é também político porque é “modo de resistência à instrumentalização social do gozo”⁶⁸. “Não goze do outro” é o enunciado ético que dá esteio à direção do discurso do analista, fazendo contraponto ao mandamento superegóico. E a formulação de Lacan de que o supereu rastreia as vias da realidade⁶⁹ coloca essa instância num lugar onde a angústia que provoca dirige a ação para

⁶⁸ Dizem ainda os autores: “Ressituar o sujeito e a ética como elementos indissociáveis aponta para uma política de resistência à instrumentalização social do gozo.” (ROSA, CARIGNATO e BERTA, 2006, p. 35).

⁶⁹ Lacan faz essa afirmação após destrinchar a subordinação da realidade à mediação da linguagem, que, segundo ele, “a linguagem, se certamente não preenche tudo, estrutura a totalidade da relação inter-humana”. Com o que

as pistas do desejo, isto é, onde ele está mal formulado pelo sujeito. Estamos aqui tomando supereu como a “voz da consciência” (LACAN, 1998f, p. 691), tirada de Freud do *Mal-estar na civilização* e anunciada por Lacan em *Observações sobre o relatório de Daniel Lagache*, voz que devolve seu próprio rumor, como usado em analogia por Lacan com a história bíblica do Sinai⁷⁰. Nesse ponto Lacan diz:

Uma ética se anuncia, convertida ao silêncio, *não pelo caminho do pavor*, mas do desejo: e a questão é saber como a via de conversa da experiência analítica conduz a ela.
 Calar-nos-emos aqui sobre sua direção prática. (grifo nosso) (LACAN, 1998f, p. 691).

Por que Lacan propõe calar-se nesse ponto? No ponto onde exigiria que igualmente a prática fosse ética? Céptico e ao mesmo tempo rigoroso como sempre foi, Lacan não poderia falar da colocação em prática da ética de cada analista. Ao que segue, perguntando-se se o desprendimento do eu seria mesmo seu objetivo, e dizendo que os caminhos habitualmente fazem o sujeito tirar “seu corpo fora do jogo do desejo” (LACAN, 1998f, p. 691), para o que a política dos moralistas, como nomeia, faz muito gosto. O que tentamos cernir é em relação a isso uma prática político/clínica que seja orientada eticamente pela dimensão de hiância que caracteriza a incidência do objeto *a*. Trata-se de inscrever a política no campo da ética, diferentemente de como concebe Aristóteles, que submete a segunda à primeira.

Quanto ao dizer lacaniano de não ceder ante o desejo, Miller nos diz que encontramos os termos do absoluto pelo qual Lacan nos recomenda, político e clínico radical que é, não ceder. Por outro lado, diz-nos Miller, está a consideração arrazoada, os meios, a adaptação do que entendemos como sendo desses princípios: nomeia a esse cálculo de *ética da responsabilidade* (2002c, p. 76-77). Lemos a partir disso a não forclusão do inconsciente, de suas condições de inserção no mundo.

O inconsciente:

encontra sua determinação, justamente no que o estrutura como uma linguagem [...] isso quer dizer que o inconsciente por si mesmo não existe, só existe na estrutura da linguagem e porque falamos, ou seja, o inconsciente encontra uma determinação não em obediência a nenhuma ideologia, mas à lógica da castração. (CONSIDERA, 2010, p. 3).

traz o que chama de oscilação de Freud quanto às relações entre o supereu e a realidade, para dizer que se aquele não é fonte daquela, “rastrea suas vias, antes de se encontrar no inconsciente as primeiras marcas ideais em que as tendências se constituem como recalçadas, na substituição das necessidades pelo significante”. (LACAN, 1998e, p. 625).

⁷⁰ O Monte Sinai é um pico localizado no Egito, onde, segundo a bíblia e a tradição judaica, Moisés teria recebido as tábuas da Lei. (BÍBLIA, Êxodo 24:16).

Na trilha traçada por Freud, o inconsciente rege as relações, o inconsciente é causa da política, podemos dizer. Por que então o inconsciente não regeria a política? Além disso ser uma perversão, como diz Considera, ou uma redução, como diz Miller, não nos esqueçamos, o inconsciente é doente, é sintoma, como belamente descreve Elia na citação que fizemos no início do capítulo. Se a política é o sintoma nela há o nefasto. Como ser diferente? Posicionemo-nos com a citação feita antes, de *O príncipe*, sobre a qual seu comentador diz que deve haver um meio termo no qual a consideração da realidade seja pauta de uma prática que escape aos extremos maquiavélicos segundo os quais as únicas saídas seriam deixar-se cooptar-se ou ser expulso do jogo político – ao que a *justeza* trazida por Lacan (1985) no *Seminário 20*, como citamos, faz baliza. Assim o inconsciente participa da política, com seus matizes de real, com seus sintomas, via do desejo e de sua evitação, forma sobre a qual funcionam os humanos e suas práticas. Pensando mais especificamente a política de saúde mental da qual fizemos parte, essa questão nos interessa não pela via da retificação do inconsciente, que deve ser tarefa tão somente da análise, mas pelo que testemunhamos em nossa prática, efeitos do que seria equivalente à retificação simbólica do profissional a partir de efeitos de hiância do objeto *a*, incidência da singularidade na política.

A incidência do discurso do analista faz interrogar o sintoma do lugar da verdade. Gauchet nos traz uma outra preciosa definição de política: *une action que cherche à se donner les moyens de l'exigence que la porte* (GAUCHET, 2002, p. 5). Na política como “uma ação que busca se proporcionar os meios da exigência que a contém” (tradução nossa) encontramos o posicionamento político que a psicanálise também propõe. Por que não poderia a política a isso se prestar pontualmente, além de suas habituais composições, que, obviamente, silenciam a causa? Não nos iludamos quanto ao empuxo do total presente na política, mas fiquemos com a possibilidade de que nela o discurso do analista faça efeitos de hiância a partir da posição do psicanalisante que pode um político atravessar, eventualmente promovendo a direção ao desejo, a fim de fazer operar a disjunção entre saber⁷¹ e poder.

É o que traz efeitos do reconhecimento da heteridade, tal qual Lacan (2003, p. 467) nomeia a lógica do Heteros⁷², posição de fazer valer a singularidade, “a partir da

⁷¹ O saber é intersubjetivo, diz Lacan no *Seminário 9*, precisa do outro, “o que não quer dizer que seja o saber de todos, nem que seja o saber do Outro [...]. E o Outro, nós afirmamos, é essencial mantê-lo assim, o Outro não é um sujeito, é um lugar ao qual nos esforçamos, diz Aristóteles, por transferir o saber do sujeito. [...] O Outro é o depositário dos representantes representativos dessa suposição de saber, e é isso que chamamos de inconsciente, na medida em que o sujeito perdeu-se, ele mesmo, nessa suposição de saber”. (LACAN, 2003a, p. 24).

⁷² O que faz também em *O saber do psicanalista* (LACAN, 1971-1972, p. 75-76), quando diz que o termo “serve para dizer *outro* em grego” e está “precisamente nesta posição, pela relação que no ser falante se chama sexual, de se esvaziar enquanto ser e é precisamente este vazio que ele oferece à fala que chamo o lugar do Outro”.

incompatibilidade entre o Um e o Ser”. Quinet (2009, p. 14) diz que é a “lógica do “Um” a que impera no capitalismo e no fundamentalismo religioso, concepções que usamos aqui, a do “todo” e a do “Um”⁷³, como contraponto ao que seria uma lógica mais afeita ao discurso analítico, a da diferença. Diz então que: “Lacan construiu a “lógica de Heteros” [...], a lógica da diferença sexual, e definiu um campo que é próprio ao psicanalista, campo lacaniano, o da economia dos gozos” (QUINET, 2009, p. 15) – campo próprio, diríamos, ao discurso do analista. A abertura da falta, ao instaurar o desejo pela castração, faz com que este se submeta a Lei, furando a não-diferença pela assunção da heteridade. Essa seria a política que se contrapõe ao que seria uma política narcísica, baseada e orientada pela identificação⁷⁴, que é o que prevalece quando não há o reconhecimento da singularidade. A identificação é assim descrita por Freud (2011a, p. 83), nesse caminho da contramão de que *a exigência de igualdade seja levada a efeito consistentemente*:

O sentimento social repousa, portanto, na inversão de um sentimento hostil em um laço de tom positivo, da natureza de uma identificação. Até onde podemos enxergar hoje esse curso de eventos, tal inversão parece ocorrer sob influência de um laço afetoso comum a uma pessoa que está fora da massa. Nós mesmos não consideramos exaustiva essa análise da identificação, mas para nosso atual propósito basta que retornemos a um único traço, a exigência de que a igualdade seja levada a efeito consistentemente.

E em *O Mal-estar na civilização*:

⁷³ Assim Lacan (2012, p. 234) define o Um no *Seminário 19*: O significante Um não é um significante entre outros, e supera [...] aquilo pelo qual é apenas no entre-dois desses significantes que o sujeito é suponível [...]. Esse Um é apenas o saber superior ao sujeito, ou seja, o inconsciente, na medida em que se manifesta como existente – o saber, digo eu, de um real do Um sozinho, inteiramente só, onde se diria estar a relação.”

⁷⁴ Com a referência de Lacan do *Seminário 9*, identificação é a “barreira onde a transferência encontra seu limite e seu pivô [...] O importante na identificação deve ser, propriamente, a relação do sujeito com o significante. [...] a experiência nos sugere procurar o sentido de toda identidade, no coração do que se designa por uma espécie de reduplicação de mim mesmo.” (ibidem, p. 12-15). Diz mais à frente no mesmo Seminário: “O que entendemos por identificação é uma identificação de significante”, por conta da “primazia outorgada à função do significante em toda realização do sujeito”, diferente da identificação imaginária, à qual Lacan também descreve aqui, como “efeito orgânico da imagem do semelhante [...]. É algo que tem, sem dúvida, seu enigma e valor próprio, sua ordem de realidade, mas que é diferente [...] do que nos traz de novo, na nova perspectiva científica, a valorização, a distinção do que é trazido pela experiência da linguagem e do que a relação significante nos permite introduzir como dimensão simbólica”. (ibidem, p.25-28). Ou ainda identificação como “isto que pode fazer muito precisamente, e tão intensamente quanto for possível imaginar, que coloca sob algum ser de suas relações a substância do outro” (ibidem, p. 46). E que um dos segredos da identificação é a “assunção, espontânea para o sujeito, da identidade de duas aparições, no entanto bem diferentes. [...] a escansão na qual se manifesta essa presença no mundo, não é simplesmente imaginária, a saber, que já não é ao outro que aqui nos referimos, mas ao mais íntimo de nós mesmos, do que tentamos fazer o ancoradouro, a raiz, o fundamento do que somos como sujeitos.” (ibidem, p. 52-53).

A realidade mostra que a civilização não se contenta com as uniões que até o momento lhe foram permitidas, que quer unir também libidinalmente os membros da comunidade, que se vale de todos os meios, favorece qualquer caminho para estabelecer fortes identificações entre eles, e mobiliza em grau máximo libido inibida na meta, para fortalecer os vínculos comunitários [...]. (FREUD, 2010f, p. 72).

A civilização tem de recorrer a tudo para pôr limites aos instintos agressivos do homem, para manter em xeque suas manifestações, através de formações psíquicas reativas. Daí, portanto, o uso de métodos que devem instigar as pessoas a estabelecer identificações e relações amorosas inibidas em sua meta, daí as restrições à vida sexual e também o mandamento ideal de amar o próximo como a si mesmo, que verdadeiramente se justifica pelo fato de nada ser mais contrário à natureza humana original. (FREUD, 2010f, p. 78).

É o que Freud chama de “miséria psicológica da massa”, citando a si próprio, quando disto falou anteriormente em *Psicologia das massas e análise do Eu*:

Tal perigo ameaça sobretudo quando a ligação social é estabelecida principalmente pela identificação dos membros entre si e as individualidades que podem liderar não adquirem a importância que lhes deveria caber na formação da massa. (FREUD, 2010f, p. 83).

Freud levanta aqui duas questões. De uma dimensão é o nefasto da identificação “em massa”, da identificação reger as relações, de outra dimensão é a questão do lugar do líder, de um chefe, que delimitamos como uma certa função que dá o tom, que *tonaliza* as relações entre os “grupos”, que no campo da saúde mental é chamado de “equipe” quando tal referência é feita a membros de uma mesma instituição ou dispositivo. Que lugar tem essa “individualidade” em tal função? A operação da gestão exige o exercício dessa “individualidade”, como oposta ao individualismo, pois somente a partir de uma posição que é singular é possível fazer a função de “governar” um coletivo, ou várias singularidades, para sermos mais rigorosos.

Brousse (2003, p. 16-17) diz que “a dialética do desejo não é jamais individual”, e isso faz referência ao inconsciente estruturado como uma linguagem, desenvolvido por Lacan, o que invalida a oposição individual/coletivo, pois o que o desejo do sujeito “visa a decifrar é sempre o desejo do Outro, uma vez que passa pelos desfiladeiros do significante”, com o Lacan que dá todo o peso ao Outro, na via do *Seminário 7*, de 1959-1960. Assim como em *Função e campo*, texto de 1953, o momento particular é o único a dar campo ao universal (LACAN, 1998b, p. 293). Ou com o Isso que é público, como podemos depreender do Lacan (1998f, p. 668) de *Observações sobre Daniel Lagache*, do ano de 1960, com Elia (2010c, p. 3), que diz que ali, como em toda sua obra, Lacan se refere à *multidão de pessoas deslocadas* para falar que “a estrutura do inconsciente, do isso e do sujeito tem um lógica coletiva, de muitos fragmentos, muitos traços, significantes ou objetos”. Isso o autor retira também da

leitura de Freud (2011b) de *O eu e o isso*, onde este diz que as experiências do eu são historicamente construídas, pois “quando se repetem com bastante frequência em muitos indivíduos, em gerações sucessivas, transformam-se, por assim dizer, em experiências do isso, cujas impressões são preservadas por herança”. (grifo do autor) (ELIA, 2010c, p. 2). O inconsciente primeiro é do Outro, diz Lacan (1992a, p. 182) no *Seminário 8*, o que no seguinte é desenvolvido a partir do Um:

o que no significante implica essa função de unidade é justamente ser somente diferença. É enquanto pura diferença que a unidade, em sua função significante, se estrutura, se constitui. Isto não é um traço único, de alguma forma ele constitui uma abstração unilateral que diz respeito à relação, por exemplo, sincrônica do significante [...]: *o Um como tal é o Outro*. (grifo do autor). (LACAN, 2003a, p. 49).

Em Lacan essa construção desemboca na afirmação de que “a identificação não tem nada a ver com a unificação”. (LACAN, 2003a, p. 49). Nesse mesmo Seminário diz que: “é no nível do particular que sempre surge o que para nós é função universal [...]” (LACAN, 2003a, p. 70). Para continuar esse segmento recortado cronologicamente da teoria de Lacan, indo ao texto *Kant com Sade*, de 1963, um ano após o *Seminário 10*, a Lei tem ausência de objeto universal (LACAN, 1998k, p. 778).

França Neto (2010, p. 4) diz, em *Por uma nova concepção de universal*, que nela observa-se uma inversão de termos: “Se na concepção anterior, a do universal *todificado*, o resto é aquilo que necessariamente sobra para que o universal se constitua, agora ele se transforma no universal propriamente dito” (grifo do autor), o que nos baliza na discussão sobre o que seria o público e o privado como uma das questões da demonstração de algo que se faz errônea e comumente, apartar clínica e política, reflexão remetida à questão do particular e do universal. Diz o autor (FRANÇA NETO, 2010, p.4): “O universal seria aquilo que insiste em não se deixar apresentar no Outro completo, ou seja, o objeto *a*”. E ainda nos esclarece França Neto (2010, p. 4):

O objeto *a*, por definição, não pode remeter a nenhuma particularidade. Ele é universal exatamente por não se deixar limitar por classe alguma. [...] E esse universal é possível não por fazer Um de todos eles, mas por não se deixar excluir por conjunto algum. Ou seja, um universal que não carrega qualquer tipo de identificação ou qualificação predicativa.

O autor diz ainda que para Badiou (1996, apud FRANÇA NETO, 2010, p. 5), “um termo é singular se for apresentado [...], mas não representado [...]. Um termo singular pertence à situação, mas não está incluído nela. É um elemento, mas não uma parte.” França Neto (2010, p. 5) diz estar ao se referir a este ponto no que propôs como outra concepção de universal, “que se definiria não por fazer Um de todas as classes, mas por não se deixar

limitar por nenhuma delas, podendo assim vir a apresentar-se como elemento (singularidade) de não importa qual classe”. Na continuação de seu raciocínio o autor diz que o que chama de “Universal não *todificado*”, se dá no território⁷⁵, “na exclusão ao predicado que define o que o rodeia” (grifo do autor).

Não é esta a referência a qual o humano tende, como nos corrobora o autor:

Porém, apesar de não se deixar limitar, esse universal genérico também teria inimigos. Enquanto o universal que faz Um vê como inimigo tudo aquilo que não se deixa incluir, colocando em xeque sua *todização*, este segundo universal veria como inimigo tudo ou todos que colocassem obstáculos às suas investigações, ou seja, que o impedissem de explorar, em todas as classes que se lhe apresentassem, suas possibilidades de desdobramentos. Sua dimensão universal não é suposta desde o início, mas efetua-se localmente, no um a um. (grifo do autor). (FRANÇA NETO, 2010, p. 5).

Trata-se, o autor cita Rancière (1995, apud FRANÇA NETO, 2010, p. 5), “de um ‘para todos’ não segregador”. França Neto (2010, p. 5) diz então que nisso está um universal que se “dá de forma imanente, dispensando a transcendentalidade. Ele parte do local, do território, podendo diminuir ou aumentar infinitamente, porém sem pretensões, ou ter o ideal, de ser totalidade”. O que nos faz conceber um *para todos* contingencial que se alia a esse para todos não-segregador, contrário do *para todos* ideal, partidário da totalização. O autor propõe que esse novo universal, seja definido a partir do singular *e não do particular*, que tem seus predicados. Tal universal, “ao não propor totalidades, poderia dispensar a necessária exclusão que a concepção anterior exigia”, diz França Neto (2010, p. 5), com o que finalizamos o acompanhamento de seu texto:

Ao subvertermos a concepção do universal, concebendo-o não como aquilo que unifica o Todo, mas como o que não compactua com o Um de não importa qual classificação (como aquilo que não se deixa predicar), nós estamos trazendo-o para o território, dispensando nele um utópico caráter abstrato de transcendentalidade e efetuando-o no local, passo a passo, em cada nova investigação. (FRANÇA NETO, 2010, p. 5-6).

No texto *A psicanálise, o inconsciente e o público*, Elia (2006) defende, seguindo Lacan, que *o sujeito do inconsciente é público, para todos*: pela sua constituição a partir do

⁷⁵ O conceito de território é amplamente utilizado em saúde mental igualmente, pelo qual se entende mais do que a referência geográfica do pacientes, mas quaisquer traços de vínculo que o mesmo tenha, seja este com pessoas, lugares, lembranças ou desejos. “Podemos entendê-lo como um campo que ultrapassa em todos os sentidos o recorte meramente regional ou geográfico, que, no entanto, importa nele. O território é tecido pelos fios que são as instâncias pessoais e institucionais que atravessam a experiência do sujeito, incluindo: sua casa, a escola, [...] e todas as outras, incluindo-se centralmente o próprio sujeito na construção do território. *O território é o lugar psicossocial do sujeito*”. Cf. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005, p. 13. (grifo do autor).

Outro e por ser o sujeito o mesmo da ciência: desprovido de qualidades e que se dá a todo mundo. Sendo o sujeito do inconsciente “público”, ele permanece o mesmo. Isto é, o que há para ser escutado continua sendo o mesmo se o sujeito está num serviço público ou num particular, “entre muitos”⁷⁶ ou sozinho com seu analista. Lacan (1976a, p. 115-116) nos diz na *Jornada de estudos dos cartéis da Escola Freudiana* que é precisamente para apertar os nós, em relação ao real, que nos esforçamos na análise para não escorregar indefinidamente, e então pergunta “Pois o que é análise, no final das contas?”. Responde que é algo pelo qual “nos permitimos uma espécie de irrupção do privado no público” (LACAN, 1976a, p. 116). A vida a partir da psicanálise não sendo nem o privado, nem o público, como havia dito antes no *Seminário 15* (LACAN, 1967-1968, p. 246): “Isso não quer dizer que ela se torne pública. Há uma comporta intermediária: é uma vida psicanalisada, ou psicanalisante. Não é uma vida privada”. Esse termo usado por Lacan, *vida psicanalisante*, afina-se com o que propomos para uma posição política afeita à ética, posição política que diz respeito à posição na pólis, na vida. Barros (2003, p. 27) por sua vez diz que se trata aqui de uma irrupção, uma espécie de duração sem tempo, que chamamos de *ato*” (grifo do autor). Este autor fala da máxima de que “a política seria aquilo que tem que ver com o público, e a moral, com o privado”, (BARROS, 2003, p.25) para a isso ler de forma *moebiana*, pois faz-se “uma escolha moral para se ajudar a dimensão política do público”. Barros esclarece esse pensamento na linha de complementar que “a partir daí, já não se trata simplesmente de sair do campo do privado para o público, mas de localizar antes de tudo o político no campo do privado”. O que mais à frente completa o apontamento dos vieses inadequados pelos quais se pode abordar tais questões separando clínica e política.

A articulação que se pode fazer entre a ideia de Zizek (SPID, 2013) quando diz, como proposto na ementa do evento *Ciclos de Psicanálise e Política ‘Região Gauche’*⁷⁷, que:

o pensamento crítico não é propriedade de uma elite, de um grupo de iniciados. O lugar do pensamento é, pelo contrário, na praça pública: a especulação mais excêntrica só ganha potência quando associada ao prosaico. É no mais estranho, no mais precário, no que permanece insubmisso ao senso comum que reside o mais precioso, o mais singular...

⁷⁶Essa expressão é usada em alusão à *Prática entre vários* cunhada por Jacques Alain-Miller (DI CIACCIA, 2005) e à pesquisa de Luciano Elia (2008-2011) que se intitula atualmente *Psicanálise Coletiva*.

⁷⁷Ementa *Ciclos de Psicanálise e Política ‘Região Gauche’ I: Slavoj Zizek e Alain Badiou* (SPID, 2013), ocorrido entre março e junho de 2013, na Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, no Rio de Janeiro, sob organização de Pedro Laureano e Ivanisa Martins, do qual participamos com a palestra *Do que não se cede no campo público e político* (ABREU, 2013).

nos traz a citada definição sobre o político proposta por Lacan no *Seminário 17* de que *seria um erro acreditar que em algum lugar há políticos sábios que calculam exatamente tudo o que se deve fazer*. Essa construção se afina com o que Zizek diz sobre o pensamento crítico. Pensamos que mesmo com um certo empuxo da perversão presente na prática política, o que se trata de fazer é operar o tanto mais os giros discursivos na transmissão de uma direção ética, pois como termina a citação de Lacan, *é suficiente que eles existam, mesmo em outro lugar, para que aquilo que é da ordem do deslocamento do discurso apesar de tudo se transmita*. Tanto Zizek quanto Lacan apontam a centralidade da singularidade no posicionamento político. É da posição de causado pelo desejo, que cada um opera, que se transmitem efeitos políticos que possam ser verificados e reconhecidos como ligados ou não ao campo da ética, contrário ao do circuito perverso. Podemos pensar o quanto o precioso ao qual Zizek se refere no que tange o estranho pode ser associado ao sintoma, no discurso do psicanálise, que se sustenta pelo furo e pelo *sinthome*, como o que há de mais singular e enlaça o sujeito ao Outro.

Zizek (2005, p. 185) diz ainda que “contra o clichê que diz que a política separa as pessoas, introduzindo desunião no corpo social, deveríamos afirmar que a única universalidade real é a universalidade política”, com o que se coadunam as premissas de Freud e Lacan ao articularem a psicanálise e a própria estrutura humana ao laço com o Outro, o que já pressupõe um posicionamento político. Apenas a partir da própria posição singular o sujeito pode se enlaçar, portanto a política é sempre partidária, no sentido de singular, no mesmo passo sendo universal. Zizek (2005, p. 186) escreve no *Posfácio de Às portas da revolução* que para “dizê-lo nos termos de Badiou: a universalidade (de um procedimento de verdade) pode se afirmar apenas sob a aparência de tal corte, de uma divisão radical no próprio seio do corpo social”. É isso também que nos traz Zizek, quando em outro trecho do mesmo livro se contrapõe a Kierkegaard que prega a abolição das distinções para que o amor prevaleça. Kierkegaard (1994, apud Zizek, 2005, p. 228) diz que “amar seu próximo significa igualdade” e propõe que se renuncie “a todas as distinções para que você possa amar seu próximo”. Kierkegaard prega a abolição das diferenças para que o amor entre os humanos possa florescer, ao que daí lê Zizek que somente na morte as distinções desaparecem, contrapondo-se então a esta pregação da morte em vida que faz o filósofo que ele critica – pois é morte uma vida sem diferença.

Poderemos a partir do próximo capítulo então verificar se em nossas experiências houve ou não uma operação da política a partir de seu atravessamento pela função do

psicanalisante, que leva em conta o lugar do objeto *a* como lugar de causa, a partir do qual se pode ler o gozo. “É com o objeto *a* que nos relacionamos”, diz Lacan (2012, p. 201).

2. ALGUNS RECORTES DE UMA EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL

*Os políticos e as fraldas devem ser mudados
constantemente e pela mesma razão.
Eça de Queirós*

Essa frase de Eça de Queirós traz, de forma contundente e irônica, o viés pelo qual abordamos nossa questão: terá sido possível, nas experiências que traremos do campo da política, que tenha sido ocupado um lugar de operação da política atravessado pela função do psicanalisante, por sua posição que é no discurso do analista o lugar de trabalho do sujeito, dividido, causado pelo objeto *a*? Essa razão a qual se referiria Eça de Queirós seria a estagnação do exercício político agenciado pelo S_1 ou pelo S_2 , isto é, respectivamente pelo discurso do mestre ou por seu deslocamento, como Lacan chamará, o discurso universitário? O sujeito, nessa posição no discurso do analista, ocupa um lugar de sujeito na incidência do objeto, sujeito dividido, objeto de seu desejo. Não é senão como sujeito que estamos na função política, mas esta não é eticamente operada se não pudermos nos fazer incidir pela posição de objeto de tantas posições subjetivas às quais estamos subordinados a acolher, e a manejar, além, é claro, de sermos objeto de nosso desejo. A articulação deste lugar de causa do objeto *a* como o que agencia o lugar de assunção da castração a qual o sujeito acede se faz com seu atravessamento pela função do psicanalisante como uma posição discursiva que oferta ao político um saber fazer com isto.

Avançaremos doravante pela via da *práxis* que exercemos enquanto ocupávamos a assessoria de desinstitucionalização da Área Técnica de Saúde Mental da Secretaria de Saúde e Defesa Civil do Município do Rio de Janeiro. A verificação de uma experiência ocupada no atravessamento pela função do psicanalisante leva em conta o objeto *a* como lugar de causa e coloca a prática no caminho de deixar ao sujeito desta posição fazer-se representar pelo significante, o que faz abrir como consequência a falha, entre S_1 e S_2 , que faz o sujeito advir. Da imbricação entre clínica – tal como falamos dela, como transmissão de uma radicalidade do singular via uma posição discursiva – e política, temos a relação com a incidência do objeto *a*, que faz pautar na política os efeitos da direção da clínica, isto é, da singularidade, nos referindo no caso a ambas relacionadas à saúde mental, campo de pesquisa desta tese.

Temos, é sabido, uma herança histórico-metodológica respaldada em teorias anteriormente aceitáveis, de isolamento da loucura, que já não o são mais. Encontramo-nos nesse ponto mais uma vez com a realidade, depois do caminho percorrido no primeiro

capítulo na via teórica. Vamos a ela, “nua e crua”, como se diz popularmente: há em nosso país um sistema de saúde que abarca, para além do equívoco histórico em relação ao tratamento dos loucos, uma insuficiência generalizada que foge aos limites do tolerável. Não há vagas para todos, não há... remédio para todos, não há... tratamento digno para todos, não há... Há então uma realidade que faz do sistema um sistema perverso, na medida em que o que se transmite na política não raras vezes é que *há*. Tampona-se aqui o *não haver*, pela reversão perversa do engodo. Colocando a pergunta pela qual qualquer político tem a incumbência de nortear-se, sobre qual deve ser o planejamento *para todos*, sabe-se que esta pergunta deve ser mantida sempre, nunca foracluída, mas deve no entanto ter um lugar bem preciso: um lugar lógico de horizonte, de direção. Lógico por ter de realizar-se sempre, não só em cada encaminhamento, mas realizar-se efetivamente como fato quando as condições o permitem. O que isso implica? Que o *para todos* seja pautado no *para um*, este nunca subsumível no primeiro, ou que o impossível do total inerente a uma acepção estrita deste *para todos* seja transformado em possibilidades para *um a um*. É assim que, no caso a caso, pode-se construir uma boa política *para todos*. A lógica do *para todos* é aplicada como lei da castração e não sua recusa, para todo X, a castração opera. A política, sendo para todos, deve se pautar, na medida do possível, pelo impossível inerente a esta universalização do significante falo.

Permearemos a apresentação de nossa experiência com o diálogo endereçado a algumas concepções tais quais nos são hoje contextualizadas e aplicadas na saúde mental, via Reforma Psiquiátrica Brasileira⁷⁸, que se instalou como referência para este campo, assim como com as principais leis e portarias que passaram a reger legalmente essas práticas, para fazer alguns apontamentos sobre as questões levantadas no primeiro capítulo, reflexão feita aqui sempre desde a perspectiva da teoria freudo-lacaniana.

Visamos tratar de como a construção de uma metodologia para a desinstitucionalização na cidade do Rio de Janeiro buscou os chamados CAPS como dispositivos estratégicos por terem em seu mandato justamente a construção do projeto terapêutico singularizado, na lógica de gestão que pressupõe inúmeras demandas e o estabelecimento de prioridades a partir de critérios que não podem ser senão clínicos. Por outro lado, a questão de como essa convocação aos CAPS foi possível a partir da

⁷⁸ “Um dos pilares do Movimento de Reforma Psiquiátrica no Brasil será a luta pela desinstitucionalização, tanto em senso estrito como em outros sentidos gradativamente ampliados. Isso significa que o movimento buscará a superação das condições dos muitos internos cronicados em hospitais públicos e conveniados, mas também a transformação dos modelos assistenciais, dos paradigmas e das ações corporativas centradas no manicômio e suas práticas. A superação da situação dos internos e da internação como única resposta.” (FURTADO e CAMPOS, 2005, p. 111).

consideração das variadas posições subjetivas dos gestores e trabalhadores dos CAPS e consequentemente da rede intra e intersetorial colocou-se constantemente em nossa prática. O crescimento da demanda por ações específicas na área de desinstitucionalização em saúde mental nos últimos anos contribui decisivamente para a sobrecarga dos serviços substitutivos em saúde mental, os CAPS, devido ao grande número de pacientes iatrogenicamente internados em leitos psiquiátricos e à insuficiente estruturação da rede psicossocial territorial de assistência. Aliado a isto entendíamos que o atendimento dessa demanda devia ser feito também em outros tipos de leitos onde houvesse pacientes psiquiátricos institucionalizados, nos serviços de saúde do SUS ou da rede de assistência social. Tudo isso nesse *para todos* lógico, possibilitando uma apropriação do trabalho nas internações e transferindo-as responsabilmente reguladas, para a rede de serviços territoriais de atenção primária e/ou secundária, dentro da lógica de organização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e da Rede de Atenção à Saúde (RAS)⁷⁹. Trabalhando num conceito ampliado de saúde, não o de sanar os sintomas, mas o de colocá-los em trabalho têm-se uma atuação desde a promoção e prevenção até a reinserção psicossocial, utilizando-nos nesse momento da nomenclatura sobre a saúde que vige na política pública. Desta forma direcionando a intervenção e a resposta às necessidades de saúde, e organizando a rede de assistência, trabalhamos com a rede de supervisores de desinstitucionalização, que descreveremos nesta tese desde algumas situações pontuais.

⁷⁹ Cf. Portaria nº 4.279 de 30 de dezembro de 2010 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010) que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde com o conceito de Redes de Atenção à Saúde (RAS). A organização da RAS exige a definição da região de saúde, que implica na definição dos seus limites geográficos e sua população e no estabelecimento do rol de ações e serviços que serão ofertados nesta região de saúde. As competências e responsabilidades dos pontos de atenção no cuidado integral estão correlacionadas com abrangência de base populacional, acessibilidade e escala para conformação de serviços. As disposições contidas no Decreto nº 7.508, (idem, 2011a), que versa sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, determina em seu inciso III do Art. 5º que a Região de Saúde para ser instituída deve, dentre outros, conter a atenção psicossocial. Conferir também Portaria do Ministério da Saúde nº 3088 (idem, 2011c) que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no SUS, a qual cita como componentes da RAPS, em seu inciso VI as “estratégias de desinstitucionalização”.

2.1 As proposições legislativas e o saber

Em relação às leis que se fundamentam com suas correspondentes políticas, temos a concepção, com a qual concordamos, de que, como diz Motta (2010), a lei é um texto⁸⁰, passível de ser lido segundo quaisquer dos discursos. Vejamos o que diz uma delas, a principal em nosso país no que tange à saúde. Na lei 8080, a Lei do SUS, o inciso I do artigo 7º do Capítulo II dos *Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS* prescreve: “universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência”; Seguido pelo inciso II:

integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, *exigidos para cada caso* em todos os níveis de complexidade do sistema. (grifo nosso). (BRASIL, 1990).

O inciso segundo esclarece o primeiro, no sentido de uma interpretação que se afina com a posição discursiva que ora está sob o nosso ponto de reflexão, a transmissão da singularidade: *integralidade de assistência* [...] nas ações exigidas *para cada caso*. Podemos interpretar que a lei do SUS, referência para o atendimento em saúde de nosso país, guarda em seus princípios a observância da singularidade. O que chamamos anteriormente de “para todos” lógico pelo qual a política deveria guiar-se tem vigência no princípio de *universalidade de acesso* (BRASIL, 1990), que sustenta as posições que as instituições adotam frente a seus usuários. Falando sobre a linguagem, diz Lacan (1992b, p. 178) que é:

aqui que tem lugar a incidência política. Trata-se em ato desta pergunta – de que saber se faz a lei? Quando se descobre isso, pode ser que mude. O saber cai na categoria de sintoma, visto com outro olhar. E ali, vem a verdade. Luta-se pela verdade, o que, de todo modo, só se produz por sua relação com o real. Mas que isso se produza importa muito menos do que aquilo que produz. O efeito de verdade é apenas uma queda de saber. É essa queda que faz produção [...].

Na incidência política temos o saber como sintoma pelo lugar de onde vem a verdade, *por sua relação com o real*, apontando para o que nos parece muito importante salientar: que esse saber se produza importa menos do que aquilo que produz, o efeito de verdade como queda de saber é o que faz produção na política, não o estabelecimento desse saber. As coisas na política caminham muito mais com essa produção resultante de efeitos pontuais da queda

⁸⁰ Maquiavel disse: “os principais fundamentos de todos os Estados, tanto dos novos como dos velhos ou dos mistos, são as boas leis e o bom exército. [...] não se podem ter boas leis onde não existe bom exército, e onde é bom o exército costumam ser boas as leis [...]. (MAQUIAVEL, 2004, p.57).

de saber do que com giros definitivos do discurso. Esse é o efeito do real em sua relação com a ação política.

“É nessa articulação com o real que se encontra a incidência política em que o psicanalista teria lugar, se fosse capaz de fazê-la”, é uma outra forma pela qual Lacan (2003e, p. 443), fala como em *Lituraterra* sobre os psicanalistas não estarem advertidos quanto à política, como trabalhamos no primeiro capítulo, e além disso sobre como ser na articulação com o real que se encontra a incidência política, como trabalhamos aqui. Podemos entender então essa incidência política quanto à política em geral. Lacan prossegue assim a citação sobre a incidência política em que teria lugar o psicanalista: “Esse seria o ato que arrisca indagar com que saber fazer a lei. Revolução que provém de um saber que se reduza a produzir sintoma, visto pelo próprio olhar que o produziu”. A pergunta sobre com que saber se faz a lei poderia ser respondida: o saber com que se faria a lei seria o da articulação, em ato, com o real. A produção da política é sintomática, sendo isso o que a faz subsistir. Continua Lacan: “Seu recurso, então, é a verdade por que nos batemos”, o sintoma, e segue:

Aí se articula que o efeito de verdade decorre do que cai do saber, isto é, do que se produz dele, apesar de impotente para alimentar o dito efeito. Circuito não menos fadado que qualquer movimento a não poder ser perpétuo – donde se demonstra, também aqui, o real de uma outra energética.

É ele, esse real, a hora da verdade passada, que se sacudirá até a próxima crise, depois de recobrar o lustro. Diríamos até que essa é a festa de toda revolução: que a perturbação da verdade seja rechaçada para as trevas. Mas no real, nunca se viu senão fogo, mesmo assim lustrado. (LACAN, 2003e, p. 443).

Debatemo-nos, com o sintoma – e não “nos esqueçamos de que o sintoma é o *falsus* que é a *causa* em que se sustenta a psicanálise no processo de verificação que constitui seu ser” (grifos do autor) (LACAN, 2003e, p. 427) –, na direção de produzir efeito de verdade que pode cair do saber na política porque esse trabalho é perene, porque haverá sempre, mais ou menos, tais tentativas de fazer valer o sentido fechado do sintoma, atribuição pela projeção do conhecido ao que se revela original, ou, como diz Lacan, porque o saber *é impotente para alimentar o dito efeito*. Diz Lacan no *Seminário 19*:

Na posição do semblante, é muito mais difícil ficar, porque o objeto *a* escapole por entre as mãos em dois tempos. Como já expliquei, quando comecei a falar dele a propósito da linguagem, o *furão corre, corre* em tudo que vocês dizem. A todo instante está em outro lugar.

É por essa razão que tentamos apreender a partir de onde poderia situar-se algo que estivesse além do sentido, desse sentido que também faz com que eu não possa obter outro efeito a não ser a angústia, ali onde não é este meu objetivo, de modo algum. É nisso que nos interessa que o real esteja ancorado.

[...] a forma pela qual isso se impõe é a do real, justamente porque nele nem a verdade nem o sentido predominam; são secundários.” (LACAN, 2012, p. 175-176).

Lacan está se referindo à consideração sobre o que seja o “próprio sucesso”, resultado de que o real insiste, fora da ordem da verdade e do sentido em relação ao seu próprio sentido. Por isso o inconsciente é a política, por não haver relação sexual, não haver essa apreensão totalitária do sentido que se estabelece, que senta esplêndido no sujeito.

Outra indicação de Lacan (1992b, p. 41), feita no *Seminário 17*, é: “Não há mil maneiras de fazer leis”⁸¹. Lacan (1997, p. 385), referindo-se ao imperativo ético do *Seminário 7 – A ética da psicanálise*, de não *ceder de seu desejo* leva Marie-Hélène Brousse (2003, p. 67) a falar sobre a resolução à qual o analista deve chegar, dizendo que este é “o ponto a partir do qual, se nós cedermos, surgirá a depressão”. Guardando todas as ressalvas sobre não se estar no lugar de analistas nas experiências a serem descritas é importante lembrar essa que é uma das leis da psicanálise e, atravessados por esse modo de estar no mundo que é a psicanálise não é de outra forma que nos afetaríamos, mesmo no exercício público de um lugar político. A autora completa: “Na verdade, não há muitas leis em psicanálise, mas eu considero essa como uma das leis da clínica” (BROUSSE, 2003, p. 67), isto é, não ceder quanto à direção da psicanálise, a que interroga a totalização. É o que nos corrobora Lacan (1986, p. 11), no *Seminário 1*, em sua introdução, quando diz ser “deprimente” a função de perpetuação da tentativa de defesa que o ideal do eu faz, ao que podemos ligar o empuxo da totalização, que ao ideal do eu manipula. Por isso é tão deprimente ceder ao total. Recuando desse lugar, viria a depressão, e podemos afirmar, muito mais trabalho também, excesso de trabalho, trazido pela posição de não trabalho, digamos assim.

Aparece-nos a questão sobre de que gozo se trata no político, que, pensamos ser um gozo que visa o total, mas quando atravessado pelo lugar de perda do psicanalisante é incidido pelo efeito de queda do saber, efeito de verdade. Lacan nos indica que:

o saber que nos parece mais depurado, embora esteja claro que de modo algum poderíamos extraí-lo do empirismo por depuração, é esse mesmo saber que está desde a origem, presente. (LACAN, 1992b, p. 46).

Saber, do traço unário, que é meio de gozo. E é, seguindo Lacan (1992b, p. 48), “com o saber como meio de gozo que se produz o trabalho que tem um sentido, um sentido obscuro”, que é o da verdade, sendo o saber “que se certifica da verdade” aquele “que provém

⁸¹ Remetendo-nos aqui ao próprio fato desta tese se endereçar à academia, vale lembrar que Lacan (1992b, p. 39) atesta neste mesmo contexto teórico as dificuldades de tradução para a linguagem universitária de algo que tem suas próprias leis, referindo-se ao discurso analítico, dizendo que tais leis “são as que pretendem dar ao menos as condições de um discurso propriamente analítico”. Questão para a academia e para esta tese, que possui como eixo a transmissão da radicalidade da singularidade.

da notação resultante do fato de postular a verdade a partir do significante”, como Lacan (2012, p. 166) define à frente no *Seminário 19*.

Talvez pelo efeito de queda do saber como produtor de efeitos de verdade Lacan (2012, p. 27) diga, no *Seminário 19*, que um sistema político bem-sucedido deve dar lugar à estupidez:

Quanto a vocês, vocês não se prosternam. São eleitores conscientes e organizados. Não votam nos estúpidos. É aí que saem perdendo. Um sistema político bem-sucedido deve permitir que a estupidez tenha seu lugar. E, aliás, as coisas só correm bem quando é a estupidez que impera.

Fica-nos o enigma sobre a que exatamente Lacan se refere, historicamente sabemos que houve eleição presidencial em 1969 – dois anos antes dessa sua fala –, vencida por Georges Pompidou, sucessor de Charles de Gaulle. Este era idolatrado pelos franceses, e então tido como “não estúpido” e sua sucessão foi inevitavelmente mais desafiadora para os candidatos. Pompidou ganhou passando a frente de Valéry Giscard d’Estaing, mas nenhum dos dois foi considerado um candidato à altura de de Gaulle. Cogitamos a hipótese de Lacan estar se remetendo, no entanto, à Jacques Duclos, candidato comunista que poderia ter tido suas vantagens caso ganhasse as eleições e que Lacan considerava estúpido talvez porque o comunismo foi considerado como ideologia irrealizável e os comunistas nunca ganharam nada fora de algumas (poucas) prefeituras na França, nunca tendo entrado de vez no palco político. Lacan parece referir-se ao totalitário saber que muitos políticos tentam transmitir, tamponando sua escuta para o que de não-saber pode intervir em sua prática, no gozo da totalização, ao qual o discurso do analista, através do real que introduz a mutação dos discursos (LACAN, 1992b, p. 165), pode fazer frente, como dito no *Seminário 17*. O que é esclarecido um pouco mais pelo *Seminário 20*: “Troca de discurso – isso mexe, isso os, isso nos, isso *se* atravessa, ninguém marca a batida. Canso de dizer que essa noção de discurso deve ser tomada como liame social, fundado sobre a linguagem [...]” (grifo do autor) (LACAN, 1985, p. 28).

Percorrendo o caminho a partir da Lei do SUS, damos o próximo passo em direção à Política Nacional de Saúde Mental, que é referendada pela Lei 10.216 de 06 de abril de 2001 (BRASIL, 2004), a chamada Lei da Reforma Psiquiátrica ou Lei Paulo Delgado, seguida em suas diretrizes pela gestão de saúde mental no âmbito municipal, e preconiza a implantação de modelos alternativos aos asilares no cuidado ao portador de sofrimento psíquico, dispondo sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redirecionando o modelo assistencial em saúde mental. Notadamente em seu Art. 5º determina que:

O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida, sob responsabilidade da autoridade sanitária competente e supervisão de instância a ser definida pelo Poder Executivo, assegurada a continuidade do tratamento, quando necessário. (BRASIL, 2004).

Por asilares entendem-se todos os dispositivos, outrora regentes das políticas públicas, de isolamento e tratamento em massa dos loucos. Dispositivos diferenciam-se de equipamentos, os quais compreendem o estabelecimento físico de um serviço, de saúde, por exemplo. Dispositivos são estratégias adotadas por quaisquer equipes, ou mesmo por um profissional, que se encontre causado por um trabalho. Dessa maneira um só profissional pode tornar-se meio pelo qual seu trabalho articula o cuidado, assim como por outro lado pode resvalar para a exclusão da escuta da singularidade do caso e adotar a prática dos manicômios, configurando-se então o dispositivo manicomial. É o que Peter Pál Pelbart chama de manicômio mental, referindo-se, entendemos, à posição manicomial que se pode manter subjetivamente, independentemente do lugar que se ocupa, muito menos da existência ou não de manicômios:

Também não basta acolher os loucos, nem mesmo relativizar a noção de loucura compreendendo seus determinantes psicossociais, como se a loucura fosse só distúrbio e sintoma social, espécie de ruga que o tecido social, uma vez devidamente 'esticado' através de uma plástica sócio-política, se encarregaria de abolir. Nada disto basta, e essa é a questão central, se ao livrarmos os loucos dos manicômios mantivermos um outro manicômio, mental, em que confinamos a desrazão. (PÁL PELBART, 1990, p. 134).

Dá a advertência do psicanalista Carlo Viganò (1999) para não cairmos numa nova cronicidade, pois apesar da desconstrução do hospital psiquiátrico, corre-se o risco de incorrer em novas formas de exclusão e segregação, realizadas a partir da própria rede de assistência à Saúde Mental, que se quer anti-manicomial.

A perspectiva de fechamento de *instituições manicomiais* baseia-se na inadequação do atendimento em instituições que possuam um número elevado de leitos, já que a concepção manicomial não depende de se estar numa internação ou fora dela, mas da direção de trabalho que a instituição toma e cada profissional segue, ou não. O que a diretriz da política pública de saúde mental visa fechar são instituições massificadas, que atendem a muitas pessoas numa mesma internação, dificultando assim o trabalho singularizado.

Desinstitucionalização é o termo utilizado no campo da saúde mental para definir o processo de retirada do paciente dito psiquiátrico dos hospitais, a articulação de ações em rede de saúde mental, de construção de projetos terapêuticos singularizados que visem a retessitura

dos laços sócio-subjetivos rompidos devido à longa permanência institucional dos pacientes internados iatrogenicamente por décadas, práxis que visa a construção e efetivação de um projeto clínico de tecimento de laços no território. Enquanto exercemos a função relativa à assessoria de desinstitucionalização partíamos da premissa de que outros dispositivos, que não os de saúde mental, também deveriam ser objeto da desinstitucionalização, a partir dos casos, pontualmente, referindo-nos aqui a abrigos da assistência social ou as clínicas de apoio da saúde – dos quais falaremos –, uma vez que também produziam a estagnação dos casos e conseqüentemente sua permanência institucional por longos períodos. Dessa forma trabalhamos com uma ampliação desta prática para alcançar intra e intersetorialmente outros tipos de institucionalização, como se pode definir neste campo qualquer instrumento de ruptura dos laços, seja num hospital psiquiátrico, num abrigo, numa clínica de apoio para a saúde ou mesmo dentro de casa. É o que poderíamos nomear de *institucionalização*: fixar-se num mesmo lugar, empuxo da pulsão de morte. Outro aspecto da reflexão sobre a desinstitucionalização diz respeito a termos exercido nossas funções de modo a pensar tal termo definido pela abertura permanente para a construção do caso clínico em relação ao saber dos profissionais, isto é, deve-se *desinstitucionalizar* frequentemente o saber, no sentido de não deixá-lo instituir-se de forma fechada, obliterada. Assim, entendíamos também que o exercício da desinstitucionalização deveria se dar em quaisquer dispositivos, e em qualquer momento do caso, estivesse ou não o paciente internado.

A herança concreta dos grandes manicômios, fisicamente falando, encontra-se presente em nossa sociedade, embora em dimensões menores, mas se faz existir ainda, mantendo o estado do Rio de Janeiro como o maior parque hospitalar psiquiátrico do país – proporcionalmente ao número de habitantes, perdendo em números absolutos somente para o estado de São Paulo –, com 4.434 leitos psiquiátricos (SUS) e 28 hospitais dessa natureza (Datusus/CNES, 2013), sendo de longa permanência 2000 leitos, segundo a SESDEC-RJ/ATSM (RIO DE JANEIRO, SESDEC-RJ/ATSM, 2013), incluindo em todos esses dados os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, os chamados manicômios judiciários.

Sendo a tarefa a ser cumprida ainda bastante grande, temos as proposições legislativas das políticas públicas de saúde como aporte, mas advertindo-nos da importância dos efeitos de queda do saber para o alcance dos objetivos políticos/clínicos, para efetivação de uma produção afetada pelos efeitos de verdade. Tais proposições são textos que devem ser lidos via os discursos, levando em conta do que goza o político, como goza em seu exercício: “nada é mais candente do que aquilo que, do discurso, faz referência ao gozo”, diz Lacan (1992b, p. 66). Assim, o lugar que ocupam as legislações é o do sintoma, como textos sintomáticos, na

medida em que apontam para a realização do desejo político, saúde *para todos*, ao mesmo tempo em que se o evita. O objeto *a*, o objeto mais-de-gozar, introduz, *inelutavelmente* – como diz a convocatória de uma jornada do Laço Analítico Escola de Psicanálise (LAEP, 2009) – no laço social a dimensão da política, que é sempre uma operação de gozo: “Não há política que não seja do gozo” (LAEP, 2009), seguindo a indicação de Lacan, do *Seminário 17*, de que não há discurso que não seja do gozo. Esta parece ser uma sinalização de que não há prática que não seja do gozo. Resta, com a incidência do objeto *a*, posicionarmo-nos frente ao gozo de modo que este possa ser *lido* e assim na política assumirmos uma posição que, advertidamente, não sucumba nem à impossibilidade de que seja sempre singular, nem ao discurso histórico de que os possíveis de deslocamento a partir dos efeitos de divisão são sempre insatisfatórios.

2.2 Algumas de nossas experiências no processo de fechamento da Casa de Saúde Dr. Eiras de Paracambi (CSDE-P)

A experiência que tomaremos em recorte se atém ao nosso ponto de vista desde os lugares que ocupamos no fechamento da Casa de Saúde Dr. Eiras, de Paracambi - CSDE-P, ocorrido em 23 de março de 2012, após um longo processo de intervenção que em sua totalidade levou 12 anos. A CSDE-P chegou a ser o maior manicômio privado da América Latina e situava-se naquele município, próximo à capital do estado do Rio de Janeiro. Esses lugares que ocupamos referem-se num âmbito mais geral a dois momentos diferentes, o primeiro tendo sido o exercício do cargo de supervisora para os casos do município do Rio de Janeiro internados nessa instituição, a que aludimos na Introdução como uma supervisão que não tinha esse caráter expressamente, apesar de ser assim nomeada, pois acompanhávamos os casos desde a avaliação e mínima construção do caso para detecção de uma direção e de seu município de encaminhamento, assim como atendíamos as famílias, se o caso fosse de nosso município, até o planejamento para sua saída junto à gestão. E o segundo momento deste trabalho, consequência do primeiro, foi a partir de quando assumimos a função de assessoria para a desinstitucionalização na Área Técnica de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde. Nossa primeira pergunta, inevitável na passagem da função de supervisora à de gestora desse mesmo trabalho, com essas dimensões, foi: “Que fazer diante da tarefa de gerir um trabalho clínico para centenas de pessoas?” Essa indagação, que facilmente cederia ao empuxo do total e correspondentemente a uma “resposta total” ecoava angustiantemente na assunção dessa nova função. Não sabendo muito bem por onde começar, nossa única

ferramenta para responder a essa enorme demanda de trabalho, nesse contexto, continuou a ser o trabalho clínico com cada caso. E de única essa ferramenta passou a ser a mais preciosa. Desde esse novo lugar que ocupamos, tratava-se de criar as condições de possibilidade pelas quais o trabalho clínico, singularizado, pudesse ser o norte da concomitante tarefa política que tínhamos pela frente executar. Diante de tantas dificuldades que a saúde pública enfrenta tomamos como baliza a sustentação política de que esse trabalho somente seria eticamente feito não sucumbindo às frequentes demandas de respostas totais aos problemas, tão comuns no cotidiano político. Isso significava sustentar que o tempo da clínica precisaria ser a bússola do trabalho, em diferentes níveis: do caso, da instituição, da secretaria de saúde à qual estávamos subordinados, dos serviços que acolheriam os casos na rede municipal de saúde mental, dos serviços intra-setoriais, como a saúde em geral, e também dos intersetoriais, como a Assistência Social, o Ministério Público e a Justiça. O primeiro cargo já continha uma dimensão de ligação estreita com a gestão de saúde mental do município, uma vez que a representava na referida ação, mas é este segundo momento de exercício pleno nesta dimensão o que nos permitiu participar diretamente da construção de uma metodologia de trabalho para a desinstitucionalização no Rio de Janeiro. Descreveremos o contexto no qual tal ação ocorreu, com o objetivo de pensar que mudanças se deram em relação à forma como se trabalhava anteriormente o manejo desses casos e que efeitos essa nova direção de trabalho trouxe para os casos e também para o funcionamento da rede de saúde mental no que tange à chamada desinstitucionalização.

A CSDE-P chegou a ter quase 3000 pacientes, tendo em agosto do ano 2000 cerca de 1500 pessoas internadas, momento no qual advieram graves denúncias, oriundas de uma auditoria do Ministério da Saúde⁸², sobre as péssimas condições de funcionamento da instituição. A instituição era privada e foi aberta nos anos 1960, época na qual o país vivia sob o regime ditatorial civil-militar que concedeu grande parte das permissões para a abertura deste tipo de estabelecimento: um hospital psiquiátrico privado, que recebia, através de convênio com o SUS, remuneração⁸³ para o que se considerava o tratamento da loucura então, o isolamento do sujeito de todos os seus laços originais, de pessoas ou lugares, com a

⁸² Segundo a carta aberta da Área Técnica de Saúde Mental da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil (SESDEC- RJ/ATSM), intitulada *Fecha-se a última estação dos Sem Eira nem Beira e se abrem novos caminhos cuja VIDA faz o contorno e a direção!*, publicada nas redes sociais da internet . Cf. RIO DE JANEIRO, SESDEC-RJ/ATSM, 2011.

⁸³ Essa remuneração era obtida através de AIH, Autorização para Internação Hospitalar, procedimento administrativo-financeiro pelo qual o Ministério da Saúde controla e executa este tipo de pagamento.

consequente massificação de seu confinamento junto a milhares de outros na mesma condição. A citada auditoria produziu o *Relatório Final da Auditoria do Ministério da Saúde na CSDE-P* (cf. RIO DE JANEIRO, SESDEC-RJ/ATSM, 2011), a partir do que a Secretaria de Estado da Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro - SESDEC-RJ propôs o “Plano Emergencial para a Reorientação da Assistência na Casa de Saúde Dr. Eiras em Paracambi (CSDE-P)”, em

consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental cujo eixo principal é da reversão do modelo assistencial exclusivamente centrado nas internações psiquiátricas, propondo em seu lugar a oferta de dispositivos de atenção psicossocial extra-hospitalares de base territorial como referência ordenadora do tratamento e acompanhamento dos pacientes portadores de transtornos mentais severos e persistentes. (RIO DE JANEIRO, SESDEC-RJ/ATSM, 2011).

A diretriz geral adotada como política nacional foi a de fechamento das instituições de internações psiquiátricas de demasiados leitos, com a passagem dos leitos em instituições estritamente psiquiátricas para os leitos em Hospital Geral, a se contar paralelamente com a progressiva abertura de espaços de acolhimento 24 horas nos CAPS III⁸⁴, como preconiza a Lei 10.216/01. Mas seguindo as políticas públicas construídas a partir da Reforma Psiquiátrica, que preconiza a qualidade da atenção psicossocial, só podemos estar na boa direção ao qualificarmos o trabalho clínico antes do fechamento das instituições, e foi isso que aconteceu no âmbito do município do Rio no referido período: junto à diminuição dos leitos houve uma certa qualificação da internação psiquiátrica, que tem como meta ser acompanhada de dispositivos extra-hospitalares e territoriais que evitam a ruptura dos laços e a correspondente institucionalização perene.

A ação de fechamento da CSDE-P teve muitos momentos diferentes de 2000 a 2012, dos quais destacaremos a intervenção tripartite acordada entre o Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado da Saúde e o município de Paracambi, em 2004. Nesse momento a instituição continha 952 pacientes⁸⁵, segundo a Carta da SESDEC-RJ. Essa ação culminou com a assunção da gestão da CSDE-P pela SESDEC-RJ. O município do Rio de Janeiro

⁸⁴ Para a conceituação dos diferentes tipos de CAPS cf. Art.1º da Portaria GM 336/2002. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

⁸⁵ Haviam sido desinstitucionalizados os outros pacientes, nos primeiros quatro anos de processo de fechamento, através de retorno familiar ou transferência para residências terapêuticas, muitas das quais criadas pelo próprio município de Paracambi, a partir de incentivo financeiro e metodológico do Ministério da Saúde, segundo informações colhidas quando iniciamos este trabalho.

entrou⁸⁶ nesta ação com a inserção de uma dupla de supervisores, no ano de 2006, com a saída de um dos quais viemos a entrar em seu lugar nesse trabalho, no ano seguinte, 2007, portanto. A direção da gestão naquele primeiro momento era de que os supervisores fizessem um mapeamento dos pacientes oriundos do Rio de Janeiro, o que resultou numa planilha que contava cerca de 300 munícipes de nossa cidade. Um pouco depois dessa primeira inserção e também simultaneamente a esse mapeamento os supervisores tiveram pela gestão a indicação de trabalhar prioritariamente os casos com indicação de retorno familiar. Foi nesse mesmo momento que entramos no trabalho, ficando responsáveis pela terça parte da quantidade de pacientes. Contávamos com uma terceira profissional, cedida pela Área Técnica de Saúde Mental da SESDEC-RJ para trabalhar conosco os casos do município, tendo a mesma permanecido nessa condição por apenas mais alguns meses, e com sua saída assumimos também a referência para a saída de seus pacientes. À nossa função de supervisão cabia a reinserção dos casos na rede de saúde mental, a desinstitucionalização.

Os pacientes indicados para retorno familiar eram assistidos pela equipe da intervenção da CSDE-P e pelos supervisores. Esse trabalho consistia na avaliação do paciente propriamente dito, no atendimento de sua família, para avaliação das condições em que tal retorno aconteceria e, num último momento, o supervisor inseria o caso no CAPS de referência do território, que começava igualmente a trabalhar com a família. A forma de trabalho incluía naquele momento, sempre que necessário e possível, o atendimento dos familiares em nossa cidade, Rio de Janeiro, feito pelo supervisor. Muitas vezes, como supervisores, indicávamos o atendimento das famílias, separadamente apenas por nós, e não juntamente à equipe da CSDE-P, o que fazíamos num de nossos Institutos de Saúde Mental no município do Rio, pois identificávamos muitas famílias que se negavam a receber seus pacientes justificando terem sido mal abordadas por parte da equipe de intervenção (sic), em grande parte por profissionais que lá nem se encontravam mais trabalhando. Outras vezes atendíamos em conjunto com algum profissional da instituição.

As audiências com os Ministérios Públicos Federal e Estadual foram em alguns momentos cruciais como estratégia mesmo de encontro com algumas famílias, além da chamada à responsabilidade que aqueles faziam, desde seu lugar, diferente do da clínica.

Muitos pacientes tiveram seu retorno para casa nesse período. Outros foram transferidos, em transinstitucionalização – como chamamos as transferências para outra

⁸⁶Essa foi apenas a entrada mais direta, pois os CAPS e os serviços territoriais do município recebiam os pacientes a partir do momento que já tinham tido alta, para seguir na continuidade de seu cuidado.

instituição de nosso município – para Clínicas Conveniadas ou para os leitos dos Institutos Nise da Silveira ou Juliano Moreira, ou para a Casa de Passagem desse mesmo Instituto, onde seria feito o trabalho para posteriormente serem inseridos nos Serviços Residenciais Terapêuticos, os SRT's⁸⁷. No ano de 2007 foi criada, apenas para atender os casos oriundos da CSDE, a Casa de Passagem do Instituto Nise da Silveira, num convênio entre a secretaria municipal e a estadual de saúde, através de suas respectivas áreas técnicas. A ideia era de que a Casa recebesse, em dois anos, três “levas” de vinte pacientes, sessenta no total, de acordo com o tempo em que fossem acontecendo as saídas para os SRT's.

Em fins de 2009 tivemos o convite para integrar a equipe de gestão da Área Técnica de Saúde Mental do município do Rio. Nesse momento, havia enormes dificuldades para que o trabalho de retirada de nossos munícipes se efetivasse: estávamos há algum tempo sem o segundo profissional na supervisão, portanto como referência da totalidade dos casos, e não havia mais transporte do município do Rio que nos levasse até a CSDE-P – de bastante difícil acesso, pois a instituição era afastada do centro do município de Paracambi e não havia transporte público que lá chegasse. Na outra ponta, a Casa de Passagem do Nise da Silveira não tinha recebido mais que os vinte primeiros pacientes, que não puderam sair porque houve problemas no convênio municipal que viabilizava a implantação dos SRT's – como a retirada de funcionários estaduais para o atendimento de outra demanda da gestão do Estado. Tais fatos explicitaram as resistências, entendemos, para que o trabalho se efetivasse, demonstrando o tamanho do desafio que se apresenta na tentativa de desfazer um equívoco histórico no qual se transformou a CSDE-P.

Chegamos à gestão nesse contexto, no qual se estabeleceu como prioridade para o trabalho de desinstitucionalização a retirada dos pacientes da CSDE-P, prioridade que foi auxiliada por uma cobrança cada vez mais incisiva do Ministério Público na esfera macro do poder público municipal, e igualmente, num momento um pouco posterior, em julho de 2010, pela chegada do mandado de intimação judicial que sentenciava União, Estado e municípios responsáveis a retirarem os pacientes da instituição e fecharem de forma imediata a CSDE-P,

⁸⁷ “Entende-se como Serviços Residenciais Terapêuticos, de acordo com a Portaria 106/2000, moradias ou casas inseridas, preferencialmente, na comunidade, destinadas a cuidar dos portadores de transtornos mentais, egressos de internações psiquiátricas de longa permanência, que não possuam suporte social e laços familiares e, que viabilizem sua inserção social.” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004). Cf. tb. Portaria GM/MS nº 3.090 (idem, 2011d), que altera a Portaria GM/MS nº 106, criadora dos SRT's, dentre outras coisas incluindo os SRT tipo II, serviço residencial para pacientes com acentuada dependência, especialmente devido a comprometimentos físicos.

sentença resultado da Ação Civil Pública⁸⁸ (ACP) de 2002 que pedia o encerramento das atividades da instituição. Este mandado, expedido pelo juiz federal responsável pela chamada ACP intimou igualmente o município do Rio de Janeiro, por possuir grande parcela dos pacientes oriundos de nossa cidade internados de forma inadequada. Havia um trabalho clínico gradativo e delicado sendo feito há anos, mas o desmonte de um hospício desse porte exige uma estrutura que, admitamos, *a priori* não possuíamos.

Nessa época na qual chegou-nos o mandado, contávamos com 111 pacientes munícipes do Rio ainda internos na CSDE-P e nenhum profissional nosso, da gestão municipal, atuando diretamente na instituição, uma vez que a única que fazia essa função, no contexto acima descrito, éramos nós, que já havíamos passado alguns meses antes para o trabalho da gestão, acumulando o trabalho diretamente clínico na medida que era possível. O espectro geral do trabalho de gestão da sustentação de uma política pública que respondesse pela desinstitucionalização dos pacientes desta e de outras instituições pelas quais o município do Rio de Janeiro tem responsabilidade contava cerca de 1000 pacientes. Para olharmos o cenário em perspectiva, cabe lembrar que há quase vinte anos o número de leitos psiquiátricos no município do Rio, que hoje é de 1779 leitos⁸⁹ cadastrados no CNESNet⁹⁰ era de 5636⁹¹, o que nos faz ter uma ideia, pois não se fazia essa estatística à época, de que o número de pacientes em longa internação fosse mais do que o dobro do que é atualmente, chegando ou passando em muito 2000 pacientes.

Nesse cenário, começamos a acompanhar a construção dos casos, o que foi delineando *a posteriori* uma metodologia de trabalho, com a *estratégia* de que todas as *táticas* seriam

⁸⁸ A sentença, de 14/07/10, cujo mandado de intimação referente, pela Ação Civil Pública, chegou à Superintendência dos Institutos Municipais da SMSDC em 29/07/2010, teve a seguinte decisão judicial, de 16/07/09: “Trata-se de ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal em face da União Federal e Outros, em que pede o descredenciamento do Instituto Dr. Manoel Eiras do SUS, bem como a condenação dos Réus a dotarem a população do Estado do Rio de Janeiro de serviços de assistência em saúde mental suficientes para absorver a clientela internada na unidade de Paracambi, atendendo aos direitos assegurados na Lei 10.216/2001. [...] para ciência da decisão [...] proferida nos autos da Ação Civil Pública a classificar, processo nº2002.51.01.003100-0 [...], determinar que a União Federal, o Estado do Rio de Janeiro e o município de Paracambi apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta sentença, Plano Atualizado de Transferência dos pacientes que ainda estão internados na instituição hospitalar, a qual deverá se concluir no prazo de um ano, também a contar da ciência desta sentença”. (JUSTIÇA FEDERAL, 2010, fls154-174).

⁸⁹ Segundo QUADRO DE LEITOS PSIQUIÁTRICOS mapeados pela Superintendência dos Institutos Municipais, e apresentado no Seminário Anual da Rede de Saúde Mental de 2012. (RIO DE JANEIRO, 2012b).

⁹⁰ Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013a).

⁹¹ Segundo dados constantes do arquivo da Superintendência de Regulação, Controle e Auditoria (S/SURCA) da Secretaria de Saúde e Defesa Civil do município do Rio de Janeiro. Cf. SURCA (1995).

convertidas para que cada caso fosse, assim que detectado – ainda a partir da internação e não somente depois de um trabalho apenas interno que lhe desse condições de chegar ao território – inserido num CAPS de referência, que faria o trabalho para que o caso pudesse chegar ao território, atuando como serviço extra-hospitalar a partir do qual já as primeiras avaliações seriam feitas. O CAPS passaria a ser responsável pela avaliação do caso, pela construção de vínculo com aquele paciente, pela construção do projeto terapêutico individual, como se diz na saúde mental, e conseqüentemente então pela construção de um caso clínico de um sujeito, inexistente até que essas condições fossem criadas: esse foi o desenho, feito só depois, da sustentação de uma *política*.

Dessa maneira, as indicações de quais pacientes sairiam, fossem para retorno familiar, para SRT's, ou mesmo para transinstitucionalizações, seriam de responsabilidade do serviço extra-hospitalar territorial, que a partir das condições do caso e do território diria qual seria a melhor indicação de uma primeira saída da CSDE-P. As saídas passaram por nós a ser consideradas *de passagem*, quaisquer que fossem, uma vez que passamos a radicalizar a direção de que todo dispositivo deve ser de passagem, no sentido de que a direção de trabalho é sempre a de ofertar ao sujeito a crescente responsabilização por suas escolhas, a chamada “autonomia”. Esta “autonomia” a relativizamos sempre, uma vez que sabemos com a psicanálise que ela não existe, a não ser sintomaticamente, que somos tanto mais “autônomos”⁹² quanto mais podemos construir e manter laços com o outro. Mas a *passagem* foi direção fundamental para o que passou a ser incluído na direção de trabalho para a retirada dos pacientes da CSDE-P: desmistificar as transinstitucionalizações, uma vez que se concluiu que elas foram necessárias em muitos casos. Essa conclusão foi feita pelo trabalho dos CAPS, que puderam se aproximar dos pacientes dos quais eram referência. A eficácia se dava desde que as transinstitucionalizações ocorressem dessa forma, com o acompanhamento antes, durante e no trabalho posterior de outra passagem para o sujeito: o que se verificava quando um paciente podia sair da internação definitivamente através do vínculo feito com o serviço territorial e do suporte que este dava para o prosseguimento do caso nas condições que cada um apresentassem.

Ao mesmo tempo, como pactuação de gestão, foi possível prescindirmos dos leitos das Clínicas Conveniadas, leitos menos qualificados nessa direção do reconhecimento da inscrição da singularidade, como porta de saída de pacientes institucionalizados, na CSDE-P

⁹² No sentido freudiano inclusive, de que quanto mais o sujeito não está à mercê do sintoma, mais se enlaça, como fala implicitamente em toda a sua obra, como por exemplo nas *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*. (Cf. FREUD, 1976d, p. 505).

ou nas outras instituições que estávamos trabalhando para fechar. Isso uma vez que passamos também a tomá-las, as Conveniadas, como objeto da mesma intervenção metodológica. Essa sustentação de não transferência para os leitos conveniados foi tão difícil quanto fundamental – em relação a estes leitos se tem em geral menos ingerência por não terem nossa administração direta. Esta posição foi subsidiada pelo entendimento de que o trabalho de subjetivação minimamente necessário para que transferências de leitos deste tipo sejam feitas exige do paciente um trabalho psíquico que lhe seria indevidamente imputado, uma vez que a direção era a de se fechar também tais leitos, no menor prazo possível.

Algumas experiências foram desastrosas, na falta deste tipo de cuidado singularizado, que se testemunhou por exemplo nas intervenções anteriores da CSDE-P e no Hospital Colônia de Rio Bonito. Em ambas as instituições houve a proibição, nos respectivos inícios de suas intervenções pelos poderes públicos, de que os pacientes que saíssem voltassem para as instituições, por quaisquer motivos, desde internação em hospital geral até alta. Na CSDE-P, no início dos anos 2000, pactuou-se a transferência de quarenta pacientes para uma das clínicas conveniadas daquele município, sobre o que viemos a saber, posteriormente, segundo depoimento colhido de uma profissional que participou deste processo, que menos de um ano depois nenhum daqueles pacientes havia sobrevivido. Na Colônia de Rio Bonito verificou-se o mesmo erro, um aumento escandaloso de mortes ocorreu entre os pacientes que saíram abruptamente da clínica e não puderam voltar. A detecção deste número elevado de mortes nestas ocasiões entendemos ser motivado pela violência que se apresenta nas transferências feitas apressadamente, “politicamente” engendradas, contando com qualidade duvidosa das instituições para as quais os pacientes foram transferidos⁹³.

A direção de que um espectro mais amplo do trabalho fosse contemplado pela concepção de *passagem* foi adotada pela Área Técnica de Saúde Mental do município no período em questão, com a consequência de que as Casas de Passagem *stricto sensu* deixaram de ter um trabalho exclusivo e posteriormente inclusive deixaram de existir. As equipes de todos os dispositivos, mesmo os de internação, vinham trabalhando com a direção lógica de que dispositivos territoriais são acionados no momento imediato da internação, fosse ela

⁹³ No entanto não consideramos este o fator principal da violência, visto que, como sustentamos na experiência a ser descrita em relação à Clínica das Amendoeiras, processo do qual participamos exatamente na fase na qual tais transferências imediatas foram aventadas como melhor solução para a ruptura com a baixa qualidade dos serviços prestados pela clínica, fomos contra tal medida, muito menos por qualquer avaliação das instituições de destino do que pelo ato em si – que consideraríamos uma passagem ao ato – de se retirar sujeitos dos locais aos quais estão psicologicamente vinculados sem um mínimo trabalho singularizado prévio.

oriunda de outra internação de 30 anos, fosse a primeira internação de alguém: todos os lugares deveriam ser de passagem, de passagem para outros lugares, de vida.

A Área Técnica adotou algumas táticas para que a estratégia de inserção imediata dos casos nos CAPS fosse pactuada, o que foi possível graças a uma articulação coletiva de sustentação da direção política com a rede de saúde mental. O respaldo que a Coordenação de Saúde Mental e a Superintendência dos Institutos Municipais deram foi fundamental no sentido de ouvir os serviços e reconhecer suas dificuldades – dificuldades que se revelaram da mesma ordem, apenas em escala diferente, entre a gestão e a *ponta*, como se diz. Dentre essas táticas destacamos a criação dos Grupos de Trabalho Territoriais de Desinstitucionalização (GTTD), onde os casos passaram a ser construídos e o fluxo teve maior publicização e recursos, entre estes o de planejamento dos SRT's. Nesses espaços, pactuados numa mesma direção de construção de caso clínico simultaneamente à transmissão que era ao mesmo tempo clínica e política da posição de gestão, cada território, cada caso na verdade, foi tendo construído seu caminho, com ramificações em outros espaços existentes ou criados a partir da discussão singularizante. Muitas táticas foram possíveis, o importante tendo sido manter a direção de trabalho, sem uma fórmula fechada na qual a direção é executada sem questionamentos.

O que é comumente apreendido no Brasil como referência para o trabalho nesse campo é a reabilitação psicossocial. Em *Reabilitação Psicossocial* Guerra diz tratar-se neste campo de um modelo onde as dimensões política e social se destacam, a partir do que, em seu ponto de vista, Viganò (1997 e 1999, apud Guerra, 2004) radicaliza com Freud e Lacan a crítica sobre a referência ser a reabilitação, nela introduzindo a dimensão clínica

enquanto dimensão inarredável de inscrição do sujeito e de possibilidade de implicação nas respostas que constrói. [...] colocando os sintomas como as estratégias de cura empreendidas pelos sujeitos psicóticos para se libertarem da dependência ligada à forclusão.” (GUERRA, 2004, p. 88).

A autora prossegue sua análise citando Viganò (1997, apud GUERRA, 2004, p. 89), ao dizer que “a reabilitação pode ser bem-sucedida somente com a condição de seguir o estilo que sugere a estrutura subjetiva do psicótico”. É o que entendemos ter sido a estratégia de gestão da não transferência imediata dos pacientes, que corresponde à estratégia do sujeito, por isso à estratégia da construção mínima do caso singular. E ainda:

Assim, o que deve ser buscado não é o real somático de uma função, o aprendizado de uma habilidade, mas as condições simbólicas para enfrentar o real do gozo do Outro materno, e, em seguida, do Outro social. Ou seja, seguir as estratégias desenvolvidas pelo próprio sujeito como política para a reabilitação. (GUERRA, 2004, p. 89).

A contratação de dois supervisores de saúde mental também foi peça chave para o transcurso dessa ação, pautada por uma direção que leva em conta o sujeito, boa política para a reabilitação, ligando-nos à citação de Guerra. O trabalho clínico de avaliação dos casos a partir da escuta de cada um não teria sido possível sem profissionais engajados nessa linha. Tanto que passamos a instituí-los como supervisores de desinstitucionalização, adotando este método de trabalho para as outras instituições e também para o fluxo da rede.

Com essa experiência, analisamos que a função do psicanalista pôde atravessar o exercício dessa função de operação da gestão da desinstitucionalização, com os efeitos que advieram da incidência do discurso do analista com a passagem da entrada do fluxo de trabalho dos casos de desinstitucionalização para o CAPS. O que nos possibilitou sustentar a direção política que ia sendo construída foi o atravessamento pela divisão que incide a partir do objeto *a* em nosso lugar de sujeito, por isso os furos que singularizaram o trabalho foram possibilitados, na totalização à qual se tendia. O atravessamento da função de psicanalista em nosso lugar político causou trabalho através da transmissão do que há de radical na singularidade dos casos em questão. Traremos alguns exemplos clínicos, de pacientes e outros de situações políticas. Três ações em especial configuraram-se importantes nesse contexto, uma com a intra-setorialidade, a saúde em geral, e as duas outras com a intersetorialidade, a assistência social e a justiça, por termos a partir delas verificado alguns dos referidos efeitos de singularização.

2.2.1 Uma experiência de apoio da saúde: invenção do recurso das clínicas de apoio como aporte para a desinstitucionalização

A primeira das experiências a serem descritas diz respeito ao que foi feito da avaliação que tínhamos de que 23 dos 111 municípios do Rio possuíam indicação de um trabalho clínico, pois estavam, a maioria deles idosos, muito mais sob os efeitos das péssimas condições de saúde oferecidas pela institucionalização do que de algum dito transtorno propriamente psíquico. É claro que este havia, pois décadas de confinamento numa instituição como essa não poderiam deixar incólume o mais são dos mortais, mas a debilitação era preponderantemente clínica nesses casos. Seguindo a estratégia de que os CAPS seriam os ordenadores também dessa ação de encaminhamento fizemos uma parceria intra-setorial com a Superintendência de Regulação, Controle e Auditoria da SMSDC/RJ, a SURCA, que nos

disponibilizou leitos de cuidados prolongados em Clínicas de Apoio⁹⁴, o que foi considerado um ato inédito de expressiva responsabilização pela saúde, de grande quantidade de pacientes longamente institucionalizados em instituições psiquiátricas que dela precisam de forma mais intensiva e não pontual. A importância desta parceria revela-se ainda mais simbólica no que tange tal lugar, a CSDE-P, que é tida como um dos símbolos nacionais do horror que uma psiquiatria segregacionista pôde criar, aliada a todo um aparato social que a respaldava. Muitos em volta de nós, em diferentes ocupações de cargos nesta ação, chegaram a dizer que trocaríamos *seis por meia dúzia*, supondo que tais clínicas não dariam o devido tratamento aos pacientes. Mesmo nós não sabíamos exatamente como fazer, mas apostamos no trabalho clínico singularizado. Cabe mencionar que o secretário de saúde, ao saber desta combinação, anunciou orgulhosamente esta numa reunião pública, num encontro nacional dos secretários de saúde, destacando o fato de que providenciaria no fim de semana seguinte um ônibus, que traria imediatamente os pacientes para o município, dando àquela gestão municipal um suposto lugar de *dever cumprido*. De seu lugar, julgava estar fazendo o melhor, ou o “bem”, e é isto que chamamos de empuxo do *total* comumente adotado pelos políticos: cumpriria sua tarefa, de forma rápida e com o menor trabalho possível.

Aqui entra o papel de uma área técnica de governo, que deve subsidiar os gestores acima desta, intencionando *furar*, ou fazer girar, deslocar, o empuxo do resultado prontamente produzido em massa, com a transmissão da lógica da singularidade, mais eficaz clinicamente, mas em verdade também mais eficaz na política, quando esta opera eticamente. É claro que não é nada fácil que essa transmissão seja suficiente para que a singularização opere. Os pacientes, se sáíssem da CSDE-P daquela forma, teriam não sua vida preservada, como pareceria ocorrer se cedêssemos à prescrição do secretário, que esperava o *bem* deles, mas correriam o risco de morrer – quando não somente de forma simbólica, também literalmente, uma vez que aquele lugar, por pior que estivesse cuidando de suas saúdes, era o lugar no qual

⁹⁴ Tais leitos são atualmente ainda regidos pela Portaria nº2413 GM/MS (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1998), que os define como “atendimento a pacientes sob cuidados prolongados”, definidos de I a VII, de acordo com o diagnóstico: “Considerando a necessidade de aprimorar o atendimento hospitalar de pacientes crônicos portadores de múltiplos agravos à saúde, convalescentes e/ou de cuidados permanentes que necessitam de assistência contínua e de reabilitação físico funcional, com vistas à reinserção Social”. Cabe citar recente Portaria, a de nº2809/GM/MS (idem, 2012d), que estabelece a criação de Unidades e Hospitais de Cuidados Prolongados (UCP e HCP) articulados às atuais configurações das redes de saúde, que define tais leitos, em seu Capítulo I, art. 3: “As UCP e HCP se constituem em uma estratégia de cuidado intermediária entre os cuidados hospitalares de caráter agudo e crônico reagudizado e a atenção básica, inclusive a atenção domiciliar, prévia ao retorno do usuário ao domicílio.”

reconheciam familiaridade. Adotamos então, também como resposta a esta prescrição, a tática da entrada de um CAPS III como protagonista do trabalho institucional e do caso a caso, serviço esse próximo às duas clínicas nas quais os leitos foram oferecidos, além do CAPS II responsável pelo território das mesmas. Tal ação exigia esse arranjo, sendo um CAPS III, naquele contexto, o serviço que poderia mais intensivamente, e 24 horas, dar suporte àquela ação.

O trabalho institucional consistiu num acompanhamento sistemático da clínica de apoio pelas equipes dos CAPS, que passaram a matriciá-los⁹⁵ no que configuramos como uso de *leitos clínicos como dispositivos de passagem para a desinstitucionalização de pacientes fisicamente debilitados*. O supervisor territorial, que é o supervisor clínico-institucional do CAPS, foi outro recurso que utilizamos nessa ação. Cada supervisor dos dois CAPS passou a oferecer supervisão de saúde mental numa das clínicas, intensificando o trabalho intra-setorial de avaliação e construção de casos pela lógica da atenção psicossocial (cf. YASUI e COSTA-ROSA, 2008 e ELIA, 2010b), que passou a beneficiar não somente também os outros pacientes que não têm indicação de estarem num CAPS, mas igualmente os profissionais da saúde, que assim foram melhor qualificados para o trato humano, seja ele dentro ou fora da saúde mental *stricto sensu*. Há que se contar que em contrapartida tais leitos também passaram a ser utilizados pelas equipes dos CAPS, para seu fluxo interno, quando algum paciente precisava desse tipo de passagem.

Dois casos podem ser trazidos dentre os vinte e poucos que saíram de uma condição degradante de atendimento médico e psíquico para passarem a serem tratados, casos recolhidos nas constantes reuniões que a gestão promoveu junto às equipes que receberam os pacientes, a fim de acompanhar sua saída da CSDE-P e a consecução da efetivação de uma construção clínica também para a possibilidade de saírem das clínicas, fosse para um retorno

⁹⁵ Citaremos aqui duas definições de matriciamento, a primeira mais referida à sua atual configuração no município do Rio de Janeiro, e a segunda, entendemos, mais geral, que nos interessa sobremaneira no trabalho da desinstitucionalização em nossa cidade, por abranger, numa extensão prática, outros tipos do que achamos também tratar-se de um certo matriciamento, como o que citamos nessa subseção, referente ao trabalho dos CAPS nas clínicas médicas com a utilização dos leitos de cuidados prolongados para o acompanhamento da saúde geral dos pacientes longamente internados. “Modalidade de trabalho em equipe proposta para o acompanhamento de pacientes dos serviços de saúde mental junto às equipes da Estratégia de Saúde da Família. No Rio de Janeiro, essa proposta de apoio matricial vem se desenvolvendo por profissionais que atuam nos Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF), nos CAPS e nos ambulatórios de saúde mental, dependendo dos recursos da rede de serviços de saúde mental de cada território.” (BURSZTYN, 2012). Matriciamento é uma prática calcada no apoio matricial de um determinado dispositivo, onde “os matriciadores desse serviço buscam contemplar, nas demandas das equipes matriciadas, as questões mais específicas da Atenção Primária do seu território, em toda a sua diversidade.” Cf. COELHO, BURSZTYN, RAULINO e ARÔCA, 2012, p. 14.

familiar, mesmo que improvável, pois apenas dois pacientes tinham ainda algum familiar detectado, fosse para um SRT, Serviço Residencial Terapêutico, residência terapêutica ou moradia assistida⁹⁶.

Célio, como vamos chamar o primeiro paciente, bastante debilitado pela falta de uma devida atenção médica, chegou da CSDE-P sendo um dos dois pacientes com referência familiar, um irmão, que até o trabalho de retessitura dos laços que o CAPS pôde oferecer aos dois jamais tinha pensado em levá-lo para casa. Isto tendo sido enunciado para a equipe territorial que o acompanhava junto com a clínica, cerca de um ano depois Célio e seu irmão trabalhavam junto aos profissionais seu retorno para casa. Este caso nos aponta um outro aspecto, o aparecimento de questões anteriormente inexistentes que o trabalho clínico constrói: pacientes internados nas referidas clínicas não costumam ter licenças gradativas antes da alta, como comumente encontramos nos hospitais psiquiátricos, importante recurso que ponto a ponto vai tecendo as possibilidades do Outro já não ser tão invasivo para o sujeito psicótico. Como as equipes trabalhariam então este retorno familiar? Decidimos então, do lugar de operação da gestão na saúde mental, convocar uma reunião para falarmos da questão a fim de encontrar um encaminhamento clínico. Mais uma dentre tantas reuniões foi construída, na e com a presença da SURCA, Superintendência da prefeitura responsável pela Regulação, Controle e também por sua Avaliação e Auditoria, como dito, e que prescreve a irregularidade de tal ação, a licença em clínica ou hospital geral. A questão era a seguinte: não sendo possível dar uma licença, já que não existe essa figura em tal contexto sanitário – se um paciente está com indicação de para ir em casa ele *vai* para casa, de alta médica – dando alta a clínica não receberia por aquela AIH, autorização de internação hospitalar, o que lhe desfalaria financeiramente. Além disso, nesse sistema de regulação, quando a vaga é desocupada ela é disponibilizada no sistema informatizado, o que faz com que outro paciente tenha possa ocupá-la. Nesse contexto, Célio, ao voltar, não teria mais seu leito na mesma clínica, pois da forma como se funcionava ele iria para qualquer clínica que ofertasse vaga no sistema no momento do término de sua licença. Essa é a lógica sanitária, que, claro, trabalha com o vínculo diferentemente da saúde mental. Diante de um impasse, tanto os *controladores*, quanto os *reguladores* e os *avaliadores e auditores* foram sensibilizados pela sustentação da clínica e do CAPS de que a clínica não poderia ser “punida” digamos assim, ter o repasse da verba pela internação do Célio interrompido a cada vez que ele fosse em casa,

⁹⁶ A diferença entre residência terapêutica e moradia assistida é que a primeira tem o seu aluguel ou oferta do imóvel subsidiado pelo estado, enquanto a segunda tem seu pagamento como sendo de responsabilidade do paciente e/ou seu responsável.

pelo eficaz trabalho de propiciar o seguimento do caso de forma implicada. Decidiu-se então pactuar um fluxo diferente a partir de seu caso, que consistiria em haver a reocupação da vaga por outro paciente, mas que ele seria “regulado”, como se diz do paciente que é pela regulação indicado para determinada clínica, para a sua clínica de origem. No caso de não haver vaga ele ficaria num leito extra até que a mesma surgisse. Paralelamente a esta combinação indicou-se a abertura de um processo a ser encaminhado à Procuradoria Geral do Município, pelas duas instâncias, saúde e saúde mental, para que fosse regulamentado o recurso da licença, incluindo pareceres de todos que acompanham a ação, Ministério Público incluso. Entendemos que se fez uma mediação, entre as supostas injunções reguladoras e as necessidades do caso clínico, função que a política deve ter como *princeps* em sua *práxis*, função que mais à frente definiremos também como de “retificação constante” para o operador da gestão atravessado pela função do psicanalisante.

O outro paciente chamaremos de Agenor, um senhor de quase noventa anos que foi transferido para uma das duas clínicas com as quais houve a parceria. Agenor chegou com diversas doenças clínicas, para as quais bastariam cuidados básicos para serem debeladas, como tuberculose. Dias depois de chegar, ele, que era considerado paralítico, levantou-se e passou a andar. Além de, sendo surdo-mudo, ter começado a gritar para pedir coisas, fato inexistente na CSDE-P. Infelizmente ele morreu, pouco depois, mas como a morte não podemos evitar, fica-nos o consolo de que, diferentemente do que teria ocorrido se estivesse ainda na CSDE-P, a equipe do CAPS trabalhou arduamente com a da clínica. Esta ficou muito mobilizada e não sabendo o que fazer adotou a posição de tentar não haver-se com o fato, dizendo para o hospital no qual ele morreu – para o qual foi transferido para ter cuidados médicos mais complexos –, que pedia a responsabilização de alguém para que pudesse liberar o atestado de óbito mediante apresentação de documentação identificatória, que “o paciente era da secretaria da saúde”. O hospital solicitou então um ofício do secretário para liberar o corpo e o atestado, simbólico de uma morte ocorrida em um pouco mais de vida do que tinha antes. Em outra mediação, pois desta forma também entendemos nossa entrada nessa situação, indicamos a suspensão desse pedido como condição prioritária para o seguimento do caso, uma vez que mesmo morta a pessoa de Agenor seu sujeito continuava a ser responsabilidade clínica dos que o acompanharam, assim como era da responsabilidade política da gestão que deu a direção para a ação que o trouxe para o município. A equipe do CAPS teve então o trabalho de fazer a clínica se co-responsabilizar pela morte de Agenor, não porque o secretário também não era responsável, mas porque tinha sido a clínica que se responsabilizou diretamente por sua vida, então seria muito importante que pudessem reconhecer a

responsabilidade também com sua morte. Essa co-responsabilização se tornou possível, tendo levado mais de uma semana para ocorrer, mas foi fundamental para lançar palavras e contorno ao trauma, que foi como a clínica tomou uma morte ocorrida tão logo se concretizou a chegada de todos os pacientes, que passaram a ser tão falados, tão recomendados de cuidados.

Não podemos esquecer que todo esse cuidado clínico teve a preciosa ajuda do contexto político que determinava a saída dos pacientes da CSDE-P, aliado ao judiciário, contexto que nos colocava a todos, com esta ação, na tarefa de dar uma alternativa de vida para pessoas extremamente institucionalizadas. Agenor teria sido enterrado como indigente, sem nunca ter tido a possibilidade de ser minimamente investido por profissionais que, mesmo inicialmente, ofereceram-lhe um lugar novo para estar na vida. É o que nos ensina que devemos tomar assim as demandas políticas, como demandas a serem acolhidas, mas interrogadas e respondidas segundo a singularidade de cada caso, o que vem supostamente dado como fechado, no caso a condição do ofício, que pôde ser feito pelo secretário, posto que julgamos também ser importante que o secretário de saúde assinasse sua parcela de responsabilidade pela vida e morte de Agenor, não indicando aí nenhuma culpa, mas reconhecimento que do secretário ao técnico do CAPS, somos todos responsáveis por cada caso, em vida ou em morte. O que não cessava de ser dito por todos, “O Secretário” deve assinar, passou a ser significativo trabalho na cadeia das responsabilizações. É o que Lacan (1998j, p. 826) assinala ao completar seu raciocínio sobre supostas necessidades que são tomadas em determinadas concepções *psicologizantes* e “se diversificaram e desdobraram a tal ponto que seu alcance se afigura de ordem totalmente diversa, *quer seja relacionado com o sujeito ou com a política*” (grifo nosso).

Paralelamente ao trabalho clínico feito pela instituição, os CAPS têm construído um projeto terapêutico individualizado para a saída de cada paciente, o que não se constrói em pouco tempo, visto que eles chegaram num estado bastante depauperado de saúde clínica, além do fato de que foram, muitos deles, cronificados também psiquicamente pela institucionalização, além de não contarem com família que possa ajudar a acolhê-los. Alguns dos pacientes começaram a frequentar os CAPS, outros tiveram a assistência do dispositivo feita dentro da clínica. A direção de avaliação singularizada construiu muitas possibilidades de oferta de escuta, como no caso de Agenor, e até algumas possibilidades de alta, a partir de moradia assistida, residência terapêutica ou mesmo retorno familiar, como no caso de Célio. Notória, no entanto, é a mudança visível que testemunham todos que acompanharam a primeira fase dessa ação: os pacientes chegaram praticamente moribundos, com graves situações clínicas. Mesmo não tendo podido evitar as mortes, consideramos exitosos esses

efeitos do trabalho, que trouxeram dignidade de existência para alguns pacientes. Há uma grande diferença em relação a uma das clínicas, que se responsabilizou muito mais pelos pacientes que a outra e por isso os efeitos de êxito que descrevemos são referenciados à tal instituição.

O respaldo e acompanhamento desta ação pelo Ministério Público Estadual se apresentou como imprescindível, uma vez que eles passaram, depois de muitas reuniões, a entender o uso desses leitos como qualificadores do trabalho em mão dupla, e assim puderam orientar os profissionais no que tangia às questões jurídicas que auxiliariam as ações terapêuticas.

2.2.2 Uma experiência de mediação da e com a Justiça

A forma como conduzimos a descrição do caso de Agenor nos leva para outra dessas ações que teve efeitos exitosos, a interlocução com a Justiça, a partir da chegada do mencionado mandado de intimação, que igualmente podemos pensar ter podido fazer ceder ao empuxo de uma resposta “total”, tal era sua urgência. Essa questão sobre a demanda de resposta “total” não nos retira a afinação com a Justiça, posto que a tomamos como lugar da Lei. Num contexto onde a prioridade de trabalho com pacientes isolados de seus laços não se faz ouvir de outra maneira, a introdução de uma demanda como essa, numa área técnica de saúde mental subordinada a interesses políticos que delimitam seu alcance de respostas, configura-se como mediação e inflexão a uma simbolização que resgatam a dimensão de Lei. Podemos aqui nos permitir uma brincadeira, apontando a coincidência das abreviações do Ministério, MP, com a Metáfora Paterna descrita por Lacan. O mandado judicial que nos foi imputado responder entendemos como uma tentativa de ato, de restabelecimento de uma Lei, Lei da Castração, que é função do juiz promover. No entanto, essa mesma tentativa de ato poderia ter se tornado um mandado superegóico, trazendo uma desestabilização psíquica que poderia ter levado ao pior os pacientes se tivéssemos a ele obedecido cegamente, partindo do ponto de que este seria o *bem* para todos. Trata-se de uma atuação que tentamos evitar, como no exemplo do ônibus disponibilizado pelo secretário de saúde.

O mandado devolveu à gestão pública a responsabilidade pelo cumprimento de um compromisso que, se numa realidade era impossível de ser efetivado, colocou a injunção de *fazer mudar* a realidade. Esse impossível que é o do sintoma, o que pode ser, via trabalho, colocado em questão. Sintoma aqui é a “impossibilidade” do poder público fazer jus a suas tarefas de dar condições dignas de existência para essa população tão radicalmente

marginalizada. Isso guardando a direção do *um a um*, na medida dessa mesma dita realidade – não sejamos ingênuos: a política, outro daquele que, frágil, vive à sua mercê, quer algum bem para o sujeito. Aqui se apresenta o autêntico impossível, o do real, aquele que não torna possível fazer a singularidade estar completamente em proa, coisa que compete à clínica.

Nas audiências onde fomos chamados a responder por não termos ainda retirado os pacientes da CSDE-P, transmitimos nossa metodologia de trabalho e sua conseqüente necessidade de tempo para que fosse eticamente executada, não deixando de nos responsabilizar pelo fato de não ter sido possível levar a cabo a tarefa antes. Passamos então a apresentar uma planilha nominal com cada um dos pacientes sob nossa responsabilidade, assim como com o projeto terapêutico singularizado e o referente impedimento para que este tivesse sido plenamente executado. Essas pactuações nas audiências foram feitas trimestralmente, com notícias sobre a saída de determinado número de pacientes acordado em audiência precedente. Esse era o espaço onde também transmitíamos nossas “impossibilidades” como Área Técnica, no que tangia à liberação de recursos maiores para o prosseguimento mais ágil da ação. Por vezes chegamos a discutir casos clínicos com o juiz federal e o procurador do Ministério Público Federal, que puderam permear-se da direção clínica e fazer da justiça uma aliada para a melhor assistência para cada uma daquelas pessoas. Tal manejo evitava o ideal de que a instituição fechasse imediatamente a qualquer custo, principalmente para os pacientes. Esse efeito definimos como mais um dos efeitos de incidência do objeto *a*, de sua propriedade de fazer hiância e assim singularizar.

2.2.3 A lógica da co-responsabilização da Assistência Social na desinstitucionalização, com o caso Dilson

Outra parceria estabelecida foi com a Secretaria de Assistência Social, que ocorreu a partir do caso de um paciente que estava no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho, o dito *manicômio judiciário*, instituição que também estava sob nossa gestão desinstitucionalizar. Esse caso não era da CSDE-P, mas tornou-se fundador de uma parceria que veio a beneficiar toda a rede de desinstitucionalização. O caso faz destacar a lógica da responsabilização que regeu também essa parceria. A avaliação de um paciente desta instituição, na qual éramos neste momento supervisores (além de operadores da gestão da desinstitucionalização), apontou para a indicação de que ele pudesse sair da internação com uma moradia de passagem por algum serviço dessa vez que não fosse de saúde mental, já que ele dizia estar ficando doente, mas porque queria sair dali e não conseguia, queria sair, cuidar-

se, e trabalhar, dizia. Reunimo-nos com a Assistência Social, convocando-os a partir do caso a encontrar um abrigo⁹⁷, que dentro do que poderia ser naquele momento oferecido pelos serviços existentes na cidade era o mais adequado para a saída de Dilson, como o chamaremos. Houve então o apontamento do abrigo escolhido a partir dos elementos do caso, nestas reuniões entre as duas secretarias, a de Assistência Social e a de Saúde, representada pela Saúde Mental. Como exemplo de elementos do caso podemos destacar a necessidade de ser um serviço que acolheria e trabalharia as possibilidades de Dilson poder estar em sua própria casa, mas depois de ter condições para isso, nessa passagem que tanto construiria isto quanto estaria atenta às impossibilidades que o caso apresentasse. Desde essa escolha do abrigo o caso de Dilson foi apresentado, discutido e construído num dispositivo que a Área Técnica de Saúde Mental convocou, o chamado Grupo de Trabalho de Desinstitucionalização Territorial (GTTD), então criado naquele território a partir deste caso. Este GT, como chamamos reduzindo a sigla, tinha a co-responsabilização do CAPS do território e aproveitou-se do fio da meada de uma reunião anterior que ali acontecia, entre os serviços das duas instâncias e que já não acontecia mais por não haver quem a sustentasse. O GT passou a ser o dispositivo pelo qual os casos institucionalizados eram apresentados e assumidos em co-responsabilidade neste território, outro dos efeitos de singularização que fizeram estabelecer dispositivos clínico/políticos para a própria sustentação e ampliação desses efeitos. Num momento posterior, como efeito do GT, foi feita e aceita a oferta aos profissionais da Assistência Social de que tivessem uma supervisão de saúde mental, a ser dada pelo supervisor do CAPS, dispositivo que se ofereceu como espaço de escuta para os profissionais que reiteradamente no GT diziam: “não sabemos o que fazer com esses casos”, acrescentando: “já temos outros assim, e eles ficam no abrigo sem ter o que fazer”. Outros casos de demais instituições foram chegando nessa lógica. Este dispositivo veio inclusive a diluir-se tempos depois, pois todos os envolvidos entenderam que ele tinha cumprido seu papel de artífice de convocação, sendo substituído pelo dispositivo mais estritamente clínico da supervisão.

Concluindo os fragmentos do caso, Dilson ficou cerca de um ano no abrigo, que não somente fez uma sustentação junto com o CAPS para a “ refeitura” dos laços dele com a família, como verificou a impossibilidade de que, pelo menos no momento de sua saída, voltasse para perto da mesma, onde cometeu o delito que o levou ao Hospital de Custódia. Ele

⁹⁷ Chamado de Unidade de Reinserção Social atualmente, segundo a atual Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a partir de 2013, anteriormente nomeada pela gestão municipal Secretaria Municipal de Assistência Social. Cf. RIO DE JANEIRO, 2013a).

passou a morar em sua própria casa, alugada no território de referência do CAPS com a ajuda das equipes deste e do abrigo. A partir desse caso, outros pacientes, também institucionalizados, foram inseridos neste tipo de trabalho com essa parceria entre o abrigo e o CAPS, sustentada então pela supervisão, pela qual se firmou uma combinação que foi respaldada, com uso também dos leitos do abrigo como leitos de passagem para a desinstitucionalização.

O que verificamos é que ao final da ação de fechamento da CSDE-P nenhum dos pacientes que lá estavam beneficiou-se dessa parceria, apontando sobremaneira a lógica que a regeu, a do caso a caso: nenhum desses casos teve a indicação de estar num abrigo, pois, constatou-se, eram casos com grave dependência institucional e quadros psíquicos de ruptura radical com os laços, necessitando de dispositivos mais “protegidos”, portanto mais específicos da saúde mental, como residências terapêuticas e transinstitucionalizações psiquiátricas. Podemos também entender esta lógica operada como lógica de transmissão e sustentação da singularidade radical.

Mesmo que esta ação não tenha sido causada pelos pacientes presentes na CSDE-P e que nenhum destes tenha ido para um abrigo consideramos simbolicamente expressivo o fato de ter sido possível que o campo da assistência social, com funcionamento tão diferente da saúde mental, se responsabilizasse pelos pacientes ditos institucionalizados. No contexto atual das políticas públicas municipais a Secretaria de Assistência Social vem se utilizando do que chama de “acolhimento” ou “abrigamento” compulsório⁹⁸ em abrigos para população de rua e ditos dependentes químicos que nela vivem. Isto nos traz uma ressalva com a descrição desta ação, o que chamamos de empuxo do higienismo presente nas atuais políticas públicas do município. No que tange ao *acolhimento compulsório*, o que em termos revela uma contradição, não se trata de acolhimento algum, mas do segregamento de uma população que *mancha* a imagem da *Cidade Maravilhosa* a ser preparada para receber asceticamente os dois

⁹⁸ Cf. RIO DE JANEIRO, 2013b. Cabe ressaltar que até esta data apenas o abrigamento compulsório de crianças e adolescentes era permitido no município, conforme a Resolução Municipal nº 20/2011 (idem, 2011b), o que, no entanto, vem sendo planejado nesta prefeitura para ser estendido aos adultos, inclusive ocorrendo pontualmente, segundo o site da mesma secretaria, desde agosto de 2012 (RIO DE JANEIRO, 2013d) mas seria estabelecido através de artefato jurídico com o objetivo de que este dispositivo se integre às políticas públicas municipais. Para criança e adolescente a citada Resolução Municipal diz o seguinte em seu §3º: “A criança e o adolescente que esteja nitidamente sob a influência do uso de drogas afetando o seu desenvolvimento integral, será avaliado por uma equipe multidisciplinar e, diagnosticada a necessidade de tratamento para recuperação, o mesmo deverá ser mantido abrigado em serviço especializado de forma compulsória. A unidade de acolhimento deverá comunicar ao Conselho Tutelar e à Vara da Infância, Juventude e Idoso, todos os casos de crianças e adolescentes acolhidos.” (idem, 2011b).

mega eventos esportivo-financeiros a realizarem-se nos próximos anos (Copa do Mundo e Olimpíadas). Por esta e outras práticas que não parecem visar mais que este objetivo, esta Secretaria tem constantemente sido questionada e acusada de lançar mão de práticas higienistas. Acabando de descrever uma experiência que vai na contramão deste empuxo, nos recolocamos na trilha de nossa questão, a de que nenhuma política é do Um Total, como dissemos com o Lacan do *Seminário 14*, pois mesmo num contexto adverso ao sujeito do inconsciente, como este, é possível nele fazer furo e construir uma responsabilização.

2.3 Notas sobre a desinstitucionalização

As duas ações de parceria intra e intersetorial, com a Saúde, a partir dos leitos clínicos, e com a Justiça, foram as que mais diretamente propiciaram a mudança de ofertas para que aqueles sujeitos acachapados na CSDE-P fossem escutados de outra maneira. São exemplos de como foi possível, no que se refere a esse momento mais circunscrito da ação do município no fechamento da CSDE-P, levar a termo essa dívida histórica, em cerca de um ano e meio. Na desinstitucionalização é fundamental a tomada de responsabilidade em relação à intra e à intersetorialidade, para que a saúde mental deixe de ser a única responsável pelos destinos dessas pessoas, com a condição de sustentar o trabalho psíquico destas em outros dispositivos, dando-lhes suporte para fazerem sua parte, pois a fala desses outros campos apontando o não saber lidar com a loucura é corrente. Desde que essa fala não seja transformada em defesa intransponível para a tomada de responsabilidade ela deve ser acolhida, e trabalhada, como demanda. Isso é o que se chama em saúde mental trabalho em rede. A partir do conceito de rede, tomando-o como redes de laços sociais oferecidas e às quais o sujeito adere (ou não), dimensão estritamente clínica, uma clínica se produz com casos de radical ruptura de laços e se sustenta com a tessitura dessa rede intra e intersetorial, que conseqüentemente sustenta uma política. Vamos ao conceito de rede:

A idéia [sic] de rede se desloca de uma acepção empírica, positivista, na qual significa um conjunto concreto de serviços interligados, para situar-se no plano de uma forma de conceder e agir o cuidado. [...] inclui no escopo de suas competências e obrigações o trabalho com os demais serviços e equipamentos do território [...]. Tal concepção de rede articula a ação do cuidado para com o que se situa para fora e para além dos limites da instituição e implica a noção de território. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005, p. 13).

No caso dos pacientes institucionalizados os laços são muitas vezes esgarçados ao limite, sendo a lógica do território a que se tece como ética: na desinstitucionalização, a oferta de *retecimento* de qualquer um dos laços rompidos, seja com um modo de viver, com um

traço de vida, é o fio condutor do trabalho. Do contrário, em vez de fechar qualificadamente as instituições totais reprodutoras de práticas mortíferas, apenas transportaríamos pessoas de um lugar para outro.

Com o fim desta instituição e o cumprimento do trabalho do município do Rio, que vinha há mais de uma década tentando com muitas hesitações dar conta de sua parte nessa tarefa, notadamente da forma clínica com que pôde dar lugar à construção dos casos, marcamos simbolicamente que aparatos como o hospício, fabricados por um Estado alinhado a uma sociedade que aceita sem estranhar práticas higienistas já podem ser responsabilmente desconstruídos. Não foi sem muitas dificuldades, mas, segundo as palavras do juiz federal na última audiência – ocorrida em 29 de março de 2012 – falando sobre não ter acreditado no início, pela sua experiência com Ações Cíveis Públicas, que essa ação tivesse um fim, muito menos que tivesse o fim cuidadoso que teve: “Uma ação mais truculenta da justiça nesse caso específico só teria atrapalhado o trabalho. É possível acreditar, quando todos se comprometem e trabalham coletivamente pensando no melhor para cada paciente.” Cabe lembrar sua fala na primeira audiência, que iniciou perguntando se seria preciso *rachar*, como se diz no jargão jurídico quando radicaliza-se as consequências de uma sentença, com uma ordem de prisão para os responsáveis, no nosso caso o secretário de saúde. O que foi possível fazer podemos também nomear como uma inversão da demanda em desejo, sustentando *moebianamente* a clínica e a política, nesse caso ambas atravessadas pela “justiça”, pela Lei. Uma demanda de que os pacientes fossem imediatamente retirados da instituição foi transformada em desejo decidido de trabalho, desejo de que saíssem tendo seu desejo escutado. A topologia em psicanálise, que introduz essa dimensão de um dentro e um fora em junção e disjunção articula-se com a questão da sustentação das demandas do Outro, seja ele o social, a justiça ou a política, fazendo aí intervir a possibilidade de surgimento da transferência, que coloca em escuta o desejo do sujeito, que, diz Lacan (1992a, p. 71), aproxima “a topologia do que o sujeito deve encontrar [...] no lugar daquilo que procura. Se ele parte em busca do que tem e não conhece, o que vai encontrar é o que lhe falta [...], a saber, seu desejo”. Consideramos que o sujeito em sua busca encontrar sua falta é passível de ser encontrado no exercício de uma função política que também se deixa operar pela função do psicanalista, uma vez que é por sujeitos que ela é encarnada: no que, do lugar de gestores, de profissionais que demandamos o cumprimento de certas tarefas a outros profissionais, podemos fazer valer o desejo de que o outro, o profissional mesmo ou o paciente, como sujeitos, sejam levados em consideração. E isso foi possível por essa incidência da função psicanalista, com o objeto *a* fazendo seus

efeitos de furo no “total” , que fez intervir na posição do sujeito esse atravessamento pelo desejo de sustentar o trabalho desta forma singularizada.

De que forma o sujeito é então considerado? No texto *Observação sobre o relatório de Daniel Lagache* Lacan (1998f, p. 668) pergunta se não está na *ex-sistência* das pulsões, na sua mobilidade constante, para o sujeito, “sua chance de um dia existir”. Chance que está ela mesma em risco pelo que chama de comprometimento pela entrada da linguagem, que prolifera as pulsões. Diz Lacan nesse mesmo trecho que se trata na linguagem de “saber como o sujeito há de encontrar nela um lugar qualquer”. A resposta: “no furo que ele cava pra si na linguagem”. Passando ao *Seminário 23* e à luz que este nos traz no que concerne ao furo, Lacan (2007, p. 130) esclarece que mesmo sendo o simbólico “especializado, digamos, como furo”, o “verdadeiro furo está aqui, onde se revela que não há Outro do Outro”, referindo-se à interseção entre o real e o imaginário. Lacan, ao se referir, neste Seminário, ao significante que define o sujeito, o chamado S_1 , que representa “um sujeito como tal”, diz que sua função é “representá-lo verdadeiramente”, impingindo ao *verdadeiramente* o valor de “conforme à realidade”: “O verdadeiro é dizer conforme à realidade” (LACAN, 2007, p.128), reitera, continuando:

A realidade, nesse caso, é o que funciona, funciona verdadeiramente. Mas o que funciona verdadeiramente não tem nada a ver com o que designo como real. É uma suposição completamente precária que meu real [...] condiciona a realidade...

Apesar de já falar em topologia do sujeito no *Seminário 8*, como vimos na citação sobre o encontro com a falta, nessa concepção posterior dará então outro lugar ao furo, “especializando” o simbólico como tal, tirando-lhe sua anterior concepção de elemento à intervir na cadeia. Não havendo Outro do Outro que garanta ao sujeito existir, não podendo ele mais do que *ex-sistir*, é nesse furo que se coloca toda e qualquer possibilidade dele, eventual e evanescentemente, advir. Então Lacan (2007, p. 131) define o de que se trata na página seguinte como “uma prática cuja eficácia, apesar de tudo tangível”, implica “fazer o que chamam meu nó, a saber, esse nó triplo”⁹⁹. É essa definição que aponta como amarração dos registros a *ex-sistência* do furo naquilo a partir do que o discurso do analista faz efeito, na oferta da possibilidade de nó de amarração do sujeito, o que aqui pensamos via os efeitos do discurso analítico na política, no atravessamento que a função do psicanalisante pode trazer de efeitos na política, como vimos. Sendo o Outro do Outro “esse furinho aí”, como diz Lacan

⁹⁹ Lembrando, no entanto, que Lacan (2007, p. 21) o configura, esse nó, como tetrádico nesse mesmo Seminário, na medida que o quarto, o *sinthoma*, é que “faz o laço borromeano [...]”.

(2007, p. 131), “a hipótese do inconsciente tem seu suporte justamente na medida em que esse furinho possa, por si só, fornecer uma ajuda”. Ajuda nessa infundável necessidade da espécie humana, de “que haja um Outro do Outro” (LACAN, 2007, p. 124), o que Pádua (2011) cita como “insistência do Outro do Outro”, tão presentificada. Necessidade que a política não nos cansa de demandar. Lacan fala ainda sobre a massa visar comumente ser comandada por um Outro, na *Conferência em Genebra sobre o sintoma*¹⁰⁰ ou como dito no *Seminário 23*: “A maior necessidade da espécie humana é que haja Outro do Outro.” (LACAN, 2007, p. 124). O que cabe é fazer, também fora do campo *stricto sensu* da análise, esse “furinho” – e é isso que denominamos incidência do objeto *a* numa prática política. Reconhecendo também na política o furo inferimos que é “furando” o citado empuxo da esfera, da totalidade, que podemos criar as condições de possibilidade de advento de uma boa *práxis*, tanto clínica quanto política, não forcluindo o impossível e interrogando o gozo.

Esse raciocínio leva-nos novamente à questão do bem que se *desejaria* para o outro. Desejaria, uma vez que o “desejo não é um bem em nenhum sentido do termo. [...]”, diz Lacan (1992a, p. 71), ao que completa:

É no tempo, definido no duplo sentido cronológico e topológico da eclosão do amor de transferência, que se deve ler essa inversão que, na busca de um bem, faz a realização de um desejo.

Vocês compreendem que esse discurso supõe que realização do desejo não é, justamente, posse de um objeto. Trata-se, com efeito, da emergência à realidade do desejo como tal. (LACAN, 1992a, p. 71-72).

É a consideração do outro, como sujeito e não objeto de um suposto bem a ser a ele impingido, mas como objeto de seu desejo. Com Lacan, vemos o quanto a construção da realidade depende do desejo, do quanto uma decisão sobre o desejo é caminho pelo qual pode se sustentar um trabalho, com a possibilidade de se aceder a uma realidade menos depauperante, referindo-nos à descrita situação da saúde pública no país. O que houve nesse contexto foi a aposta num trabalho, da qual não se sabia o que adviria, mas que sustentou uma construção que alguns pacientes puderam fazer, não como ideal, mas como possível. É a isso

¹⁰⁰“A massa quer os líderes”, diz Lacan (1998o, p. 8). Ibsen (2001, 130) é mais contundente nesse quesito. Em resposta ao argumento de que *a maioria tem sempre razão*, diz que a massa é “essa satânica e compacta maioria”, no clássico *Inimigo do Povo*, no qual o engenheiro da cidade é ardiloso e progressivamente difamado e por fim mal-quistado até por sua própria família, a partir de uma trama articulada sutilmente para contra denunciá-lo. O que ocorre a partir da informação que ele descobre e alardeia, a da poluição da estação de águas, que no entanto mantinha economicamente a principal fonte de renda, turística, da cidade. Diz que é essa massa “quem envenena as fontes de nossa vida e empesta o solo em que nos movemos” (ibidem). Essa é a massa não no sentido do número apenas, mas no sentido simbólico daquilo que habita cada um, a massa compacta, sem furo e sem divisão. É a massa no sentido do funcionamento egóico totalizante.

que se refere a Coisa Pública, ao possível. Essa mesma leitura acerca de não se pretender desejar o bem do outro, do *Seminário 8*, será mantida ao longo do ensino de Lacan (1992b, p. 72), por exemplo no *Seminário 17*, quando diz que o desejo é “a presentificação da falta”. Se, ao estarmos atravessados pelo desejo, com este como causa, não é ao bem do outro que se deve visar, é o lugar de causados pelo trabalho que constitui no discurso do analista a função do sujeito dividido em trabalho, ao mesmo tempo objeto do desejo, a função do psicanalisante.

Lembramos nesse ponto do caso de uma paciente internada há décadas na CSDE-P, a qual atendemos, ainda como supervisores na referida instituição, o que naquele momento incluía o atendimento também de sua família. Karla, como a chamaremos. Iniciamos o trabalho de atendimento à sua família, sua mãe e um primo que com esta residia. Sua mãe não a levava em casa havia onze anos, e colocou-nos todos os motivos de não a terem levado para nenhuma licença mais: “ficava muito agitada, queria comer o tempo todo”, diziam. Nosso manejo passou por notícias que íamos dando à Karla desses atendimentos, feitos na cidade do Rio. A mãe a visitava uma vez por semana, levando um considerável farnel do qual ia tirando as comidas, que, quando acabavam, ditavam a hora dela ir para casa – era a hora da “agitação”. Durante este trabalho, Karla arriscou um apelo que poderia lhe custar a vida: passou a comer *somente* enquanto a mãe, que sempre a enchia de comida durante as visitas, estivesse com ela. Isso a levou a uma internação, entre a vida e a morte, na Unidade Clínica da mesma instituição. Acompanhamos a angústia de sua mãe, que durante os atendimentos pôde construir e enunciar uma culpa pela impossibilidade de estar com a filha: “eu não consigo ficar com ela, e isso me deixa muito mal”, ao que interpretamos, perguntando o que a deixaria bem. Culpa que revelou o desejo e o fez poder ser reconhecido, pois não sem dificuldade ela conseguiu escutar o apelo da filha, dizendo: *vou levar ela para casa, se não fizer isso, ela vai morrer*. Essa construção corrobora o esclarecimento de Lacan (2007, p. 144) sobre o que é chamado *morte*, em psicanálise, ter tanto lugar quanto o que se chama *vida* na linguagem:

[...] *vida* para a linguagem significa algo muito diferente do que chamamos simplesmente *vida*. O que significa *morte* para o suporte somático tem tanto lugar quanto *vida* nas pulsões que provêm do que acabo de chamar de vida da linguagem. As pulsões em questão provêm da relação com o corpo, e a relação com o corpo não é uma relação simples em homem nenhum [...].

Karla, impossibilitada de falar de outra forma, disse que já não considerava *vida* permanecer naquele lugar, disse com a iminência de sua própria morte, com o significante

comida que caracterizava sua ligação à mãe. O demandado *bem* de que esperamos poder prover os pacientes que estão internados, política e clinicamente, coloca-nos questões difíceis de manejar. O trabalho clínico teve o tempo necessário para se produzir, no caso de Karla. Algo de uma Lei simbólica foi restaurado nesse manejo que, sem falar na possibilidade de morte de Karla, trazia muita angústia à sua mãe, mesmo antes de sua internação clínica, pelo que considerava um “fracasso” nos cuidados com a filha. Estruturalmente, temos a existência factual de um hospício que funcionou durante muito tempo em acordo com uma norma vigente historicamente: isolar era o melhor tratamento. O que configurou, para os que lá ficaram confinados, diferentes respostas subjetivas. Se Karla pôde, a partir do trabalho clínico que com ela e sua mãe foi feito, inventar um jeito diferente de responder, isso não se dá no mesmo tempo para todos. O que lembra uma bonita passagem do *Seminário 8*, em que Lacan (1992a, p. 103) fala dessa ambiguidade da espécie humana de ir em direção ao gozo que traz a morte e ao mesmo tempo tentar evitá-la em direção à perpetuação: “o homem aspira a aniquilar-se para se inscrever nos termos do ser. A contradição oculta, o detalhe a se compreender é que o homem aspira a destruir-se na própria medida em que se eterniza”. Uma lógica institucional de outra natureza facilmente teria alimentado Karla à força, o que nos faz verificar que seu desejo foi institucionalmente transmitido.

Outro destaque que gostaríamos de fazer é quanto ao fato de que nesse caso, ainda estando na posição de supervisores e não de gestores desta função, já trabalhávamos com a lógica que viria a ser implantada quando da passagem para o segundo momento, de gestão: a de que um profissional, do serviço extra-hospital que faria a escuta do caso, fosse a ele vinculado já durante a internação. Na verdade, nós fizemos essa função, na medida em que os CAPS ainda não a faziam plenamente, apontando para o que podemos considerar uma suplência que foi feita pelo supervisor, enquanto o serviço concretamente ainda não tomava para si essa responsabilidade.

Dando notícias de como o caso ficou quatro anos depois de ter saído da CSDE-P, nos primeiros tempos em que estive em casa Karla ainda não ia ao CAPS, mas acordava todos os dias e gritava: “Maria¹⁰¹ não! CAPS não!”, o que fazia a profissional ir até ela. Um pouco depois, Karla passou a ir para os seus atendimentos no serviço e o testemunho que o CAPS nos deu é de que Karla pôde fazer outros laços, apenas após a mãe ter falecido, aquela que ainda não tinha podido deixar totalmente de “entupi-la”.

¹⁰¹ Nome da profissional do CAPS responsável por Karla.

No lugar da castração não reconhecida – que aconteceria, por exemplo, se quiséssemos retirar da citada instituição tais pacientes a qualquer custo, fora do caso a caso – impingiríamos um suposto bem ao outro gozando do ultrapassamento do limite imposto exatamente pela castração, ao nos guiarmos pelo cumprimento de um ideal. O caso de Karla nos recoloca no que inspira a verdade, que, ensina a psicanálise, é a morte (LACAN, 1992a, p. 160), não o amor – morte que traz a separação entre gozo e corpo que então se mortifica pelo significante que dá lugar ao sujeito. Se a tivéssemos tentado retirar da referida instituição sem suportar esse tempo que oscila na corda bamba da clínica, teríamos quiçá impedido essa reconstrução possível de laço que foi feita. Ainda no *Seminário 8*, Lacan (1992a, p. 17) dirá:

Não se deve de nenhuma maneira, nem preconcebida, nem permanente, colocar como primeiro termo do fim de sua ação o bem, pretendo ou não, de seu paciente, mas precisamente o seu Eros¹⁰².

Essa é a trilha das possibilidades de enlaçamento que o próprio sujeito é capaz de tecer. É preciso retirar do próprio paciente – ao contrário de retirá-lo acima de tudo deste lugar – as vias pelas quais ele pode construir um modo de amar, ou seja, de estar no mundo, onde não se vive a não ser em sociedade. É o que Freud (2010f, p. 41) nos reitera, em *O Mal-estar na civilização*, ao dizer que “cada um tem que descobrir a sua maneira particular de ser feliz”.

Vêm-nos também outro caso da CSDE-P, o de Antonio Carlos, como vamos chamá-lo, um paciente que, internado há quase vinte anos, tinha como fala corrente, somente anos depois recolhida por uma psicóloga da referida instituição, que ele não queria sair dali porque “se sair vai fazer merda” (sic). O trabalho com ele, iniciado conjuntamente pelo atendimento de sua família, que, para nossa surpresa, sustentava querer levá-lo para casa, revelou que essa era uma fala do pai, morto meses antes. Esse pai tinha como referência, realmente, a época em que ele surtou, quando, claro, fez “merda”. A escuta e o recolhimento dessa fala possibilitou um trabalho de construção por Antonio, que passou a desejar sair, desde que para uma outra “fazenda”, como chamava a CSDE-P, que parecia então protegê-lo de suas “merdas”. Um encaminhamento clínico cuidadoso permitiu a inserção de um CAPS juntamente com o Instituto de Saúde Mental para o qual escolhemos transferi-lo, ato nosso, pois era a instituição o mais parecida possível com uma fazenda, e também que se situava mais perto da casa de sua

¹⁰² Diz Lacan mais à frente: “Não se está ali para o bem do paciente, mas para que ele ame”. (LACAN, 1992a, p.23).

família, que continuou junto a Antonio sendo trabalhada para que este pudesse voltar para casa, o que foi possível pouco mais de um ano depois.

Mas esse outro lugar, mesmo que não insalubre, pode não ser o ainda lugar no qual as pessoas estão vinculadas. Esse é o trabalho, nos diz Guerra, com a crítica que Benedetto Sarraceno faz no clássico livro do campo da saúde mental *Libertando Identidades*, ao modelo de reabilitação dito darwiniano, a partir do qual:

é perseguida a capacidade singular de participar de forma vitoriosa na batalha da sobrevivência. O que traz, como decorrência, a busca da autonomia, como mito responsável pela hiper-seleção de sujeitos à reabilitação, deixando-se de lado os casos mais graves. Esse modelo acompanha o modelo social em que, como no mercado, vence o melhor. (GUERRA, 2004, p. 88).

Guerra diz ainda que no lugar da autonomia o autor propõe *participação* do sujeito. A autora complementa seu raciocínio:

Nessa perspectiva, não se trata de tornar o fraco suficientemente forte para poder competir com os demais, mas modificar as regras do jogo de forma que todos possam participar em trocas permanentes de competências e interesses.

Modificar as regras do jogo para que os pacientes institucionalizados possam construir um lugar para si, cada um o seu, do seu jeito, com o seu sintoma – que, sabemos, é para os sujeitos seu modo de defender-se de uma extrema vulnerabilidade. Com Freud dizemos que o sintoma é tentativa de cura. Foi essa a tarefa que a rede tratou de pôr em marcha, cada um também a partir de seu lugar e com as suas possibilidades.

Esses casos, de uma extrema submissão ao Outro, são chamados na saúde mental de casos graves, mas também se trata de colocar em questão que qualquer sofrimento do sujeito deve ser acolhido. De fato, esses casos chamados institucionalizados nos lembram que “O homem encontra sua casa num ponto situado no Outro para além da imagem de que somos feitos”, diz Lacan (2005, p. 58), sobre o que dizem Guerra e Generoso (2010, p. 3):

fato é que o faz às custas do sintoma, do que perde de gozo e de sentido ao se inscrever na linguagem. E essa perda nunca se recupera, ela é o preço da entrada na civilização. É o real em jogo no processo civilizatório. Jacques Alain-Miller [...], trabalhando sobre o final do ensino de Lacan, introduz o sintoma como real no vínculo social, permitindo tratar a desinserção como um dos nomes do real de nossa época.

As autoras explicitam o que é a desinserção:

Ao introduzir a dimensão do inconsciente, a psicanálise reinterpreta a experiência da loucura fora do eixo razão-desrazão. Nessa ótica, a desinserção, diferente da exclusão social ou da desadaptação, se coloca para todos. A psicose, termo técnico que designa a loucura, é efeito de um posicionamento de rejeição radical do sujeito diante da linguagem, diante do impossível síntese, ou interseção, entre sujeito e Outro. Nesse sentido, leva ao extremo a experiência da desinserção, fazendo-se

paradigma de seus modos de solução. O psicótico é o sujeito, por excelência, que aprendeu a lidar, a saber-fazer com seu sintoma, seja através do delírio, da arte ou de outro recurso. Ele nos mostra o uso possível do sintoma na radicalidade da vivência do desamparo em relação ao Outro. (GUERRA e GENEROSO, 2010, p. 3).

Consideramos esse termo bastante próprio para tratar da questão da psicose, especialmente dos psicóticos – e neuróticos graves – inseridos em instituições segregadoras, por revelarem o quanto estes se adaptam a tais contextos, que dão um contorno ao ilimitado de seu sofrimento, à falta de barra ao Outro avassalador. Dizem Guerra e Generoso (2010, p. 1):

Sobre este ponto de relação com o impossível que a desinserção, na ótica psicanalítica, traz sua contribuição à discussão das formas de habitação empreendidas por psicóticos. Sua novidade é a de reintroduzir a dimensão subjetiva, a inserção no laço social e a forma como o sujeito pode se destacar dessa trama. Assim, nos permite ler e operar de forma diferente com a exclusão social.

As autoras se referem a uma das formas de habitação proposta pelo campo da saúde mental, os chamados SRT's, Serviços Residenciais Terapêuticos criados para acolher em moradias financiadas pelo Estado, de até oito ou dez pessoas, os pacientes sem condições de estarem nas casas de suas famílias, oriundos de longas internações psiquiátricas. Os SRT's propõe um modelo de inclusão na sociedade e por isto devemos estar atentos a qualquer *furor curandis* dele advindo. Mas podemos aproveitar tal advertência também para qualquer tipo de habitação, mesmo para a habitação anterior à qual o sujeito se *adaptou* muito bem, a da inserção no hospital psiquiátrico como continente para a desinserção. No empuxo da inserção comumente testemunhado no campo da saúde mental, seja ele num hospital psiquiátrico seja numa residência terapêutica, não se trata de incluir o psicótico, às custas de seu sintoma, mas de dar-lhe lugar para viver, exatamente a partir deste. Trazem ainda as autoras:

Nesse sentido, quanto mais faça obstáculo à existência subjetiva e ao desejo, mais insuportável será um sintoma – motivo pelo qual ele se tora um elemento central e operatório no trato com a desinserção. Sob a ótica da psicanálise, o fora-da-norma, então, não se apresenta como “desadaptação”, ao contrário, é acolhido e ganha seu valor central na forma de resistência, invenção subjetiva. (GUERRA e GENEROSO, 2010, p. 3).

Por outro lado, quanto ao termo desinstitucionalização, temos a questão de como falaríamos com rigor em *desinstitucionalizar* os psicóticos, ou neuróticos graves, os quais estão em posição na vida exatamente de se haver com uma enorme dificuldade de se enlaçar, em quaisquer dos discursos, posto que o Outro para eles é este, não aliado, via de regra invasor e acusatório. Segundo o psicanalista e historiador Pierre Legendre (1983, p. 23) as

instituições “definem uma constituição política da pessoa”¹⁰³. A fala do Outro, de Antonio, posteriormente subjetivada, advertiu-nos mais quanto à essa constituição, na demanda de retirar da instituição mais de uma centena de pessoas. Os casos de Antonio e Karla pautam ainda a construção clínico/política pelo *território*¹⁰⁴ deles – a Casa de Saúde para o primeiro e a proximidade com a mãe para a segunda –, definindo o território como subjetivo, como realidade psíquica do sujeito, a partir do ponto em que a escolha pela transferência pôde se dar. Em relação a isso temos o que diz Barros (2003, p. 27), que o grande objetivo da política poderia ser “alargar o campo da escolha do sujeito”. Foi a inclusão do território a partir da singularização que sustentamos no manejo com a Justiça em relação à CSDE-P, mas há muito pela frente a manejar com outros tantos sujeitos e outras tantas instituições¹⁰⁵. Cada sujeito “institucionalizado”, cada “instituição total”¹⁰⁶ que tanto envergonham os políticos e a sociedade, pelo menos os que dentre estes poderíamos *grosso modo* considerar de *boa-fé*, nos fazem ressaltar que é pelo sintoma que o sujeito se enlaça, e é a partir dele que as coisas no mundo se organizam, inclusive as instituições.

2.4 A política e os discursos

Seguir eticamente implica não nos perder da indicação lacaniana de que não há discurso que não seja do gozo:

a intrusão na política só pode ser feita reconhecendo-se que não há discurso – e não apenas o analítico – que não seja do gozo, pelo menos quando dele se espera o trabalho da verdade. (LACAN, 1992b, p. 74).

¹⁰³ Como instituições o autor nomeia: “A repetição extenuante dos signos, a obediência ao preceito e aos cânones da falta, a veneração das máscaras e esta perseverança do sujeito em sustentar a causa de seu desejo, todos esses elementos (essas *institutions*, eu diria de bom grado para reconhecer a densidade do vocabulário dos juristas romanos) definem uma constituição política da pessoa”. (LEGENDRE, 1983, p. 23).

¹⁰⁴ Como tratamos com a abordagem feita em relação a este conceito, dentro do campo da saúde mental e também por França Neto, com Badiou. À frente falaremos sobre o que Lacan nomeia como território.

¹⁰⁵ No município do Rio de Janeiro, até julho de 2013, quando encerramos a ocupação de nossa função como assessoria de desinstitucionalização, havia cinco instituições com indicação de fechamento de seus leitos SUS, devido à baixa qualidade da assistência prestada, quatro delas conveniadas ao município e o hospital de custódia estadual situado neste. O número total de pacientes então presentes nessas instituições era de cerca de 430, todos com grave dependência institucional. Cf. RIO DE JANEIRO, 2012a.

¹⁰⁶ Conceito difundido, também no campo da saúde mental, de Goffman (2010, p. 11): “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

Assim Lacan (1992b, p. 158-159) define discurso, a partir do *Seminário 17*, definição que estruturará sua teoria, subsidiando o estabelecimento da posterior topologia:

Os discursos em apreço nada mais são do que a articulação significante, o aparelho, cuja mera presença, o status existente, domina e governa tudo o que eventualmente pode surgir de palavras. São discursos sem a palavra, que vem em seguida alojar-se neles.

Todo discurso implica uma borda, um contorno ao ilimitado ao qual o gozo faz empuxo. Sendo a psicanálise um discurso (inclusive da perspectiva do discurso do analista, a partir do lugar que o sujeito ocupa na função psicanalisante), como tal ela o é como laço social que implica um freio sobre o gozo, por isso é preciso o objeto *a*. Guerra e Generoso (2010, p. 2) nos dizem que:

A contribuição da psicanálise à coisa pública é exatamente a de mostrar que o gozo não se erradica, mas pode se tornar possível via sintoma. Suportar o que faz exceção seria uma das maneiras de contribuir com o pacto civilizatório. Resgatar a dimensão subjetiva presente nas modalidades de desinserção e as vias que permitem, a partir do sintoma de cada um, retomar a inscrição na trama social, seria sua pragmática. Nesse sentido, contra a precariedade simbólica dos sujeitos em lidar com o mal-estar na civilização, a psicanálise opera de forma a que os sujeitos aprendam, no seu estilo, a saber-fazer com isso.

Lacan (1992b, p. 31), no *Seminário 17*, diz que não há discurso da psicanálise, mas discurso do analista, e que “este não se confunde com o discurso psicanalisante, com o discurso proferido efetivamente na experiência analítica”, de onde retoma o que é instituído nessa experiência como sendo a histerização do discurso. Do lado dos pacientes em análise, os laços que o sujeito constrói e que são sustentados por uma política que tenha o trabalho com eles como causa, faz-se o sujeito perpassar os discursos, e assim fazer-se incidir pela histerização do discurso. Quanto à questão de histerizar o discurso, tal qual Lacan (1992b, p. 31) diz, no *Seminário 17*, que é o objetivo do discurso do analista, também na política, poderíamos fazer a analogia de nesta se desejar fazer histerizar os discursos. Digamos que isso é desejável também nos casos da saúde mental quando escutados nessa lógica e de forma análoga para as situações políticas encarnadas pelo operador da gestão atravessado pelo lugar do psicanalisante: apostas em possibilidades de também se apresentar efeitos de comparecimento da histerização do discurso, causada pelo agenciamento via objeto *a*. Isto seria o que caracteriza a interveniência do discurso do analista que possibilita os giros discursivos, produzindo o enlaçamento. Essa incidência possui manejos diferentes na clínica e na política, apontando em relação a esta para a sustentação do trabalho, através da colocação em cena das falas dos sujeitos implicados nas situações políticas.

O discurso do analista tem como produto um significante-mestre, mas “outro estilo de significante-mestre” (LACAN, 1992b, p. 168), que se produz através da histerização do discurso que tem num outro giro discursivo o advento dos efeitos do discurso do analista, a ida do saber para o lugar da verdade, o que não seria verificável num coletivo, que determina a política. Em *Radiofonia*, Lacan (2003e, p. 405), diz que “o efeito que se propaga não é de comunicação da fala, mas de deslocamento do discurso”. Não se pode deslocar o discurso na política, a não ser pontualmente. Lacan (1967-1968, p. 104) diz: “[...] Se houvesse apenas a dimensão do discurso, isso deveria propagar-se mais rápido”.

Lacan (1992b, p. 82) nos diz também que a eficácia da psicanálise está na ajuda que vem sob a forma de interpretação dada pelo analista, e aqui pensamos isso em relação não ao analista em sua função, mas na interpretação de cada sujeito atravessado pela função psicanalisante em sua função política. Em *Instância da letra no inconsciente*, Lacan (1998d) diz que ouvindo uma poesia se faz ouvir que “todo discurso revele alinhar-se nas diversas pautas de uma partitura” (LACAN, 1998d, p. 507). E prossegue:

Não há cadeia significante, com efeito, que não sustente, como que apenso na pontuação de cada uma de suas unidades, tudo o que se articula de contextos atestados na vertical, por assim dizer, desse ponto. (LACAN, 1998d, p. 507).

Sendo o discurso polifônico ele o é em alguns aspectos. Aqui Lacan refere-se à diacronia não suficiente sem a sincronia do discurso. Num texto contemporâneo, *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, Lacan (1998e, p. 599) diz:

A interpretação, para decifrar a diacronia das repetições inconscientes, deve introduzir na sincronia dos significantes que nela se compõem algo que, de repente, possibilite a tradução – precisamente aquilo que a função do Outro permite no receptáculo do código, sendo a propósito dele que aparece o elemento faltante.

Essa “tradução” chegará mais tarde em seu ensino na introdução do *non-sense* da equivocação que dá os efeitos da interpretação. Mas aqui podemos dizer que a linearidade do discurso não prescinde de sua simultaneidade, assim remontando tanto à dimensão histórica quanto à estrutural do sujeito, na interpretação que, no sentido que introduz, abre ao *non-sense*, é o que sustentamos poder estar presente também na política. Em relação a esta, digamos, possibilidade de “complacência” de um agente político em relação ao *non-sense*, o que temos a destacar é que, em nossa experiência, aquela comparece em momentos muito pontuais, como uma estranheza que se produz de uma fala, de uma intervenção, de uma opinião, de um posicionamento, que não tem um sentido imediato mas que se não é respondido com tentativas de invalidá-los, seja demandando compreensão rápida, seja o forcluindo, podem produzir invenções alternativas às já dadas. É preciso que haja alguma

coisa no significante que ressoe, diz Lacan (2007, p. 18) falando da necessidade do equívoco para que a interpretação opere, o que nos leva para uma questão trabalhada em Seminário¹⁰⁷ de nossa Escola sobre o *Seminário 14*, a de que a lógica da fantasia é construída neste por Lacan sobre a impossibilidade do significante se significar a ele mesmo, o que imprime o tom imaginário desta lógica, oposta à lógica discursiva que tentamos cernir.

Se num coletivo, numa situação política, é falando que se opera, acreditamos nos efeitos de equivocação significante também nestas ocasiões para que se deem as aberturas para os diálogos que fazem andar o trabalho. É no coletivo que o trabalho se inscreve na gestão da clínica em saúde mental, especialmente nos cargos políticos a ela referidos. Lembramos com isso do que em *A Terceira* Lacan diz, sobre o real ser aquilo que não anda¹⁰⁸, quando na política podemos pensar em alguma possibilidade de saber-fazer com o real, com isso que não anda, patentemente gritado nesse campo. Diz Lacan (1985, p. 36) que o significante:

se situa no nível da substância gozante. [...] O significante é a causa do gozo. [...] Nisso que ele é termo, o significante é aquilo que faz alto ao gozo. [...] o outro pólo do significante, o sinal de pare, lá está, tão na origem quanto o pode estar o vocativo do comando.

O que pode nos situar então também em relação às situações políticas, fazer alto ao gozo a partir da palavra na injunção do *goze*. Segue ele:

Pode-se mesmo dizer que o verbo se define por ser um significante não tão besta [...] quanto os outros, sem dúvida, que faz a passagem de um sujeito à sua própria divisão no gozo, e que ele o é ainda menos quando, essa divisão, ele a determina em disjunção, e assim se torna signo”. (LACAN, 1985, p. 37).

No *Seminário 20* Lacan (1985, p. 41) diz:

Por outro lado, eu o marquei [o lugar do outro] duplicando-o com esse S que aqui quer dizer significante, significante do A no que ~~ele~~ é barrado – S (A). Com isto ajuntei uma dimensão a esse lugar do A, mostrando que, como lugar, ele não se aguenta, que ali há uma falha, um furo, uma perda. O objeto *a* vem funcionar em relação a essa perda. Aí está algo de completamente essencial à função da linguagem.

¹⁰⁷ Seminário “A lógica do fantasma”, ministrado pelo psicanalista Luciano Elia (2012), no Laço Analítico Escola de Psicanálise, de 2012 até 2014.

¹⁰⁸ “O discurso do mestre, por exemplo, seu fim é que as coisas caminhem no passo de todos. Bom, isto não é de modo algum a mesma coisa que o real, porque este, justamente, é o que não caminha, é o que cruza a frente da charrete, e mais, o que não cessa de se repetir para impor entrave a essa marcha”. (LACAN, 2011, p. 16).

Essencial à função da linguagem, portanto à leitura das situações políticas via palavra. Voltando no tempo, em *A direção do tratamento* Lacan (1998e, p. 625) fala das necessidades subordinadas tanto quanto o significante às condições convencionais que lhe são próprias, em relação à sincronia e à diacronia, “pelas quais a realidade [...] estrutura a totalidade da relação inter-humana”. A realidade que o significante engendra nos interessa para subsidiar o funcionamento humano e conseqüentemente também o político no exercício de sua função. Essa função é atravessada pela realidade que o significante oferece, porque *a realidade reside no dom da fala*, nos diz *Função e campo da fala e da linguagem* (LACAN, 1998b, p. 323). Do que entendemos que fazer circular a palavra a partir de um lugar de agenciamento regido pelo desejo de diferença, de uma retificação constante, na direção de uma histerização que pode alçar-se ao estatuto de giro discursivo nas situações políticas, é o que pode fazer advir uma posição ética, aos profissionais implicados naquelas. É uma realidade política, realidade de um determinado exercício político, ocupado e pensado em nossos referidos exemplos como regido também pela incidência do lugar de objeto que afeta o lugar de sujeito identificando uma boa maneira de exercer o político no público, uma maneira ética.

No *Seminário 20* Lacan (1985, p. 45) dirá que “Não há nenhuma realidade pré-discursiva. Cada realidade se funda e se define por um discurso”. Recomenda-se assim agir, politicamente, a partir do que se verifica dos efeitos de um discurso e não da suposição de que não se agirá eticamente, isto é, trata-se de intervir, na realidade que há, a discursiva, onde o que se fala indica qualquer direção à totalização, para nela intervir. Seguindo a citação acima, Lacan (1985, p. 46) diz que:

Não há a mínima realidade pré-discursiva, pela simples razão de que o que faz coletividade, e que chamei de os homens, as mulheres e as crianças, isto não quer dizer nada como realidade pré-discursiva. Os homens, as mulheres e as crianças, não são mais do que significantes.

A transmissão e sustentação da verdade da singularidade deve ser incididas pelo semi-dizer na especificidade e limites que em situações políticas podem ser transmitidas. Embora não nos atrapalhe pensarmos também para tais situações a advertência que se faz para a relação analítica, de que se possa, como para esta, lembrarmos que “está fundada no amor à verdade, [...], o que quer dizer – no reconhecimento das realidades”, como disse Lacan (1992b, p. 157) no *Seminário 17*. O que nos coloca duas observações. Primeiro a de que é somente através do amor à verdade que se chega ao que da verdade posteriormente pode ser tomado como gozo do qual se poderá prescindir ao aceder à verdade, como semi-dita, como não-toda, como Lacan nos esclarece no mesmo seminário, onde a verdade é irmã do gozo.

Então a posição de Lacan quanto ao “amor à verdade” é mais de crítica do que de sustentação, pois na medida em que a verdade é irmã do gozo ela não pode ser “a última palavra” porque ela somente pode ser semi-dita, e é isso que a corta, a castra, a submete às condições do real. Segunda observação, ainda assim, é este amor que funda a realidade, seja esta onde a verdade ainda pode ser buscada, seja a de que esta é caminho para sua colocação em parênteses em relação ao gozo – por isso Lacan (1992b, p. 49) diz que a castração é o que a verdade esconde, o que leva à teorização da impossibilidade como fato de estrutura, donde, outra volta feita, a verdade ser semi-dita (LACAN, 1992b, p. 43). Isto porque nos esclarecerá Lacan (2003e, p. 441) posteriormente, em *Radiofonia*, que a topologia que serve de fronteira entre a verdade e o saber foi elaborada apenas “para mostrar que essa fronteira está em toda parte, e só fixa um campo quando passamos a amar seu mais-além”, portanto não mais “a verdade”.

Fazendo valer a mesma reflexão para o exercício do lugar político, que quando lugar de busca de verdade onde o sujeito está separado dela, tal qual a relação entre sujeito e verdade se apresenta no discurso universitário, leva à direção dominante do gozo do político ser agente de seu lugar, trata-se de fazer incidir mesmo neste discurso os giros discursivos, pois mesmo neste a verdade permanece não-toda, portanto passível de ter sobre ele a incidência do discurso do analista pela posição do psicanalisante.

Do problema inerente à política, referente à distribuição dos gozos, temos no lugar da castração não reconhecida o advento de um gozo pelo ultrapassamento do limite imposto por ela. Do lugar do político mesmo, é preciso que este faça bom uso de seu poder, leia-se freie seu gozo, a fim de que não tenha lugar em sua produção ceder aos atos perversos de espoliação do gozo do outro. Diferente do que, mesmo na política, poderia advir como gozo de uma produção que inclui o resto, o que Lacan (1992b, p. 17) chama de *mais-de-gozar*, perda do objeto que “é também hiância, o buraco aberto em alguma coisa, que não se sabe se é a representação da falta em gozar”, tal como na *mais-valia* em Marx – trata-se de “um resto, impossível de simbolizar”, diz-nos Alberti (2009, p.12). Do lugar desta inflexão, contrária ao empuxo da totalização do gozo, na parcialização de um gozo advindo de uma análise e de sua direção de extração do gozo do significante, como gozo da vida e não gozo do sintoma, o político aí tem seu ato como resposta ao horror presente em todo ser humano, do qual nada se quer saber. Referência, portanto, a uma perda.

É ao que nos liga a Lacan (1976b, p. 205), no texto *Da estrutura como intromistura de um pré-requisito de alteridade e um sujeito qualquer*, quando este diz que “o sujeito é a introdução de uma perda na realidade”. Porém, sinaliza ele nesse trecho, “nada pode

introduzi-lo, uma vez que, por seu *status*, a realidade é tão plena quanto possível”. É nisso que nos embasamos para dizer que é necessário que o ato verifique que seja o isso que fale (LACAN, 1998i, p. 849) pelo sujeito, como se lê em *Posição do inconsciente*.

Assim um lugar é garantido ao sujeito, garantia sempre evanescente, mas eficaz quando sustentada. O ato da fala evoca a dimensão da verdade – função mais digna da fala, como Lacan (1998d, p. 508) diz em *Instância da letra* – o que levará à dignidade de seu semi-dizer. A palavra é produtora de ato e de lei, já desde a leitura inicial do Lacan (1999) do *Seminário 5*, com o Nome-do-Pai representando a lei e sua forclusão¹⁰⁹ a ausência dela, o que avançará, sem ser descartado, para o registro dos discursos no *Seminário 17*. Não é descartado porque não há outro meio de se verificar o semi-dizer da verdade e sua assunção pelo sujeito que não através da palavra, que traz, ainda circulando nos diversos momentos da conceitualização de Lacan, como diz Miller (2002c, p. 83), que falar é apresentar-se já com a falta-de-ser. Numa função política, falar é o trabalho – não há outro recurso, apenas o da palavra em sua dimensão de verdade.

É uma política do nó, como veremos na próxima citação, nele incluído o real. É isso que objetivamos cernir, uma escuta na política pública no viés que se pretende atravessado pelo lugar do político entre sujeito e objeto, no que diz respeito à sua função, como veremos à frente. Dando esse outro passo teórico, tentamos pensar se esta função não é atravessada também pela de nó borromeu, no mesmo sentido em que entendemos o discurso analítico atravessando a função política, não sendo sua função *princeps*, mas podendo atravessá-la, como diz Lacan (2011b, p. 15), por exemplo, em *A Terceira*:

Tratar-se-ia de que vocês deixassem aí – falo dos analistas – algo muito diferente de um membro, a saber, esse objeto insensato que especifiquei pelo *a*. É isto que se apanha no bloqueio do simbólico, do imaginário e do real como nó. É ao pegá-lo em

¹⁰⁹ Tal como Lacan vinha formulando desde o *Seminário 3* (LACAN, 2002) e formalizou no *Seminário 5* (idem, 1999) sobre a forclusão, exclusão num sentido bem preciso, deste significante Nome-do-Pai, em relação às psicoses: “Com efeito, o que autoriza o texto da lei se basta por estar, ele mesmo, no nível do significante. Trata-se do que chamo de Nome-do-Pai, isto é, o pai simbólico. Esse é um termo que subsiste no nível do significante, que, no Outro como sede da lei, representa o Outro. Esse é o Outro no Outro (idem, 1999, p. 152). Lembrando que a partir do avanço de suas construções teóricas a partir da clínica através dos nós borromeus Lacan tomará a forclusão como generalizada e o Nome-do-Pai como o que amarra, faz suplência, independente da estrutura, os três registros, real, simbólico e imaginário. Isto está por exemplo na seguinte citação de Lacan (2009, p. 161) do *Seminário 18*: “Se escrevi em algum lugar que o Nome-do-Pai é o falo [...], foi porque, na época, eu não podia articulá-lo melhor. O chamado Pai, o Nome-do-Pai, se esse é um nome que tem eficácia, é precisamente porque alguém se levanta para responder. Pelo ângulo do que se passava na determinação psicótica de Schreber, foi como significante capaz de dar um sentido ao desejo da mãe que, justificadamente, pude situar o Nome-do-Pai. Mas quando, digamos, é a histérica que o chama, aquilo de que se trata é de que alguém fala.” É assim que tomamos aqui a forclusão, para pensá-la no nível institucional, em como nós profissionais, institucionalmente, portanto politicamente, de quaisquer lugares podemos em *acting-out* ou mesmo numa passagem ao ato, nos casos mais graves, fazer falas ou atos que forcluam a dimensão da Lei.

cheio que vocês poderão responder ao que é sua função – oferecê-lo como causa de seu desejo a seu analisante. É o que se trata de obter. Mas se vocês metem a pata nisso, também não é terrível. O importante é que isto seja feito às suas custas. [...] esse nó, é preciso sê-lo.

Não podendo de modo algum o político ser esse nó, como Lacan propõe para o analista, isso não nos priva de perguntar se tal função poderia atravessar seu exercício, se a função de nó não poderia atravessar, pontualmente, o exercício do político.

No *Seminário 14*, Lacan, na mesma lição onde afirma que “o inconsciente é a política”, o faz durante um detido trabalho de transmissão sobre o que seja o número de ouro, circunscrevendo o que este viria a ser na psicanálise, o definindo como “inferior à unidade” (LACAN, 2008, p. 343-344), portanto como resto. Trazemo-lo nesse momento para chamar pelo nome que atribui ao objeto *a* neste ponto, no intuito de incluí-lo como resto sempre presente na fantasia do sujeito. Lacan (2008, p. 344) diz que o objeto *a* é suportado por uma referência numérica para representar o que ele tem “de incomensurável em relação àquilo de que se trata em seu funcionamento de sujeito, quando esse funcionamento opera no nível do inconsciente e que não é outra coisa senão o sexo”. Nesse esquema do *a*, Um e Outro, Lacan coloca esse *a* em relação ao *Um* como lugar da sexualidade, da pretendida união sexual, referida no primeiro capítulo. No que há inscrição significante, necessariamente há um resto. Nesse sentido *a* implica *Um*, sendo o outro 1, o Outro lugar do sexo, do funcionamento do inconsciente, do sintoma. É o que Lacan (2008, p. 323-324) chama de “termos da díade essencial onde tem que se forjar o drama da subjetivação do sexo”, subjetivação que produz o “dejetivo de onde partimos como do ponto de apoio necessário para reconstruir toda a lógica dessa díade”, completando que este objeto “é a causa, a saber, o fantasma”.

Em lições anteriores àquela afirmação aforística sobre a política, Lacan (2008, p. 309) no *Seminário 14* chama a ideia de Lenine, procedente de Marx, de que “a teoria vencerá porque é verdadeira” de complemento – e não suficiente, como está a mesma construção em *A ciência e a verdade* (LACAN, 1998n, p. 884) – da *política da verdade*, relacionando-a à ideia de que somente o que chama “o número” não poderia enganar-se, o número, ou seja, aquilo que se chama no contexto marxista “a consciência de classe”, na condição de classe do número. É o que Alberti (2010, p. 8) nos ajuda a depreender lendo no dizer de Lacan de que “o sintoma tem o sentido do valor da verdade” que: “para Lacan, tanto Marx como Freud possuem o mesmo objeto: a verdade”.

Isto tudo nos importa aqui para fundamentarmos a apreensão sintomática, com seu valor *de verdade, da política*, a partir também da causa que a anima como prática humana na aposta dos giros discursivos se darem: a partir do objeto *a* que é o resto não comensurável que

implica a não relação sexual. Portanto talvez, numa leitura política ao mesmo tempo falicizada pela castração que lhe dá esteio ético.

Se é como resto, no pior sentido que essa palavra possa ter aplicada a seres humanos, que os sujeitos sobreviventes nos manicômios são incluídos, não nos resta outro caminho que o de inclusão do resto como, dessa vez, fato de estrutura. Castração que, quando não reconhecida, *castra*, agora no mal sentido que a palavra adquire no senso comum, ainda mais a ação do sujeito. É a *Verwerfung da castração* (LACAN, 1992a, p. 98). Desse modo articulam-se a dimensão de constituição do sujeito do inconsciente e a dimensão política a ela inerente. Como, pensando a identificação – “a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva a uma outra pessoa” (FREUD, 2011a, p. 60) – podemos articular a relação do sujeito com o outro à ética relativa à sua responsabilização numa dimensão política? Se em seu posicionamento de agente político o sujeito engaja-se numa análise ética da situação, é para fazer essa extração da verdade, que depende deste seu trabalho. É uma interpretação causada pelo atravessamento que o objeto *a* faz nela, pela causa que afeta a partir da análise de cada um.

Desta maneira pode operar o objeto *a* nesse lugar político, deslocando-se de estar apenas no lugar do Outro. Por isso o S_1 ao tentar ligar-se ao S_2 castra-se do gozo. É ao que se dedica qualquer trabalho político que faça valer a incidência do objeto *a*, a uma interpretação, que é onde Lacan (1992b, p. 82-83) diz situar-se a eficácia da psicanálise, possível graças à “objetividade perfeitamente localizável” dos efeitos de ligação significativa dessa falha que faz representar o sujeito.

No discurso do analista o agente é o objeto *a*, que na política podemos ver encarnado na causa, que incide como divisão que reposiciona, sobre o sujeito no lugar de trabalho, no qual lemos a possibilidade de quem opera a política situar-se. Sendo neste discurso o produto um S_1 , este pode parcialmente produzir-se como resto no resultado de uma prática política, que assim como contraponto apresenta-se atravessada pela perda então de sua totalização na qual o resultado é tão comumente alardeado como eficácia narcísica do político. Dessa mesma forma o discurso do analista tem o S_2 no lugar da verdade, o que faria incidir no político a barra sobre a verdade totalizante.

Em relação ao discurso da histérica, este é o que leva ao saber, mas para nada saber sobre isso, ela quer levar *o mestre* ao saber, fazer furo no discurso do mestre. Se esse passo é desejável tem-se a condição de não se ficar nele, para aceder ao saber no lugar da verdade como barrado a ser agente, uma vez que o discurso do mestre oblitera o objeto. O discurso do

analisante é o que se histeriza a partir do lugar do analista, o que faz ressaltar a diferença sobre o discurso da histórica, na qual o sujeito está no lugar de agente, portanto não do trabalho, fazendo o outro trabalhar¹¹⁰. O lugar do analisante então se define de saída como diferenciado em relação ao agente histórico. Desse modo, uma posição política deve desta diferenciar-se. Observemos o discurso da histórica:

Discurso da Histórica

$$\begin{array}{l} \underline{S} \quad \rightarrow \quad \underline{S}_1 \\ a \quad // \quad S_2 \end{array}$$

Na experiência do fechamento da CSDE-P foi então feito proliferar os S_1 através da transmissão destes, atravessados que fomos pela função do psicanalista, produzindo um saber mais ligado ao lugar da verdade. Diferentemente do que se passaria se o agenciamento predominante fosse o do discurso universitário, onde o saber está no lugar de agente do desejo, do mestre, no lugar do Outro, e também diferentemente do que ocorreria na dominância do discurso da histórica, no qual o saber está no lugar de perda.

Em relação a Lacan (1992b, p. 160) sustentar que o discurso universitário é a versão perversa do discurso do mestre, no *Seminário 17*, encontramos ele nomear esta versão como “mutação capital” que “confere ao discurso do mestre seu estilo capitalista”, que algumas páginas à frente complementa, primeiro dizendo ser uma “pretensão insensata” do agente deste discurso, o S_2 , ter como produção um sujeito, um sujeito que de modo algum pode “se perceber por um só instante como senhor do saber” (LACAN, 1992, p. 166). O S_1 como agente, no discurso do mestre, ao contrário, extraía seu saber do lugar do trabalho do escravo, como Outro, o que se modifica no discurso universitário por ter-se o saber como agente do discurso “a partir de certo momento da história”, sobre o que diz em seguida: “a partir de certo dia, o mais-de-gozar se conta, se contabiliza, se totaliza. Aí começa o que se chama de acumulação de capital” (LACAN, 1992b, p. 169).

¹¹⁰ No texto *Cinco variações sobre o tema da elaboração provocada* Miller (1994) trabalha a tese de que para a função do mais-um no cartel tem como melhor estrutura que lhe corresponda a do discurso da histórica. Para o autor, o S barrado como agente no mais-um “faz trabalhar, e a esse respeito poderíamos falar de seu ato, ele próprio tem que trabalhar [...]. Uma vez que ele trabalha, é porque a, longe de ser situado sob a barra, vem em posição de fazer o sujeito trabalhar” (MILLER, 1994, p. 6). Interessante formulação, que, no entanto, nos ratifica que a posição do analisante no discurso do analista é para o político ainda a posição que ao nosso ver, quando atravessa sua função, a do político, é a mais interessante no que tange a incidência do objeto a , porque nessa posição o sujeito, político, não está como agente, mas como causado. Certamente ao político cabe fazer trabalhar e ao mesmo tempo está ele próprio em trabalho, o que nos afina com uma possível analogia entre o agente do discurso histórico e o político pela via da leitura de Miller quando pensamos o agir do político como em balança entre as posições de sujeito e objeto, como veremos no exemplo do fechamento da Clínica das Amendoeiras, mas a posição que mais nos interessa pensar é a do analisante, que o coloca ainda mais submetido à barra da castração.

O objeto *a* assim contabilizado, totalizado, confere à política quando exercida a partir do discurso universitário sua semelhança com a característica deste discurso, de ocupação pelo objeto *a* de um lugar “da exploração mais ou menos tolerável”, como diz Lacan na página seguinte. Como dissemos no primeiro capítulo, a política quando intenciona “tudo saber” está dominada pelo discurso universitário, tendo o saber como demanda. Mas será que a política intenciona mesmo “tudo saber”? Ou ela faz uso do saber para que tudo funcione – como as políticas hoje fazem uso dos aparatos técnicos de saber, como no discurso do mestre mesmo, que nada quer saber, mas quer que isso funcione?

O discurso do analista, sendo seu ato resposta ao horror, ao que há de horrível em cada um, em cada situação, tanto clínica quanto politicamente, é ato como resposta ao horror da execução, seja em termos extremos, seja em outra escala, quando é o sujeito que tenta abolir-se, cedendo de seu desejo, como localiza o *Seminário 7*. É a teoria do aparelhamento do gozo via discursos como laço social elaborada posteriormente no *Seminário 17*, e assim o discurso analítico como o que histeriza o discurso, isto é, “o que possibilita que haja um homem motivado pelo desejo de saber”, histerização do discurso do psicanalisante. Mas “trata-se de saber o quê?”, pergunta Lacan, para responder: “que valor ela própria tem, essa pessoa que está falando” (LACAN, 1992b, p. 32). Nesse Seminário Lacan (1992b, p. 43) diz que “é o gozo que necessita a repetição”, para esclarecer que é isto que está em jogo no franqueamento freudiano, o gozo como o que se “dirige contra a vida”. Nessa *pessoa que está falando*, sujeitos e situações feitos nossos casos aqui, os políticos que se fazem agentes na execução de um plano de gozo de “resolver o problema imediatamente” operam um gozo que objetiva a totalização do saber, como dita o discurso universitário.

Reportando-nos ao exemplo da situação política da parceria do campo da saúde mental com o da assistência social, esta passou pelo seguinte momento cerca de um ano depois de iniciada: a supervisão de saúde mental, que sustentava a co-responsabilização entre os campos, foi interrompida por problemas administrativos, ou burocráticos (não sem atravessamento por questões políticas, como sempre ocorre), de contratação do supervisor. O efeito que daí adveio foi uma série de acontecimentos mal manejados, por ambos os campos, que teve seu ápice no trágico desfecho do caso de um outro paciente institucionalizado que chegou ao abrigo vindo do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. José Hélcio, como o chamaremos, após sair do abrigo sem o conhecimento de nenhum dos técnicos da instituição voltou mostrando e oferecendo drogas a outros residentes. Esta atuação, que deveria ter sido escutada pela equipe do abrigo como um apelo, psicótico, foi interpretada como uma “afrota” às normas, uma vez que ele “poderia oferecer drogas a um dos residentes mais

frágeis, o que lhe custaria a vida” (sic), como nos disse a diretora do abrigo. A imediata reação foi transferi-lo para outro abrigo, sem problematização sobre a interpretação dada, consequentemente sem o acionamento da equipe da saúde mental, do CAPS, ou da supervisão, ou mesmo da gestão, que deveria colocar em trabalho o ocorrido e ajudar a equipe do abrigo a manejar a situação, tão difícil. No abrigo para o qual foi transferido repetiu seu apelo: ainda sem ter tido quem o escutasse, saiu assim que chegou, mas não voltou mais. A equipe do abrigo foi então avisada de sua morte pelo Hospital de Custódia no qual se encontrava originalmente, pois o Instituto Médico Legal o identificou como paciente do sistema penitenciário e assim chegou à sua anterior instituição, já que ele não tinha qualquer documentação.

Termos sustentado a parceria para a construção do espaço de supervisão resultou num primeiro momento no que consideramos um efeito de incidência de histerização do discurso – com a colocação em trabalho do suposto *mestre*, o operador da gestão – via supervisão, uma vez que viabilizou a construção de alguns casos de forma inédita, através da responsabilização já durante a internação para que se desse a desinstitucionalização também pela passagem por um abrigo, como com o citado caso de Dilson e alguns outros. Se por um lado podemos verificar que houve durante algum tempo efeitos clínicos advindos de uma direção política de se desinstitucionalizar via CAPS e abrigo, efeitos que furaram a anterior política de que os pacientes institucionalizados não poderiam ser recebidos em abrigos, por outro vimos a queda dessa mesma direção, quando não sustentada, com a ausência da supervisão – revelando a necessidade de novamente se presentificar a mediação dos operadores da gestão. Na transferência imediata do paciente para outro abrigo vimos o discurso histérico ter sido agente. Assim, correspondentemente, a histerização operada pela incidência do discurso do analista precisa incidir inclusive sobre o discurso histérico, na produção de efeitos do discurso do analista a partir da função do psicanalisante, a fim de evitar a impostura.

Porém, não podemos deixar de apostar que os avanços anteriormente alcançados pudessem ser retomados, com o resgate das diferentes dimensões das estratégias de mediação – presença da gestão tal qual proposta e retorno da sustentação da supervisão – e mais do que isso, devemos também apostar que esses efeitos se instituem como virada de uma direção de trabalho. Em outras dimensões isso ocorreu, pois, mesmo com o retrocesso, o que a rede daquele território sustentou foi que o que aconteceu, a queda do espaço de construção e a

transferência imediata do paciente que infelizmente lhe *custou a vida* seria elaborado na esperança de que não ocorra novamente, como discutido em Fórum de Saúde Mental¹¹¹.

Com os demais exemplos das ações descritas, temos outras mudanças que apontam para efeitos instituídos de giros dos discursos, como o fato dos CAPS não se furtarem mais à tarefa de trabalhar as internações dos pacientes longamente institucionalizados, assim como de serem também, a partir de então, acionados para dar início ao trabalho territorial sempre que possível desde um primeiro momento de uma internação. Essa é a tarefa *princeps* dos CAPS, que deveriam exercê-la ordinariamente quando, respaldados pela gestão, assumem sua função de ordenadores da rede. O fato de não terem estado cumprindo esta tarefa e terem vindo a cumpri-la a partir do então respaldo da gestão deve ser registrado como um efeito de mudança no anterior não questionamento de tal equívoco.

Outros efeitos foram o acolhimento numa rede de saúde para tratamento de cuidados clínicos prolongados na desinstitucionalização e a concretização de um trabalho de rede também com a Justiça que serve de exemplo para a resposta a outras tantas judicializações da saúde. Em relação a estas, estão em corriqueiro uso atualmente, levantando muitas questões para a saúde mental, que com isso sofre efeitos cotidianos: é rotineira a chegada de mandados judiciais, ofícios do Ministério Público e notificações determinando internação, vaga em residência terapêutica, etc.

Algumas mudanças, na história, são definitivas, não caem. Remontando-nos à nossa macro história, podemos lembrar que depois de Philippe Pinel não houve mais grades. Em nossa experiência o que se inscreveu ou não, pelos efeitos de giros dos discursos, fez-nos refletir sobre nenhum discurso se presentificar o tempo todo, ressaltando que o discurso do analista, este sim, em se *presentificando*, instaura a recolocação a todo tempo, sendo isso o necessário. Para que essa recolocação seja sustentada o operador da gestão precisa estar atravessado pela função do psicanalisante, no lugar de causado pelo agente de produção de efeitos de hiância, o objeto *a*, atravessado assim não preponderantemente por sua fantasia, pelo imaginário. A preponderância da fantasia como “gestora”, senhora das ações no

¹¹¹ Dispositivo criado a partir de cada chamada Área Programática (AP) de saúde, que é como a cidade é dividida administrativamente pela Prefeitura. Tal criação deu-se pela Coordenação de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil há dez anos: “Como a cidade do Rio é dividida por 10 distritos sanitários denominados APs, que são bem diversos entre si em relação a equipamentos de saúde e necessidades da população, foram criados fóruns de saúde mental que até hoje têm o objetivo de agregar atores inter e intra-setoriais, a fim de pensar estratégias de cuidado para a região. Os fóruns se tornaram potentes instrumentos de parcerias entre os profissionais e possibilitaram a implantação de equipamentos e fluxos de trabalho” (BELMONTE e RAMALHO, 2012, p. 9).

exercício político pode ser posta em trabalho e fazer-se interrogar. Diz Lacan (2003a, p. 71) no Seminário sobre a identificação que o real “é constituído exatamente pelo fato da revelação de um campo da experiência” e um pouco mais à frente: “o que é revelado primeiro nesse campo [...] foi a função do símbolo e ao mesmo tempo o simbólico”. Assim, é por força do simbólico que há uma universalidade do particular, é o que se entende também com a afirmação de Lacan feita uma página antes das afirmações precedentes: “é no nível do particular que sempre surge o que para nós é função universal”. É o real ainda do *Seminário 9*, mas que já revela o que viria a se explicitar mais adiante na obra de Lacan, que sustenta o real como inapreensível e sua impossibilidade como delineada a partir da linguagem, pela amarração dos registros.

Lacan (1992b, p. 189) transmite que o que define a legibilidade, possibilidade de leitura, aos discursos, é o significante-mestre, por haver “a linguagem e a fala e o saber”, mas por estes somente se operarem como discursos pelos efeitos do S_1 , efeitos de castração, lembramos, de introdução do sujeito nas condições de posicionar-se enquanto tal. Deste modo, entendemos a política como passível de leitura e de, mesmo com seu empuxo pelo discurso do mestre ou do universitário, pela leitura feita a partir da ocupação atravessada pelo lugar do psicanalista poder fazer efeitos de hiância com os giros pontuais dos discursos em volta dela. Antes da transmissão sobre a legibilidade dos discursos, Lacan (1992b, p. 143) introduz, respondendo à acusação de que a psicanálise deixaria de fora o afeto, na lição *Os sulcos da Aletosfera*, que o que há a partir do discurso do analista não é senão afeto, que é “o produto da tomada do ser falante num discurso, na medida em que esse discurso o determina como objeto”, sendo tal objeto não nomeável, mas assim o faz como mais-de-gozar, que ele chama de “aparato de nomenclatura”. Perguntando-se “Que objeto é feito desse efeito de um certo discurso?”, responde que “Sobre esse objeto nada sabemos, salvo que é *causa do desejo*”(grifo nosso), que “é como falta a ser que se manifesta” (LACAN, 1992b, p. 144).

O objeto *a* é assim causa e efeito ao mesmo tempo do sujeito e se há um lugar pelo qual ocupar a possibilidade do discurso analítico fazer girar os outros discursos é nesse lugar de causa de *a*, isto é, lugar a partir do qual o sujeito, objeto de sua causa, poderá fazer-se representar, isso no que se refere à clínica. Na função política o operador da gestão ser atravessado como causado pelo objeto *a* é então ser atravessado pela função do psicanalista. Isto seria uma ocupação da função de gestor de uma maneira menos sintomática, pensamos. Seguindo essa ideia, um gestor, um profissional encarnando o lugar político sem ser atravessado pela função do psicanalista causada pelos efeitos de incidência do objeto *a* a

estaria ocupando de forma mais sintomática. Isto seria o correspondente a depararmos com outras construções teóricas, com o gestor deparando-se com outros modelos de gestão.

Desde essa posição de deixarmos-nos causar pelo objeto *a* no atravessamento numa função política pela função do psicanalista faz sustentar a falta constituinte do sujeito, como diz Lacan (1992, p. 144), ao afirmar que é como falta que o objeto *a* se manifesta, portanto não sendo “nada de ente o que é assim determinado”. Ele afirma que o homem pode ser aquilo sobre o que recaem os efeitos dos discursos, mas que ao nos atermos ao que desde o início *é estruturado como uma linguagem*, “Trata-se apenas de um ser falante. No ponto de partida não estamos no nível do ente, mas no nível do ser” (LACAN, 1992b, p. 144). E, depois de fazer uma reflexão sobre os riscos de colocar assim o ser, Lacan nos mostra que “esse efeito de ser”, que ele põe entre aspas, por ser impossível como vimos, “seu primeiro afeto só aparece no nível do que se faz causa do desejo”. Conclui essa elaboração dizendo que é nesse lugar de causa do desejo que o analista se coloca, “*Posição eminentemente inédita, senão paradoxal, que uma prática ratifica*” (grifo nosso) (LACAN, 1992b, p. 144), portanto somente o analista pode ocupar este lugar de causa do desejo, que pode, no entanto, estar como causa para na incidência da função do psicanalista caso um político seja por ela atravessado.

Continuando o trabalho sobre a mesma lição encontramos uma articulação entre a prática analítica e o discurso do mestre, quando Lacan (1992b, p. 144) diz que “a prática analítica é propriamente iniciada por esse discurso do mestre”, o que entendemos como indicando ser a prática analítica iniciada pela escuta do inconsciente, que tem a estrutura do discurso do mestre, sabemos. Lacan (1992b, p. 65) nos diz que “a referência de um discurso é aquilo que ele confessa querer dominar, querer amestrar”, daí liga a estrutura dos discursos a do mestre: “Isto basta para catalogá-lo em parentesco com o discurso do mestre”, e completa: “É exatamente esta a dificuldade daquele que tento aproximar tanto quanto posso do discurso do analista”, que ele deve se opor “a toda vontade, pelo menos confessada, de dominar”¹¹² (LACAN, 1992b, p. 66 ver p. 102). Sendo *o discurso do analista o avesso do discurso dominante*, especificando o elemento fundamental deste discurso, o avesso à dominação. A partir deste discurso a advertirmo-nos podemos ler a política, em nosso caso uma experiência política, para entender em que sentido esse avesso se coloca. Esse sentido parece ser o do

¹¹² Prossegue Lacan (1992b, p. 66): “Disse *pelo menos confessada* não porque tenha que dissimulá-la mas porque, afinal, é sempre fácil voltar a escorregar para o discurso da dominação”. (grifo do autor).

avesso ao empuxo da totalidade na dominação das posições de massa, aquelas que pretendem velar o furo constituinte de todo saber. Eis o quadrípode do discurso do mestre:

Discurso do Mestre

$$\begin{array}{ccc} \underline{S}_1 & \rightarrow & \underline{S}_2 \\ \cancel{S} & // & a \end{array}$$

Trata-se de partir do discurso do mestre, que na política que encontramos pervertido, como citamos com Lacan, no empuxo do discurso universitário:

Discurso Universitário

$$\begin{array}{ccc} \underline{S}_2 & \rightarrow & a \\ S_1 & // & \cancel{S} \end{array}$$

Pensando analogamente a incidência do discurso analítico no lugar de prática analítica, em nossa experiência no campo da política poderemos afirmar que se trata de um encontro com a predominância do discurso universitário, no sentido de que é o S_2 o agente desse discurso, fazendo o saber, fora do lugar da verdade, operar, em seu empuxo do “total”, ao agenciamento do S_2 de sujeitos divididos pelo saber se dirigindo ao objeto a no lugar do trabalho, como objeto explorável. Não nos esquecendo da questão que deixamos sobre a política fazer uso desse saber no agenciamento pelo discurso do mestre mesmo, como dissemos acima. Então se trataria do encontro com um discurso que também a partir da interveniência do discurso do analista operando os giros discursivos pode apresentar a incidência do objeto a sobre este lugar de explorado para o da verdade, como vemos no esquema abaixo, o do analista.

Discurso do Analista

$$\begin{array}{ccc} a & \rightarrow & \cancel{S} \\ S_2 & // & S_1 \end{array}$$

Somente no discurso do analista há a posição do psicanalisante, definida pelo lugar de trabalho que o sujeito ocupa como Outro sobre o qual incide o objeto a no lugar de agente. O sujeito dividido nesta tarefa, que Lacan (1967-1968) define como sendo do psicanalisante, faz a tarefa da psicanálise, portanto seu trabalho de se psicanalisar, que num contexto político fazemos equivaler à sua tarefa de produzir trabalho na pólis a partir da incidência dessa função do psicanalisante.

Quanto à relação que se estabeleceria na rede de saúde mental, tanto do lado dos pacientes para com os profissionais que os atendem, quanto nos laços dos operadores da

gestão com os profissionais que compõem a referida rede, as condições de enlaçamento são possibilitadas pela transferência, a qual Lacan (1992a) se dedica em todo *Seminário 8*. O dispositivo clínico lhe assegura um lugar, que permite ao sujeito apostar na direção de reconstruir laços nefastos para sua existência, construir outros tantos que lhe garantam uma existência menos sofrida, mais *saudável*¹¹³, através de uma amarração dos registros real-simbólico-imaginário. Lugar este estabelecido através do laço, que implica a *ex-sistência* do quarto anel, o *sinthoma*, como diz Lacan no *Seminário 23*: “Estabelecer o laço enigmático do imaginário, do simbólico e do real implica ou supõe a *ex-sistência* do *sinthoma*” (LACAN, 2007, p. 21). O que entendemos como a dependência do reconhecimento do *sinthoma*, da singularidade, para que não somente a clínica, mas também a política guarde seus lugares éticos. A inclusão do real, analogamente na política, que trabalharia com um *suposto* universal, é caminho que possibilita ao simbólico advir aos pacientes e às situações políticas, a seguirmos o caminho da verdade da *ex-sistência* do sujeito. O que nos interessa é verificar na política da saúde mental tal qual a experienciamos a colocação em cena do impossível, do *laço enigmático*, mediado até certo ponto pela busca pela verdade, tal como Freud com Marx a associou ao sintoma. A seguinte passagem de Lacan (1992b, p. 164-165) nos esclarece sobre essa relação, no *Seminário 17*:

A verdade, isso se experimenta, o que de modo algum quer dizer que por isto ela conheça mais do real, sobretudo se falamos do conhecer, e se nos lembramos dos lineamentos do que indico sobre o real.

É na etapa em que ocorreu de se definir que é impossível demonstrar-se como verdadeiro o registro de uma articulação simbólica que o real se situa, se o real se define como o impossível. Eis o que pode servir-nos para medir nosso amor pela verdade – e também o que pode nos fazer tocar de perto por que governar, educar, analisar também, e – por que não? – fazer desejar, para completar com uma definição o que caberia ao discurso da histórica, são operações que, falando propriamente, são impossíveis.

Ressalta-se aqui o lugar preciso de operador que o real adquire na amarração dos registros. Sobre então a última questão que ficou, no capítulo 1, em relação à possibilidade de essa experiência descrita acima ter sido atravessada pela função do psicanalisante, podemos responder que, nos casos que se referem à clínica (de Karla e de Antonio Carlos), este lugar é possível agenciado inclusive pelo semblante de objeto *a*. Em relação aos casos “políticos” (da

¹¹³ Em *Resistências à psicanálise*, Freud (2011d) fala também dos equívocos de estratégia no manejo pulsional na civilização e no sintoma, onde o gozo é obtido prioritariamente do recalque, quando com a análise pode passar a vir da própria vida, de seus efeitos de produção de trabalho. Recalque aqui podemos fazer ampliar para quaisquer das formas pelas quais o sujeito se estrutura, defendendo-se. Por exemplo, falando de como as pulsões são incorretamente domadas, diz que quanto mais o são, também são “mais inclinadas a se desprender” (ibidem, p. 263).

parceria com uma das clínicas que recebeu alguns pacientes da Dr. Eiras para tratamento de graves problemas clínicos, da sustentação na Justiça de que não executaríamos essa tarefa sem o caso a caso, e na parceria com a Assistência Social que sustentou o caso de Dilson e num primeiro momento também o caso do José Hécio), podemos dizer que nessas situações descritas foi a ocupação de um lugar atravessado pela interrogação que o semblante – na política indiretamente – faz incidir na função do psicanalista o que proporcionou a construção das mediações, sustentação desejante que possibilitou que nos colocássemos em trabalho, cada um dos envolvidos em cada caso a partir de seu lugar e de seu território. No *Seminário 18* Lacan (2009, p. 154) falará sobre esta relação do semblante com a verdade como sendo o que o mais-de-gozar remete como interrogação:

Assim, o que articulei sob o termo mais-de-gozar remete vocês ao que é interrogado no discurso freudiano como colocando em causa a relação de alguma coisa que se articula como verdade, em oposição a um semblante. Se o que Freud disse tem algum sentido, essa dialética da verdade e do semblante se situa no nível do que articulei pelo termo relação sexual (dizendo em seguida que não há relação sexual).

Ligamos essa elaboração com a questão sobre a relação da incidência do semblante de objeto *a*, posição do analista, que incide sobre a função psicanalista no lugar que o político pode ocupar quando afetado por essa incidência, ao interrogar os significantes definidores de sua prática, de seu território, podemos dizer. O que pensamos é na definição dos S_1 que regem o que o próprio Lacan enuncia nesse mesmo Seminário como tendo a ver com uma noção de território, o que quer dizer, como ele desenvolve, que “os significantes não são uma coisa individual, não se sabe qual é de quem”, para dizer em seguida que se pensarmos em “células territoriais” e no que entra e é devolvido do campo do Outro, que nunca se pode garantir de quem é, há um processo de expulsão por que “do interior de um território, só conhecemos mesmo nossas próprias fronteiras, não somos obrigados a saber que nessa fronteira” há outros tantos territórios, diz ele. Isso se dirige para “a ideia da relação que pode haver entre a rejeição de algo e o nascimento do [...] significante-mestre [...]” (LACAN, 2009, p.17), que em acumulação faz nascer uma linguagem e uma posição incidida por ela, processo que pode ser pensado não apenas na origem da posição, mas em sua interrogação, como tratamos de analisar aqui, nas relações que essa interrogação faz na clínica como referência para a posição política. E essa colocação em trabalho pelo lugar causado pelo efeito de hiância do objeto *a* é tanto mais sustentada quando mais essa hiância opera, e é o real que o faz.

2.5 Impossíveis do psicanalisar e do governar

Lacan (1992b, p. 138), no *Seminário 17*, responde a uma pergunta sobre estar sempre descentrado em relação ao sentido, dizendo que é justamente nisto que seu discurso é um discurso analítico, que escapar ao sentido é a estrutura desse discurso, que a partir de enunciado coloca em trabalho o sujeito do inconsciente, que está neste lugar, como Outro. O que vem a trabalhar é seu sentido fechado do sintoma, cheio de sentido para o sujeito. Diferentemente, um discurso via a política não pode escapar ao sentido o tempo todo, o que pode fazer é colocá-lo em questão, sempre que possível, e sustentar a posição de retificação constante. Lacan (1992b, p. 138) diz em seguida que se identifica estritamente com esse discurso, atenção, “se conseguisse” – se o conseguisse, pois é impossível se estar no discurso analítico todo o tempo, em quaisquer deles. Diz Lacan em prosseguimento à sua construção que o deslocamento “não cessa nunca”. Na diferença os dois impossíveis se apresentam, o do analista e o do político ou operador da gestão. Podemos ligar essa construção lacaniana sobre o deslocamento de sentido *não cessar nunca* com a impossibilidade da plena ocupação de funções que fazem série nessa acepção: governar, educar, psicanalisar.

Freud, por exemplo, em seu *Prólogo a Juventude Abandonada, de August Aichhorn*, fala das três profissões que se apresentam como impossíveis (FREUD, 2011e, p. 347), por remeterem sempre, entendemos, a esse deslocamento: “*Regieren, Erziehen, Kurieren*” (LACAN, 1992b, p. 158), como cita Lacan: “se é que se trata de profissões”, diz ele, algumas lições adiante explicitando que a psicanálise “não se transmite como qualquer outro saber” (LACAN, 1992b, p. 188) –, do que entende-se que a psicanálise não é uma profissão, o que para a sustentação desta tese é fundamental ressaltar, pela incidência da função do psicanalisante como leiga, no sentido que a psicanálise é leiga, como diz Freud (1976d) em *A questão da análise leiga*. A citação de Lacan (1992b, p. 188) sobre a transmissão do saber assim prossegue:

O psicanalista tem uma posição que eventualmente pode ser a de um discurso. Ele não transmite um saber – não porque não tenha nada a saber, ao contrário do que imprudentemente se diz. Isto é o que está posto em questão – a função, na sociedade, de um certo saber, aquele que lhe transmitem. Ele existe.

Entendemos poder extrair dessa frase mais que uma propriedade do analista, a incidência do discurso do analista, o qual tem o saber no lugar da verdade caracterizando-o. É também assim que o discurso do analista é aquele que faz interrogar os outros, e suas citadas estruturas de dominância a partir de um certo lugar agente. O saber que é transmitido via

discurso do analista é um saber deveras particular, no sentido de não compreender mais do que a estrutura topológica, enodada por um *savoir y faire*¹¹⁴ adquirido singularmente pelo sujeito, como tributário de seu *sinthoma*.

Dentre as profissões impossíveis Freud incluirá mais tarde *Analysieren*, no lugar de curar, esclarece Lacan no trecho em que fala das três profissões. Retomando a última citação de Lacan (1992b, p. 165) feita na subseção anterior ele assim a continua, num esclarecimento quanto à questão dos impossíveis:

Tais operações estão aí, elas aguentam firme, terrivelmente bem, fazendo-nos a pergunta do que vem a ser a sua verdade – ou seja, como é que isso se produz, essas coisas malucas, que só se definem no real por só poderem ser articuladas, quando nos aproximamos delas, como impossíveis. Claro que sua plena articulação como impossível é justamente o que nos dá o risco, a chance vislumbrada, de que o seu real, por dizer, exploda.

Cabe ressaltar que Lacan interpreta o impossível ao qual Freud se refere como exatamente o que traz as condições de possibilidade dos ditos ofícios. Diz ele que a se ler atentamente Freud trata-se não da função, mas do “ser do psicanalista” (LACAN, 1992b, p. 189) o que se apresenta como impossível¹¹⁵. Páginas antes assim definiu função:

Função vem a ser esse algo que entra no real, que nele jamais havia entrado, e que corresponde não a descobrir, experimentar, cingir, destacar, deduzir, nada disso, e sim a escrever – escrever duas ordens de relações. (LACAN, 1992b, p. 179).

Não sua função, donde podemos depreender que Freud refere-se assim, a partir do que seja impossível, às possibilidades dessa função. Em *Radiofonia*, Lacan (2003e, p. 444) diz: “Governar, educar e psicanalisar são desafios, de fato, mas, ao dizê-los impossíveis, só fazemos garantir prematuramente que sejam reais”.

O governar, gerir, da gestão, sendo igualmente impossível, dentre os ofícios impossíveis podemos também situar o “ser do político”, ao mesmo tempo em que pudemos com essa experiência apontar alguns possíveis para a *função* política de governar, possibilidades fornecidas justamente pelo deslocamento do que *seria* um sentido fechado do discurso político, que, sabemos, não existe *a priori*. Apontamos uma *possível* leitura do texto da experiência vivida, através da interpretação que lhe conferiu as possibilidades de furos no

¹¹⁴ Saber-fazer aí, tal qual Lacan (1976-1977, p. 12) se refere ao saber fazer com o sintoma, no *Seminário 24*. Na edição brasileira dos *Outros Escritos* traduz-se como “saber haver-se”, em relação à verdade. (LACAN, 2003e, p. 442).

¹¹⁵ No *Seminário 19* Lacan (2012, p. 185) dirá o seguinte, seguindo a mesma linha: “[...] é que o psicanalista é colocado pelo discurso que o condiciona numa posição, digamos, difícil. Freud dizia impossível, *unmöglich*, o que talvez seja meio forçado – ele falava por si”.

empuxo da totalização, pelos efeitos de hiância causados pela incidência do objeto *a* como agente de causa de trabalho. Tal incidência atravessou nosso percurso, produzindo o trabalho descrito. Diz Lacan (2003e, p. 445) novamente em *Radiofonia*: “Daí se assegura que a impossibilidade de governar só será rigorosa em seu real ao aprimorar, regressivamente, o rigor de um desenvolvimento que exige a falta de gozo no início, se a mantiver no final”.

A advertência é de manter o tanto quanto possível atravessado pela função do psicanalisante o exercício do trabalho político em relação à sua rede, ou “comunidade”, sobre a qual colocamos mil aspas. Isso incutiria à posição em relação à política uma *possibilidade* da tolerância quanto à diferença, o que nos faz avançar para a fineza de se diferenciar tolerância e aceitação da diferença de submissão a esta. Sabemos que é preciso não aceitar ou tolerar passivamente posições que, mesmo classificadas como sendo de diferença, desvirtuam uma condução política, justamente, *mais afeita* à diferença.

Ao lado da epígrafe desse capítulo, de Eça de Queiróz, que prescreve a mudança constante dos políticos, lembremos a bela explanação de Lacan, que diz que sustentar o lugar do sujeito, do chamado “furinho” que faça aparecer algo da possibilidade de incidência do efeito de hiância próprio ao objeto *a*, eis nossa função: *Seria um erro acreditar que em algum lugar há políticos sábios que calculam exatamente tudo o que se deve fazer. Seria igualmente um erro acreditar que não os há – eles existem...* O deslocamento do discurso tal qual Lacan diz caracterizar os políticos sábios faz-nos dizer novamente que a política não é um discurso, mas texto que, através das leis e projetos e posições, via leitura discursiva, devem ser interpretados. Mesmo não tendo um sujeito exatamente que os represente no lugar do psicanalisante que é o do trabalho e da divisão, os “políticos sábios”, como posição discursiva, possuem encarnações pontuais de seu discurso, o que foi possível nos pontuais manejos que pudemos ou não sustentar.

3 O ATO POLÍTICO NA EXPERIÊNCIA DE FECHAMENTO DA CLÍNICA DAS AMENDOEIRAS E SUA RELAÇÃO COM O DISCURSO DO CAPITALISTA

Nesse capítulo trataremos de um *caso* político, o fechamento de outra instituição psiquiátrica de características manicomiais, a Clínica das Amendoeiras, para refletir sobre a experiência de tentativa de sustentação de uma direção política que abarcasse a singularidade, com dois vieses teóricos: se tal sustentação configurou-se ato político, desde a definição de ato feita por Jacques Lacan (1967-1968) no *Seminário 15 – o ato psicanalítico*, e seu empuxo contrário, presente na política tanto quanto se exacerbou nessa situação: o empuxo do discurso do capitalista, definido por Lacan (1971-1972) dentre outros momentos no *Seminário O Saber do psicanalista*. O ato político e o empuxo do discurso do capitalista são aqui duas direções diferentes quanto à incidência da clínica sobre a política, um fazendo prevalecer a direção ao singular e o outro a direção à totalização.

Do fechamento da clínica psiquiátrica tomaremos em recorte questões que nos foram impostas através de nossa relação desde o lugar de operadores da gestão em saúde mental com o Ministério Público e, antes logicamente a este, com a nossa própria secretaria de saúde, pela posição desta em relação à Lei, posição que também colocou em cena a possibilidade de passagem ao ato, do lado da própria gestão. Como a passagem ao ato implica uma exclusão do sujeito da cadeia significativa (ALBERTI, 1998, p. 96), vamos pensá-la por meio do *sujeito político*, refletindo sobre o que ocorreria se o coletivo ao qual aludimos levasse adiante a decisão de fechar a referida instituição imediatamente, sem mediação alguma.

A articulação clínica que construiremos situa-se entre um impossível de simbolizar que pode acarretar uma passagem ao ato onde falta a interveniência da Lei, do Nome-do-Pai e da castração, por parte de profissionais que, ocupando cargos de gestão, em diferentes níveis, vimo-nos às voltas com uma Ação Civil Pública.

3.1 O processo de fechamento da Clínica das Amendoeiras e a balança entre os lugares de sujeito e objeto

A Clínica das Amendoeiras era uma instituição conveniada ao SUS para internação de crianças portadoras de diagnósticos psiquiátricos, assim como possuía parte dos leitos destinados à internação, também de crianças, com deficiências advindas de doenças

nerológicas. Como a citada CSDE-P e tantas outras instituições psiquiátricas, transformou-se num depósito de pessoas abandonadas muito precocemente tanto por suas famílias – estas igualmente deixadas à própria sorte das dificuldades do manejo com a psicose e neuropatias graves – quanto pelo poder público sanitário. Este, na perversão de seu sistema, foi mingando a remuneração dos leitos psiquiátricos, com a suposta justificativa de atender aos ditames da citada Lei 10.216/01, sem no entanto obedecer-lhe, pois não vinha dando-lhes condições mínimas de funcionamento, na medida em que a lei prevê, em seu Art. 5º que:

O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto *de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida*, sob responsabilidade da autoridade sanitária competente e supervisão de instância a ser definida pelo Poder Executivo, assegurada a continuidade do tratamento [...]. (grifo nosso) (BRASIL, 2004).

O “caso político” que traremos foi a situação onde, numa reunião com o Ministério Público que tinha o objetivo de fazer a justiça intermediar a adoção de medidas de intervenção na situação degradante em que se encontrava a clínica psiquiátrica conveniada ao poder público municipal, ocorreu o seguinte: cada uma das partes (clínica, associação de familiares da mesma, comissões de direitos humanos da Assembleia Legislativa do Estado e a do Grupo Tortura Nunca Mais, área técnica de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro, etc.) se pronunciou e nós, representantes da gestão da área técnica, apresentamos o que chamamos de retirada “imediata” dos pacientes, apenas para seguir o que vinha sendo formulado como demanda. Pois o que apresentamos foi um planejamento de *mediação*, em sete meses, de trabalho clínico, com cada um dos pacientes lá internados: vinculação ao novo lugar para onde iriam a partir da escuta de cada caso e das possibilidades de intervenção que oferecessem, que seriam retorno para a família, encaminhamentos para residências terapêuticas ou transinstitucionalizações.

Tomando a palavra, a promotora pública apresentou uma Ação Civil Pública, que tinha protocolado no dia anterior na Justiça, determinando a transferência *imediata*, mesmo, de todos os pacientes para unidades próprias da esfera municipal. Seguida pelo nosso secretário de saúde, este disse concordar com a medida, diante do que pedimos a palavra, para dizer e explicar porque tecnicamente era expressamente contra-indicado que tal transferência fosse feita, pois, por pior que fosse a clínica, ao contrário do que a promotora pensava estar propondo, tal medida seria um ato de violência, uma vez que, desde crianças internados, era naquela miséria que os pacientes estavam estruturados atualmente. Dissemos que tirar-lhes dali de forma imediata equivaleria a arrancá-la, ela, promotora, de sua própria casa, sem que

tivesse uma vez sequer visitado o lugar para onde a levariam – este foi um dos argumentos que usamos, dentre outros, de ordem técnica, na tentativa de sensibilizá-la. O efeito nefasto seria, diferentemente do que vinha ocorrendo mesmo em condições tão insalubres, a possibilidade aumentada do risco de morte desses pacientes. O secretário, que deveria representar-nos, a nós se contrapôs, dizendo que vinha conversando conosco, e que este trabalho demandaria “um tempo muito longo” (sic), seis ou sete meses, e que a secretaria de saúde não teria como investir na clínica para que provesse ao menos comida e condições mínimas de higiene aos pacientes.

Vínhamos há mais de um ano tentando encaminhar a situação em que a clínica se encontrava com o pedido de intervenção do poder público municipal sobre aquela, e, não tendo sido atendidos pelos nossos representantes chegamos a enviar ao Ministério da Saúde uma proposta de intervenção, que foi por este aceita, inclusive com subsídios financeiros, mas que não foi executada pela nossa secretaria. Diferentemente da posição desta, a promotora apresentou-nos uma alternativa, a de que elaborássemos um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), com a condição de que não demandasse mais que um ou dois meses para que o trabalho se efetivasse, dizendo concordar com as ponderações colocadas. Isso nos demonstra que a posição de escuta na qual a promotora se manteve, sendo de outro campo, não foi possível ao secretário, que parecia estar ali, ao nosso ver, num registro burocrático, tentando livrar-se o mais rapidamente da pressão judicial. A posição da promotora de deixar-se afetar pelo saber da saúde mental e do que é da psíquico e da singularidade traz-nos a questão de que na atual direção política da saúde mental o principal desafio é fazer atravessar a experiência da loucura na cidade mantendo a especificidade do saber que essa prática contém, simultaneamente a uma transmissão para os outros setores da sociedade e para esta mesma em geral de que a questão da loucura não deve ser unicamente tomada em responsabilidade pela saúde mental. Aliás, foi o que passou a acontecer com a psiquiatria de outro século, escondendo os loucos em supostos locais de tratamento, atendendo ilusoriamente aos anseios sociais de extirpação da diferença.

O desejo, em relação ao fantasma, e aqui podemos considerar, às posições subjetivas demonstradas pela promotora e pelo secretário, somente ele pode responder eticamente, com a insistência e persistência que lhe devem ser correspondentes: no caso o desejo de que a singularidade própria à clínica atravessasse o discurso político do secretário, através da transmissão do funcionamento de sujeito estruturado naqueles pacientes a partir daquela

condição que para a promotora seria inadmissível de ser sustentada enquanto os pacientes fossem trabalhados para substituir tal vínculo¹¹⁶.

Sobre o desfecho desse processo cabe-nos relatar que a juíza que deferiu a ACP proposta pela promotora deferiu posteriormente o pedido feito pela Procuradoria Geral do Município (PGM), embasado pela sustentação da área técnica de saúde mental, solicitando o prazo de quatro meses para a realização do trabalho. As transferências dos pacientes ocorreram da melhor forma possível, guardando para esse possível os mais diferentes níveis de intervenção dentro desse processo que foi de uma complexidade ímpar. Foram feitas articulações entre os profissionais da Área Técnica com suas chefias, a saber, sub-secretário, secretário e com as repercussões que chegavam inclusive do prefeito, das transmissões junto à PGM, responsável pela defesa do Município junto à Justiça. Fizemos reunião até com a própria juíza, que nos recebeu diretamente após sustentarmos necessitar esclarecer tecnicamente a impertinência de uma das decisões judiciais no final do processo, que previa que pacientes de outros municípios fossem transferidos para unidades do Rio de Janeiro (esta situação conferiu um desfecho “fora do tom” em que o trabalho vinha ocorrendo, pois antes que a juíza deferisse nosso pedido os pacientes foram de fato transportados para nossas unidades e com a decisão judicial a nós favorável após essa reunião de novo transportados para seus municípios). Enfim, muitas foram as articulações, diárias, que resultaram, apesar do final errático e de muitas limitações quanto ao tempo e às condições exíguas de execução da tarefa, num trabalho cuidadoso dos quatro supervisores contratados para essa ação, junto a uma mobilização intensa da rede de saúde mental. Tal cuidado gerou muitos efeitos de novos enlaçamentos dos pacientes, alguns até junto à sua família. Há também pacientes que foram para Residências Terapêuticas. Os efeitos nos reiteraram a necessidade de uma reflexão sobre como os pacientes realmente ficaram à mercê de tanto descaso, mas também de tanto

¹¹⁶ Gostaríamos de narrar o depoimento de um superintendente dos hospitais gerais de nossa prefeitura, portanto de alguém externo à lógica da saúde mental, que numa reunião paralela, onde tentávamos transmitir essa lógica da radicalidade do singular em relação aos leitos psiquiátricos, uma vez que via de regra nos leitos clínicos não é comum, como foi ao nosso campo, que o tratamento prescrito fosse de isolamento social que acaba ocorrendo por décadas em hospitais, este disse ter “finalmente” (sic) entendido do que se tratava – ao contrário do que vinha fazendo, defendendo as transferências imediatas para os nossos institutos de todos os pacientes presentes em clínicas conveniadas que não vêm oferecendo um serviço de qualidade para o SUS. O entendimento foi explicitado na narrativa de um episódio do qual ele foi testemunha num hospital geral: detectaram o aumento no índice de mortalidade dos idosos que lá ficavam por muito tempo internados por fratura de fêmur, o que foi ligado causalmente à transferência apressadamente feita, fosse de alta fosse para um outro setor desconhecido dos mesmos.

investimento quando este foi possível, assim nos fazendo perguntar-nos, a que serve o Público hoje, a que os serviços, especialmente os de saúde, se prestam hoje no capitalismo vigente?

Sobre a passagem ao ato que ocorreria caso as transferências fossem feitas da maneira originalmente proposta, temos a reflexão em relação à castração inerente à função política que precisa sustentar, persistir e insistir numa direção de trabalho ética. Isso sem desconhecer os limites das posições subjetivas dos profissionais implicados numa determinada ação. Quanto ao que diz Lacan (1998l, p. 866) em *“Do ‘Trieb’ de Freud e do desejo do psicanalista:*

[...] a agressão contra o Pai acha-se no princípio da Lei, e que a Lei está a serviço do desejo que ela instituiu pela proibição do incesto.

[...] Se o medo da castração está no princípio da normatização sexual, não nos esqueçamos de que, ao se referir sem dúvida à transgressão que ela proíbe no Édipo, ela afeta igualmente nele a obediência, detendo-o em sua inclinação homossexual.

Assim, é antes a assunção da castração que cria a falta pela qual se institui o desejo. O desejo é desejo de desejo, desejo do Outro, como dissemos, ou seja, submetido à Lei.

Acreditamos que é no que se refere à incidência ou não da castração e da Lei, isto é, do Nome-do-Pai, que podemos ler as consequências da situação exposta. Teríamos a passagem ao ato caso a posição primeira da promotora e a do secretário, se não contrapostas, gerassem como consequência uma passagem ao ato, já que, submetidos à outra instância, seríamos obrigados a executar as tais transferências imediatas.

Quando o secretário adota tal posição, tão diferente da referente à área técnica, em público, o que temos a fazer diante disso senão, do lugar político, sustentar a direção ética do trabalho, sem dizer, pelo menos publicamente, o que realmente se passa, pois isso seria atropelar sua posição subjetiva? Neste lugar político podemos ter o desejo de retificar as posições subjetivas que se apresentam, desde que não interpretando o secretário, não podendo dizer que ele está resistindo. O desejo de retificação é em relação a posições como essa, que têm como efeito a deturpação da singularização possível do trabalho. O que se pôde fazer, portanto, foi interpelar o secretário do lugar de tentar fazer valer o saber sobre a singularidade dos pacientes em questão. Visamos sustentar o desejo, através do atravessamento da função do psicanalista pelo discurso do analista, no sentido que o objeto *a* faz incidir a castração. Foi possível, também, quando a promotora veio conosco falar ao final da reunião, para tratar de outro assunto, dizer-lhe que não poderíamos fazer aquele trabalho tal como tinha sido proposto, e que, ao contrário do que o secretário disse, vínhamos há tempos pedindo recursos para que os pacientes saíssem daquela situação degradante e isso sempre nos foi recusado,

com alegações como a de não ter como disponibilizar recurso para o que se demandava. Dissemos ainda para a promotora que temos uma rede insuficiente para executar um TAC de retirada, de forma ética, dos pacientes da clínica em dois meses, como ela contrapropunha, e que outra coisa dita pelo secretário, que não adiantaria ele mandar abrir três CAPS no dia seguinte, porque a situação da clínica exigia uma resposta imediata, era improcedente. Explicamos que uma coisa seria pedir à rede CAPS já extremamente sucateada pelo macro poder público municipal uma força-tarefa que seria executada em dois meses sem nenhum aporte de recurso, outra coisa seria garantir-lhes a abertura de novos serviços que os permitiriam sustentar o trabalho de forma menos *dessingularizada* com a ajuda da abertura de tais serviços. Aproveitamos nessa ocasião para dizer que a citada e elogiada, naquela reunião, ação de retirada dos pacientes da cidade do Rio internados na CSDE-P, tinha sido feita sem um centavo a mais dado pela prefeitura, que se recusou também neste trabalho bastante difícil a adotar medidas pleiteadas pela área técnica no que tangeria um trabalho ético com esta população.

Houve então dois momentos diferentes do exercício político nessa situação: um que disse respeito a uma posição mais identificada ao lugar de objeto, o momento estrito da formalidade da reunião, onde precisamos, num momento de muita tensão a partir de uma demanda questionável quanto à sua formulação fazer velar nossa posição de sujeito em nome da encarnação de uma função. Esta é uma posição mais ligada à incidência da posição de objeto, uma vez que foi preciso acolher todas as falas e posições subjetivas ali colocadas e nelas fazer incidir a palavra, mais ligada aos efeitos da castração e da Lei, portanto da transmissão da radical singularidade que impediu que eticamente se tomasse a decisão de transferência imediata dos pacientes. O resultado da reunião, o que foi pactuado publicamente, foi então que o município, através de sua área técnica, apresentasse o TAC como contraproposta à decisão inicial de transferir imediatamente os pacientes. O segundo momento, na conversa com a promotora nos bastidores, concluímos *a posteriori*, foi um lugar onde fizemos menos semblante de função de objeto, tendo intervindo mais a partir do lugar de sujeito, quando dissemos, num certo apelo no final da reunião, que tal medida faria de fato os pacientes correrem risco de vida, sendo uma violência extrema da qual não poderíamos inclusive, pessoalmente, participar, e que a experiência que tínhamos internamente na área técnica era de que a proposta do TAC tinha sido pactuada, mas na sequência dificilmente seria por nós sustentada internamente se não houvesse uma flexibilidade dela, promotora, quanto à exigência de imediatismo. Isto porque já tínhamos sido suficientemente avisados pelos macro

gestores de que não haveria recurso novo para se estender a permanência da clínica funcionando, e que só o poderíamos fazer se contássemos com nossos recursos existentes, o que, sabíamos, também beirava o impossível. Por outro lado, quisemos dizer, que se ela própria, promotora, não estivesse advertida de que chegasse o que chegasse até o Ministério Público, o de que ela não poderia fazer-se cúmplice era de que tal violência se efetivasse. Esta segunda oportunidade, na qual pudemos menos veladamente dizer como as coisas funcionam no âmbito da prefeitura e outros aspectos que nos impediram, à área técnica, de ter cumprido nossa tarefa ética até aquele momento com os pacientes internados na clínica, foi uma posição mais de sujeito. Desta conversa, não mais pública, mas de desabafo e de último apelo para que a radicalidade da singularidade daqueles pacientes fosse respeitada, tivemos como efeito a fala da promotora, que disse entender então o de que se tratava ali, e de que seria flexível, desde que cumpríssemos a tarefa de fechar a clínica, e que isso não levasse muitos meses e sim um tempo plausível. De todas as negociações, em diferentes âmbitos, internos e externos, que fizemos a partir de então, tivemos, *a posteriori*, uma resposta construída pela área técnica de saúde mental sustentada pela Procuradoria Geral do Município, resposta que foi deferida pela juíza que recebeu a Ação Civil Pública, dando-nos o prazo solicitado, quatro meses, para a consolidação de um trabalho de fechamento da clínica a partir da transferência mais singularizada de cada paciente para um território, cada qual com a indicação clínica que mais lhe coubesse eticamente.

Uma reflexão que nos ocorreu nesta situação, *a posteriori*, foi essa posição que nos coube nos bastidores, diante do que tinha acabado de se passar. Estávamos ainda fazendo política, mas muito mais a partir do lugar de sujeito, por podermos falar espontaneamente pelo fato de não estarmos num lugar formalizado como horas antes. Neste lugar onde a fala pode ser mais espontânea também se faz política, é nele que o sujeito aparece de forma contundente, estando menos oculto no semblante do que no lugar político.

Tomando como referência o discurso da histórica, no qual o sujeito ocupa o agenciamento de fazer a proliferação dos significantes-mestres através de sua interrogação, produz-se, com o objeto *a* barrado sob o sujeito dividido, um saber como resto, produto, o que acreditamos ter sido produzido com o deferimento de nossa proposta de TAC, com o posterior trabalho tendo sido possibilitado. Ressalta-se, além disso, que as ACP's seguintes propostas em relação a outras duas instituições pela mesma promotora, e também aceitas pela justiça, continham muitos elementos de nosso texto, tanto do falado durante as reuniões, quanto do escrito no TAC.

São dois lugares em báscula, o do sujeito e o do objeto. O lugar de objeto, de rebotalho, que ocupamos ao “acolher” os equívocos pactuados sobre o fechamento imediato da clínica foi esteio para que nossa posição mais diretamente de sujeito nos bastidores da reunião, com a fala mais aberta de que tal medida seria uma perversão com os pacientes, possibilitou um assentimento da promotora com uma posição ética, num giro discursivo que furasse o maquiavelismo dos tons da discussão, deixar a clínica aberta daquele jeito ou fechá-la imediatamente: uma outra saída, a do meio, foi possível, como dissemos com Aron, leitor de Maquiavel, ao se referir à tragicidade da política e a tudo poder fazer entre os dois extremos dela, vencer perdendo a razão para vencer ou renunciar esperando libertar a alma. Do lugar político, atuamos a partir de um semblante necessário, o que possibilitou uma mediação para um fechamento mais clínico, mais cuidadoso com a mediação com a justiça e permitindo a transmissão de algo de um saber mais ligado ao lugar da verdade. A báscula do sujeito ocupando o lugar de agente, discurso da histórica, com a incidência do lugar de objeto, aquele que é agente da divisão, produz então a báscula com o discurso do analista, estando o agente atravessado pela função psicanalisante nele. Função que é de sujeito, mas causado, em báscula, pelo objeto *a*. Isto produz um outro estilo de significante-mestre, com o saber incidido sob a barra no lugar da verdade. É uma outra maneira de falarmos dos giros discursivos. O sujeito é aqui colocado em trabalho pelo efeito divisor que o objeto *a* como agente lhe incute. A especificidade que o lugar da política exige para que aquele que encarna esta função o faça de forma ética, supomos, é essa *báscula entre as posições de objeto e sujeito, onde a primeira legitima a segunda*. Foi nossa posição primeira que legitimou a segunda: a posição de sujeito foi inclusive legitimada pela incidência anterior da posição de objeto. O segundo momento não teria tido os efeitos que teve, de verdade, entendemos, caso não tivesse sido precedido do primeiro. Estes efeitos circunscreveram a possibilidade de uma alternativa ética ao proposto na reunião: os pacientes saíram da clínica, um a um, com o trabalho singularizado tendo podido ser feito por mais dois supervisores que vieram então compor uma equipe de quatro na supervisão de desinstitucionalização.

Na evocação da posição subjetiva de cada paciente, ligada estruturalmente aos tão mencionados na ocasião cocô e xixi espalhados pela instituição, foi possível publicamente trazer a incidência clínica sobre a situação política, mesmo que defrontados com a posição inicial de diferença da promotora em relação ao manicômio – para o Ministério Público encontrar pessoas em tão depauperadas condições não exigia mais que uma intervenção imediata, do lugar que ocupam, imediato que deixou-se atravessar pela mediação da clínica, feita pela política. Houve então, um atravessamento da clínica no “discurso” político adotado

diante do “discurso” jurídico. Ao menos o gozo de retirar imediatamente todos os pacientes do manicômio foi interdito. Do contrário, elidir-se-ia tanto o lugar de sujeito dos pacientes, quanto a possibilidade de fazer um trabalho que nos colocasse como objeto das construções clínicas possíveis desses sujeitos, submetendo-nos ao lugar causado pelo trabalho, aquele que nomeamos como o do psicanalista, ao mesmo tempo sujeito e objeto. É nesse sentido que algo do lugar de objeto como causa atravessa o lugar do sujeito político, causado.

Esta é uma das diferenças entre as posições do analista e do político atravessado pela função do psicanalista, somente pelo analista a identificação ao lugar de objeto é encarnada estritamente, como função. A função que atravessa o político quando orientado por uma direção ética, definida como sujeição aos efeitos de hiância, é a função psicanalista, e nessa subseção a destrinchamos pela balsa dos lugares de sujeito e objeto, outra forma de pensar os giros discursivos entre os discursos da histórica e do analista, pela função encarnada nesta pelo sujeito, causado pelo objeto *a*.

3.2 Ato político e ato analítico

Podemos desse momento pontual deduzir um ato, de nossa intervenção que impediu que numa reunião política se desse uma passagem ao ato, envolvendo o Ministério Público e então conseqüentemente a Justiça? Do fato de termos sido compelidos pelo desejo de transmissão da singularidade radical daqueles pacientes, pode-se supor a sustentação de um ato, que respondeu àquele momento radical com uma radicalidade à altura, uma vez que nos expusemos no limite do que era aceitável numa situação como esta? Colocamos nossa própria função política em jogo, contra a posição interna de nossos gestores. Pode-se extrair dessa sustentação radical da palavra, uma incidência do tratamento do real na política, de um furo no saber ligado aos efeitos de hiância do objeto *a*?

A aposta que nos cabe é verificar se e quando construções de práticas políticas são pontualmente atravessadas pelo desejo, portanto pelos diferentes lugares discursivos a partir dos quais o sujeito pode desejar. Quando Lacan (1998k, p. 780) diz, com Kant, que Sade propõe como universal a regra do direito ao gozo, diz que “essa é a regra à qual se pretende submeter a vontade de todos, por menos que uma sociedade a implemente através de sua coerção”. Desse modo, não podemos mais que constatar que o gozo próprio ao político e à estrutura humana, mas que nele se exacerba pelas condições de poder que o cernem, pode

apenas, e isso não é pouco, ter sua visada analisada para que a felicidade que busca seja atravessada pela verdade do sujeito:

O direito ao gozo, se fosse reconhecido, relegaria a uma era desde então caduca a dominação do princípio do prazer. Ao enunciá-lo, Sade faz com que se insinue para todos, por uma fresta imperceptível, o antigo eixo da ética: que não é outro senão o egoísmo da felicidade. (LACAN, 1998k, p. 798).

É a singularidade de cada ato político o que importa, é o que faz torção da sociedade no sentido da ética, pois não se pode extinguir o gozo da transgressão. Então para a política temos a mesma direção, a de advertimo-nos quanto às atuações que desconsideram a castração e conseqüentemente a heteridade, a diferença radical da posição de cada um quanto ao seu pertencimento. Lacan (2003f, p. 18) diz que a psicanálise invoca exatamente o gozo no furo no saber, como resposta de tentativa de preenchê-lo. É a circulação dos discursos que produz esse furo no saber, nessa tendência à “esfericidade” da política, o que foi possível nesse momento pontual.

Lacan o define, “o ato (puro e simples)” como tendo lugar “por um dizer”, e “pelo qual modifica o sujeito”¹¹⁷. No *Seminário 15* Lacan (1967-1968, p. 14-15) diz que na dimensão do ato surge algo que implica a “inscrição em algum lugar, o correlato de significante” e que o ato não está na face motora. Acompanha o Freud (1976b) de *A psicopatologia da vida cotidiana*, dizendo que o ato como motricidade se apaga, ficando a leitura que deve ser dada a partir “de um sentido mais pleno ao termo ato” (LACAN, 1967-1968, p. 50). Isto é o ato como leitura, via discurso, via falta, de um dizer que modifica.

O que define a posição do psicanalisante que pautamos como a posição política mais interessante do ponto de vista de tolerância quanto à singularidade é o discurso do analista, segundo Lacan (1992b) o conceitua com os discursos no *Seminário 17*. Situamo-nos para pensar a posição do psicanalisante com o que Lacan (1967-1968) no *Seminário 15* chama de sua tarefa na psicanálise, analisar, contrapondo-a com o ato, que então é do analista. Nesse Seminário Lacan de saída diferencia ato e tarefa. Assim, na questão sobre do que se trata de tomar como responsabilidade no trabalho do político, podemos pensar por um lado qual é sua tarefa e por outro quando o político faz ato. Em relação a isso nos referenciamos na conceitualização do ato analítico que Lacan (1967-1968) desenvolve, dizendo ser o único que pode esclarecer qualquer outro ato. Em *Radiofonia* Lacan (2003e, p. 407) diz explicitamente, falando sobre a linguística *deixar em branco* o que surte efeito no inconsciente, o objeto *a*:

¹¹⁷ A citação assim prossegue: “O ato psicanalítico parece apropriado a reverberar com mais luz sobre o ato, por ser ato a ser reproduzido pelo próprio fazer que ele ordena”. (LACAN, 2003c, p. 371.).

“com o qual, ao mostrar que ele é o pivô do ato analítico, pensei em esclarecer qualquer outro ato”. Outros campos, que não o próprio da psicanálise, deixam em branco o que surte efeito no inconsciente, o objeto *a*, mas aqui Lacan autoriza que coloquemos essa questão sobre como o ato analítico e sua incidência do objeto *a* fazendo efeitos de hiância, divisão, poderia esclarecer, no caso, um ato político.

O discurso do analista é o que produz ato analítico, definido como o ato que produz efeitos de sujeito, portanto efeitos de divisão, como diz Lacan (1967-1968) no *Seminário 15*. A posição de analisante, entendida a partir do discurso do analista, faz-nos tentar articular o exercício da tarefa política, tal qual Lacan diferencia tarefa de ato, pois se há ou não um ato do analisante é questão que fica para pensarmos se o ato do analisante seria o de aceder ao efeito divisor que o objeto *a* produz sobre o sujeito.

Em relação ao que seria a tarefa do político, perguntamos se esta se constituiria num sentido análogo no que faz o analisante ao narrar sua história, na construção em transferência com um analista que ao encarnar-se no lugar de objeto *a* a partir do ato faz o sujeito não eliminar mais o lugar do Outro, mas considerá-lo desse vazio divisor que o pequeno *a* representa. A transferência do político nessa sua tarefa seria com uma causa que o animaria. Partindo de que assim o é, a tarefa política que sustenta a transmissão da singularidade seria a de deixar-se incidir pela função do analisante, o que quer dizer, em relação aos membros da rede de saúde mental, aqui nosso foco, manter-se dividido quanto à verdade. A *tarefa* é então manter o quanto possível a política como *atravessável* pelo objeto *a* no que tange às tentativas nefastas de extirpação da singularidade nas demandas que pretendem regulamentar o sujeito. Na posição de analisantes, segundo esse raciocínio, em transferência com a causa política, acompanha-se o fazer como político no exercício da operação de uma gestão, de uma política, com o intuito de não ceder ao empuxo do totalitário, do discurso universitário para intervir transmitindo a singularidade. A causa política seria a mediação a partir da perda que constitui sua possibilidade de plenitude. Então, trata-se de fazer equivaler o atravessamento da função psicanalisante na política a uma posição que acede aos efeitos do ato analítico.

Fazer-se testemunho do discurso do analista é testemunhar efeitos sobre si de divisão, de sujeito, portanto do ato analítico, de sua própria análise. Lacan (1967-1968, p. 28) diz que “o ato psicanalítico diz respeito, e muito diretamente, em primeiro lugar” aos que dele não fazem profissão, mas que, “desse ato fazem profissão de agente”, como cita Alberti (1998, p. 97). Temos como *tarefa* manter a função do psicanalisante como leiga no que tange às tentativas de totalização na operação da gestão. Isto ocorre no acompanhamento que fazemos

ao sustentar a circulação da palavra, como temos no exemplo da reunião. É pela palavra que se goza, ao mesmo tempo que é ela quem faz frente ao gozo. Entendemos palavra aqui como aquilo do que o inconsciente é feito, não no sentido material, mas como sendo o “único material¹¹⁸ do inconsciente” (LACAN, 1976b, p. 199). É o intermédio da circulação da palavra, na transferência, limitada à verificação nas situações políticas.

Em relação ao discurso do analista na lição *A impotência da verdade* no *Seminário 17*, Lacan (1992b, p. 161) traz que “o agente não é forçosamente aquele que faz, mas aquele a quem se faz agir”. Duas páginas depois ele se pergunta o que é que faz agir esse agente, e responde que “reencontramos aqui, em certo nível, a expressão de Hegel – restituir o trabalho no mundo” (LACAN, 1992b, p. 163). Semelhante axioma nos coloca no *Seminário 17*, quando diz que a “chave está na indagação sobre o que cabe ao gozo” (LACAN, 1992b, p. 168), referindo-se ao ato, com o que fazemos alusão ao ato político. No início da lição 6 do *Seminário 15* Lacan (1967-1968, p. 87) se refere ao ato analítico “para interrogar esse ponto de equilíbrio, em torno do qual se coloca a questão do que é o ato”. Diz que tem duas ambições falando do ato, a curta, “a melhor”, é saber em que consiste o ato analítico e a longa, que diz que não pode ser descartada, é esclarecer o que é o ato. Dessa longa ambição interessa-nos então o que seria o ato político. Articular o ato analítico, diz Lacan (1967-1968, p. 87), se for um ato, implica sua consequência, uma vez que o ato é um dizer e um dizer na medida que a dimensão do Outro no testemunho que ele faz não pode ser eliminável. Lacan (1967-1968, p. 211) diz que o que constitui o ato está no objeto *a* que permite destituir de sua função a relação com o “todo”. No ato analítico, é sua encarnação que faz a destituição subjetiva para que o sujeito possa aceder ao lugar de objeto de seu desejo, que só pode ser pela hiância. Antes, Lacan (1967-1968, p. 65) pergunta explicitando o que vem a ser nossa questão: “Pode ser interessante ver reproduzir-se esse efeito de perda para além da operação que centra o ato analítico?”. De que forma a incidência dessa hiância pode então efetuar-se e ver-se verificada num ato como o político? Seguindo o *Seminário 15* temos o que Lacan (1967-1968, p. 98) fala sobre o ato político “à medida que seguramente são atos, *no sentido em que esses atos eram um dizer*, e precisamente dizer em nome de um fulano, e por isso trouxeram um certo número de modificações decisivas” (grifo nosso), referindo-se à forma pela qual a teoria de Marx foi posta em ato, com “tal ou tal desvio da revolução”. Lacan

¹¹⁸ Um ano depois da definição feita de *alingua*, Lacan dirá, exatamente completando o parágrafo acima, que é [...] nesse *motérialisme* que reside a tomada do inconsciente – quero dizer que o que faz com que cada um não tenha encontrado outros modos de se sustentar não é senão o que, há pouco, chamei de sintoma” (idem, 1998o, p. 10). Neste neologismo, Lacan condensa, no francês, *mot*, palavra, com *matérialisme*, materialismo.

(1967-1968, p. 77) disse algumas páginas antes que em relação à interrogação sobre o ato psicanalítico ele quer apontar que:

em nosso horizonte, sabemos o que pode dizer respeito a todo ato, deste ato do qual mostrei, há pouco, o caráter inaugural e cujo tipo, se assim podemos dizer, é veiculado para nós através dessa meditação vacilante que se persegue ao redor da política, pelo ato dito de Rubicão, por exemplo. Atrás dele, outros se perfilam [...]

Lacan está aqui falando sobre o que diz respeito do ato analítico, a todo ato. *Cujo tipo*, referindo-se ao ato analítico, é veiculado através de algo que se persegue ao redor da política, pelo ato que ele caracteriza como inaugural, exemplificando com o ato de Rubicão¹¹⁹, aquele atrás do qual outros se perfilam. O que há de inaugural em qualquer ato é da mesma ordem?

O analisante, Lacan (1967-1968, p. 215) diz que chegando à realização que é a da castração, consoma nesse ato sua divisão. Então define o ato analítico como de natureza, por introduzir outra dimensão que é a de não agir por si mesmo, a lançar luz sobre o ato “sem qualificação” (LACAN, 1967-1968, p. 215). Esse que ele diz ser o “que não nomeio”, entendemos, seria se houvesse o ato do psicanalisante, que (se não se constata ainda efeitos de ato) podemos ao menos fazer incidir como tarefa do político que dessa função do psicanalisante se deixa agir ao atravessar-se pelo efeito de perda.

Lacan (2003d, p. 269) fala sobre todo ato ser “apenas uma figura mais ou menos completa do ato psicanalítico”. Parece que Lacan está afirmando que todo ato, o qual teríamos que ter definido, é mais ou menos incidido pelo ato analítico. Como poderíamos verificar um ato como político, e, mais ainda, um ato político como tendo dimensão de ato analítico? Podemos verificar tais efeitos de divisão, e como efeitos de ato, a serem atribuídos ao que se fez no exercício político? Se sim, podemos considerá-los efeitos que testemunham uma posição política a partir da posição do psicanalisante, definida pelo discurso do analista, portanto pelo sujeito no lugar de trabalho, sobre o qual incide a inclusão do que há de divisor no objeto *a*.

O ato é “fato de significante”, diz Lacan (1967-1968, p. 216), “por onde tem lugar o retorno do efeito dito efeito de sujeito, que se produz pela fala, na linguagem”, uma vez que “ele é radicalmente divisor”. Essa construção desemboca na afirmação de que todo pensamento ordenado se situa “a partir de um *bivium*” que é *particularmente claro* em nossos dias, ou se rejeita o efeito de divisão de sujeito ou o pensamento “entrega-se à dimensão do ato e, para isto, basta que toque no efeito de sujeito” (LACAN, 1967-1968, p. 217). Segundo Lacan (1967-1968, p. 225) a valorização da presença do objeto *a* somente pode ser feita à luz

¹¹⁹ Ver *O ato psicanalítico*, Lacan (1967-1968, p. 77).

da psicanálise, então é a partir desta que colocamos a questão sobre o que é o ato político. No início deste Seminário, Lacan (1967-1968, p. 18) diz que “a função do objeto como *a* toma todo o seu valor de oposição subjetiva”, referida “à distinção de conjunto e de classe”, lembrando o *Seminário 12, Problemas Cruciais para a Psicanálise* (LACAN, 2006). O objeto *a* é o que, pela perda que institui, constitui o sujeito em sua singularidade, a mais distinta de todo e qualquer conjunto e classe. A verdade é que a falta, diz Lacan (1967-1968, p. 84), representada pelo objeto *a*, é a perda. Essa perda é causa da “causa de si”, diz ele nesse trecho. Com clareza, Lacan (1967-1968, p. 72) havia dito antes que o objeto *a* comanda o sujeito e um pouco depois que “o sujeito não é causa de si”, que ele é “consequência da perda e que seria preciso que ele se colocasse na consequência da perda, a que constitui o objeto *a*, para saber o que lhe falta”. Portanto é o objeto *a* que é causa do sujeito, como perda que o constitui como dividido. “A tarefa à qual o ato analítico dá seu estatuto é uma tarefa que já implica essa destituição do sujeito” diz Lacan (1967-1968, p. 91) páginas à frente, portanto, em qualquer ato, e aqui no que nos interessa, no ato político, deve estar implicada tal destituição?

O que então diz respeito a todo ato? Seria o *efeito de perda*, para além da operação do ato analítico, na medida em que todo ato seria *um dizer* que traz um *certo número de modificações decisivas*? Também, o ato político, pode-se defini-lo como o que, por um dizer com a não eliminação da dimensão do Outro, instaura um efeito de perda pela incidência do objeto *a*? Se ele só pode ser esclarecido pelo ato analítico, é à medida que faz intervir a dimensão do objeto *a* que se faz ato. O ato parte do objeto, do real, ele tem o sentido do real ao simbólico e convoca a interpretação, então esta é necessária para que se consume essa dimensão de ato. Há que se ver quando um ato político requereu a interpretação e o fez. Na situação política que aqui analisamos, consideramos que fizemos uma interpretação pela iminência da passagem ao ato que ocorreria, enunciando-a e conseqüentemente a evitando.

Além disso, o que teria o ato político que consuma tais efeitos de perda e de modificações decisivas a ver com o que seria o ato psicanalisante na assunção de uma divisão radical? A consequência do ato é a divisão, no entanto somente o ato analítico poderia verificar qualquer efeito de mudança na posição de um sujeito em relação à divisão. Essa é a diferença do ato político, a impossibilidade desta verificação, o que não o impede de operar mudanças nas conseqüências no real, mesmo deixando intacta a questão de saber que efeitos tais mudanças produziram na posição real do sujeito, uma vez que esses efeitos somente poderiam ser recolhidos na análise. O ocorrido na reunião sobre a qual refletimos aqui exigiu uma interpretação, tendo mudança na realidade, ou no real institucional?

Se pudermos assim chamar de efeitos da posição do psicanalisante os efeitos de interrupção a cada vez pontual de demandas que pretenderam elidir a dimensão do sujeito enquanto objeto de seu desejo, podemos também nos perguntar o que foi transmitido. Lacan (1967-1968, p. 229) diz que a noção de consequência liga-se às funções de sequência lógica, pela qual o que tem consequência é “a articulação de um discurso, com o que ele comporta de sequência, de implicação”. Certamente um discurso foi articulado na experiência citada da reunião, e do lugar político podemos inferir que se articulou um discurso via a função do psicanalisante, a do discurso do analista. Os exemplos citados ilustram a persistência em sustentar a transmissão da incidência do discurso do analista pela função do psicanalisante. De novo no *Seminário 15* Lacan diz que “só há exemplos quando os efeitos se tornam um pouco persistentes” (LACAN, 1967-1968, p. 256). É isto o que se faz invocar pela colocação em jogo do objeto *a*, no sentido que diz Lacan (1992a, p. 170):

Se quisermos que algo gire – é claro que em última instância jamais se pode girar, já sublinhei bastante isso –, não é certamente por progressismo, mas simplesmente porque isso não pode parar de girar. Se não gira, range, bem onde as coisas colocam problemas, quer dizer, no nível do posicionamento de algo que se escreve *a*.

No discurso do analista a função psicanalisante tem pela incidência do efeito divisor do objeto *a* no lugar de agente o sujeito ocupando esse lugar que pode assumir essa divisão que o submete à castração e conseqüentemente às condições de possibilidade em meio ao discurso do mestre e do universitário que regem o funcionamento das coisas no mundo. O lugar de transmissão do que seja efeitos de divisão, do sujeito, podemos fazer presentificar desde o lugar do psicanalisante, no qual o desejo pode operar. O que se tem a fazer é continuar sustentando de forma a não sermos reféns dos resultados imediatos, sendo estes tema corrente na política. No lugar da política, se se opera por identificação, o trabalho não é paralisado, diferente do lugar do analista, o que nos faz crer que é possível depararmos-nos com uns resistindo, e outros em trabalho, isso sempre em aposta de efeitos, de que haja giros discursivos, o que se invoca, como dito, pela colocação em jogo do objeto *a*. No *Seminário 18* Lacan (2009, p.57) traz: “É preciso que eu lhes diga isto, já que, em suma, vocês não o entendem: o discurso do analista não é outra coisa senão a lógica da ação”. Achamos que há nisso um bom índice para medirmos a eficácia da incidência do objeto *a* com nossa presença no lugar político: fazemos ato (político) se deslocamos o discurso, no caso, do universitário, ou seja, se, em vez do sujeito barrado produz-se, pontualmente não um *a* produto como resto, mas um S_1 como resto do *a* agente no sujeito político que ocupa o lugar da função do

psicanalisante, produto da causa de desejo, de trabalho. O discurso do analista é o que coloca a questão da verificação de terem sido ou não atos políticos tais atos, de transmissão.

O nosso ato de referência, o ato analítico, traz consigo uma extrema dificuldade no que tange sua transmissão. O próprio passe, dispositivo que Lacan criou para verificar a existência de um analista, conseqüentemente seu ato – que é o que o define (“a posição do analista não se determina a não ser por um ato” (LACAN, 1967-1968, p. 60) –, é difícil de ser implantado, corroborando a dificuldade de como verificar um ato analítico fora da análise. Em relação ao ato político, é prudente tomar as mesmas referências, de verificação de sua consequência ter ou não trazido efeitos de hiância pela função psicanalisante caracterizada pelo discurso do analista, o que diz respeito ao sujeito, portanto no ato político a dificuldade aqui aparece, em como verificar num coletivo tal efeito. Teríamos que poder falar de um *sujeito coletivo*. Diz Lacan (1967-1968, p. 230) em relação aos efeitos do ato que por:

sua duração, sua persistência e seu efeito aderente ao que dura, ao que se mantém nesse esforço de articulação, poderemos, com efeito, medir indiretamente o que há de deslocado no outro campo que é precisamente o campo das forças reais. Mas é sempre por algum nó de consequências, e de consequências significantes, que apreendemos o que ocorre.

Forças reais, interessante expressão que nos remete ao que há de mais político, no sentido amplo do termo, de viver na pólis. Isto é similar ao que nos diz Arendt (1997, p. 74) em *O que é a política?*, de acordo com a pólis grega, em que o espaço público só se torna político quando assegurado “numa cidade”, isto é, quando ligado a um lugar palpável que possa sobreviver tanto aos feitos memoráveis quanto aos nomes dos autores memoráveis e possa ser transmitido à posteridade na “sequência das gerações”.

O que Lacan diz sobre o ato implicar uma consequência podemos ver refletir-se em algumas das situações políticas descritas, notadamente na do fechamento da CSDE-P, e em relação à reunião citada sobre a Clínica das Amendoeiras. Houve muitas consequências sustentadas no processo de fechamento desta clínica. Consequências que podemos entender como de ato: as articulações citadas para que fosse possível a sustentação do TAC, incluindo o efeito posterior de incorporação de nosso texto pela promotora.

Sendo todo discurso de gozo, também como dissemos borda a ele, borda delimitada pelo ato, no caso aqui político. É o que Lacan (2003c, p. 379) diz, dessa vez no texto dos *Outros Escritos, O ato psicanalítico*, complementando que isso se impõe por haver situado o ato analítico como determinado pelo gozo, e, “ao mesmo tempo”, pelas “maneiras pelas quais ele precisa preservar-se deste”. Não se trata aqui de ato analítico, mas usamos tal indicação como direção para a construção dessas leituras também no campo da política em relação a

práticas que visam regulamentar o ato analítico, isto é, como construção de respostas, em ato político, ao gozo na coletividade quando esse pretende destituir a singularidade.

Se o que Lacan nos ensina, com a formulação do objeto *a* como causa de desejo e “não-todo significante”, como ressalta Miller (2005, p. 24) de sua leitura do *Seminário livro 20* –também pelo objeto *a* direção ao real para qual o discurso do analista incute – cabe no entanto guardar as especificidades de um “discurso” que é outro, no intuito de furar o saber, aquele ligado ao mestre ou o que é ele mesmo agente de um discurso, o do universitário. Isto podemos verificar ter sido possível na situação descrita. É impossível se estar em quaisquer dos discursos, se estar de uma vez por todas aboletado num dos quadrípedes descritos por Lacan. Isto é o que chamamos de posicionamento político que, diante do *não querer saber*¹²⁰ inerente ao humano, o agente político se coloca na direção de deixar-se afetar pelos efeitos do objeto *a* em seu discurso, de um *querer saber* dessa incidência, “furado”: o que lhe imputa uma posição ética e política, diversa da massa, na *ex-sistência*. A política apresenta-se assim mais afeita ao mesmo tempo à verdade e ao seu semi-dizer, portanto ao real e a incidência deste via objeto *a*. O objeto *a* faz função de causa ao desejo do sujeito, de onde chegamos ao fato de que todo ato que é ético traz *efeitos* políticos. Há aqui então uma diferença entre efeitos políticos, que podem advir da clínica inclusive, e uma posição propriamente política. Se vivemos na pólis, qualquer retificação, por maior dimensão singular que tenha, é nela que trará efeitos. Dessa forma, incutem-se dois tempos lógicos a essas duas dimensões: a dimensão do ato analítico – como resposta ao horror do qual ninguém quer saber¹²¹ –, que compreende o ético, e a dimensão do efeito político, que pode ainda, num passo a mais, vir a ser um ato político, tal como verificamos. Passo que pode ser dado, por exemplo, ao se tratar politicamente da mesma questão, endereçando-a como política, a um coletivo, como testemunhamos no exemplo da reunião com o Ministério Público. É ética uma posição do sujeito do inconsciente quando este se responsabiliza por seus atos – diz Lacan que a experiência moral “coloca o homem numa certa relação com sua própria ação” (LACAN, 1997, p. 11). No nível da política, implica-se o ato de retificação então inexoravelmente coletivo, na pólis, tal como vimos, por exemplo, na situação do GT de Desinstitucionalização,

¹²⁰ “[...] é que há também em vocês, na grande massa dos que estão aí, um *não quero saber de nada disso*. Só que, e aí é que está tudo, será o mesmo?” (grifo do autor). (LACAN, 1985, p. 9).

¹²¹ Como diz BROUSSE (2003, p.20): “a psicanálise – por considerar o monstruoso não como uma particularidade de alguns e sim como encontrável em todos os humanos, [...] – coloca então no centro do sujeito um ponto de horror que o faz vacilar. [...] Isso conduz a pensar a relação entre o analista e o político, não apenas na vertente do saber, mas na vertente do ato, ou seja, a forma de responder através do ato a esse ponto central”.

da área da cidade na qual foi implantada a parceria com a Assistência Social, no que se refere à desinstitucionalização quando este outro setor pôde se responsabilizar pelos pacientes, não mais deixando sozinha a saúde¹²². Isso nos induz a retornar à diferenciação dos conceitos de ética e política, uma vez que, como fundamentamos, se a ética implica a política, o contrário não é verdadeiro, necessariamente, é preciso um segundo tempo lógico, coletivo, para que a ética esteja em questão na política. Apesar de não se tratar senão de um segundo tempo lógico, uma vez que é o coletivo que o sujeito habita.

3.3 O empuxo do discurso do capitalista, na saúde mental

Nessa última subseção da tese pensaremos os efeitos da incidência do objeto *a* enquanto resposta ao discurso do capitalista. Tais efeitos advêm de um operador da gestão poder também fazer-se rebotalho, *mas nesta função um rebotalho de outra ordem* que a do analista, um rebotalho que faça interrogar o sentido e nele reconhecer a incidência do real um pouco mais do que comumente testemunha-se nesta prática, onde o imaginário costuma *fazer a festa*. A *destotalização* que caracteriza os efeitos do objeto *a* é marca radical do advento dos efeitos do significante, que, como diz Lacan (1985, p. 60) no *Seminário 20*, está “longe de se admitir”¹²³ o que ele carrega por seus efeitos de significado, e mais à frente: “Seguir o fio do discurso analítico não tende para nada menos do que refraturar, encurvar, marcar com uma curvatura própria”, diz ele, “aquilo que produz como tal a falha, a descontinuidade”. No *Seminário 18* Lacan (2009, p. 46-47) diz que “o mais-de-gozar, assim como a mais-valia, só é detectável num discurso desenvolvido, que não se cogita de discutir que possamos definir como o discurso do capitalista”. Mais à frente no mesmo Seminário diz:

¹²² Aqui deixamos um adendo para a questão das imensas dificuldades que a saúde mental encontra hoje em dividir a responsabilidade pelos pacientes institucionalizados, uma vez que ainda estritamente como psiquiatria, historicamente isolou os loucos e se fazia responsável por toda sorte de provimentos de que estes necessitassem, não só em saúde mas em todos os campos de suas vidas. Era dentro do hospício que o louco se tratava não somente de sua condição psíquica, mas nos setores ali existentes de saúde em geral, nos chamados blocos médicos, de assistência social, jurídicos e etc.. O louco encontrava toda oferta para as demandas que os administradores do hospital lhes considerassem dignas de serem atendidas. Portanto, conjecturamos que essa dificuldade é resultado de uma dívida histórica que se assumiu pela saúde mental como totalitariamente dela, ao mesmo tempo em que foi conveniente para os outros saberes não se haverem com a loucura. Achamos então que nos encontramos, em relação a como se deu a história e a como gostaríamos que a loucura não se restringisse à saúde mental, num momento histórico de transição.

¹²³ A citação inteira diz: “O que é produzido na articulação desse novo discurso que emerge como discurso da análise é que o ponto de partida é tomado sobre a função do significante, bem longe de se admitir, pelo vivido do próprio fato, o que o significante carregue por seus efeitos de significado.”

Nessa denúncia se enuncia algo que se coloca como verdade. Em nome dessa verdade, emerge, promove-se a mais-valia, como sendo a mola do que era sustentado até então por um certo número de desconhecimentos deliberados e que tem que ser reduzido a seu semblante. Mas não basta – assinaei eu e a história o demonstra – que se produza essa irrupção de verdade para que o que se sustenta nesse discurso denunciado seja derrubado.

Com efeito, esse discurso, que no caso poderíamos chamar de discurso do capitalista, na medida em que ele é uma determinação do discurso do mestre, encontra aí, antes, seu complemento. Longe de o discurso capitalista se sair pior por esse reconhecimento como tal da função da mais-valia, parece que nem por isso ele deixa de subsistir, já que, aliás, um capitalismo retomado num discurso do mestre é justamente o que parece distinguir as consequências que resultaram, sob a forma de uma revolução política, da denúncia marxista do que se passa com um certo discurso do semblante. (LACAN, 2009, p. 154).

O discurso do mestre nessa apresentação capitalista encontra na disseminação de sua denúncia uma sustentação retro alimentadora. Espuriamente apropriado, o discurso marxista foi o do qual, perversamente, o discurso capitalista se serviu. No evidenciamento da mais-valia feito pela denúncia de Marx escancara-se o semblante do referido discurso, semblante deste mestre atual, o capital. Sendo o mais-de-gozar operado sempre em perda o que se apresenta nesse discurso é essa força do acúmulo de capital libidinal: *gozar mais, perder menos*. Desse ponto, colocamos a questão da relação desta preponderação do acúmulo de capital com a resposta que seria situável como passagem ao ato no exemplo do fechamento da Clínica das Amendoeiras que vimos analisando. Enunciemos também a questão de se não é esta apresentação de tentativa de acúmulo de gozo a do político quando goza sem limites do outro. Trabalharemos sobre a incidência do objeto *a* tomado em toda a sua força de presença de acúmulo de mais-de-gozar ditar assim o empuxo do discurso capitalista, de forma que o giro discursivo efetuado pela interveniência do discurso do analista seria seu contraponto – o que se relaciona com a posição política que se define pela constituição do sujeito em relação à inscrição da palavra.

Na situação de se fazer trabalhar politicamente para que a clínica em questão não fosse abruptamente fechada violentando o pertencimento daqueles sujeitos àquela miséria subjetiva, encontramos o que Lacan (1992b, p. 159-160), diz sobre o sucesso do discurso do mestre se encontrar em sua apresentação capitalista a partir da palavra funcionar como “carniça”: “[...] num nível mais elevado – o de um objeto *a* [...], a palavra pode fazer o papel de carniça”, dizendo que “nunca é num momento qualquer ou de qualquer maneira que a palavra funciona como carniça”. Lacan faz essa observação para dizer que está aí a gênese da manutenção da dominação do discurso do mestre, porque isto se prova “pelo fato de que, explorados ou não, os trabalhadores trabalhem”. Por que trabalham, explorados ou não? Por que é tão fácil deixar a palavra virar *carniça*, como quase teria se dado na iminência da passagem ao ato que se

daria no exemplo citado, e em que momentos e de que maneira isso acontece mais? Seria quando há uma preponderância do empuxo do discurso do capitalista? O sucesso, pelo trabalho acumulado, do discurso do mestre, depende do ultrapassamento de “certos limites”, diz Lacan (1992b, p. 160), referindo-se à mutação capital que *confere ao discurso do mestre seu estilo capitalista*. É nesse ponto que Lacan diz, pelo que entendemos, que tal estilo capitalista confere ao discurso universitário seu enfraquecimento pela veiculação da “carniça naqueles corredores”, os da Universidade, como sendo sua responsabilidade, não sendo tal discurso senão “uma dessas transformações”, [...], um giro de um quarto em relação ao discurso do mestre. Isso leva a pensar que a incidência do enfraquecimento do discurso universitário, dessa veiculação de palavra como carniça, na política, é o que lhe confere o *status* tão rebaixado hoje, o que num passo a mais leva ao atual empuxo do discurso do capitalista.

Empuxo é um conceito da física que se refere à força que atua num meio específico – os fluidos –, assim definido no Princípio de Arquimedes: “Um corpo completa ou parcialmente imerso em um fluido receberá a ação de uma força para cima igual ao peso do fluido que o corpo desloca” (HALLIDAY, RESNIK, WALKER, 1996, p. 89). Num exemplo, tem-se uma bola de tênis, que quanto mais se tenta afundar na água, mais força cada molécula de água exercerá na bola no sentido contrário da sua força. Esta força será concentrada no centro de gravidade da bola, ou seja, no meio. Isto porque a pressão aumenta em função da profundidade. O empuxo também pode ser interpretado, *a priori*, como uma força de reação. Dizem Halliday, Resnik e Walker (1996, p. 89):

o peso de um objeto flutuante (atuando para baixo) é exatamente contrabalançado pelo empuxo (atuando para cima). Entretanto, essas duas forças nem sempre se aplicam no mesmo ponto. O peso atua no centro de massa do objeto flutuante, enquanto o empuxo atua no centro de massa do vazio na água, um ponto chamado de centro de empuxo.

Utilizamos essa referência para tomarmos como empuxo a força de empuxo do gozo do discurso do capitalista, exercida sobre o funcionamento humano e mais especificamente sobre a política, a partir do qual somente o trabalho persistente em sua direção contrária, na direção da mediação, via palavra, pode produzir furos e inflexões pontuais nesta direção. Observe-se que não dizemos nunca *empuxo* de qualquer coisa ligada a uma direção ética, ao furo, porque o empuxo opera como uma força dominadora, preponderante. A força que prepondera, contra a qual o trabalho psíquico se elabora, é esta, a força do gozo. A direção do furo e da ética da singularidade se coloca contrária a essa força preponderante. No empuxo *a pressão aumenta em função da profundidade*, com o que fazemos a hipótese em analogia de

que a pressão de totalizar o exercício político aumenta com o aprofundamento da direção da singularidade – aliamos a isso a força que exerce o gozo em relação à castração.

Deparamo-nos com uma relação que Lacan faz entre a estrutura de mercado e a origem da letra, o que nos parece um enigma: falando sobre as letras do alfabeto fenício acharem-se sobre pequenas cerâmicas egípcias, onde elas serviam de marcas de fábrica, “bem antes do tempo da Fenícia”¹²⁴, Lacan (1985, p. 50) diz:

Isto quer dizer que foi do mercado, que é tipicamente um efeito de discurso, que a letra veio, primeiro, antes de quem quer que seja ter sonhado usar letras para fazer o quê? – algo que não tem nada a ver com a conotação do significante, mas que a elabora e a aperfeiçoa.

O que Lacan quer dizer? Nos mercados orientais podemos observar, com as conhecidas feiras onde os vendedores se ofendem se o comprador leva o produto com o primeiro preço oferecido, sem negociar, um atravessamento pela subjetividade, maior do que encontramos hoje. Essa diferença se apresenta, pois na antiguidade encontramos a origem do mercado a partir das trocas da produção excedente servindo para a obtenção de produtos faltantes, e não ainda somente para o lucro. Ali, nas feiras orientais e na origem do mercado, as trocas tinham tal valor, subjetivo, diferente do que passou a ser depois. Essa negociação tem valor de troca subjetiva e não apenas¹²⁵ de lucro do *mais dinheiro*, como o que prepondera atualmente. Quer então dizer Lacan que a letra veio de algo que se escreve e se transmite, ao modelo do mercado, via trocas sociais (e não como o mercado é hoje movido pela mais-valia)?

O contexto que nos traz nesse ponto final da tese a esta questão é uma leitura comum tanto na sociedade em geral quanto na construção teórica de muitos psicanalistas, de que, com todo esse cenário descrito, com tantos exemplos de gozo irrefreado, viveríamos num momento cultural diverso historicamente em relação aos momentos anteriores no sentido de

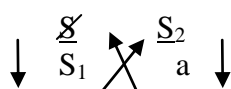
¹²⁴ “Os fenícios, chamados sidônios no Antigo Testamento e fenícios pelo poeta Homero, eram um povo de língua semítica, ligado aos cananeus da antiga Palestina. Fundaram as primeiras povoações na costa mediterrânea por volta de 2500 a.C. No começo de sua história desenvolveram-se sob a influência das culturas suméria e acádia da vizinha Babilônia. Por volta de 1800 a.C., o Egito, que começava a formar um império no Oriente Médio, invadiu e controlou a Fenícia, controlando-a até cerca de 1400 a.C. Por volta de 1100 a.C. os fenícios tornaram-se independentes do Egito e converteram-se nos melhores comerciantes e marinheiros do mundo clássico. A contribuição fenícia mais importante para a civilização foi o alfabeto. [...] Para facilitar a escrita comercial, criaram o alfabeto, maravilhosa invenção da história da comunicação humana.” Cf HISTÓRIA DO MUNDO (2013).

¹²⁵ Dizemos *não apenas* porque sabemos, com Marx, que a relação entre valor de uso e valor de troca que resulta na determinação do mercado está presente em qualquer negociação de produto. Cf. *Valor de uso e valor de troca - o trabalho socialmente necessário* (MARX, 2012, p. 24-28).

que hoje se gozaria *mais*, haveria *menos* Lei. Outra questão segue esta em termos lógicos: a consistência atual do capitalismo, a partir de seu avatar, a propaganda, que nos compele a gozar mais e mais, que relação tem com uma apropriação espúria do singular?

O discurso do capitalista, discurso que não se configura nem mesmo como tal *stricto sensu*, segundo a lógica dos discursos como laço social, é o chamado discurso que coloca o objeto *a* como ganho irrefreado de gozo, a partir de que este não estaria em perda pois do lugar de resto ele é reenviado ao significante-mestre. Temos o discurso do capitalista como proposto na Conferência de Milão de 1972 por Lacan (2013):

Discurso do Capitalista:



Tem-se aqui o discurso do mestre, com S_1 e sujeito trocando de lugar, estando o sujeito apenas como *laranja*, para usar um termo referente à corrupção do mundo mercantil, no lugar de agente, ficando o S_1 escondido no lugar da verdade. Vê-se a direção do objeto ao sujeito, impossível que, sustentado pelo discurso do analista, no discurso capitalista é posto como possível, ao modelo da perversão, como veremos. Entre sujeito, agente anulado pelo objeto que o comanda, e o outro, não há relação, quem se dirige ao S_2 é o S_1 , isto quer dizer que o lugar do Outro é ocupado por um saber que está a serviço de um significante-mestre se apropriando espuriamente do lugar da verdade, da singularidade. Como diz Alberti (s/d, p. 8), temos o seguinte:

O outro não é mais, como no discurso do mestre, o que tem um saber, por mais que este seja da ordem da doxa, mas o outro é reduzido a seu lugar de gozo que, no interior do discurso do capitalista (seguir as flechas), volta ao S_1 , aumentando o seu capital.

Por isso a autora diz que do discurso capitalista não se pode sair, de acordo com as setas, há um círculo vicioso. Há a produção dos *gadgets* feita pelo endereçamento de S_1 a S_2 , “supostos satisfazerem o saber reduzido ao gozo, *gadgets* identificados com o mais-de-gozar. Mas em vez de ser impossível ao sujeito – como no discurso do mestre – aceder a esse gozo”, como diz Alberti (s/d, p. 8), isso se torna possível, “de forma que a castração fica foracluída e o sujeito fixado nesse lugar que o S_1 determina.” Diz Lacan (1997, p.49) que é isso o que distingue o discurso do capitalista, é a rejeição da castração (por isso não seria este propriamente um discurso):

O que distingue o discurso do capitalista é a *Verwerfung*, a rejeição; a rejeição fora de todos os campos do simbólico com aquilo que eu já disse que tem como consequência a rejeição de que? Da castração.

Continua Alberti (s/d, p. 8), com o que é uma explicação deste ponto em Lacan:

É como se pudéssemos dizer: o discurso do capitalista não exige a renúncia pulsional, ao contrário, ele instiga a pulsão, impondo ao sujeito determinadas relações com a demanda, sem se dar conta de que, ao fazê-lo, sustenta sobretudo e em primeira mão, a pulsão de morte. “Isso funciona tão bem, tão rápido, que isso se consoma” diz Lacan, em Milão, corroborando Marx quando este prevê seu fim, não sem que com isso se consuma boa parte da população).

Tal estrutura colocaria a política, da forma como é praticada hoje com sua habitual manipulação dos cidadãos, no mesmo discurso do mercado, o capitalista, já que o que se verifica atualmente é que dependem ambos da propaganda, isto é, da veiculação massiva de informação midiática que pretende manipular o sujeito para que a partir do Outro se defina como consumidor irrefreado de suas demandas. Seria a propaganda o S_2 no discurso capitalista, seria ela o saber gozado? A propaganda sustenta o capitalismo, mas também o tem como causa. Sem ela o capitalismo não reinaria, mas o que está por trás dela é o poder econômico, com suas atuais correlatas propostas de políticas públicas, as que pretendem extirpar resquícios de sujeitos nas práticas, como vemos em inúmeros exemplos.

O que, mais que a política, tende ao agrupamento, diz respeito ao geral, ao todos? Mas por que dizer respeito ao todos implica hoje em *todo-tentar* apagar o singular? *Nas políticas públicas, sejam de saúde, de educação ou quaisquer outras, se revelam os piores efeitos de instituição de práticas que levam para os recônditos impossivelmente mais escondidos o de que se faz o humano, por ser nesse campo, o do público e de suas regências legislativas, que se define para uma massa o que é e o que não é proibido.* A operação das políticas públicas de saúde para o “tratamento” do que é do psíquico e a que visam é o que analisamos como sendo ditado por sua referência ao capitalismo.

Essa é uma apropriação do funcionamento coletivo que pode ter todos os matizes... E cá estamos em nossos dias, sabemos bem em que nível. Quinet (2009, p. 14) diz, referindo-se à força do capitalismo, que uma consequência é “a instalação dos sujeitos em uma lógica do “todo”, em que a “latusa” como objeto de consumo é o complemento do sujeito”. Essa lógica, prossegue, “na qual não está inscrita a castração, abole a diferença fazendo de todos nós consumidores” (QUINET, 2009, p. 15). *Freud (2011d, p. 259), quanto ao desconhecimento corrente quanto ao inconsciente e portanto à singularidade, diz que:*

Esse estado de coisas é suficiente para explicar a acolhida irritada e relutante que a psicanálise teve nos círculos científicos. Mas não permite compreender como se

pôde chegar, na polêmica, àquelas explosões de indignação, de escárnio e desdém, ao abandono de todos os preceitos da lógica e do bom gosto.

Os exemplos de descabros que citamos quanto à exclusão da loucura cabem naquilo que Freud se refere, no ataque à psicanálise e aos seus corolários, os da singularidade, ao *abandono de todos os preceitos da lógica e do bom gosto*.

A verificação da pertinência ou não do discurso do capitalista como vigente hoje é a leitura que pauta o argumento de que gozaríamos mais, tal qual esse discurso se apresentaria como o que chamamos de discurso do gozo irrefreado ou do gozo não parcializado. No *Seminário 16*, Lacan (2008, p. 13) diz na primeira aula que “No discurso, não tenho que seguir sua regra, e sim encontrar sua causa”. É nesse ponto que se alegra de que finalmente, como sempre desejou, recorrerá a Marx para situar a função do objeto *a*, para investigar psicanaliticamente “a questão do que é o objeto do capital” (LACAN, 2008, p. 17). Assim, qual é tal objeto? Lacan diz que Marx parte do lugar em que situa o trabalho na função do mercado atual, parte de como há um “mercado de trabalho”, posto que este é “comprado”, e é nisso que se encontra a função da mais-valia e a impossibilidade desta ser remunerada, a partir do momento em que o “sujeito capitalista”, diz Lacan¹²⁶ (2008, p. 17) neste Seminário, não teria tido a subversão esperada de seu lugar no mercado – mais à frente ele esclarecerá que o esperado seria a não contabilização do objeto *a* pelas versões do discurso do mestre. Em seguida Lacan diz que a “identidade do discurso com suas condições” é o que se esclarece pelo “procedimento analítico”, do que tentamos pensar como um discurso a ser lido como *capitalista* autorizaria um funcionamento capitalista dos sujeitos, assim denominados podendo gozar irrefreadamente. Podemos mesmo?, ou temos que considerar que não há como um sujeito se estabelecer num discurso, e que, além disso, o gozo ganho com o aumento do capital por S_1 , mesmo assim, ele é insustentável, como diz Lacan (1997) quando compara o capitalismo ao movimento dos patins que andam tão rápido que se consumirá, *não sem antes consumir boa parte da população*. É preciso cautela ao fazer a leitura da predominância e consistência do discurso capitalista em nossos dias, levando em conta os efeitos das diferenças que se apresentam, pois em quaisquer dos discursos o gozo pode estar como irrefreado e também levar à consumação/consumição do sujeito, atentando para os perigos de se pensar numa suposta mudança de paradigma para a clínica. O que não anula o fato de que o capitalismo, obviamente, domina a estrutura de funcionamento do mundo hoje. A questão

¹²⁶ Pelo que pesquisamos, em nenhum outro momento Lacan constrói exatamente assim essa expressão, *sujeito capitalista*.

que fica é a da predominância não do capitalismo, com o que estamos de acordo, mas do discurso do capitalista.

No *Seminário 16* Lacan (2008, p. 17) segue falando da causa, de como a extração a partir do discurso analítico permite situar o discurso do mestre, que é o que nos fornece a estrutura do gozo e de sua renúncia como o que confere ao mestre seu lugar de dominância, “princípio de seu poder”, ele diz. Em *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*, texto onde propõe para a política a sustentação de uma prática em sua autenticidade (LACAN, 1998e, p. 592) Lacan dirá que respectivamente o analista é menos livre em sua política do que naquilo que esta domina, suas estratégia e tática, e que portanto é na política que deve situar-se como “falta-a-ser”¹²⁷, “por onde qualquer ação intervém na realidade” (LACAN, 1998e, p. 596) no que ela tem de retalhada. Nessa construção Lacan está radicalizando, em curso progressivo, a falta de liberdade do analista, da tática até a política. Diríamos que também o político pode seguir tal indicação, de se situar menos livre em sua política do que em suas táticas e estratégias. Isto é, que, se tiver uma direção com princípios que a norteiam, o político pode sim, não ceder em pontos que firam sua política. A referência lacaniana é a de que uma posição política é uma posição de causa, portanto norteada pelo objeto *a* como lugar de causa, seguindo a lógica do discurso do analista, a de que o ato se presentifica, e posteriormente se verifica. Do que não se cede na política deve ser da política enquanto norteadora do ato, seja ele clínico ou político. A posição que o sujeito assume pela circulação dos discursos, decorrente de sua constituição, é o que determina sua posição na política. Fazer a política ser ocupada pela posição de balança entre as de objeto e sujeito encarnada pela posição do psicanalista lhe imputa alguma amarração, fazendo-a deslocar-se, mesmo pontualmente, de uma leitura sintomática para ser exercida com a incidência de alguns efeitos de objeto *a*. Em relação ao que pode o analista em sua época, tomemos o conselho de Lacan também para o político, que para o exercício de sua prática deve lê-la, e intervir nela a partir de sua leitura, isto é, de um retalho da realidade. Tomando a posição de se manter vigilante quanto à política adotada como discursiva, temos uma das indicações para o exercício de nossa política nas experiências descritas. Diz Lacan (2003e, p. 434) em *Radiofonia*:

[...] a mais-valia, é a causa do desejo do qual uma economia faz seu princípio: o da produção extensiva, portanto insaciável, da falta-de-gozar [*manque-à-jour*]. Esta se acumula, por um lado, para aumentar os meios dessa produção como capital. Por outro lado, amplia o consumo, sem o qual essa produção seria inútil, justamente por sua inépcia para proporcionar um gozo com que possa tornar-se mais lenta. (grifo do autor).

¹²⁷ Cf. construção de Quinet, sobre política da falta-de-ser, no primeiro capítulo.

Para tal posição discursiva é preciso entender a mais-valia presente nas trocas humanas como inexorável, disso que chamamos de gozo irrefreado ao qual o discurso do capitalista faz empuxo, mas ao qual só cedemos ao custo da própria consumição. Portanto há, ou não, *singularmente*, um freio a que isso tenha pleno sucesso, o que não retira o horror do que vemos acontecer com o nível absurdo de consumo que testemunhamos atualmente. Prossegue Lacan (2003e, p. 434) no mesmo trecho:

Alguém chamado Karl Marx, eis calculado o lugar do foco escuro, mas tão capital (cabe dizer) quanto o capitalista (que ocupa o outro foco, com um corpo que goza com um Mais, ou com um mais-de-gozar no fazer corpo), para que se assegure à produção capitalista a revolução propícia a fazer durar seu duro desejo, para citar o poeta que ela mereceu.

Lacan está aqui reiterando que Marx favoreceu o sucesso do capitalismo com a mais-valia, com sua tentativa de revolução, pois, diz ele no *Saber do psicanalista* (LACAN, 1997), o discurso capitalista absorveu o discurso revolucionário marxista. O discurso de Marx fez fortalecer o capitalismo, o *capitalizando*. O mais-de-gozar, com Lacan (1992b, p. 52 e 1985, p. 57), é o que o demonstra: fazer revolução pode ser voltar ao ponto de partida. A revolução propícia a fazer durar o duro desejo da produção capitalista seria então a apropriação que esta faz do desejo, do singular, posto que já entendeu que é preciso chegar ao sujeito, mesmo que por suas vias tortíssimas, mas não sem atender-lhe a demanda do nada querer saber. Lacan (2003e, p. 435) segue assim o raciocínio feito em *Radiofonia*:

O instrutivo é que essas formulações correm as ruas (exceto pela lógica, é claro, da qual eu as supro). O fato de emergirem sob a forma de um mal-estar, que Freud só fez pressentir, haveremos de imputá-lo ao inconsciente? Certamente, sim: aí se indica que alguma coisa trabalha. E esta será uma oportunidade de observar que isso em nada modifica o discurso implacável que, complementando-se com a ideologia da luta de classes, apenas induz aos explorados a rivalizarem na exploração por princípio, para protegerem sua participação patente na sede da falta-de-gozar. O que esperar, portanto, do canto desse mal-estar? Nada senão atestar sobre o inconsciente que ele fala – mais facilmente ainda na medida em que, com o não-sentido, ele está em seu elemento.

O canto desse mal-estar deve ser respondido com o trabalho que o inconsciente impõe na leitura do contexto que visamos, onde o político pode, como Lacan disse no *Seminário 17*, não ser impedido, mesmo sem saber, de fazer deslocar, mesmo que pontualmente, os discursos, e, principalmente, as versões pervertidas do discurso do mestre, este incluído. Deixemos a questão de como tal discurso e suas versões universitária e capitalista conseguiram aprisionar corpos, como aponta Lacan (2012, p. 220) no *Seminário 19*.

Também no *Seminário 16* Lacan (2008, p. 17-18) diz que é a função do *mais-de-gozar* que é evidenciada a partir do discurso analítico, o que faz articular a renúncia ao gozo, e fala

no seguimento da aula que isto depende da suposição de que “no campo do Outro existe o mercado, que totaliza os méritos, os valores, que garante a organização das escolhas, das preferências [...]”. Outra construção sobre o mercado, aqui garantidor *da organização das escolhas*. Então Lacan prossegue dizendo que essa estrutura é por ele enunciada desde *Kant com Sade*, que se trata aí da “demonstração da redução completa do mais-de-gozar ao ato de aplicar ao sujeito aquele que é o termo *a* da fantasia, mediante o que o sujeito pode ser postulado como causa-de-si no desejo”. Eis-nos, pois, na perversão e em como esta elucida o discurso capitalista, com o sujeito também objeto de sua fixação pelo lugar que fica o objeto *a*, segundo o esquema da fantasia sadiana usada por Lacan. Não se trata de perversão como estrutura, mas é notório o funcionamento do sujeito como objeto no capitalismo e daí poderíamos deslizar para a semelhança da perversão com o discurso universitário, quando produz sujeitos-objeto de sua própria tentativa de auto engendrar-se em saberes apartados da verdade. Lacan (1992b) diz sobre também ser o discurso universitário uma perversão do discurso do mestre, no *Seminário 17*, onde parece colocar os três discursos, o do mestre, o do universitário, e o do capitalista, sucessivamente, como sucesso um do outro, o que elevaria o discurso do capitalista ao *sucesso do sucesso* do discurso do mestre em sua tentativa de velamento do desejo. O ponto de afânise infinitamente adiado, como demonstrado por Lacan (1998k, p.786) em *Kant com Sade* nos faz alinhá-lo com o capitalismo, com o consumo, e esses com a política. O sujeito reconstituído na alienação, na perversão, seria o que se apresenta quando pontualmente é capturado no capitalismo. Muito pontualmente, devemos ressaltar, pois falar de algum sujeito capturado em sua totalidade pelo discurso do capitalista autorizaria a ideia de que há um *sujeito capitalista* e que este goza *mais*, incidido *menos* sob a Lei. Lacan (2008, p.18) no *Seminário 16* nos dá outras indicações, dizendo que a dimensão da aposta de Pascal¹²⁸ ilustra a redução da vida em sua totalidade, “a um elemento de valor”, inauguração, *estranha*, diz ele, *do mercado do gozo no campo do discurso*.

Acompanhemos Lacan (1997, p. 49) numa das construções que chegam ao discurso do capitalista e ao que este pode nos fazer pensar sobre a desinstitucionalização, no *Seminário O Saber do Psicanalista*:

O que posso dizer é que, por um certo viés que é o de uma lógica, pude enunciar, num percurso, partindo de minha doente Aimée, [...], que pude, fazer o quê? Dar, pelo menos, razão aos muros.

¹²⁸ No *Seminário 17* Lacan (1992b, p.91) diz que torna operativo o que disse no Seminário anterior sobre a aposta de Pascal, falando sobre o supereu e definindo “a vida provisória que se aposta contra uma chance de vida eterna” como o *a* que faria isso valer apenas sem a barra do A, sendo ele “tudo ao mesmo tempo”, o que “não existe”, questionando “que se possa apostar tudo ou nada do mais-de-gozar com a vida eterna”.

Pois quem quer que habite esses muros, esses muros aqui, os muros do asilo clínico, convém saber que o que situa e define o psiquiatra, enquanto tal, é sua situação em relação a esses muros, esses muros pelos quais o laicato realizou a exclusão da loucura e do que isto quer dizer. Isto só se aborda pela via de uma análise do discurso. Na verdade, a análise foi tão pouco feita antes de mim que é verdade dizer que nunca houve, por parte dos psicanalistas, a menor discordância que atingisse a posição do psiquiatra.

Reportando-nos com esta citação a quanto a sociedade e aqui, concordamos com Lacan, a área psiquiátrica, compactuou com o isolamento dos loucos, temos que pensar sobre o contexto discursivo ao qual ele se refere ter sido propiciado em grande parte pela apropriação do tipo de teoria como a que vimos com Guerra na citação sobre a necessidade de adaptação dos egos fracos em fortes, com práticas que obtiveram tanto êxito a partir de sua disseminação nos e pelos EUA – ao contrário do que se deveria fazer, mudar as regras do jogo para que *todos possam jogar*. Isto é, em vez de mudarmos nós a sociedade, isolamos os fracos para que o jogo capital flua sem perturbações. O lucro do capitalista seria o quantum concedido gratuitamente pelo trabalhador ao capitalista, diz Elia (1995), o que podemos entender também como o lucro do político – o que faz de projetos como esse do capitalismo um sucesso tal como se verifica, pois o referido estilo consumista de ser do americano, o *american way of life*, já não é deles, longe disso, exclusivo.

O discurso analítico não fará jamais mudar a estrutura social, mas não é nunca sem ele que qualquer troca de discurso se processa, como diz Lacan (1985, p.26-27) no *Seminário 20*. É com o discurso do analista que uma mudança se opera. Nessa indicação chegamos ao que pôde se dar em alguns momentos pontuais descritos, como o da reunião sobre o fechamento da Clínica das Amendoeiras, sobre a interveniência do discurso do analista fazendo frente a um empuxo do discurso do capitalista numa experiência política: o empuxo de fechar imediatamente a clínica não respondia senão ao gozo da colocação daqueles sujeitos como *laranjas* de um sistema político que atenderia ao acúmulo de capital visado pelo discurso do capitalista, se a proposta inicial de não se ter nenhum trabalho com aqueles pacientes fosse efetivada. Os pacientes seriam aqui apenas supostamente causa do trabalho, não sendo mais que objetificados pela direção impossível que o objeto faz do sujeito nesse discurso, com a inoperância que seus desejos teriam na condução de seus casos. O produto do empuxo desse discurso do capitalista, objeto *a* encarnado no que ocorreria nessa situação sem perda, com o reenvio ao lugar inoperante do sujeito, é um resto que busca a totalização, a causa de desejo, o mais-de-gozar, totalizar-se-iam em normas de higiene e resolução rápida e pouco custosa do encaminhamento dos casos, em verdade extremamente complexos. Os significantes-mestres, S_1 , que se reenviam ao saber encarnado espuriamente no lugar escondido da verdade da

singularidade, seriam os significantes-mestres que ditariam o resultado da reunião: lugar insalubre, do qual aqueles pacientes teriam que ser retirados imediatamente. O que deveria ocupar o lugar da verdade seria de fato tal saber, o que caracteriza o giro discursivo operado pela interveniência do discurso do analista a partir do momento que um trabalho clínico foi aceito e sustentado. Sem relação entre o lugar do sujeito, cada um daqueles pacientes, e o Outro, lugar ocupado pelos gestores e pela promotoria, caso se desse o proposto inicialmente na reunião, teríamos a caracterização do acesso a um gozo impossível, forcluindo a castração. O rigor da troca pontual de discurso pela interveniência do giro pelo discurso do analista serviu na interpretação para fazer girar o exercício de um político atravessado pelo desejo como causa nessa situação, como se verificou com os efeitos de tal atravessamento.

Quando Alberti (s/d, p. 9) cita Lacan sobre ser “impossível que haja um mestre que faça funcionar seu mundo – porque fazer os outros trabalharem é ainda muito mais cansativo do que trabalhar”, ela diz sobre o capitalismo que “[...] no discurso do capitalista, é o próprio capital que faz esse trabalho de fazer os outros trabalharem, a seu serviço, e isso não pára, tal máquina de gozo – que, como disse de outra feita [...] está longe de ser desejante.” Gostaríamos de pensar isso, presente em toda classe trabalhadora, mas aqui mais diretamente em relação aos trabalhadores da saúde mental. Sendo o próprio capital o que faz trabalhar, ficamos com a questão que se coloca no campo da saúde mental pública com frequência, sobre a exploração que adviria da baixa remuneração dos trabalhadores. Se por um lado temos, quando algo funciona a partir da lógica do capitalista, a demanda irrefreada do gozo do consumo ditada pelo *Deus Capital*¹²⁹ e por outro, temos, de fato, uma exploração da mais-valia, um mais-de-gozar que jamais pode ser pago neste contexto, não podemos deixar de ressaltar que neste campo – mas não só –, há um tipo de tentativa de estrangulamento das relações de trabalho assim configuradas, como estatais, como públicas, com os baixíssimos salários pagos hoje em nosso país. Cabe ponderarmos que, comparativamente, no campo privado, no que se refere à remuneração dos trabalhadores de saúde mental, numa média geral os salários também não são altos. Onde se encontra um atrativo financeiro menos pior é exatamente na contratação, terceirizada, via serviço público, comumente através de Organizações Sociais que tomam conta da saúde, não apenas no âmbito do município do Rio de Janeiro, mas nacionalmente. Mesmo a diferença de remuneração não sendo significativa *em si*, o que frisamos é a direção concomitante, de estrangulamento do público, e incentivo do

¹²⁹ Expressão à qual se remetem as semelhanças entre o discurso do capitalista e o da religião, que coloca no Outro *Deus*, aqui encarnado pelo capital, a esperança do advento de uma felicidade eterna.

privado – o que vemos acontecer na prática com muitos servidores públicos pedindo exoneração para serem contratados via tais Organizações Sociais.

Esse trabalho a ser sustentado, trabalho de fazer o outro trabalhar, é mais difícil de ser sustentado quando o que se espera ou o que se faz é apenas exercer a própria função, sem se tentar fazer a parte do outro. A ocupação do lugar de gestor por um viés ético, o parcializado, é muito mais difícil de ser realizado, pois tais dificuldades se apresentam em toda sua plenitude quando o de que se trata é de fazer o outro trabalhar.

Uma das citadas demandas, comum aos ouvidos dos gestores, é a de que faltam profissionais, o que é realidade, mas o que refletimos aqui é sobre o lugar onde esta demanda vem alojar-se: por vezes, no lugar da falta de implicação no trabalho, como justificativa. O que não retira dessa demanda a possibilidade de estar no lugar do desejo de trabalho. Se é dado que faltam profissionais e que um trabalho institucional é perene para que as condições de trabalho na rede de saúde pública sejam melhores, isso sendo sempre parte importante do trabalho dos profissionais nesse campo, temos no entanto que verificar, como os casos podem ser tomados em responsabilidade a partir da colocação em questão das vias do desejo, e não apenas do atendimento da demanda no sentido de *mais profissionais, mais recursos, etc.*, , sem que isso resvale, atente-se, na tão constatada exploração desses profissionais. Uma política ética, que inclui a castração, faria frente a isso. O princípio do SUS de *universalidade*, aludido no início do segundo capítulo, pode ser lido e fazer-se de fato princípio da atuação dos profissionais de saúde, a partir de uma leitura que inclua com a castração a impossibilidade mesma de que se realize plenamente. A universalidade nesse caso é o *querer o bem* inerente à política, *bem* que contingenciado pode não estar naquele lugar de sucumbir-se como ideal ao empuxo do *total*. Temos aqui o SUS com seu ideal impossível, o *Bem*, então se por acaso um paciente encontra um profissional atravessado pela ética do desejo e submetido à castração, quando ele passa a trilhar o caminho de seu desejo, ele pode encontrar o que seria um *Mal*, tanto para uma parte significativa do social, quanto para o SUS. Pode ser que aí, caso o sujeito numa busca por um bem que lhe é seu de direito, tenha um encontro com um profissional atravessado pela ética da castração, ética do desejo de transmissão e sustentação do singular, e esse bem, que seria para o SUS a *universalidade* do acesso à saúde, encontre um trabalho nessa oferta que vem do Outro, e nesse caso talvez esse bem teria a chance de, *não como posse de objeto, emergir à realidade do desejo*. O mesmo pode ser pensado quanto à função política ser atravessada pela castração, na qual podemos ter um gestor “castrado” a falar e agir “livremente”. A responsabilidade da ocupação de um lugar de gestão, político, traz a consequência de que falas e ações são para seus ocupantes tolhidas em

maior grau do que a quem não esteja em tais funções, do que se depreende sua responsabilidade. Isto é, uma maior castração, para falar *grosso modo*, nessa função de gestão, é correspondente a sua maior autonomia para decisões, maior potência de execução de ideias e sustentação da própria metodologia. É o que diz respeito às “invenções do saber para fazer amar a submissão”, como diz Legendre (1983, p.16). Como pergunta e responde Lacan (2012, p. 100): “Castração quer dizer o quê? Quer dizer que tudo deixa a desejar, não quer dizer outra coisa.” Como a castração quer dizer que estamos todos submetidos à Lei, diz Lacan (2012, p. 195): “Não se trata de acontecimento, mas de estrutura. O mito de *Totem e tabu* foi feito, da maneira mais patente, para podermos falar de *todo homem* como estando sujeito à castração.” Dizendo ser este um “fato lógico”, Lacan dá continuidade à frase acima: “Ou seja, que, se é verdade que o inconsciente é estruturado como uma linguagem, a função da castração é exigida por isso. Isto é exatamente o que implica alguma coisa que escapa aí”. Quando cada um dos impulsos, descritos acima pelo Freud (2012a, p.85) de *Totem e Tabu*, é desenvolvido a um ponto extremo sem considerar os outros, dá-se origem a contradições – “ante as quais o intelecto dos selvagens não se escandaliza mais que o dos altamente civilizados, em matéria de religião ou de ‘lealdade’”, o que ajuda nossa reflexão se no lugar de religião ou ‘lealdade’ lemos seu equivalente, a atuação pela via da fantasia de consistência do Outro nas relações na política pública de saúde.

Ao responder sobre os trabalhadores de saúde mental aguentarem a miséria do mundo, em *Televisão*, Lacan (1993, p. 29) diz que isto se relaciona com entrar “no discurso que a condiciona”, a miséria, mesmo que protestando contra ela. A isso diz que se pode entender como seu “posicionamento”, que se aliaria a uma “reprovação da política”: “o que eu considero”, diz ele em seguida, “para quem quer que seja, excluído”, o posicionamento de exclusão da política. Excluindo-nos, colocamo-nos fora das possibilidades de afetar a política. Quer Lacan dizer também que a saúde mental é um sintoma, que faz a função de não fazer trabalhar aqueles que deveriam, os políticos e os pacientes, como observamos no exemplo do caso político da reunião com o secretário e a promotora no episódio do fechamento da instituição? Diz ele ainda, em *O saber do psicanalista*:

E que, contudo, em meus *Escritos*, vê-se retomado algo que expus, desde antes de 1950, sob o título “Sobre a causalidade psíquica”; levantava-me ali contra toda definição da doença mental que se abrigasse nessa construção feita de um *semblante* que, para se rotular como organo-dinamismo, não deixava menos inteiramente de lado aquilo de que se trata na segregação da doença mental, isto é, algo que é diferente, ligado a um certo discurso, aquele que rotulo como discurso do Mestre. (grifo do autor). (LACAN, 1997, p. 49).

Lacan está falando sobre também o campo da psiquiatria, ou aquele que trata da doença mental, continuar deixando de lado a interrogação sobre o discurso do mestre. Isto nos faz voltar ao ponto da segregação da doença mental, com a apresentação atualmente ainda do discurso do mestre, em suas versões pervertidas. É como prossegue Lacan (1997, p. 49) esse trecho:

A história também mostra que esse discurso viveu durante séculos de um modo proveitoso para todo mundo, até um certo desvio, no qual se tornou, em razão de um ínfimo deslizamento que passou desapercibido aos próprios interessados, aquilo que o especifica desde então como o discurso do capitalista, e do qual não teríamos a menor idéia [sic] se Marx não houvesse dedicado a completá-lo, a lhe dar seu sujeito, o proletário. Graças a quem o discurso do capitalista floresceu em todo lugar onde reina a forma de Estado marxista.

Com a experiência que nessa tese descrevemos, pode-se pensar que a própria existência de uma assessoria de desinstitucionalização, com o tamanho da tarefa de que ela é incumbida, no município do Rio de Janeiro, mas em muitos outros lugares, que essa existência fala de um trabalho que nade contra a maré de tais discursos, mas dos quais não pode sair de todo. Se os empresários da loucura, como são chamados os políticos que no Brasil desde a ditadura implantada em 1964 (período no qual as clínicas psiquiátricas conveniadas tiveram seu incentivo maior por parte do poder público) até hoje, sobreviveram do confinamento da singularidade em sua radicalidade, se eles assim o fizeram não foi sem o consentimento de toda a sociedade, que se faz cúmplice da sustentação de práticas higienistas, na medida em que se aliena desses acontecimentos. É o que levanta, por exemplo, Arbex (2013, p.255), quando diz em *Holocausto Brasileiro*, em relação ao hospício de Barbacena, no qual morreram cerca de 60 mil pessoas:

O fato é que a história do Colônia é a nossa história. Ela representa a vergonha da omissão coletiva que faz mais e mais vítimas no Brasil. Os campos de concentração vão além de Barbacena. Estão de volta nos hospitais públicas lotados que continuam a funcionar precariamente em muitas outras cidades brasileiras. Multiplicam-se nas prisões, nos centros de sócio educação para adolescentes em conflito com a lei, nas comunidades à mercê do tráfico. O descaso diante da realidade nos transforma em prisioneiros dela. Ao ignorá-la, nos tornamos cúmplices dos crimes que se repetem diariamente diante dos nossos olhos. Enquanto o silêncio acobertar a indiferença, a sociedade continuará avançando em direção ao passado de barbárie. É tempo de escrever uma nova história e mudar o final.

Quando Alberti diz que o trabalho a serviço do gozo do capital está longe de ser desejante, reencontramos a questão sobre o preço que o trabalhador paga por, digamos assim, *vender* seu desejo caso não opere em seu trabalho a partir do lugar de causado pelo desejo. Não é ao que se liga necessariamente a forma de contratação, mas esta fala de onde o

trabalhador está, discursivamente, inserido no trabalho. No *Seminário 19*, temos a seguinte fala de Lacan (2012, p. 174) sobre a exploração e o trabalho:

E aí, comecei a devanear. Porque isso tudo está ligado. Eles são trabalhadores explorados. Mas isso é bom, porque eles ainda o preferem à exploração sexual da burguesa [...] Aí está. Isso é o pior... *ou pior*. Compreendem?

Parece que Lacan está falando do quanto o homem prefere a exploração ao sexo, na medida em que em todo esse Seminário diz sobre aquilo com o que se não quer haver na relação sexual, a sua inexistência¹³⁰. Não é com isso que conta a subsistência do serviço público, do público como tal até, diríamos? Com o fato de que os trabalhadores, e no exemplo do fechamento da Clínica Psiquiátrica tivemos um “bom” testemunho disso, de que os trabalhadores farão a tarefa, não importa em que contexto? O fato de uns e outros se demitirem de tais funções não exclui a predominância dessa estrutura. Talvez possamos fazer a hipótese de que o fato de tal demissão estar em jogo, como inclusive foi dito por nós para a promotora e para nossos chefes imediatos, de que não faríamos a coisa daquele jeito, ter aumentado a possibilidade efetivada de minimamente se fazer o trabalho com o tempo de não se violentar aqueles sujeitos com uma transferência abrupta. Tempo esse que faz frente ao empuxo da acumulação capital de libido, acumulação que precisa produzir, tanto mais e mais rapidamente, o mais-de-gozar. Disso podemos depreender que temos a falência da palavra, seu *desvalor* de *carniça*, como patognomônica do capitalismo e conferidora de sua consistência, decorrência da ausência de Lei, do Pai. O que não invalida a posição de Lacan de que, para se contrapor ao encarceramento intra muros em massa da subjetividade radical, é preciso muito mais do que comumente se faz. Mas não será isso o possível? Nossa experiência na desinstitucionalização do município do Rio de Janeiro nos fez pensar o quanto as internações perpétuas serviram igualmente a um tipo de gozo não parcializado, gozo de muitos em relação à segregação do louco que transforma a palavra em carniça. Trata-se desse gozo no político que não se detém em limites para gozar, tanto numa política pública de saúde mental quanto em relação ao mercado. Lacan (1992b, p.40) diz que o objeto *a* é efeito do discurso que é efeito de rechaço. Em relação a esse efeito de rechaço as políticas públicas, que são em geral reflexo de todo um pensamento cultural da sociedade em sua acepção global, se

¹³⁰ No *Seminário 18* temos a frase sobre o homem preferir lutar com o pior dos inimigos a haver-se com a mulher na relação amorosa: “É certamente mais fácil para o homem enfrentar qualquer inimigo no plano da rivalidade do que enfrentar a mulher como suporte dessa verdade, suporte do que existe de semblante na relação do homem com a mulher”. (LACAN, 2009, p. 33). E no *Seminário 20* sobre o gozo do Outro não ter a ver com o amor, mas com o amuro: “Então, de onde parte o que é capaz, de maneira não necessária, e não suficiente, de responder pelo gozo do corpo do Outro? Não é do amor. É (...) o *amuro*.” (idem, 1985, p. 13).

situam numa posição de reforço de significantes que rechaçam o desejo, como o higienismo presente na tentativa de fechamento de clínicas psiquiátricas “a toque de caixa”. A perversão presente no capitalismo tem sua consistência adquirida em torno dos significantes apropriados pelo discurso capitalista, sendo uma demonstração não de uma direção à destituição do pai, da Lei, mas um correlato de uma maior sofisticação tanto da Lei, quanto de sua transgressão na civilização, o que é equivalente ao aumento do acesso pelo sujeito às escolhas, advindas do aumento do acesso à informação (no sentido do acesso via as mídias alternativas, diferentemente do uso perverso também da propaganda) ao passo contrário de que a perversão também se apresenta com formas altamente sofisticadas, inclusive mascarada, como Bem, até como Lei. Vivemos numa barbárie somente fenomenologicamente diferente em relação a tempos anteriores, ela se sofisticou, a ponto de dar a impressão de que temos menos lei. Temos Lei como ela sempre foi, como sintoma, do pai. Considera (2012) diz que Freud, quando recebera a carta de Einstein, a qual respondeu em *Por que a guerra? (Carta a Einstein)* (FREUD, 2010g), ficou com mal-estar, porque considerou enfadonho sustentar as questões relativas a contrapor ganhos e prejuízos da civilização. Segundo a autora, Freud assim o considerou porque tais questões são infundáveis. O que Considera chama de *política das inferências intermináveis*, era, para Freud, extremamente enfadonho, dizendo que o que deve contar é a função *perda*, para que o inconsciente possa emergir, e no campo da política, para que sua participação nela possa ser lida: a participação do inconsciente na política deve, pelos advertidos, ser *lida*. A autora (CONSIDERA, 2012) diz ainda que se a prática analítica, e aqui pensamos, a interveniência do discurso do analista, tem dimensão política é em função do mal-estar na cultura, portanto implica-se nisso a perda que se deve reconhecer como estrutural, perdas que estão em jogo em diferentes fenômenos, de acordo com cada época.

A singularidade e, o que interessa, a representação que faz do desejo, conseqüentemente como avesso da palavra como carniça, é rechaçada porque transmite-se pela sustentação do desejo pela via do resto. Se essa transmissão é sustentada, simultaneamente sua eficácia tem lugar. Podemos então opor o sucesso do capitalismo, com o *desvalor* que faz da palavra, com a eficácia da transmissão da singularidade e o lugar que lhe dá o discurso do analista, coisa muito diferente do *sucesso* tal qual nos referimos em relação ao capitalismo. *Por isso*, ao mesmo tempo em que a apropriação do singular faz a revolução necessária ao sucesso do capitalismo, é preciso que do objeto *a* se retire sua função em relação à sustentação do desejo, o capitalismo ficando apenas com seu uso de resto estratificado numa paralisação afanística. Por isso podemos dizer que, na política, a incidência de algo deste lugar do objeto *a* que guarda para a palavra o lugar de resto estrutural pode fazê-

la inflexionar na direção da ética. Sendo uma política proposta como ética a que inclua a singularidade, esta o é na medida em que tome em sua dimensão a interpretação como baliza, uma interpretação que valha também para o funcionamento mercadológico atual, uma interpretação que pode dar lugar ao *non-sense* que abre muito mais do que fecha sentidos obliteradores da falta e da heteridade, tão presentes na sociedade capitalista.

Trata-se de nos darmos ao trabalho de acompanhar os movimentos sociais e, principalmente, os movimentos das políticas públicas, que têm a pretensão de fazer encaixar a singularidade em regulamentações nefastas que não fariam mais que levar adiante a tentativa sempre presente no empuxo dos homens, cujo destino na vida é fazer desaparecer o sulco de uma falta, isto é, todos os homens..., dito de Lacan citado no primeiro capítulo, aplicando mais uma injeção de diluição do que o artista já sabe antes de Freud, mas que é a construção psicanalítica que evidencia, tanto teórica quanto clinicamente: do sexual que rege o inconsciente, e do horror que lhe corresponde na verdade mais crua, que nas regulamentações mais que em qualquer prática humana tende a se velar, a verdade do funcionamento dos homens a partir do sexo e de sua relação com o gozo, portanto com a morte. No Seminário 19 Lacan (2012, p. 233) diz o seguinte:

Se há solidariedade – e mais nada a enunciar – entre a não relação dos sexos e o fato de que um ser seja falante, essa é uma maneira, tão válida quanto as errâncias da consciência, de situar a suposta obra prima da vida, ela mesma suposta como uma ideia reprodutora, quando o sexo se liga igualmente à morte.

Do que não se deve ceder, portanto, politicamente, é da palavra em seu valor de mediação, no que ela castra o gozo irrefreado e dá lugar ao sujeito através de resistir ao que aí se apresenta. Não se deve ceder à apropriação espúria do singular. A confusão habitual que se faz entre não ceder de uma direção em nome de um processo e não ceder literalmente, tática e estrategicamente, seja na clínica, seja na política, tem mil consequências. Ceder tática e estrategicamente é tentar garantir um processo. Com a analogia que Lacan faz sobre a guerra, revela-se o mais importante, se não seria não perder o processo, e não as batalhas. Insistir, como nos citamos com Miller, que é no que consiste a política lacaniana, na *insistência de sair do desejo oculto por trás das boas razões*. Isto é, sem ideais, insistir na ética de uma direção que faça também a política e o mercado estarem sob a análise, das consequências. Sendo impossível que aparelhos de Estado possam estar ao mesmo tempo no lugar do Estado e da classe trabalhadora, sabemos que é sim possível não se colar numa função pública, a partir da experiência técnica que cada gestor de saúde mental tem em seu percurso clínico, para fazer exercício atravessado pela divisão própria à função do psicanalisante e suas

consequências. Lugar que implica não querer que a realidade seja outra, mas trabalhar para que ela mude, para que centelhas de trabalhos singularizantes se disseminem pela chamada rede.

O trabalho que deve ser feito na política, de fazer deslocar os discursos, leva à construção de Lacan, que desemboca em tomar o inconsciente não como “noção-chave”, prosseguindo sobre a especulação em torno do que esperar dele, mas como “uma coisa que é”, ao que à frente Lacan (2003e, p. 435) explica:

o inconsciente nada tem a ver senão com a dinâmica que precipita a passagem brusca de um desses discursos para outro. Ora, certo ou errado, acreditei poder correr o risco de distingui-los do deslizamento – de uma cadeia articulada pelo efeito do significante, considerado como verdade – sobre a estrutura, como função do real na dispersão do saber.

É o real que em sua interveniência precipita a mudança de discurso e coloca em funcionamento o inconsciente.

É a partir daí que cabe julgar o que o inconsciente pode subverter. Certamente, nenhum discurso, onde, quando muito, ele aparece por uma enfermidade da fala. Sua instância dinâmica consiste em provocar a balança com que um discurso vira outro, por defasagem do lugar onde produz o efeito de significante. Seguindo minha topologia feita na enxada, nela encontramos a primeira abordagem freudiana, no sentido de que o efeito de ‘progresso’ a esperar do inconsciente é a censura. Em outras palavras, de que, quanto à continuação da crise atual, tudo indica a proscição do que defino como discurso universitário, isto é, contrariando todas as aparências tidas como engodo, no caso, tudo indica o aumento de sua dominação. Trata-se do próprio discurso do mestre, mas reforçado pelo obscurantismo. (LACAN, 2003e, p. 435-436).

Lacan traz aqui a balança do significante, de sua hiância e dimensão de falta que o discurso analítico possibilita nos giros discursivos, lembrando-nos que não há muito a esperar do que a permanência da dominância do discurso universitário, assim como, entende-se, de seu discurso de origem e do outro pelo qual deste se faz a versão pervertida, portanto do discurso do mestre e do capitalista, respectivamente. O *progresso* que se pode esperar do inconsciente é a censura. Então, como desenvolvemos no primeiro capítulo, se é o inconsciente que *participa* da política, dela temos a esperar apenas o *progresso* de seu semblante de saber, no lugar de agente no caso do universitário, que tem como resultado o sujeito tornado produto. Isso na melhor das hipóteses, porque quando de sua apresentação capitalista o sujeito não é mais que, como dito, um *laranja* na operação político/mercantilista de nossa atual democracia. Reforçado pelo obscurantismo, trata-se de ficarmos de olho em como essa atual apresentação do discurso do mestre vem ditando as políticas públicas, tanto na apresentação em seu viés de discurso universitário quanto pelo do capitalista.

A obra freudiana sublinha a assimilação do novo como geradora de dificuldade psíquica, mas como o “novo” torna-se igual ao diferente, se é sempre do diferente, do singular, que se trata no funcionamento humano, como fala Freud (2011d), por exemplo em *As resistências à psicanálise?* Como vemos no desenvolvimento de Lacan, a partir do que Freud ensinou há mais de um século, que o inconsciente funciona, na constituição do eu, expulsando o mau com sua atribuição como “de fora”, o eu é “a doença mental do homem” (LACAN, 1986, p. 25).

Em relação à ciência Lacan (2009, p.23) nos diz também que esta não nos faz mais que fornecer modelos. Estão aí os S_1 a serem seguidos tal qual se encontram em seu lugar no discurso do mestre, regência do significante como mestre, no lugar do semblante. E dizendo que tal discurso, o do mestre, constitui “o ponto forte em torno do qual se ordenam diversas civilizações” diz que isso é porque seu motor “é de uma ordem muito diferente da violência¹³¹” (LACAN, 2009, p. 25). É da ordem do escamoteamento da falta no velamento da verdade propiciado pela identificação ao que isso se liga. Lacan diz assim que somente num deslocamento do discurso pode suceder algo de novo, posição que é sustentada não necessariamente pelo analista, mas por seu discurso fazendo furo, “o que é real é aquilo que faz furo nesse semblante [...] articulado que é o discurso científico”. Lacan conclui o raciocínio exposto antes, sobre o real e o furo no semblante, dizendo que em vez de nesse lugar estar o S_1 , temos que verificar na função do discurso do analista sua ocupação totalmente oposta, do pequeno *a* no lugar de semblante, sendo que é o sujeito que fica em frente dele, do que podemos tirar muitas consequências... “Em todo discurso que recorre ao *Tu* alguma coisa incita a uma identificação camuflada [...] que só pode ser com um objeto enigmático [...], o pequeníssimo mais-de-gozar [...]”. Com a analogia com o conceito de empuxo, podemos pensar o *meio* aqui em questão, a política, por um lado reconhecendo um *empuxo* do gozo aliado ao semblante, o que mais fortemente leva à distância da verdade. É o empuxo que mantém, na física, o barco flutuando, por exemplo, o que nos leva ainda mais longe a pensar a civilização como sustentada pelo semblante, a partir do discurso do mestre.

¹³¹ Na *Conferência em Genebra sobre o sintoma* Lacan (1998o, p. 15) dirá sobre o poder, no contexto da transferência, que ele “jamais repousa sobre a força pura e simples. O poder é sempre um poder ligado à palavra. [...] É, de qualquer forma, um poder de um tipo muito particular. Não é um poder imperativo. Não dou ordens a ninguém. No entanto a política repousa sobre o fato de que todo mundo fica demasiado contente em ter alguém que lhe diga “*Em frente, marche*” – aliás sem se importar para onde. O princípio mesmo da idéia (sic) de progresso consiste em que se acredite no imperativo. [...] O discurso do mestre é caracterizado pelo fato de que, em determinado lugar, há alguém que faz semblante de comandar. Esse caráter de semblante [...] é absolutamente essencial.”

Essas questões nos levam ao que Jimenez (2004) fala sobre a tentativa contemporânea de colocar o higienismo como um falso S_1 “que ordenaria o futuro da saúde mental” (JIMENEZ, 2004, p. 6). Diz Lacan (1998a, p. 154) no texto *Formulações sobre a causalidade psíquica* que:

vocês verão que a questão da *verdade* condiciona em sua essência o fenômeno da *loucura*, e que, querendo evitá-lo, castra-se esse fenômeno da significação pela qual penso mostrar-lhes que ele se prende ao próprio ser do homem. (grifo nosso).

Destaca-se a questão da ânsia pelo poder presente na tentativa de soluções imediatistas e nefastas no campo da saúde mental e da loucura, que, como diz Milton Santos (1998), dá as caras hoje como tendo seu maior corolário o consumo, quer dizer, o dinheiro¹³²: as políticas públicas são atravessadas pelo consumo de soluções rápidas, que são puramente engodo. Aqui, a questão do dinheiro se nos impõe como atualíssima em tempos de Copa do Mundo e Olimpíadas, que transformam o país num imenso tabuleiro de banco imobiliário, para fazermos uma metáfora com o, nesse contexto, inocente jogo juvenil. Dessa forma difícil não nos remetermos ao maciço *lobby* feito atualmente para que retornemos à antiga política manicomial, a que, para além de um entendimento historicamente datado de que o isolamento favoreceria o doente mental, visa sub-repticiamente o lucro perverso das instituições totais que mamam nas tetas do Estado, aliando-se não raras vezes a uma má psiquiatria¹³³, aquela ligada ao capital, que se atrela à indústria farmacêutica correndo atrás do dinheiro fácil obtido com a grata ajuda da mídia oficial¹³⁴. O que senão o dinheiro moveria tamanho higienismo assistido todos os dias, nas ruas e nos Profissão Repórter da vida, potencializados, mas não somente, no varrimento funesto da população de rua usuária ou não de drogas ilícitas?

Não é difícil escutar pela rede pública o discurso da ênfase na produtividade dos profissionais, que é equivocadamente atribuída pela via numérica dos atendimentos feitos à

¹³² No entanto o intelectual se diz um otimista, na medida em que verifica o limite do próprio sistema: "Se o capitalismo tomou conta do mundo inteiro, a contradição se torna paradoxo, que é contradição em estado puro, então não tem outra solução senão a mudança." (SANTOS, 1998).

¹³³ Diz Freud (2010d, p. 379-380): “Uma outra função da psicanálise seria oferecer uma preparação para o estudo da psiquiatria. Em sua forma atual, a psiquiatria é de caráter meramente descritivo; apenas ensina o estudante a reconhecer uma série de quadros clínicos, capacitando-o a distinguir quais deles são incuráveis e quais são perigosos para a comunidade.” Crítica mais que atual.

¹³⁴ A política nas democracias representativas já não consegue chegar aos cidadãos a não ser através da publicidade. Tradução nossa. No original: “La politique dans les démocraties représentatives ne peut plus se tourner vers ceux que vous appelez des citoyens, sans en passer par elle.” (MILLER, 2003, p. 115).

população, como podemos depreender da leitura do *Acordo de Resultados*¹³⁵ que rege a meritocracia predominante em governos como o que temos atualmente na gestão municipal. Em que lugar fica aqui o sujeito, que não num lugar de objetificado? A que sujeito então essa política se endereça? Se o sujeito não cabe no cidadão, que tampouco seria aqui contemplado, podemos nos interrogar se esse endereçamento não é feito a algum suposto sujeito produto do capitalismo, nos permitindo a licença. É o capitalismo ditando suas regras. Aproximando o quanto possível a leitura do campo de nossas experiências na política de um lugar onde haja espaço para uma chamada à verdade, lembramos com Lacan (1998c, p. 49) que “As incidências de uma estrutura de mercado não são irrelevantes no campo da verdade, mas são escabrosas nele”.

Quanto à questão anteriormente colocada do “tudo-saber” do empuxo do total como empuxo político e à histerização deste como giro que traria algum furo, são os efeitos de divisão advindos da incidência da posição do psicanalisante com os giros dos discursos que poderiam vir a *desobliterar* o objeto, no sentido de que, pontualmente que tenha sido, pudesse furar a direção irrefreada à aplicação capitalista das políticas públicas de saúde, como no breve fragmento de caso a seguir. Pontualmente, também desde o lugar de operadores da gestão da desinstitucionalização, tivemos a oportunidade de fazer transmitir esse caso de um paciente institucionalizado num manicômio judiciário, que chamamos aqui Emerson, para um dos dispositivos de saúde da família, o de *Consultório de Rua*¹³⁶, que segue um outro tipo de política para a população de rua diverso do que o citado acima “acolhimento compulsório”. Emerson queria “voltar para as ruas da Lapa¹³⁷”, como dizia, por ter sido ali que sempre viveu, então se sustentou ineditamente que uma desinstitucionalização começasse a ser produzida pelo seu laço com a rua, único que tinha antes do isolamento, pelo que ele falava

¹³⁵ Conferir o *Acordo de resultados* da atual Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no qual se diz: “O que está se propondo é a implementação de um modelo de gestão de desempenho que privilegie o planejamento (metas claras) e a meritocracia como elementos centrais para a melhoria dos serviços prestados a população. A implantação bem sucedida desse modelo de gestão de desempenho garantirá um maior comprometimento de toda a máquina pública municipal com os resultados da prefeitura, aumentando significativamente nossas chances de atingir as metas propostas à sociedade carioca [...]”. (RIO DE JANEIRO, 2009).

¹³⁶ Tais dispositivos passaram a ser denominados *Consultórios na Rua*, numa passagem da responsabilidade por eles da Saúde Mental para a Atenção Básica. Cf. Nota técnica conjunta/2012, feita para esclarecer tal mudança (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012c), a partir das Portarias nº 122 e 123/12 (idem, 2012a e 2012b), que por sua vez seguem as recomendações da Portaria nº 2488, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (idem, 2011b). Cabe ressaltar a consideração que fazemos sobre o trabalho deste dispositivo ao tomá-lo como um trabalho de desinstitucionalização igualmente, no sentido de que os pacientes que vivem na rua o fazem em condição de institucionalização com a mesma, padecem de uma estruturação subjetiva fixada com a miserabilidade social e possuem poucos laços com suas origens.

¹³⁷ Bairro da cidade do Rio de Janeiro.

até o momento. Após sua entrada nesse trabalho, Emerson começou a falar de um casal que o acolhia, num outro bairro da cidade, e esse casal foi encontrado (em parte, apenas a mulher) graças ao investimento também da equipe do hospital de custódia citado, sob desinstitucionalização, que o levou até a comunidade à qual ele se referia e assim se pôde construir a volta de Emerson para a comunidade, com Solange, como chamaremos aquela que passou a ser a mãe de criação dele. Ela o acolheu, a partir de um intenso trabalho gradativo de saída de Emerson da internação, que compreendeu a retirada de seus documentos, a construção por Solange de um quartinho ao lado do que morava com seus filhos, e acima de tudo, a construção de um vínculo¹³⁸. A equipe da saúde da família, que pôde acolher este caso, mostrou-nos o quanto a política, mesmo com seu empuxo do totalitário e do “todo”, pode ser lida e por isso praticada segundo outro discurso que não o do universitário, sendo perpassada pelos giros discursivos que fizeram, através do atravessamento da função psicanalisante, no caso desse paciente de seu desejo de estar na rua. Isso se deu pela proliferação de significantes-mestres, fazendo incidir a histerização, na aposta de que esse desejo pudesse ser escutado, o que veio a ocorrer. Lamentavelmente o desfecho trágico que o caso teve não permitiu que novos desejos de Emerson pudessem ser construídos. A questão da insegurança pública e sua relação com os inúmeros assassinatos, como o de Emerson, pelo Estado/polícia – mesmo Estado que o havia institucionalizado – coloca a questão da ausência de defesa dos direitos humanos para a população fragilizada pelas condições econômicas desfavoráveis, que se aliam à falta de políticas públicas que as mitiguem, incluindo as de saúde.

¹³⁸ Solange passou a falar sobre como Emerson vivia na comunidade, dormindo numa kombi e fazendo as refeições com ela e seu marido, que havia sido morto há seis anos, por policiais. Nessa tese em que a questão da transmissão da singularidade é trabalhada, choca-nos constatar que vivemos num Estado que faz de seu braço armado um braço aniquilador, não somente da condição de sujeito de cada um, mas da própria existência daqueles que, por suposição, estariam envolvidos em algum delito. É alarmante a ausência de uma política de segurança pública que garanta a vida, sem falar nos direitos humanos, e em caso de transgressão, que não se enquadra nem o de Emerson nem o do marido de Solange, que garanta o julgamento e a defesa. A vida de Emerson foi tragicamente interrompida pelo seu assassinato, executado pela polícia militar dita pacificada (UPP – Unidade de Polícia Pacificadora, projeto implantado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em favelas dominadas pelo tráfico/polícia corrupta) da comunidade em que passou a viver, infelizmente por apenas seis meses. Isso ocorreu em abril de 2014, depois de escrita esta tese. Emerson foi morto quando se encontrava indo até a polícia supostamente pedir notícias da morte de um rapaz, que como ele também era cuidado por Solange, numa manifestação contra a UPP. Tal manifestação por sua vez tinha sido causada pelo assassinato desse companheiro de criação de Emerson, também pela polícia “pacificadora”, – o Douglas Rafael, DG, como ficou conhecido, após a repercussão de sua morte. DG era dançarino de um dos programas de uma rede de comunicação de massa, por isso sua morte teve ampla divulgação midiática, diferente do caso de Emerson.

A hoje tão conhecida na saúde pública do município *produtividade* que guia a lógica capitalista do “alcance de metas” precisa ser entendida levando-se em conta sua impossibilidade de contagem clínica. É importante fazer uma análise que constata que este trabalho demanda uma complexidade de recursos, para cada caso, como no caso de Emerson, muito maior do que pode a princípio fazer caber nos ortodoxos instrumentos de avaliação de porcentagem de cobertura de serviços, de produtividade, etc. Cabe aos profissionais do campo da saúde mental transmitir essa lógica para que esta também seja avaliável, mas segundo suas próprias peculiaridades. O trabalho de promoção de saúde para uma pessoa que teve grande parte de sua vida reduzida a uma institucionalização num manicômio judiciário, como no caso de Emerson, não se mede da mesma forma, por exemplo, que o controle da quantidade de vacinação realizada num Posto de Saúde, onde as pessoas têm a possibilidade, subjetiva inclusive, de ali chegar e demandar tal serviço, que será assim contabilizado ganhando o atestado de alcance ou não das metas propostas pelo campo sanitário. O de que não podemos nos furtar é de, guardando essa especificidade que os modos de se enlaçar desses sujeitos nos fazem ensinar, dar-lhes lugar para existir em sociedade. Uma aposta, que implica ganhos e perdas, mas sem a qual não poderemos ver que nos é dado de saída um cenário, desfavorável, diga-se de passagem, com os quase mil pacientes a desinstitucionalizar. Mas se partirmos dessa realidade, podemos, inclusive fazendo rede com os novos dispositivos não necessariamente prioritários de saúde mental, como a atenção primária em saúde, mudar um pouco a cena. Tais mudanças, em curso desde o estabelecimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, certamente foram possíveis até hoje, mas também encontram pela frente no atual contexto dominado pelo capital um recrudescimento das forças manicomiais, por meio, por exemplo, da chamada “Guerra contra as drogas”¹³⁹ e de seus correspondentes dispositivos marginalizadores dos moradores de rua, entrave à ideal bela *cidade cemitério* dos atuais governantes, que tentam livrar-se da vivacidade dos múltiplos modos de gozo, e mais ainda dos expostos aos olhos dos mega-eventos a advirem. Se, por um lado, consideramos que a especificidade da saúde mental é o que lhe confere a maior proximidade possível com o que

¹³⁹ À qual são associadas as políticas proibicionistas e higienistas de combate às drogas, pela qual a luta do bem contra o mal tem na aliança entre os operadores de justiça e a saúde pública seu corolário, com a consequência do salvacionismo, com a ideia do mundo sem doença e sem drogas. Zaccone (2008, p. 9-10), em seu livro *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas*, “analisa as práticas punitivas na repressão ao tráfico de drogas ilícitas partindo da premissa de que esta política criminal é irracional ao produzir danos maiores do que aquilo que pretende proteger, ocultando sua verdadeira função de punir os pobres, ao segregar os estranhos da era do consumo”. Zaccone (2008, p. 25) demonstra ainda como tal prática visa “reforçar e concentrar o grande negócio do tráfico nas mãos dos grandes grupos econômicos e financeiros”.

tenha a ver com o sujeito do inconsciente, considerando assim igualmente a política de saúde mental – portanto a tendo como a política mais ética dentre as outras, uma vez que esta é a que menos pode driblar o singular – testemunhamos atualmente, através dessa *desespecificação* em curso pelo atendimento psíquico hoje tributado prioritariamente aos médicos generalistas feito pela atenção primária, um outro viés do retrocesso às políticas não progressistas. Isso não por pretender que o psíquico seja transmitido também a profissionais não especificamente formados, o que seria louvável, mas pela intenção que essa direção imprime: prescindir da especificidade sustentada tão somente pelo profissional que a isso se forma para manter, a singularidade do sujeito, como foi possível com o caso de Emerson. Elia (2010a) disse que “A saúde mental não cabe na saúde: o que se pretende com a atenção primária neste contexto liga-se a uma proposta sanitarista”, e aqui entendemos, no sentido de *sanitarizar* o sujeito. Sendo estrutural a dificuldade de fazer funcionar um sistema de saúde, sua perversidade é que fica em questão como não-eliminável.

Quanto à maturidade do genital idealizada “por certos psicanalistas”, que são os dos quais dizem que “nada querem saber da política”, como tomamos da ácida crítica lacaniana quanto aos pares e podemos tomar como ideal civilizatório da sociedade, Lacan (2003e, p. 438) diz que “esse é o ideal bastardo com o que aqueles que se dizem ‘atuais’ mascaram que, aqui, a causa é o ato e a ética que o anima, com sua razão política”. A causa é o ato, animado pela ética, que tem sua razão política. A ética tem razão política, e é ela que anima o ato, causa. Queixaremos-nos das políticas que aí estão a germinar-se, ou manteremos o trabalho de sustentar a inexorabilidade da diferença, posição que se afina mais à esquerda das políticas públicas, porque à direita só se vê o liberalismo que incute ao privado primazia, ao privado no sentido vil, do ganho capital de gozo infinito do mais dinheiro, à custa de que? Lacan (2009, p. 36) fala que: “Trata-se em suma, de pormos uma coisa à prova: se a chave dos diversos problemas que se proporão a nós não está em nos colocar no nível do efeito da articulação capitalista [...]”. A direção do argumento é simples, porém difícil em sua sustentação: se a clínica preconiza a oferta de uma escuta com a qual se esperam efeitos de responsabilização por seus atos pelos sujeitos, e se a política pública tem como instrumento de sua implantação a gestão, nesse caso, da clínica, uma política que se diria ética almejaria a responsabilização de seus atores, mantendo-os fora do alinhamento com a articulação capitalista. Assim Lacan (2009, p. 36) nos responde o que custa então o gozo no capitalismo: “[...] o que perceberemos cada vez mais é que o subdesenvolvimento é, muito precisamente, a condição do progresso capitalista.” E aqui temos a sustentação que os serviços de saúde e a própria sustentação do público apresentam hoje, servir à manutenção do capitalismo, pois este depende do

subdesenvolvimento. É às custas do subdesenvolvimento que se mantém o capitalismo, principalmente do social, já que é saúde, educação, esporte e cultura, etc., que dão ao sujeito alimento libidinal para uma posição crítica ser sustentada. Então é para isso que existe o público: para manter subdesenvolvido o cidadão que não pode pagar por algo que o faça pensar criticamente (não estar doente, ter professores que o façam trabalhar intelectualmente, pesquisar sobre uma ciência que não esteja tão distante do campo da verdade, não ser o lixo humano que precisa ser adestrado e *sanitarizado*). Temos o que Lacan (1993, p. 30) diz que ao ligar a miséria ao capitalismo, é o que se faz: aperfeiçoa-o. Quanto ao subdesenvolvimento necessário ao capitalismo, podemos pensar que a colocação, não-separada, da responsabilidade como do Outro – patente na crença, seja em Deus, seja no capital – leva ao idealismo. Lacan (2011b, p. 18) diz que a psicanálise, que aqui tomamos na perspectiva trabalhada nessa tese, a do discurso do analista, é um sintoma, e que seu fracasso é sua condição de existência:

O sentido do sintoma depende do futuro do real – portanto, conforme eu disse na conferência para a imprensa, do sucesso da psicanálise. O que lhe demandamos é que nos livre do real e do sintoma. Se ela bem *sucede*, se tem sucesso nessa demanda, podemos esperar qualquer coisa [...], a saber, um retorno da verdadeira religião, por exemplo, que, como vocês abem, não tem ares de quem define. [...]. Portanto, tudo depende de o real insistir. Para isso, é preciso que a psicanálise fracasse. (grifo do autor).

Pura Cancina (2012) disse que o analista é o melhor político, o que nos faz pensar que em verdade é o discurso do analista o melhor giro para a produção de uma política ética. Lacan (2001b) diz também que o mais normal é que a psicanálise fracasse pois aquilo de que ela se ocupa é algo muito, mas muito difícil e que enfrentam o real muito mais que os cientistas, portanto temos o que na realidade verificamos: a interveniência do giro discursivo pelo discurso do analista fracassa, e frequentemente, na política. Mas a psicanálise é um sintoma não como sintoma social, qual Lacan colocaria, como perguntamos acima, a saúde mental. Diz ele de novo em *A terceira*:

No entanto, o que acabo de dizer-lhes pode ter sido mal-entendido, de modo a ser tomado no sentido em que a psicanálise seria um sintoma social. Só um existe um sintoma social – cada indivíduo é realmente um proletário, quer dizer, não há nenhum discurso com o qual fazer laço social, dito de outro modo, semblante. Foi isto que Marx remediou de modo inacreditável. Dito e feito. O que ele emitiu implica que não há nada a mudar. É inclusive por isso que tudo continua exatamente como antes. (LACAN, 2011b, p. 19).

É o fracasso que mantém viva psicanálise. Podemos dizer, também o discurso do analista? O que seria de nós se começássemos a ter esperança, no sentido de esperar, que da interveniência do discurso do analista e seus efeitos adviesse algum ideal a ser estabelecido,

seja de comportamento do sujeito ou do coletivo? Seria então a política, tal como se a toma como o que quer que diga respeito ao público, em sua dimensão de fracassada, correspondente como sintoma do capitalismo assim como o não-êxito da relação sexual é sua condição de possibilidade?

Com isso, finalizemos nossa tese voltando à questão do otimismo e do pessimismo quanto ao futuro da civilização. Primeiro, comparemos duas citações, uma de *Televisão*, para situar o Outro, do qual se deve separar, e outra sobre o idealismo, tal qual descrito em *Radiofonia*. Quando perguntado sobre a escalada do racismo, em *Televisão*, Lacan (1993, p. 58), diz que “No descaminho de nosso gozo só há o Outro para situá-lo, mas é na medida em que dele estamos separados”, e ainda: “Deixar a esse Outro seu modo de gozo, eis o que só se poderia fazer não impondo o nosso, não o considerando como um subdesenvolvido”. E em *Radiofonia* (LACAN, 2003e, p. 405): “Seria espantoso não ver que, ao fazer da linguagem uma função do coletivo, sempre se volta a supor alguém graças a quem a realidade se desdobra por ele representá-la para si – com o que só tenhamos de reproduzir esse debrum: em suma, no vespeiro do idealismo”. Então a comparação das duas citações nos leva a um paradoxo: vivemos no vespeiro do idealismo, mas não é impossível sair dele pontualmente, com a separação do Outro, na condição de não considerá-lo um subdesenvolvido.

Ainda em *Televisão*, Lacan (1993, p. 34) diz, sobre sua comparação do analista com um santo que faz *descaridade*, a partir da posição de ambos de rebotalho do gozo, que “Quanto mais somos santos mais rimos, é meu princípio, e até mesmo a saída do discurso capitalista –, o que não constituirá um progresso se for somente para alguns”. Eis o caminho indicado por Lacan para nosso posicionamento político quanto ao porvir: não será um progresso, se for somente para alguns, ter como saída a posição de rebotalho. Há saída? Não, não há... o progresso é para alguns.

Com Lacan (2003e, p. 439):

Não há clamor de ser ou de nada que não desapareça pelo que o marxismo demonstrou através de sua revolução efetiva: que não existe nenhum progresso a esperar de verdade ou de bem-estar, mas apenas a guinada da impotência imaginária para o impossível que o real revela ser por se fundamentar apenas na lógica – ou seja, ali onde advirto de que o inconsciente tem sede, mas não para dizer que a lógica dessa guinada não tenha que se precipitar pelo ato.

Pois o inconsciente também joga com outro sentido – isto é, a partir da impossibilidade com que o sexo se inscreve no inconsciente – para manter como desejável a lei pela qual se conota a impossibilidade de gozar.

Há que se dizer: o psicanalista não tem que tomar partido nisso, mas constatar.

Constatar, é o que via discurso do analista se tem a fazer, constatar que na política o progresso é apenas para alguns, a partir de uma leitura discursiva. Lacan (1992, p. 66) nos

alerta a não esperar “nada de mais subversivo” de seu discurso, o analítico, do que o “não pretender a solução”, para então falar do quanto o discurso é pouco cômodo. “E, até nova ordem, não é o discurso analítico, tão difícil de sustentar em descentramento, e que ainda não teve entrada na consciência comum, que pode de modo algum subverter o que quer que seja” (LACAN, 1985, p. 59), diz ele no *Seminário 20*. Esse trecho dito por Lacan, ao nosso ver, se esclarece por outro, do ano posterior, quando Lacan (1997, p. 49) no *Saber do psicanalista* se refere ao deslizamento capitalista do discurso do mestre e posteriormente ao próprio deslizamento que foi o discurso do mestre.

É por isso que dois séculos depois desse deslizamento, chamemo-lo calvinista, afinal, por que não?, a castração fez enfim sua entrada irruptiva sob a forma do discurso analítico. Naturalmente, o discurso analítico ainda não teve peito sequer para dar um esboço de articulação, mas, enfim, multiplicou sua metáfora e se apercebeu que todas as metonímias saíam dela.

O político, no entanto pode, e deve fazer algo diferente: interrogar-se sobre seus meios, lembrando Maquiavel. Isso não garantirá nenhuma política ética, mas sem isso tentamos sair do paradoxo clinicamente.

Veras (2010) diz que:

o louco é reduzido a objeto a quando é extirpado do laço social e segregado em instituições psiquiátricas degradadas, onde o fracasso dos semblantes expõe apenas fragmentos da loucura, sem nenhum *sinthoma* de amarração.

Apesar de termos a advertência de Lacan sobre a posição social em relação à construção e manutenção dos muros, e também os muros invisíveis, do hospício podemos dizer que algumas amarrações foram, como descrito nessa tese, possíveis. Isto a partir não de se reduzir, tanto clínica quanto politicamente, o louco a objeto *a* apenas como resto, como aconteceria se não houvesse, mesmo que pontualmente, a sustentação da transmissão da singularidade daquele – como poderíamos supor que seria a execução de uma política que continuasse a dizer que *não se tem pernas para atender a esses mil pacientes*, como comumente ouvia-se. Possibilidade que se delineia pela escuta dos loucos, por outros tantos profissionais dessa rede clínico/política, que se colocam nesse lugar de semblante de causa de seu desejo, ainda que não podendo sustentar tal lugar, posto que este é reservado ao analista. Lugar esse possível de ser atravessado pelo discurso do analista em tais profissionais, que fazem ato, seja este visto como clínico, seja como político.

Ainda quanto à questão do otimismo/pessimismo, temos mais duas citações de Lacan:

Quem se interessar um pouco pelo que poderá advir fará bem em dizer a si mesmo que todas as formas de racismo, na medida em que um mais-de-gozar é

perfeitamente suficiente para sustentá-las, são o que está agora na ordem do dia, são o que nos ameaça quanto aos próximos anos. (LACAN, 2009, p. 29).
[...] o racismo. Vocês ainda não ouviram a última palavra a respeito dele. (LACAN, 2012, p. 227).

Posicionemo-nos em relação às esperanças com o próprio Lacan, orientando-nos a não sair do paradoxo apressadamente. Não se trata de otimismo ou pessimismo, como poderíamos nos inclinar a pensar, mas de uma aposta: na civilização, portanto no desejo e principalmente, em sua sustentação através de uma transmissão. Quanto ao nosso campo de pesquisa, o da saúde mental, quem toma nele o lugar desse racismo da exclusão, é o louco. Deste campo, principalmente quanto à questão das toxicomanias e em relação ao tratamento do autismo com as tentativas de exclusão da singularidade nele, o que temos a esperar quanto ao seu *progresso*?

CONCLUSÃO

Esta tese teve objetivou cernir algumas experiências de tentativas de transmissão do que há de uma singularidade radical no caso nos pacientes institucionalizados psiquiatricamente, no campo da gestão desta clínica, portanto no campo da política de saúde mental pública no que tange à desinstitucionalização. Nossa intenção foi fazer uma leitura teórica que nos subsidiasse com diversas abordagens feitas por Freud e Lacan, entre outros autores, das relações entre o singular e o coletivo, entre a clínica e a política, tendo ainda como referência o diálogo com a filosofia política.

Este percurso se iniciou com um recorte sobre as referências da filosofia política em debate com as principais posições que extraímos como políticas em Freud e Lacan e seus seguidores. A noção freudiana de um mal-estar inerente à condição humana que enuncia o escamoteamento do mesmo por meio da formação de ideais de grupo nos embasou ao nos situarmos em pontos da filosofia, principalmente de Aristóteles e Hanna Arendt. O primeiro nos apresenta o homem como um *animal político*, o qual existe na convivência e referência à pólis na afetação que reciprocamente se incutem. Quando vivemos, *politicamente*, quer nos queixemos mais, ou menos disso, Arendt localiza na história a cisão entre o agir e o pensar, com a condenação à morte de Sócrates, evento traumático que imprimiu na humanidade o receio do pensar crítico, segundo a autora. Freudianamente, com Lacan, apresentamos algumas das vias teóricas com as quais a psicanálise construiu a relação do avanço do pensar crítico, que neste contexto situa-se como a própria psicanálise e suas consequências, com o que comumente o humano faz: tentar alienar-se, sintomaticamente, da singularidade.

A experiência política na operação de uma gestão da saúde mental pública para a desinstitucionalização, a partir do segundo capítulo, foi suporte para as teorizações apontadas no capítulo de abertura. Refletimos sobre as metodologias que construímos para a sustentação de táticas e estratégias que subsidiassem uma política para a desinstitucionalização orientada pela referência ao singular, à construção dos casos clínicos, a partir dos quais se delinearam, *a posteriori*, as direções de trabalho. A teoria dos discursos de Lacan (1992b), do *Seminário 17* em diante, nos deu suporte na formulação da hipótese de que o exercício de uma função política, quando atravessado pela função do psicanalisante, que está sob a causa do discurso do analista e de seu agenciamento pelo objeto *a*, possui o efeito de fazer girar os discursos na política, que tem o empuxo dos discursos do mestre e do universitário e de sua versão capitalista. O que Lacan (1967-1968) apresenta no *Seminário 15* como a diferenciação no pensamento ocidental traz um *bivium* que situa o sujeito como se submetendo, ou não, às

consequências do ato, o que quer dizer, aceitando ou rejeitando os efeitos de sua própria divisão, e da divisão do Outro: os efeitos de hiância do objeto *a* sobre o sujeito ocupando o lugar do Outro em trabalho, tal como está na posição do analisante, no discurso do analista, tendo no lugar da verdade um saber barrado sob o agenciamento do objeto divisor. Esse é o discurso do analista, que faz atravessar a política pelos efeitos da direção de produção de um outro estilo de significante-mestre, transformado pelo circuito de interrogação e *savoir-y-faire* sobre o desejo. Politicamente, pensamos que a construção coletiva, que faz não valer as perdas e as inclui em trabalho, dimensiona os sujeitos e as práticas com as quais se implica numa direção ética. Analisamos experiências onde o que prevaleceu foi uma certa inflexão ao totalitarismo, assim como outras experiências, ou momentos dentro das mesmas situações, nos quais foi possível clínica e politicamente girar os discursos rumo à uma política da diferença, política da castração, e às outras formas como a denominamos nas situações de exercício da função política atravessadas pela heteridade, para chegar à posição do psicanalisante, que quando atravessa uma prática política faz nesta uma inflexão à ética.

Da reflexão sobre o que seria uma passagem ao ato num caso político extraímos a investigação diante da hipótese do exercício político a partir de uma balança entre a posição de sujeito e a incidência da posição de objeto, desdobrando a posição do analisante. Quando é a posição de sujeito que predominantemente incide sobre o exercício de uma função política, na referência do discurso da histórica, o agente propicia a proliferação dos significantes-mestres, interrogando-os em seu lugar de trabalho. Aqui o lugar da verdade está ocupado pelo objeto *a* barrado sob o sujeito, produzindo um saber no lugar de resto, como produto. No agenciamento atravessado pela posição de objeto ditada pelos efeitos do discurso do analista o sujeito num exercício político autoriza-se também a numa certa dimensão do lugar político a fazer-se lugar de rechaço, lugar de receber o lixo da profusão dos endereçamentos de empuxo egóico (totalitário), escamoteador da verdade do desejo – para interrogar onde está a verdade barrada e colocar em questão um desejo pelos efeitos de consequência, portanto de hiância. Na balança entre essas duas posições estaria um exercício ético da política que é condensado pelos efeitos do atravessamento da função do psicanalisante no operador de uma gestão, no político.

Seguimos nosso caminho na pesquisa das relações da incidência dos efeitos do objeto *a* no campo da política por meio do caso do fechamento de uma clínica psiquiátrica, cuja direção produziria uma passagem ao ato. Essa situação política explicitou, ao nosso ver, dois extremos de como se fazer política: o primeiro com a prevalência da lógica capitalista que faria empuxo na passagem ao ato em questão, e o segundo furando esta por meio da

singularidade prevalecendo como agenciadora da política – pela persistência de uma posição clínico/política agenciada pela singularidade na incidência do objeto *a*. É o que se apresentou em escala micro no caso de Emerson, que apresentamos como contraste de um encaminhamento bem sucedido pela lógica da singularidade, com a interrupção abrupta por um assassinato feito pela polícia, aparelho do Estado, que reprime manifestações na lógica capitalista de saneamento da cidade ao custo da vida do povo.

O campo da saúde mental, que foi o exercício de nossas práticas clínica e política, nos levou, com a conclusão desta tese, a levantar uma questão: este texto, apresentando leituras teóricas possíveis sobre as funções políticas no que elas se constroem como submetidas ou não à castração, evidenciou que tais questões levantadas refletem, e são reflexo, de uma política macro que a humanidade traçou para si, que talvez possamos nomear como política de não-castração. Interessa-nos daqui em diante, assim como pensamos em relações ao campo estudado a partir da psicanálise, analisar numa outra dimensão: como essas questões se apresentam no âmbito do viver na cidade. Isto é, se refletimos sobre experiências no campo da saúde mental pública onde foi possível, ou não foi, propiciar giros discursivos a partir dos efeitos de hiância, desse modo efeitos de singularidade, para seguirmos esse estudo gostaríamos de investigar de que forma a exclusão do louco, como vimos cotidianamente em nossas relações, que reflete a exclusão da diferença, pautar também um modelo de cidade, hoje criticamente nomeado como gentrificação¹⁴⁰. Esta caminha na direção de se apropriar espuriamente em muitas dimensões as manifestações de singularidade: da cultura, do esporte, do lazer, e etc, com o domínio globalizado do capital que comanda inclusive, e acima de tudo, as políticas também governamentais no mundo inteiro. Em relação à nossa cidade, o Rio de Janeiro, temos um modelo mundial de sede de mega eventos, como a Copa do Mundo da Fifa recém realizada e as Olimpíadas, em 2016, acontecimentos que se afinam e em larga escala investem na progressiva política de segregação dos pobres, que expulsa de seus territórios comunidades inteiras, fomentando a falácia da guerra às drogas, que dizima milhares de pessoas em nome da manutenção do *status quo* dos verdadeiros donos do mundo: os políticos corruptos aliados às grandes empresas que globalmente comandam o funcionamento

¹⁴⁰ O “termo ‘gentrification’ terá sido empregado pela primeira vez por Ruth Glass, em 1964, para designar a mobilidade residencial de indivíduos das classes médias para as áreas populares da cidade de Londres” (Zukin, APUD MENDES, 2008). O termo geralmente designa aspectos negativos relacionados ao crescente domínio do capital sobre os processos sócio-políticos, padronizando uma variada gama de aspectos singulares das comunidades atingidas por meio de sua apropriação, com o objetivo de exploração de suas capacidades de consumo de acordo com os interesses das mega empresas dominadoras do funcionamento financeiro e portanto do mundo globalmente.

financeiros dos estados generalizadamente – com a grata contribuição das agências internacionais de notícias que pautam o que deve ou não ser divulgado, ser “verdade”. Como um estudo psicanalítico pode contribuir para entender tais fenômenos, subjetivamente? A substituição que fizemos acima do termo totalizador, mais comumente utilizado, por totalitário, para referimo-nos ao ego, incute uma dimensão política ao funcionamento psíquico desta instância que é tida como mediadora da construção de nossa convivência em sociedade. Seria nosso funcionamento totalitário, sustentáculo do funcionamento mortífero do capitalismo, que tem como objetivo o domínio avassalador do capital sobre as singularidades?

REFERÊNCIAS

ABREU, F.M. *O lugar ético dos sons musicais quando significantes na clínica e na política de saúde mental infanto-juvenil*. 2008. 128 fls. Dissertação de Mestrado em Pesquisa e Clínica em Psicanálise. Instituto de Psicologia da UERJ, Rio de Janeiro.

_____. *Notas sobre o objeto a na clínica das psicoses*. In: ELIA, L., BARROS, R.M.M. (org.). *Estrutura e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2012. p. 323-335.

_____. *Do que não se cede no campo público e político*. Palestra no evento *Ciclos de Psicanálise e Política 'Região Gauche' 'I: Slavoj Zizek e Alain Badiou*. Op. cit. 2013.

ALBERTI, S. *O sintoma entre Marx e Lacan*. In: Anais do XI Encontro Nacional da EPFCL/AFCL-Brasil: O Sintoma: sua política, sua clínica. 11. 2010. Fortaleza. Disponível em: <http://encontrofortaleza.jimdo.com/anais/>. Acessado em: 22/02/11. 2010.

_____. *Sintoma e Política*. 2009. Inédito.

_____. *O quadrilátero no ato psicanalítico. Opção lacaniana*. Revista Brasileira. Internacional de Psicanálise, n. 21, p. 96-9, 1998.

_____. *O Discurso do capitalista e o Mal estar na cultura*. Estados Gerais da Psicanálise. s/d.

ARBEX, D. *Holocausto Brasileiro*. 4 ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARENDT, H. Pensamento e considerações morais. In: _____. *Responsabilidade e Julgamento*. Tradução Rosaura Einchenberg. Edição Jerome Kohn; revisão técnica Bethânia Assy e André Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Responsabilidade e Julgamento*. Tradução Rosaura Einchenberg. Edição Jerome Kohn; revisão técnica Bethânia Assy e André Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Filosofia e Política. In: _____. *A dignidade da Política: ensaios e conferências*. Tradução Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. *Conferência apresentada no encontro de 30.10.70, parcialmente incorporada à primeira parte de A vida do Espírito*. In: WAGNER, E. S. *Hannah Arendt: ética e política*. Op. cit.

_____. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. rev. tec. Adriano Correia. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *¿Qué es política? [1956-1959]*. Tradução Rosa Sala Carbó. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997.

ARISTÓTELES (384-322 a.C.). *A Política*. Tradução Roberto Leal Ferreira. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Clássicos).

ARISTÓTELES (384-322 a.C.). *Ética a Nicômano*. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. Bauru, SP: Edipro, 2. ed., 2007.

ARON, R. Prefácio. In: MAQUIAVELLI, N. *O príncipe*. Tradução Maria Júlia Goldwasser; revisão da tradução Zelia de Almeida Cardoso. 3. ed. totalmente rev. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção obras de Maquiavel).

BADIOU, A. *O ser e o evento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BARROS, R.R. *Debate*. In: BROUSSE, M.-H. *O inconsciente é a política*. Op. cit. 2003.

BELMONTE, P.; RAMALHO, A. Apresentação. In: COELHO, D.A.M.; BURSZTYN, D.C.; RAULINO, L.E.G.; ARÔCA, S.R.S. *Sobre o início do matriciamento em saúde mental na cidade do Rio de Janeiro: reflexões, relatos e recomendações*. Op. cit.

BIBLIA. Português. *Bíblia Sagrada: Ave Maria*. São Paulo: Editora Ave-Maria. 115ª ed. 2002. 1632 p.

BRASIL. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990.

_____. Lei nº 10.216 de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre os direitos e a proteção das pessoas portadoras de transtorno mental e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. In *Legislação em Saúde Mental*. EDITORA MS Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SAA/SE. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Editora Brasília – DF, junho de 2004.

BROUSSE, M.-H. *O inconsciente é a política*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise, 2003.

BURSZTYN, D.C. *A política do sintoma e a construção do caso clínico: modos de transmissão da psicanálise na prática coletiva em saúde mental*. 2012. 218 fls. Programa de Pós-graduação em Pesquisa e Clínica em Psicanálise da UERJ, Rio de Janeiro.

CALDAS, H. O discurso da histérica. In: *Os objetos e na experiência psicanalítica*. Scilicet. Rio de Janeiro: Contra-Capa/AMP, 2008.

CANCINA, P. 2012. *Acto Politico*. Trabalho apresentado no V Congresso Internacional de Convergência – Movimento Lacaniano para a Psicanálise Freudiana: O Ato Psicanalítico – suas incidências clínicas, políticas e sociais. Porto Alegre-RS, junho 2012. Inédito.

COELHO, D.A.M.; BURSZTYN, D.C.; RAULINO, L.E.G.; ARÔCA, S.R.S. *Sobre o início do matriciamento em saúde mental na cidade do Rio de Janeiro: reflexões, relatos e recomendações*. Subsecretaria de Atenção Primária, Vigilância e Promoção da Saúde. Coordenação de Saúde Mental. Assessoria de Matriciamento da Coordenação de Saúde Mental. 2012.

CONSIDERA, I.M. *O gozo na cultura e a política do psicanalista*. V Congresso Internacional de Convergência – Movimento Lacaniano para a Psicanálise Freudiana. O ato analítico e suas incidências clínicas, políticas e sociais. Porto Alegre-RS. Junho de 2012.

CONSIDERA, I. M. *O inconsciente é a política*. Texto apresentado na Jornada do Laço Analítico Escola de Psicanálise. *Clínica e Política*. Rio de Janeiro, nov. 2010. Inédito.

_____. *Consequências, na formação dos analistas, dos diferentes posicionamentos do a Enquanto mais de gozar*. II Congresso Internacional de Convergência – Movimento Lacaniano para a Psicanálise Freudiana. Rio de Janeiro. Maio de 2004. Acessado em 30/06/12. Disponível em: www.convergenciafreudlacan.org/.../II_CONSEQUENCIAS-doc-51.2004.

DEFOURNY, M. *Aristote, étude sur la politique*. Paris, 1932.

DI CIACCIA, A. A prática entre muitos. In: ALTOÉ, S. e LIMA, M.M(org.). *Psicanálise, Clínica e Instituição*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2005.

DUARTE, A. *O Pensamento à Sombra da Ruptura: Política e Filosofia em Hannah Arendt*, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ELIA, L. F. *Inconsciente e delito: Incidências da experiência da paternidade na passagem ao ato delituoso*. Tese de pós-doutoramento. 1995. 114 fls. Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Psicologia Clínica da Pontífca Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1995.

_____. *Por uma política do inconsciente na relação da Psicanálise com a saúde mental*. Comunicação feita na Jornada “O Inconsciente é a Política – Psicanálise e Saúde Mental”, de Formações Clínicas do Campo Lacaniano, no Rio de Janeiro, em 2004. Inédito. 2004.

_____. *A psicanálise, o inconsciente e o público*. Texto apresentado na II Jornada Clínica do Laço Analítico Escola de Psicanálise, *Políticas Públicas e Psicanálise*, no Memorial Getúlio Vargas. Dezembro de 2006. Inédito. 2006.

_____. *Condições de destrutibilidade do “desejo indestrutível” de Freud como fato de estrutura*. Texto apresentado na XI Jornada Intersedes do Laço Analítico Escola de Psicanálise realizadas em out. 2008 em Cuiabá-MT: *Tempo e Estrutura*. Inédito. 2008.

_____. *Psicanálise coletiva: as bases científicas da psicanálise e sua aplicação clínica ao campo da saúde mental pública e coletiva*. Prociência – Programa de incentivo à produção científica, técnica e artística. UERJ/SR 2/DEPESq-FAPERJ. 2008-2011. Relatório Técnico. 2008-2011.

_____. Informação verbal. Comunicação pessoal. 2010a.

_____. *Consolidar a rede de atenção psicossocial e fortalecer os movimentos sociais*. Texto apresentado na III Conferência Estadual de Saúde Mental do Mato Grosso. Inédito. 2010b.

_____. *O inconsciente público e coletivo e a estrutura da experiência psicanalítica*. Trabalho apresentado em Mesa-Redonda no IV Congresso de Psicopatologia Fundamental. Curitiba-PR. Set. 2010. 2010c.

ELIA, L. F. *O sintoma era a Lei*. Trabalho apresentado nas XIV Jornadas Intersedes do Laço Analítico Escola de Psicanálise, realizadas em set. 2011 em Cuiabá-MT: *Sintoma – O Retorno... do recalçado*. Inédito. 2011.

_____. *Seminário de Lacan sobre o “Seminário A Lógica do Fantasma”*. Notas de Seminário. Em: Laço Analítico Escola de Psicanálise. Seminário Quinzenal. Rio de Janeiro. 2012.

ELIA, L., BARROS, R.M.M. (org.). *Estrutura e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2012.

FRANÇA NETO, O. *Por uma nova concepção do universal*. 2010. Trabalho apresentado no IV Congresso de Psicopatologia Fundamental. Curitiba-PR. Inédito.

FREUD, S. *A sexualidade na etiologia das neuroses* [1898]. In: _____. Primeiras publicações psicanalíticas. Traduzido do Alemão e do Inglês por Jayme Salomão. Notas de James Strachey. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago Editora. v. I. 1976a.

_____. *A psicopatologia da vida cotidiana* [1901]. In: _____. *A psicopatologia da vida cotidiana* (1901). Edição Standard Brasileira. Op. cit.vol. VI (1901). 1976b.

_____. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* [1905]. In: _____. *Um caso de histeria, Três ensaios sobre sexualidade e Outros trabalhos* (1901-1905). Edição Standard Brasileira. Op. cit. v. VII (1901-1905). 1976c.

_____. *Totem e tabu* [1912-1913]. In: _____. *Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos* (1912-1914). Tradução Paulo César de Souza. Obras Completas. vol. 11. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a.

_____. *A predisposição à neurose obsessiva* [1913]. In: _____. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia [“O caso Schreber”], artigos sobre técnica e outros textos* (1911-1913). Tradução Paulo César de Souza. Obras Completas. vol.10. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.

_____. *O interesse da psicanálise* [1913]. In: _____. *Totem e tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos* (1912-1914). Op.cit. 2012b.

_____. *Introdução ao narcisismo* [1914]. In: _____. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos* (1914-1916). Tradução Paulo César de Souza. Obras Completas. vol.12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

_____. *Os instintos e seus destinos* [1915]. In: _____. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos* (1914-1916). Op.cit. 2010c.

_____. *Deve-se ensinar a psicanálise nas universidades?* [1919]. In: _____. *História de uma neurose infantil [“O Homem dos lobos”], Além do princípio do prazer e outros textos*. Tradução Paulo César Souza. Obras completas. vol. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010d.

FREUD, S. *Além do princípio do prazer* [1920]. In: _____. *História de uma neurose infantil [“O Homem dos lobos”], Além do princípio do prazer e outros textos*. Op. cit. 2010e.

_____. *Psicologia das Massas e análise do eu* [1921]. In: _____. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. Tradução Paulo César de Souza. vol.15. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.

_____. *O eu e o id* [1923]. In: _____. *O eu e o id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925)*. Tradução Paulo César de Souza. Obras Completas. vol.16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

_____. *Dissolução do Complexo de Édipo* [1924]. In: _____. *O eu e o id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925)*. Op. cit., 2011c.

_____. *As resistências à psicanálise* [1925]. In: _____. *O eu e o id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925)*. Op. cit. 2011d.

_____. *Prólogo a Juventude Abandonada, de August Aichhorn* [1925]. In: _____. *O eu e o id, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925)*. Op. cit. 2011e.

_____. *A questão da análise leiga* [1926]. In: _____. *Um estudo autobiográfico, Inibições, Sintomas e Ansiedade, A questão da análise leiga e Outros trabalhos*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Op. cit. v. XX (1925-1926). 1976d.

_____. *O Mal-estar na civilização* [1930]. In: _____. *O Mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos ([1930] 1930-1936)*. Tradução Paulo César de Souza. vol.18. São Paulo: Companhia das Letras, 2010f.

_____. *Por que a guerra? (Carta a Einstein)*. In: _____. *O Mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos ([1930] 1930-1936)*. Op. cit. 2010g.

FURTADO, J.P, CAMPOS, R.O. *A transposição das políticas de saúde mental no Brasil para as práticas nos novos serviços*. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. VIII, 1, 109-122. Mar/2005.

GAUCHET, M. *La démocratie contre elle-même*. Paris: Collection Tel - Éditions Gallimard, 2002.

GENEROSO, C. M.; GUERRA, A.M.C. *A inclusão pensada a partir da desinserção: uma contribuição da psicanálise ao campo da Saúde Mental*. Trabalho apresentado no IV Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e X Congresso Nacional de Psicopatologia Fundamental. Curitiba, 2010. Disponível em: http://www.fundamentalpsychopathology.org/material/congresso2010/mesas_redondas/MR08-Andrea-Maris-Campos-Guerra-e-Claudia-Maria-Generoso.pdf. Acessado em: 02/02/13.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2010. Debates: 91/dirigida por J. Guinsburg.

GUERRA, A.M.C. *Psicanálise: Pesquisa e intervenção no campo social*. Mesa Plenária. VI Simpósio do Programa de Pós-graduação em Pesquisa e Clínica em Psicanálise. UERJ. 2009.

_____. *Reabilitação psicossocial no campo da reforma psiquiátrica: uma reflexão sobre o controverso conceito e seus possíveis paradigmas*. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. Ano VII, nº 2, junho de 2004, p. 83-96.

GOBRY, I. *Vocabulário grego da filosofia*. Tradução Ivone C. Benedetti. Revisão Técnica Jacira de Freitas. Caracteres gregos e transliteração do grego Zelia de Almeida Cardoso. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

GROSTEIN, S.A. Da ética ao avesso da psicanálise: Direito, avesso e vazio. In: BROUSSE, M.-H. *Debate. O inconsciente é a política*. Op. cit.

HALLIDAY, D., RESNIK, R., WALKER, J. *Fundamentos da física 2: Gravitação, Ondas e Termodinâmica*. 4 ed. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Rio de Janeiro, 1996.

HISTÓRIA DO MUNDO. *História do Mundo*. Disponível em: <http://www.historiadomundo.com.br/fenicia/civilizacao-fenicia.htm>. Acessado em: 13/11/13. 2013.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. 907 p.

IBSEN, H. [1828-1906]. *Um inimigo do povo*. Tradução de Pedro Mantiqueira. Porto Alegre, L&PM, 2001.

JIMENEZ, S. *Política do medo*. *Latusa digital* – ano 1. n. 9. Setembro de 2004.

JUSTIÇA FEDERAL. *Mandado de Intimação*. Ação Civil Pública nº 2002.51.01.003100-0. Poder Judiciário. Justiça Federal. Seção Jurídica do Rio de Janeiro. 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Juiz Federal Substituto Gustavo Arruda Macedo. Sentença de 14/07/10. Documento Interno recebido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Superintendência dos Institutos Municipais da SMSDC.

KIERKEGAARD, S. *Works of Love*. Nova York, Harper, 1994.

KOHN, J. *Freedom: The Priority of the Political*. In: _____. *The Cambridge Companion to Hanna Arendt*. Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

LACAN, J. *Formulações sobre a causalidade psíquica* [1946]. In: _____. *Escritos* (1966). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998a.

_____. *Função e campo da fala e da linguagem* [1953]. In: _____. *Escritos*. Op. cit. 1998b.

_____. *O Seminário Livro I: os escritos técnicos de Freud* [1953-1954] (1975). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; versão brasileira de Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

LACAN, J. *O Seminário livro 3: As psicoses*[1955-1956]. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Versão brasileira de Aluisio Menezes. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. *O Seminário sobre “A carta roubada”* [1956]. In: _____. *Escritos*. Op. cit. 1998c.

_____. *A instância da letra no inconsciente* [1957]. In: _____. *Escritos*. Op. cit. 1998d.

_____. *O Seminário livro 5: As formações do inconsciente* [1957-1958]. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de Vera Ribeiro. rev. Marcus André Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. *A direção do tratamento e os princípios de seu poder* [1958]. In: _____. *Escritos*. Op. cit. 1998e.

_____. *Observação sobre o texto de Daniel Lagache: “Psicanálise e estrutura da personalidade”* [1958]. In: _____. *Escritos*. Op. cit. 1998f.

_____. *Juventude de Gide ou a letra do desejo* [1958] In: _____. *Escritos*. Op. cit. 1998g.

_____. *A significação do falo* [1958]. In: _____. *Escritos*. Op. cit. 1998h.

_____. *O Seminário livro 7: A Ética da psicanálise*([1959-1960] 1986). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. *O Seminário livro 8: A transferência*([1960-1961] 1991). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992a.

_____. *Posição do inconsciente* [1960, retomado em 1964]. In: _____. *Escritos*. Op. cit. 1998i.

_____. *Subversão do sujeito e dialética do desejo* [1960]. In: _____. *Escritos*. Op. cit. 1998j.

_____. *As identificações: Seminário 1961-1962*. Publicação não comercial do Centro de Estudos Freudianos de Recife. 2003a.

_____. *O Seminário livro 10: a angústia* [1962-1963]. (2004). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Versão final Angelina Harari e preparação de texto André Telles. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. *Kant com Sade* [1963]. In: _____. *Escritos*. Op. cit. 1998k.

_____. *Do “Trieb” de Freud* [1964]. In: _____. *Escritos*. Op. cit. 1998l.

_____. *O Seminário livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964-1965). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de MD Magno. 2. ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 1998m.

_____. *Problemas Cruciais para a Psicanálise: Seminário 1964-1965*. Publicação para circulação interna do Centro de Estudos Freudianos de Recife. Recife, 2006.

LACAN, J. *A ciência e a verdade* [1966]. In: _____. *Escritos*. Op. cit. 1998n.

_____. *A Lógica do fantasma* : Seminário 1966-1967. Publicação não comercial do Centro de Estudos Freudianos de Recife. Recife, 2008a.

_____. *O ato psicanalítico*: Seminário 1967-1968. Escola de Estudos Psicanalíticos. Publicação para circulação interna e uso dos membros. 1967-1968.

_____. *Da psicanálise e suas relações com a realidade* [1968]. In: _____. *Outros Escritos* (2001). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003b.

_____. *O Seminário livro 16: de um Outro ao outro* ([1968-1969] 2006). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008b.

_____. *O Seminário livro 17: O avesso da psicanálise* ([1969-1970] 1991). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992b.

_____. *O ato psicanalítico* [1969]. In: _____. *Outros Escritos*. Op. cit. 2003c.

_____. *Discurso na Escola Freudiana de Paris*. [1970]. *Outros Escritos*. Op. cit. 2003d.

_____. *Radiofonia*. [1970]. *Outros Escritos*. Op. cit. 2003e.

_____. *O Seminário livro 18: De um discurso que não fosse semblante* ([1971] 2006). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

_____. *Lituraterra* [1971]. In: _____. *Outros Escritos*. Op. cit. 2003f.

_____. *Lituraterre* [1971]. In: _____. *Autres Ecrits*. Paris: Aux éditions du Seuil, 2001a.

_____. *Estou falando com as paredes: conversas na Capela de Sainte-Anne*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011a.

_____. *O Seminário livro 19: ...ou pior* ([1971-1972] 2011). Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. Seminário 1971-1972. *O saber do psicanalista*. Publicação não comercial exclusiva para os membros do Centro de Estudos Freudianos de Recife. Recife, 1997.

_____. *Conférence à l'université de Milan, Le 12 mai 1972* [1972]. Disponível em: espace.freud.pagerperso_orange.fr/topos/psych/psysem/italie.htm. Acessado em 03/10/13. 2013.

_____. *O aturdito* [1972]. In: _____. *Outros Escritos*. Op. cit. 2003g.

_____. *O Seminário livro 20: Mais, ainda* [1972-1973]. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Versão brasileira de M.D. Magno. 2. ed. rev. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.

_____. *Televisão* [1973]. Versão brasileira Antonio Quinet. Campo Freudiano no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

LACAN, J. *Entrevista à imprensa do Dr. Lacan*. Disponível em: [http://www.freud-lacan.com/Champs_specialises/Langues_etrangeres/Portugais/Entrevista_a_imprensa_do_Dr_Lacan \[1974\]](http://www.freud-lacan.com/Champs_specialises/Langues_etrangeres/Portugais/Entrevista_a_imprensa_do_Dr_Lacan_[1974].). Atualizado em: 03/05/2005. Acessado em: 02/07/2012. 2001b.

_____. *A terceira* [1974]. Opção Lacaniana nº 62. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. Edição Especial – 30 anos com Lacan, p. 11-34. Dezembro de 2011. 2011b.

_____. *Conferência em Genebra sobre o sintoma* [1975]. In: Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. n 23. São Paulo: Edições Eolia, p. 6-21. 1998o.

_____. *O Seminário livro 23: O Sinthoma* ([1975-1976] 2005). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. *A função dos cartéis*. Transcrição das discussões das Jornadas sobre Cartéis (abril/1975), publicada em *Lettres de l'École Freudienne de Paris*, nº18. In : LETRAFREUDIANA. *Documentos para uma Escola*. Letra Freudiana: Escola, Psicanálise e Transmissão. Ano I. Nº 0. Circulação interna. 19. 1976a.

_____. *Da estrutura como intromistura de um pré-requisito de alteridade e um sujeito qualquer* in MACKSEY, R. e DONATO, E. (orgs.) *A controvérsia estruturalista: as linguagens da crítica e as ciências do homem*. São Paulo: Cultrix, 1976b.

_____. *Livre XXIV. L'insu qui saítde l'une bévue s'aile a mourre* [1976-1977]. Inédito. Publication hors commerce. Document interne à l'Association freudienne internationale et destine à sés membres. 1976-1977.

_____. *O Mal-entendido*. In: LETRA FREUDIANA. *Documentos para uma Escola*. Op. cit. 1980.

LAÇO ANALÍTICO ESCOLA DE PSICANÁLISE/LAEP. *O Laço Social*. Texto Convocatório da XII Jornada Intersedes do Laço Analítico Escola de Psicanálise – *O Laço Social*. Varginha-MG, novembro de 2009.

LANGENSCHIEDT. *Taschenwörterburch Portugiesisch*. Dicionário de Bolso Português. Berlin und Munchen. Germany. 2001.

LEGENDRE, P. *O amor do censor: ensaio sobre a ordem dogmático*. Tradução e revisão Aluísio Pereira de Menezes, M.D. Magno e Potiguara Mendes da Silveira Junior. Rio de Janeiro: Forense Universitária: Colégio Freudiano, 1983.

LOGEAY, A. *Os guardiões da igualdade*. Revista História Viva. São Paulo. Ano VIII. n. 95. p.38-43. 2011.

MAQUIAVELLI, N. *O príncipe*. Tradução Maria Júlia Goldwasser; revisão da tradução Zelia de Almeida Cardoso. 3. ed. totalmente rev. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção obras de Maquiavel).

MARX, K. *O Capital*. Resumo dos três volumes por Julian Borchardt. Tradução de Ronaldo Alves Schmidt. 7 ed. res. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

MENDES, L. *A “crise” do marxismo e as geografias pós-modernas no estudo da gentrificação*. E-Cadernos CES, n° 2, pp.836-873. 2008.

MILLER, J.-A. *Orientation lacanienne III*, 4. Cours n° 17 de 15/05/2002. Inédito. 2002a.

_____. *Orientation lacanienne III*, 4. Cours n° 18 de 22/05/2002. Inédito. 2002b.

_____. *Introdução à leitura e referências do Seminário 10 in Opção Lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, n° 43. São Paulo: Edições Eólia, maio, 2005.

_____. *Politica Lacaniana*. Traducción Liliana Michanie y Patricia Schnaidman. Revisión general y notas: Silvia Elena Tendlarz. Colección Diva. Buenos Aires, Argentina, 2002c.

_____. “Lacan et la politique”, Entretien avec Jacques-Alain Miller, propos recueillis par Jean-Pierre Cléro et Lynda Lotte *in Jacques Lacan: psychanalyse et politique*. Cités – Philosophie, Politique, Histoire. n° 16. Puf. 2003.

_____. *Pièces détachés*. Séminaire Orientation Lacanienne III, 6, 2004-2005. Inédito.

_____. *Cinco variações sobre o tema da elaboração provocada*. Tradução de Stella Jimenez e col. In: Jimenez, S. (org.). *O Cartel: conceito e funcionamento na escola de Lacan*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1994, pp. 1-10. 1994.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Portaria GM/MS n° 2413 de 23 de março de 1998. Inclui na Tabela do SIH-SUS grupos de procedimentos. 1998.

_____. Portaria GM/MS n° 336 de 19 de fevereiro de 2002. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva-Secretaria de Atenção à Saúde. Estabelece que os Centros de Atenção Psicossocial poderão constituir-se nas seguintes modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional, conforme disposto nesta Portaria. 2002.

_____. Portaria GM/MS n° 106 de 11 de fevereiro de 2000. Cria os Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental, no âmbito do Sistema Único de Saúde, para o atendimento ao portador de transtornos mentais. In *Legislação em Saúde Mental 1990-2004*. 5. ed. amp. Brasília, 2004.

_____. *Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil*. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 2. ed. rev. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

_____. Portaria GM/MS n° 4.279 de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde com o conceito de Redes de Atenção à Saúde – RAS. 2010.

_____. Decreto n° 7.508, de 28 de junho de 2011. Dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa. 2011a.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Portaria GM/MS nº 2488 de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica. 2011b.

_____. Portaria GM/MS nº 3.088 de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. 2011c.

_____. Portaria GM/MS nº 3090, de 23 de dezembro de 2011. Altera a Portaria nº 106 GM/MS, e dispõe sobre os repasses de recursos de incentivo de custeio e custeio mensal para implantação e/ou implementação e funcionamentos dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT). 2011d.

_____. Portaria nº 122 GM/MS de 25 de janeiro de 2012. Define as diretrizes de organização e funcionamento das equipes de Consultório na Rua. 2012a.

_____. Portaria nº 123 GM/MS de 25 de janeiro de 2012. Define os critérios de cálculo do número máximo de equipes de Consultório na Rua (eCR) por município. 2012b.

_____. Nota técnica conjunta/2012. Adequa Consultórios de Rua e Implantar novas equipes de Consultório na Rua. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de ações programáticas estratégicas. Coordenação de Área Técnica de Saúde Mental. 2012c.

_____. Portaria GM/MS nº 2809 de 7 de dezembro de 2012. Estabelece a organização dos Cuidados Prolongados para retaguarda à Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) e às demais Redes Temáticas de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). 2012d.

_____. *CNESNet*. Secretaria de Atenção à Saúde. DATASUS. Acessado em 02/02/13. Publicado em <http://cnes.datasus.gov.br/>. 2013a.

_____. *Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo* http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/dir_tea.pdf. 2013b.

_____. *Linha de Cuidado para a Atenção das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde/SUS*. http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/linha_cuid_autismo.pdf. 2013c.

MORA, J.F. *Diccionario de Filosofia* [1994]. 3 reimp. Nueva edición rev. aum. y atual. por Josep-Maria Terricabras. tomo II. Barcelona, Editorial Ariel, 2004a.

_____. *Diccionario de Filosofia* [1994]. 3 reimp. Nueva edición rev. aum. y atual. por Josep-Maria Terricabras. tomo III. Barcelona, Editorial Ariel, 2004b.

MORAES, E.J. “Hannah Arendt: Filosofia e Política”. In: _____. *Hannah Arendt: Diálogos, Reflexões, Memórias*. Belo Horizonte, ed. UFMG, 2001.

MOTTA, J.M. Debate da apresentação do trabalho *Supervisão e conversação: ensaios para uma nova prática*. Trabalho apresentado no IV Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental. Curitiba/PR, de 4 a 7 de setembro de 2010. Inédito.

NICÉAS, C.A. In: BROUSSE, M.-H. *O inconsciente é a política*. Op. cit. 2003.

NOUDELDMANN, F. *Huis clos et Les mouches de Jean-Paul Sartre*. Commentateur. Éditions Gallimard. Folio Foliotèche. France, 1993.

PÁDUA, I.T. *O furo no simbólico e o verdadeiro furo*. X Jornada Brasileira de Convergência – Movimento Lacaniano para a Psicanálise Freudiana: Gozo e Ato. Maio. Florianópolis. 2011.

PÁL PELBART, P. *Manicômio mental: a outra face da clausura*. Revista Saúde e Loucura. n. 2, 3. ed. p. 131-138. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

PINTO, J.M. *Psicanálise, feminino, singular*. Coleção obras incompletas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PLATÃO. *A república (ou da justiça)*. Tradução, textos complementares e notas Edson Beni. Bauru, SP: Edipro, 2006 (Clássicos Edipro).

_____. *Protágoras*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: UFPA, 2002.

QUEIRÓZ, E. *Da Colaboração no “Distrito de Évora – I [1867]*. Edição “Livros do Brasil”. Lisboa.

QUINET, A. *A estranheza da psicanálise: a Escola de Lacan e seus analistas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

RANCIÈRE, J. *La mesentente – politique et philosophie*. Paris: Galilee. 1995.

RICOEUR, P. Da filosofia ao Político. In: _____. *Em Torno ao Político*, São Paulo, Loyola, 1995. In: E.S. WAGNER. *Hannah Arendt: ética e política*. Op. cit.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. SESDEC-RJ/ATSM. *Carta aberta da Área Técnica de Saúde Mental da Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil (SESDEC-RJ/ATSM), intitulada Fecha-se a última estação dos Sem Eira nem Beira e se abrem novos caminhos cuja VIDA faz o contorno e a direção!*, publicada nas redes sociais da internet . SESDEC-RJ/ATSM, 2011.

_____. Informações colhidas por email de consulta a esta Secretaria. 2013.

RIO DE JANEIRO (RJ). S / SURCA. *Superintendência de Regulação, Controle e Auditoria*. Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil. Sistema de Informações Hospitalares. Hospitais Psiquiátricos. Subchefia Especial Assuntos Técnicos. Coordenação de Indicadores Gerenciais. Produção e Valores. ano 1995.

RIO DE JANEIRO (RJ). *Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil. Acordo de Resultados*. Acessado em 30/01/13. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/cvl/exibeconteudo?article-id=905871>. 2009.

RIO DE JANEIRO (RJ). Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil. Superintendência de Atenção Primária. Guia de Referência Rápida. Carteira de Serviços: Relação de serviços prestados na Atenção Primária à Saúde / Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil. Superintendência de Atenção Primária. – Rio de Janeiro: SMSDC, 2011. 128p – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). 2011a.

_____. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*. 30/05/11. Acessado em 23/01/13. Disponível em: http://doweb.rio.rj.gov.br/visualizar_pdf.php?edi_id=364&page=1. 2011b.

_____. *Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil. Subsecretaria de Hospitais, Urgências e Emergências. Superintendência dos Institutos Municipais. QUADRO DE LEITOS*. Documento Interno. 2012a.

_____. *Seminário Anual da Rede de Saúde Mental – A política de saúde mental na cidade do Rio de Janeiro*. dez. 2012. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Dezembro de 2012b.

_____. *Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smas>. Acessado em 23/01/13. 2013a.

_____. *Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smas/listaconteudo>. Acessado em 23/01/13. 2013b.

_____. *Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smas/exibeconteudo?article-id=2346723>. Acessado em 23/01/13. 2013c.

ROSA, M.D.; CARIGNATO, T. T.; BERTA, L.S. *Ética e política: a psicanálise diante da realidade, dos ideais e das violências contemporâneos*. *Ágora*. v. IX. n. 1 jan/jun 2006. Rio de Janeiro. p. 35-48. 2006.

SANTOS, M. Entrevista concedida ao programa Conexão Roberto D'Avila. Rio de Janeiro, 1998.

SARRACENO, B. *Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. Rio de Janeiro: Te Corá/Instituto Franco Basaglia, 1999.

SARTRE, J.P. *Huis clos* suivi de *Les mouches*. France: Collection Folio. Gallimard, 1976.

SPID. *Ciclos de Psicanálise e Política 'Região Gauche' 'I: Slavoj Zizek e Alain Badiou*. Ementa. Evento organização pela SPID – Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle. 2013.

WAGNER, E. S. *Hannah Arendt: ética e política*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

VERAS, M. *Um hospital sem sintoma (ou a casa dos objeto a)*. Publicado em Centro de Estudo Psicanalítico do Piauí. Disponível em: <http://cepp-teresina.blogspot.com.br/2010/05/um-hospital-sem-sinthoma-ou-casa-dos.html>. Acessado em: 02/07/2012. 2010.

VIGANÓ, C. *A construção do caso clínico em saúde mental*. Curinga, Belo Horizonte. n.13, 1999. p. 50-59.

VIGANÓ, C. *Terapia ou reabilitação. Saúde Mental: psiquiatria e psicanálise*. Belo Horizonte: Instituto de Saúde Mental/Associação Mineira de Psiquiatria, 1997. p.23-27.

YASUI, S.; COSTA-ROSA, A. *A estratégia atenção psicossocial: desafio na prática dos novos dispositivos de saúde mental/EAPS*. Saúde Debate. 32, 2008. p. 27-37.

ZACCONE, O. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas*. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 2 ed. 2008.

ZIZEK, S. 2005. *Às portas da Revolução – escritos de Lenin de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005.

ZUKIN, S. *Gentrification: culture and capital in the urban core*. Annual Review of Sociology, 13, 129-147. 1987.